

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO (ORG.)

INTELECTUAIS
DISSIDENTES NA
REVOLUÇÃO
RUSSA
(1917-1938)

*iU



Universidade Federal de Goiás

Reitor

Edward Madureira Brasil

Vice-Reitora

Sandramara Matias Chaves

Pró-Reitora de Graduação

Flávia Aparecida de Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Laerte Guimarães Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Jesiel Freitas Carvalho

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Lucilene Maria de Sousa

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Robson Maia Geraldine

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Pró-Pessoas

Everton Wirbitzki da Silveira

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Prae

Maisa Miralva da Silva



Conselho Editorial da Editora da Imprensa Universitária (*iU)

Coordenação Editorial – Conselho Editorial

Alice Maria Araújo Ferreira

Antonio Corbacho Quintela (Presidente)

Bruna Mundim Tavares (Secretária)

Divina Aparecida Anunciação Vilhalva

Fabiane Riány Azevedo Batista (Secretária)

Igor Kopcak

Joana Plaza Pinto

João Pires

Pamora Mariz Silva de F. Cordeiro

Revalino Antônio de Freitas

Salustiano Álvarez Gómez

Sigeo Kitatani Júnior

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO (ORG.)

**INTELECTUAIS
DISSIDENTES NA
REVOLUÇÃO
RUSSA
(1917-1938)**

***iU**

© Editora Imprensa Universitária, 2018.

© João Alberto da Costa Pinto, 2018.

REVISÃO

Sueli Dunck

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA

Géssica Marques

IMAGEM DA CAPA

Sketchepedia / Freepik

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) GPT/BC/UFG

C931 Intelectuais dissidentes na revolução russa (1917-1938)/
 organização, João Alberto da Costa Pinto. – Goiânia: Editora
 Imprensa Universitária, 2018.
 Ebook: 336 p.

ISBN: 978-85-93380-47-1

Inclui bibliografia

1. Rússia – História – Revolução, 1917-1938. 2. Intelectuais –
Aspectos políticos. I. Pinto, João Alberto da Costa

CDU: 94:323.272(57)

Bibliotecário responsável: Enderson Medeiros CRB1: 2276

A edição deste livro conta com o apoio institucional do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (NEPHC/FH/UFG) e do Grupo de Pesquisa História e Capitalismo: Instituições, Cultura e Classes Sociais (CNPq/UFG).

Este livro foi financiado com recursos do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO	
CAPÍTULO 01.....	17
Alexandra Kollontai: o Amor, a Mulher e a Revolução Russa	
DANÚBIA MENDES ABADIA	
CAPÍTULO 02	65
Alexander Bogdanov e a organização política do Proletkult (1917-1923)	
TALES DOS SANTOS PINTO	
CAPÍTULO 03.....	111
As derrotas políticas de Nicolai Kondratiev no processo da Revolução Russa	
ANTÔNIO GONÇALVES ROCHA JÚNIOR	
CAPÍTULO 04.....	154
Nicolai Bukharin: entre o marxismo dissidente e a oposição política a Stálin	
ALEXANDRE DE PAULA MEIRELLES	

CAPÍTULO 05..... 211

Victor Serge: Agente revolucionário e testemunha da derrota

ANDRÉ VARGAS

CAPÍTULO 06..... 261

Pequena história de uma grande derrota: o triunfo dos gestores bolcheviques e a derrota dos trabalhadores no Capitalismo de Estado Soviético (1917-1938)

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO

OS AUTORES.....333

APRESENTAÇÃO

“A História só poderá ser científica quando conseguir explicar o que não aconteceu e por que não aconteceu”. (João Bernardo)¹

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO

Este livro resulta de trabalhos apresentados pelos autores em eventos realizados no ano de 2017 dedicados ao tema do Centenário da Revolução Russa. O assunto geral do livro é o processo histórico da Revolução Russa submetido ao recorte cronológico de 1917 a 1938. A perspectiva dos autores sobre a historicidade do processo da revolução não é a mesma, mas há em todos os capítulos a apresentação e o desenvolvimento analítico de uma questão-chave: as trajetórias politicamente derrotadas de alguns intelectuais dissidentes no campo do bolchevismo histórico que se estruturou no período em questão como uma experiência institucional de Capitalismo de Estado. Esse é o eixo geral que o leitor encontrará neste livro.

1 BERNARDO, João. Propostas para uma metodologia da História. *História Revista*, Goiânia: UFG, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 197.

O livro foi pensado como uma proposta encaminhada aos cinco jovens autores que trabalham comigo no âmbito institucional dos seus doutoramentos junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Propus o desafio de escrevermos o livro frente ao contexto das comemorações do centenário da Revolução Russa (2017) e que com isso resgatássemos trajetórias intelectuais diretamente envolvidas com os fatos da revolução, mas que foram tragadas pelas contradições do processo histórico, com algumas delas desaparecidas naquelas conjunturas e ainda não recuperadas até hoje. O leitor sabe que nomes como os de Nicolai Bukharin, Alexandra Kollontai e Victor Serge estão associados à Revolução Russa, mas pouco sabe do seu pensamento político e das suas trajetórias em particular, das labirínticas contradições políticas que cada um desses personagens enfrentou no curso dos acontecimentos. E sabe menos ainda quem foram Nicolai Kondratiev, Alexander Bogdanov, Jan Wacław Makhaiski e Andrei Platónov. Este livro fala desses personagens dissidentes e derrotados pela revolução, personagens envolvidos com o processo revolucionário conduzido como uma aposta social-transformadora pelo governo bolchevique e que logo se mostrou como uma colossal derrota das perspectivas socialistas. Em cada capítulo, o leitor, além da circunstância institucional das trajetórias, encontra também rigorosas análises da obra e perspectivas políticas de cada autor-personagem. O Capitalismo de Estado de Lênin e Stálin enterrou as esperanças e as grandes apostas social-transformadoras que cada um desses personagens mobilizou socialmente com as suas intervenções intelectuais e ação política. É sabido que, com a ascensão dos bolcheviques

ao poder em Outubro de 1917, um universo expressivo de intelectuais sofreu dura censura ideológica e centenas deles foram logo deportados pelo governo revolucionário para a Turquia e França. Intelectuais de grande destaque como o filósofo Nicolai Berdiaiev e o escritor Ivan Bunin representavam um tipo de intelectual que desde sempre manifestava radical oposição a qualquer perspectiva ideológica socialista, fosse ela bolchevique ou não. Eram intelectuais conservadores que no limite extremo expressavam, com suas práticas, uma concepção de mundo fortemente reativa a qualquer situação de transformação social. Com a eficientíssima e sempre impiedosa logística repressiva dos *tchekistas*,² os bolcheviques muito rapidamente prenderam e expulsaram os maiores signatários desse campo ideológico.³ Mas este livro não trata de intelectuais opositoristas do campo conservador, muito ao contrário. Este livro trata de trajetórias que estiveram ao lado da Revolução Russa desde os primeiros momentos dos levantes dos trabalhadores nas jornadas de Fevereiro/Março, quando a monarquia czarista renunciou definitivamente aos seus 304 anos de comando do Império Russo, e também ao lado do processo político que levou os bolcheviques ao poder após o golpe de Estado de 25 de Outubro de 1917. Este livro trata de personagens

2 Agentes da TCHEKA, instituição da polícia política bolchevique criada em dezembro de 1917 com funções de explícita repressão. Outras informações sobre a TCHEKA são apresentadas no capítulo seis.

3 O livro de Chamberlain (2008), apesar do seu tom fortemente reacionário com a Revolução bolchevique, expressão ideológica de um “anticomunismo” anacrônico, documenta e descreve muito bem o périplo de dezenas de personagens do campo conservador russo que sofreram imediatas sanções policiais da TCHEKA como parte da ação do governo bolchevique contra seus opositoristas de primeira hora.

envolvidos com a revolução bolchevique que, no entanto, foram tragados pelas contradições da revolução. Este é um livro sobre a derrota política do intelectual dissidente na Revolução Russa. E nesse sentido trata-se de uma valorosa contribuição historiográfica ao debate sobre os significados político-institucionais dos intelectuais em situações e processos revolucionários. A inserção analítica do livro dá-se no campo da História Social dos Intelectuais e/ou História Social das Ideias e propõe uma perspectiva historiográfica crítica aos grandes cânones da ortodoxia historiográfica exegética do triunfo leninista-stalinista da revolução. Sob perspectivas marxistas críticas, os autores deste livro asseveram, com as particularidades dos seus textos, a necessidade de se resgatar permanentemente os atores derrotados da revolução que não se resumiram ao universo social do antigo regime tsarista, mas os intelectuais e os trabalhadores que se atreveram, sob o escrutínio da imaginação histórica, em apostar noutras práticas institucionais para além do Capitalismo de Estado bolchevique. Trabalhadores (junto aos Comitês de Fábrica) e intelectuais dissidentes que, ao apostarem no realismo utópico da revolução social-transformadora, foram derrotados pelo realismo pragmático dos gestores-tecnocratas que definiram como “revolução russa” o triunfo nacional-corporativista do Capitalismo de Estado.

No primeiro capítulo, Danúbia Mendes Abadia desenvolve um estudo sobre a trajetória política e intelectual de Alexandra Kollontai, militante bolchevique de primeira hora que logo se pôs na oposição às diretrizes políticas do Partido Bolchevique no poder. Feminista e uma das principais protagonistas do Grupo Oposição Operária, Kollontai, com a sua militância e trabalho

intelectual, apresentou ao processo revolucionário um espectro bastante amplo de reformas para a condução descentralizada da produção. Kollontai, que fora Comissária do Bem-Estar Social e apoiadora política das teses e diretrizes programáticas de Lênin, em pouco tempo passou para a Oposição Operária, como uma resistência interna do Partido Bolchevique, apresentando-se contra a crescente burocratização e centralização da gestão da produção. Foi expulsa do partido logo após o 10º Congresso do Partido Bolchevique (em 1921), mas em 1930 tornou-se um quadro da burocracia stalinista, quando assumiu até o final da sua vida (1952) funções como embaixadora da URSS em alguns países europeus. Danúbia Mendes Abadia apresenta ao leitor uma Alexandra Kollontai em dramática trajetória marcada por inúmeras contradições e derrotas políticas.

Tales dos Santos Pinto dedica o seu capítulo à trajetória de Alexander Bogdanov, demarcando-a especialmente quando da organização do movimento Proletkult (1917-1923), expressiva experiência institucional de práticas autogestionárias para a formação cultural e política de novos intelectuais oriundos do proletariado. O Proletkult (Cultura Proletária) teve em torno de si mais participantes que o Partido Comunista bolchevique tinha como filiados. Foi uma experiência de cultura proletária radical, pelas práticas do experimentalismo da imaginação revolucionária. Do movimento Proletkult, amplamente inspirado nas concepções filosófico-políticas do Empiriomonismo e/ou da Tectologia de Bogdanov, se definiu, por exemplo, a visão de mundo do cinema de Sergei Eisenstein. Naquele que é o seu melhor filme, *A Greve* (1924), encontra-se um marco do legado estético do movimento

Proletkult. Neste capítulo está apresentado um dos grandes dissidentes derrotados da Revolução Russa. Bogdanov, que tinha sido a figura cimeira do Partido Bolchevique até 1908, quando Lênin por meio de manobras insidiosas o expulsou do partido, formulou uma obra de grande repercussão teórica e política nas décadas de 1910 e 1920. Cem anos depois de 1917, ainda é personagem esquecido entre os russos e pouco conhecido no mundo. O capítulo de Tales dos Santos Pinto contribui decisivamente para o resgate desse fundamental intelectual que, como médico de formação e dirigindo em Moscou o primeiro Hospital de Hematologia do mundo, acabou por se suicidar em 1928.

Antônio Gonçalves da Rocha Filho apresenta um estudo sobre outro ilustre desconhecido da Revolução, mas que é reputado como um dos mais importantes pensadores da teoria econômica do século XX: Nicolai Kondratiev. Tal como acontece com Alexander Bogdanov, também são raríssimos os estudos sobre a trajetória histórico-institucional de Nicolai Kondratiev. Conhecido pela sua teoria dos Ciclos Econômicos Longos (que teve recepção e interlocução no Brasil com o pensamento econômico de Ignácio Rangel, entre outros), muito bem apresentada por Antônio Gonçalves, a trajetória de Kondratiev é aqui analisada sob perspectiva histórico-institucional, aliás, o mesmo acontece em todos os capítulos do livro, conseguindo assim o leitor perceber o quão era complexo o debate teórico no interior do Estado bolchevique e verificar como o reformismo (gradualismo agrarista) de Kondratiev, em polêmica tanto com Trotski e depois com a tecnocracia stalinista, se viu politicamente derrotado (era um quadro tecnocrático junto ao Comitê Central de Planejamento –

GOSPLAN) e afastado das suas funções em 1928, sendo preso em 1930 e executado em 1938.

Nicolai Bukharin foi um dos grandes chefes do bolchevismo histórico. Teve um protagonismo no interior da tecnocracia do Estado bolchevique que os demais personagens estudados neste livro não apresentaram. O capítulo de Alexandre de Paula Meirelles descreve não só esse protagonismo institucional como desenvolve sistemática análise sobre os principais aspectos da sua obra, que envolvia assuntos tanto de ordem revisionista para a teoria marxista como de fundamentação programática na teoria econômica do imperialismo. Bukharin também foi um derrotado, mas a natureza da sua derrota e da sua dissidência se apresentou como a de um gestor-tecnocrata que perde o comando interno do controle institucional da revolução que defendia com a Nova Política Econômica – NEP – desde as suas origens em 1921, quando venceu a perspectiva de Trotski, que defendia um programa de industrialização em larga escala já naquela data, e depois derrotado em 1928 por Stálin, quando este se utiliza de perspectiva gestão global da economia similar à apontada em 1921 por Trotski na organização do Primeiro Plano Quinquenal. Nicolai Bukharin, tal como Kondratiev, com quem tinha proximidade, também foi executado nos expurgos de Stálin de 1938.

No quinto capítulo, André Vargas descreve a trajetória de Victor Serge, personagem emblemático da Revolução Russa não só nas suas ambiguidades e contradições políticas (foi um anarquista que se colocou ao lado dos bolcheviques e que chegou a ser quadro dirigente da Internacional Comunista – junto com Zinoviev, de 1919 a 1923 – e depois rechaçado pelo stalinismo

por causa do seu vínculo com a Oposição de Esquerda liderada por Trotski), mas por ter sido um notável cronista-analista do cotidiano intelectual da revolução em livros que são permanente referência historiográfica para os estudos da Revolução Russa. Neste capítulo o leitor encontrará uma sistemática e cuidadosa descrição analítica do percurso de formação do militante anarquista nas suas experiências políticas na Espanha e França que chegou a Petrogrado em 1919, para logo se destacar junto ao alto comando bolchevique, até ser expulso do Partido Comunista bolchevique em 1928, romper com o trotskismo em 1936 e morrer como exilado na Cidade do México no ano de 1947. Victor Serge, com os seus trabalhos historiográficos sobre a Revolução Russa, expressou as consciências possíveis das dissidências e dos derrotados políticos que se viram destruídos como “oposicionistas” ao governo bolchevique, quando ainda estavam inseridos no processo revolucionário.

No sexto e último capítulo trago uma sucinta descrição factual do processo histórico da Revolução num corte temporal que se inicia em Fevereiro de 1917 e vai até os resultados do Segundo Plano Quinquenal, em 1937-1938. Ao contrário dos demais, este capítulo não apresenta um estudo verticalizado à trajetória de um personagem, mas procura dar sentido explicativo ao personagem maior da Revolução Russa: os Comitês de Fábrica como o agente institucional revolucionário que, por intermédio das práticas autogestionárias dos trabalhadores russos, apontava um destino contundente para a construção da revolução comunista já a partir de Fevereiro de 1917 e que teve em Lênin e nos bolcheviques após o Golpe de Estado de Outubro de 1917 seu inimigo maior. O ca-

pítulo traz a história de uma derrota de práticas institucionais de novo tipo, organizadas pelos operários e camponeses, e a história do triunfo do Capitalismo de Estado bolchevique em processo iniciado em Outubro com Lênin e estruturado definitivamente por Stálin, que foi a expressão ideológico-institucional mais coerente da revolução capitalista bolchevique. Neste capítulo há personagens em circunstância descritiva (escritores e personagens literários) usados por mim para documentar a processualidade factual junto ao recorte geral do livro (1917-1938).

Parabenizo os cinco jovens pesquisadores por terem aceitado o desafio de escrever comigo sobre temática tão difícil e – para alguns mais, para outros menos – distante de suas pesquisas de doutoramento. O resultado está aqui, o desafio foi cumprido, e desejo a todos os leitores uma ótima leitura, porque é certo que encontrarão nestas páginas um excelente livro.

REFERÊNCIA

CHAMBERLAIN, Lesley. *A guerra particular de Lênin: a deportação da intelectualidade russa pelo governo bolchevique*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CAPÍTULO 01

Alexandra Kollontai: o Amor, a Mulher e a Revolução Russa

DANÚBIA MENDES ABADIA

Pouco ou quase nada se diz das mulheres no decorrer da História, pois foi lhes destinado o papel de ser apenas sombra. A misoginia em si já é uma forma de invisibilidade, ainda mais quando se trata de mulheres dissidentes.

Assim, neste capítulo escreveremos sobre uma “mulher comunista sexualmente emancipada”,¹ que participou ativamente dos processos que culminaram na Revolução Russa de 1917. Refere-se a Alexandra Kollontai, ainda relativamente desconhecida, mesmo tendo sido personagem fundamental no processo da revolução, tema exaustivamente estudado.

Kollontai foi a primeira mulher na história ocidental a ser nomeada embaixadora. Teve uma participação crucial nos primeiros anos da Revolução Russa. Foi Comissária do Povo no setor de atendimento à maternidade e à infância,² tendo contribuído com

1 Uma referência ao título da autobiografia de Kollontai, publicada pela primeira vez em 1926, em Nova York, pela Herder and Herder.

2 Corresponde ao cargo de Ministro do Estado.

muitas das leis que foram aprovadas nos congressos do partido em favor da mulher operária. Sua postura excessivamente crítica no que se refere à moral tradicional e às relações afetivas dotou-a de uma conduta libertária e de uma reflexão profunda no debate sobre a psicologia dos homens e das mulheres, acerca do modo como a sociedade estava sendo afetada pela moral sexual burguesa.

Pensou o grande processo de transformação do ponto de vista do amor e da nova moral, considerando as relações sexuais como parte importante das regras de comportamento e o tratamento da igualdade entre sexos como elemento imbricado no processo revolucionário, o que é impossível de se realizar sem a emancipação absoluta de todos/as os/as explorados/as e, por consequência, das mulheres. Assim, o movimento das mulheres, para Kollontai (1982, p. 65), “é uma reação natural contra o rebaixamento secular da mulher, contra o direito de ser para si mesma”. Trata-se de ir além da luta pela superação do esvaziamento de si, de todo o peso de uma sociedade que condiciona as mulheres a serem apenas anexos de seus homens, inseridas num cotidiano de vida doméstica que lhes remove a possibilidade do mínimo lazer, que lhes priva da possibilidade de ir a reuniões, de ler e de tomar parte na luta de classes. “Esse regime doméstico, dentro do regime burguês, ao favorecer a ignorância e o conservadorismo dos operários, é, de certa forma, um dos melhores aliados da burguesia na sua luta contra o proletariado” (ASSAD, 2016).³

3 Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/12/110261#comment-312232>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

Irmand Assad⁴ fala de uma tripla exploração: “[...] ao longo dos séculos ela foi uma escrava. No início, quando reinava a pequena produção, ela o era dentro da família, em seguida, com o advento do capitalismo, ela é explorada três vezes mais: dentro do Estado, dentro das fábricas e na família”. A exploração “dentro do Estado”, podemos dizer, é fundamentalmente uma exploração política. Contudo, é também filosófica, na medida em que se nega à mulher a condição de ser capaz de pensar, articular, gerir, tornando-a refém do trabalho doméstico não remunerado e da maternidade, impedindo-a de marcar sua existência. Essa forma de opressão do patriarcado se abriga em muitas nuances e foi objeto de reflexão por Kollontai acerca da vida das mulheres.

Assad e Kollontai, assim como outras mulheres contemporâneas suas, questionaram o fato de o capitalismo ter convertido a mulher em operária sem aliviá-la de seus cuidados de dona de casa e mãe. É verdade que as mulheres não começaram a ser encarregadas das duras cargas domésticas e dos cuidados dos/as filhos/as no capitalismo, pois sabemos das raízes bem mais profundas do patriarcado; porém, “sua vida nunca foi mais desgraçada, mais desesperada que sob o sistema capitalista, logo quando a indústria atravessa um período de máxima expansão”

4 Destacamos Inessa Armand Assad para evidenciar suas reflexões libertárias a respeito da mulher e da sua participação na revolução. Ex-companheira de Lênin, Assad vivenciou ao seu lado um momento de efervescência revolucionária, nos anos iniciais da revolução. “Okhrana a considerava nada menos que ‘a mão direita de Lenin’, porém, Irmand teve a infelicidade de ser conhecida mais por ser companheira de Lênin do que por qualquer outra coisa”. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/12/110261#comment-312232>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

(KOLLONTAI, 2002, p. 4).⁵ Kollontai, assumindo o ponto de vista marxista, considera que a moral dominante de uma sociedade será determinada pelas condições econômicas. Assim, vai realizar uma série de estudos voltados para as transformações da moral e da família em distintas condições de produção, considerando que a psicologia da classe também se transforma radicalmente à medida que se modificam as condições de produção.

É a própria Kollontai um fenômeno da insurgência da mulher como ser independente que se coloca com igualdade perante os homens e a sociedade, participando dos rumos da sua emancipação política. Faz parte do “novo tipo” de mulher que descreve em seus textos. Para ela, a implacável realidade do capitalismo gerava novas mulheres em número sempre maior. Essas novas mulheres não são, pois, as jovens encantadoras e puras, dominantes nos romances e na literatura ocidental, em que sua vida decorre sempre em volta dos sofrimentos conjugais. As novas mulheres não são solteironas chorando sua infelicidade. Em suas palavras:

A nova mulher protesta contra o tipo de mulher implantado no imaginário; possui seu próprio mundo interior, mantém-se com a cabeça erguida. Revolta-se contra o próprio cativo amoroso e se mantém com o seu próprio suor [...]. A nova mulher traz consigo algo de estranho, de desagradável às vezes em sua originalidade. Olhamos para elas procurando os traços conhecidos, amados, de nossas mães e avós. Mas, ergue-se diante de nós, velando o passa-

5 Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm>. Acesso em: 4 jan. 2017.

do, uma nuvem de emoções, de sentimentos, de necessidades novas [...] Temos diante de nós uma individualidade, uma personalidade que se afirma. É uma mulher que rompe as cadeias enferrujadas de sua escravidão. (KOLLONTAI, 1982, p. 56-69).

É uma pessoa agora, se comporta assim. E é claro que isso não significa a felicidade, ela deixa bem claro. Mas é um caminho sem volta. Em suas palavras: “a mulher que experimentou alegrias mais vastas, que tomou consciência de si mesma como ser humano independente e preciosa companheira de trabalho, já não vende sua personalidade liberada por um prato de lentilhas, a concha fechada do recôndito do lar” (KOLLONTAI, 1982, p. 46). Nesse sentido, Kollontai fala de si e das mulheres da sua geração, renuncia a sua origem, família, casamento e filho, e se posiciona ao lado das mulheres trabalhadoras.⁶

Mas Kollontai não fazia parte dessa classe. De origem nobre e militar,⁷ nasceu na Finlândia em 31 de março de 1872. Aos 20 anos, casou-se com Vladimir Mikhaylovich Kollontai, um jovem oficial do exército, com quem teve um filho. Entretanto, a maternidade e o casamento não puderam contemplar as de-

6 Esta é uma condição que não deixa de ser contraditória. Evidentemente que, para uma pessoa de origem aristocrática, confrontar-se com as condições em que vive a classe trabalhadora é bastante desafiador. Embora tenha sido uma grande porta-voz dos direitos das mulheres, Kollontai não convivia com o meio operário, teve, ao contrário, grandes possibilidades e condições de se tornar autodidata e escritora, assim como militante política.

7 Era filha de uma família da nobreza latifundiária. Seu pai era um general russo de origem ucraniana e sua mãe finlandesa de origem camponesa (KOLLONTAI, 1976).

mandas subjetivas e objetivas que tinha para si, como diz em sua autobiografia:

Amava a meu belo marido e dizia a todos que era extraordinariamente feliz. Mas essa felicidade parecia manter-me prisioneira. Eu queria ser livre. O que eu entendia por isso? Eu não queria viver como viviam todas as minhas amigas e conhecidas recém-casadas. O marido ia trabalhar e a mulher ficava em casa, dedicando-se a cozinhar, e fazer as compras domésticas. (KOLLONTAI, 2007, p. 34).

Por isso, em 1898, em combate contra a “tirania do amor”, Kollontai abandonou sua situação privilegiada, deixou o marido e o filho e dedicou-se à militância política. Antes, em 1886, ao acompanhar a greve da fábrica têxtil Krenholm, despertou-se para a realidade que viviam os/as trabalhadores/as. Esse momento foi pedra de toque em sua vida:

Uma visita à grande e famosa fábrica têxtil de Krenholm, que dava trabalho a 12.000 pessoas de ambos os sexos, que decidiu o meu destino. Eu não podia levar uma vida feliz quando a população se encontrava terrivelmente escravizada. Eu simplesmente tinha que aderir a esse movimento. Nessa época, isso levou a divergências com o meu marido, que sentia que minhas inclinações constituíam um ato de desafio pessoal diretamente contrário a ele. Eu deixei o meu marido e meu filho e empreendi uma jornada a Zurique com o objetivo de estudar economia política com o professor Heinrich Kerkne. Com isso teve início minha vida consciente em defesa dos

objetivos revolucionários da classe trabalhadora. (KOLLONTAI, 2007, p. 35).

Um ano depois de se separar, em 1898, Kollontai já fazia parte do clandestino Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR) ao lado dos mencheviques. Em seus primeiros anos de militância social-democrata, nos diz Yolanda Serra que Kollontai se “dedicou a um intenso estudo e à elaboração de uma série de trabalhos de análises social e política” (SERRA, 1976, p. 30). No partido, Kollontai aproximou-se do marxismo, conheceu a obra de Kautsky e Rosa Luxemburgo, tornando-se propagandista, escrevendo artigos e fazendo palestras que expunham a política socialista. Em suas palavras:

Em 1905, à época em que aquela que é conhecida como a primeira revolução na Rússia estourou, após o famoso Domingo Sangrento, eu já tinha adquirido uma reputação no campo dos estudos sociais e econômicos. Naqueles tempos agitados, quando todas as energias eram utilizadas na fúria da revolta, acabei tornando-me uma oradora muito popular. (KOLLONTAI, 2007, p. 37).

Ao longo dos anos 1905 e 1906, Kollontai dedicou-se ao trabalho de organização das mulheres, conheceu Clara Zetkin e participou de uma série de conferências internacionais, como

também da organização de encontros das mulheres russas.⁸ Nesse período, trabalhou com os bolcheviques como jornalista e editora no jornal *O Proletário*, onde escreveu um artigo chamando o proletariado à insurreição armada (SERRA, 1976). O chamado à insurreição lhe custou um processo em que foi condenada e por isso fugiu para o exterior (SERRA, 1976). Evidentemente, sua atuação despertou o ódio dos órgãos de repressão. Nesse período, Kollontai viveu como refugiada política em diferentes países da Europa e América do Norte, levando o seu discurso político para a Alemanha, Inglaterra, França, Noruega, Dinamarca, Suíça e os Estados Unidos. E foram se acumulando viagens, palestras, cursos, textos, uma vida em torno da classe trabalhadora russa, particularmente das mulheres dessa classe.

É preciso considerar que Kollontai esteve em uma condição privilegiada. Pôde desenvolver seus estudos em literatura e economia e tornar-se escritora numa conjuntura em que, no começo do século XX, apenas 12,4% das mulheres russas sabiam ler e escrever. Raríssimas eram as mulheres que podiam abrir mão dos cuidados dos filhos e deixá-los sob a responsabilidade do pai, como o fez Alexandra Kollontai. Se não fosse a sua origem social privilegiada, teria Kollontai a possibilidade de ser uma mulher militante, escritora e do “novo tipo”? Quais eram as mulheres que teriam a chance de

8 Clara Zetkin foi uma feminista alemã importante no quadro do socialismo internacional. Durante esse período, Kollontai também se aproximou do Proletkult, movimento que buscava construir novas e revolucionárias relações culturais. Nas palavras de Serra (1976, p. 42, tradução nossa): “Um movimento cultural totalmente revolucionário, pois a cultura seria entendida de nova forma, sob o ponto de vista das necessidades do proletariado”. Kollontai, assim como M. Gorki, Bogdanov, M.N. Liadov, Alexinski etc., colaborou com seus textos literários e palestras.

deixar o cuidado dos seus filhos com outras pessoas e ir à luta organizada contra a exploração do patriarcado capitalista? Podemos afirmar que Alexandra Kollontai teria realizado um “suicídio de classe”?⁹ Vejamos o que ela diz em sua autobiografia:

É preciso admitir que, embora possuísse um certo grau de ambição, como qualquer outro ser humano ativo, nunca fui animada pelo desejo de obter “uma posição”. Para mim, “o que eu sou” sempre foi menos importante do que “o que eu posso”, quer dizer, aquilo que eu poderia conquistar. Nesse sentido eu também tinha minha ambição, que era especialmente notada pela luta em que me colocava de corpo e alma: pela abolição da escravidão das mulheres trabalhadoras. (KOLLONTAI, 2007, p. 43).

9 O conceito de Amílcar Cabral refere-se a militantes de origem pequeno-burguesa que ingressaram na luta pela descolonização da Guiné-Bissau e de Cabo-Verde. Segundo António Tomás (2007, p. 168), “a teoria do suicídio enunciada por Cabral foi uma forma de renúncia às estruturas que formam a burguesia enquanto classe. Em nome dos interesses nacionais, que transcenderiam os seus interesses de classe, baseados no conforto, ela deveria arrear-se do poder, pela dinâmica da própria revolução, e submeter-se ao controlo dos operários e camponeses”. Amílcar Cabral acreditava ser possível o suicídio da classe pequeno-burguesa para o seu renascimento enquanto classe trabalhadora revolucionária. É certo que Kollontai decidiu-se por lutar junto aos trabalhadores e pelas mulheres dessa classe; porém, acompanhou a dispersão e o regresso dos avanços conseguidos, além do que, sua trajetória final nos leva novamente a ver essa questão, sua complacência com o estalinismo, colocando a bandeira das mulheres acima dos destinos políticos de todos os trabalhadores. Não fez senão o mesmo que criticava nas mulheres burguesas, participou do stalinismo e morreu rica. De certa forma ela é reflexo e confirmação do marxismo, prova que, de fato, a materialidade, manifestada pelo modo de produção vigente, escraviza, controla e condiciona.

Entre dezembro de 1908 e março de 1917, mesmo exilada, Kollontai acompanhou os debates entre mencheviques e bolcheviques dentro do partido.

Aquela era uma época em que a ruptura decisiva na social-democracia se preparava, uma vez que os socialistas de mentalidade patriótica não podiam colaborar com os internacionalistas [...] Já que os bolcheviques foram os que lutaram de forma mais consistente contra o social-patriotismo, em junho de 1915 aderi oficialmente aos bolcheviques e passei a ter manter uma correspondência vívida com Lênin. (KOLLONTAI, 2007, p. 52).

Quando ingressa de vez no Partido Bolchevique, Kollontai já é considerada uma figura de destaque na luta das mulheres pelo socialismo. Pouco depois de ter voltado da Europa, eclode a Revolução de fevereiro de 1917 na Rússia, e Kollontai volta imediatamente para Petrogrado (SERRA, 1976, p. 45). Às vésperas da Revolução de Outubro, Kollontai participou de uma reunião do Comitê Central do Partido, em que Lênin defendeu a necessidade da insurreição armada, como diz Serra (1976, p. 46, tradução nossa):

Em meio a uma forte oposição inicial, a única voz que lhe apoiou, desde a sua primeira proposta, foi a de Kollontai. Kollontai, como membro do C.C. do partido (o Comitê Central, chamado posteriormente “leninista”), levou a cabo uma série de missões de grande responsabilidade.

Suas atividades de organização das mulheres continuaram ao mesmo tempo em que se dedicava às outras atividades políticas. Após a Revolução de Outubro de 1917, Kollontai foi a única mulher a compor o primeiro escalão do governo russo, tornando-se Comissária do Povo do Bem-Estar Social, cargo que lhe possibilitou a participação efetiva na elaboração das novas leis do Estado Soviético. Escreve Ana Corbisier no “Prefácio” à obra de Kollontai (1982, p. 7):

Nesse cargo, Alexandra Kollontai pôde ver transformados em leis alguns princípios que entendia constituir os fundamentos para as relações entre homens e mulheres na sociedade comunista do futuro: o aborto foi liberado, a união não legalizada reconhecida da mesma maneira que o casamento civil, a mulher deixou de ser obrigada a adotar o nome do marido, salvo no caso em que assim o desejasse, podendo então haver uma troca de sobrenomes entre os cônjuges, o divórcio era livre.

A constituição soviética estabeleceu que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens na vida econômica, pública, cultural, social e política. O código penal, por sua vez, determinou punições para os que buscassem impedir que isso se realizasse. Assim refere Ana Barradas (1985, p. 95-120):

A ilegitimidade dos filhos foi abolida, e deixou de haver disposições penais contra o incesto, o adultério e a homossexualidade. A 31 de dezembro de 1917, é criado por decreto um Instituto de

proteção da maternidade e da infância. O decreto de 31 de maio de 1918 instituiu a educação mista nas escolas. A 20 de novembro de 1920, foi legalizado o aborto, que deveria ser clinicamente assistido e executado por simples desejo da mulher, a expensas do Estado.

Durante o período do comunismo de guerra, de maio de 1918 a fins de 1920, apesar da situação crítica, diz Yolanda Serra (1976, p. 156, tradução nossa) que:

A Rússia parecia aproximar-se bastante do esquema de uma sociedade comunista, tal como haviam sonhado os socialistas utópicos do pensamento socialista; mas, na realidade, dada a situação de extrema pobreza e necessidade do país, não era mais que “a igualdade de uma miséria que se aproximava muito do retorno à barbárie”.

Foi esse justamente o período em que as mulheres alcançaram mais profundidade e reconhecimento em sua luta. Acerca disso refere Barradas (1985, p. 5):

Começava a cair por terra o mito da mulher “alimentadora”, dedicada a proporcionar ao marido e filhos os prazeres da mesa, agarrada ao fogão, ao avental e ao pano de louça, e incapaz para as outras preocupações. Punha-se em prática uma forma de consumo mais econômica e mais racional, exigindo menos trabalho, combustível e produtos alimentares. Por mais que se lamentasse a perda da refeição da família, do

momento íntimo de satisfação física e de comunicação entre pais e filhos, e por maior que fosse a resistência a esse novo hábito coletivista, não se podia deixar de lhe reconhecer as superiores vantagens, sobretudo em benefício da mulher.

Não se pode negar que o Estado Soviético instaurou uma avançada legislação sobre os direitos das mulheres, assim como não se pode omitir a importância de Alexandra Kollontai nesse processo. Kollontai se posicionou não somente contra a burguesia e os resquícios de sua moral, mas contra o pensamento religioso secular, a corroborar com a moral das classes dominantes. Lutou pela legalização do aborto, pela livre decisão da mulher e o amparo de sua saúde pelo Estado; condenou a interferência da moral nas decisões das mulheres sobre sua própria vida e sobre o próprio corpo. A “separação da cozinha e do casamento – eis uma grande reforma, não menos importante que a separação da Igreja e do Estado, pelo menos no destino histórico da mulher” (KOLLONTAI, 1982, p. 89). Preocupou-se em elucidar como a moral sexual burguesa enquadrava as mulheres dentro da exploração doméstica, assinalando que a família burguesa não está a serviço das necessidades morais da pessoa, mas dos interesses da propriedade. E como sustentáculo da família, refere que o casamento monogâmico surge como um dos eixos da exploração às mulheres, ao impor-lhes uma vida de resignação e escravidão.

Kollontai fala na condição de testemunha de uma época em transição, de um modelo de família que vinha se decompondo e, nesse quadro, no campesinato, que ainda não havia sido envolvido pelas correntes mundiais de trocas comerciais, pois

ainda prevalecia a antiga economia fechada, natural. Assim, a velha forma da família patriarcal mantinha-se em toda sua imunidade arcaica: o divórcio estava fora de questão, o casamento era uma união baseada nas relações de produção (KOLLONTAI, 1982, p. 23).¹⁰ A indissolubilidade do casamento, sustentada pela moral cristã burguesa, não admitia que as pessoas pudessem se equivocar na sua escolha de parceria amorosa. Esse sentimento de propriedade da outra pessoa, um dos fundamentos do matrimônio, segundo Kollontai (1982, p. 16), exerce um efeito nocivo para a alma humana. E diz:

Para aumentar a solidez da família, para incrementar o prestígio das virtudes familiares, o Terceiro Estado fez tudo o que dele dependia. Usou a religião, que prega a indissolubilidade do sacramento do matrimônio, a lei que pune o adultério da mulher, e a moral, que apregoa o caráter sagrado do lar [...] A moral do Terceiro Estado foi reconhecida como a moral de toda a humanidade [...] Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista foi proclamado forma

10 “Mas mesmo essa situação estava prestes a mudar. As velhas normas imobilizadas da vida patriarcal [...] perdem sua estabilidade a partir do momento em que a economia camponesa se vê envolvida pela corrente geral das trocas mundiais de mercadorias [...]. Com relação às camponesas, vem crescendo o número das que tentam escapar da vida familiar e buscam trabalho em cidades distantes ou optam pela vida monástica [...]. Esta aspiração à vida monástica, à religião, assim como o desejo de ir para a cidade, para o centro industrial, a fim de ganhar a vida, traduz o desenvolvimento da consciência das camponesas, que começam a não poder mais com a submissão familiar [...] O capitalismo, permeando todas as relações no campo, desferiu golpes decisivos na estrutura patriarcal do campesinato russo” (KOLLONTAI, 1982, p. 23-25).

definitiva e eterna da vida econômica da humanidade, o casamento monogâmico foi declarado instituição social permanente e intangível.

O “ideal do amor ficava, portanto, restrito ao casal unido em matrimônio, cujo fim era o aumento de seu bem-estar material e das riquezas, dentro do núcleo familiar, isolado totalmente do resto da sociedade” (KOLLONTAI, 2000, p. 141). Portanto, o ideal burguês do amor não corresponde às necessidades da camada social mais numerosa, não atende às necessidades da classe operária, para quem, em geral, os bens e a herança não fazem sentido, já que, segundo Kollontai (1982, p. 108), quem não tem nada se unia única e exclusivamente pelo amor. O casamento monogâmico, além de significar uma exploração ainda maior às mulheres operárias, provoca o seu isolamento social. É muito difícil para uma mulher trabalhadora e mãe participar de debates, reuniões, grupos de estudo etc. O pouco tempo que lhe resta está comprometido com os afazeres domésticos e com os filhos.

Desamparadas pelo Estado e condenadas pela moral dominante, as mães solteiras aparecem ainda mais exploradas, surgem como grandes atrativos para a indústria capitalista, já que, em tais condições, não podem exigir melhores salários, diz Kollontai (1982, p. 29):

O que não suportaria a operária mãe de família, o que não está pronta a aceitar, que condições de trabalho, por mais draconianas que sejam e mais revoltantes, não suportaria, para não chegar em casa com as mãos vazias, para não ouvir mais

choro de fome que rasga o coração [...] estão em condições de aceitar os piores trabalhos.

Com relação às mulheres casadas, o baixo salário do marido empurra a mulher aos braços do modo de produção capitalista, o que ocasiona o processo de desmonte da vida familiar, pois, como afirma Kollontai (1982, p. 26), “o lar se extingue e deixa de ser o centro de união dos membros da família”. O capitalismo vence costumes, petrificados em sua imutabilidade, isolando no mundo as famílias dos camponeses, dos comerciantes e dos pequeno-burgueses. “Em tais condições, o casamento, ainda que resultante de uma recíproca inclinação transforma-se rapidamente em um jugo intolerável, que cada um por seu lado tenta esquecer na vodka [...]” (KOLLONTAI, 1982, p. 26).

Daí que a possibilidade do divórcio contribuiu para as transformações profundas que a família atravessava, e mesmo num momento em que as condições de produção tiraram a mulher do lar e dos deveres maternos, também forjou um ser humano. As mulheres puderam exercer a sua participação nos rumos em que caminhava a sociedade, e quanto mais independentes, segundo Kollontai (1982, p. 48), mais as mulheres puderam livrar-se do “cativeiro amoroso”. E mesmo a “união livre” pesa mais sobre a mulher, mas ao menos dá à proletária uma satisfação: “o homem não pode exercer sobre ela o papel de ‘amo e senhor’; a mulher aceita cada vez menos a submissão familiar, e se ainda se importa com o casamento é apenas como meio de fazer o homem suportar uma parte das despesas com a manutenção do filho”.

Essa situação se modifica quando Kollontai aborda a situação das mulheres independentes que fizeram sua vida com o

salário que ganham. Aí o casamento não é um meio de garantir alguém para alimentá-la e mantê-la, pois não tem necessidade do casamento como transação econômica.

No que se refere às feministas burguesas, Kollontai (1982, p. 47) lhes desfere árduas críticas, argumentando que, apesar de lutarem pela igualdade da mulher, “odeiam o poder soviético e se esforçam tanto quanto possível em detê-lo aos olhos das massas”. Acusa-as de buscarem soluções individuais que não interfiram na estrutura da sociedade e de também pretenderem a sua liberdade à custa do trabalho das outras mulheres. Segundo Kollontai (1982, p. 47), as burguesas, com a bandeira do feminismo, pagam outras mulheres para que realizem as tarefas domésticas: “É com maior facilidade que as burguesas se livram de todos os aborrecidos cuidados que as crianças exigem às custas das mulheres da outra classe, da classe ‘inferior’. Confiam até sua boquinha ávida ao seio de uma estranha – de uma proletária”. De boa vontade as mães burguesas se desincumbem dos cuidados com as crianças usando força de trabalho assalariada: amas, babás, governantes.

Também a questão do casamento se resolve fácil: as ricas, mais à direita, querem o casamento civil e assim facilitar o divórcio; a separação dos bens dos cônjuges, uma solução individual, pois basta que a mulher tenha ousadia e deixe o seu marido. As feministas têm interesse num casamento civil que as deixe com heranças do marido. Com relação às crianças e à maternidade, o pensamento burguês dessas mulheres reforça a individualidade, pois se preocupam apenas com seus filhos e com a sua liberdade

individual: “são das demandas das representantes do capital – defesa dos seus interesses materiais” (KOLLONTAI, 1982, p. 37).

É apenas nas famílias sem dinheiro que as mães carregam todo o peso da maternidade. “Tem a operária um medo terrível de não suportar o fardo da maternidade, o que muitas vezes a obriga abandonar seus filhos ao Estado [...]” (KOLLONTAI, 1982, p. 95). Para essas mulheres, as velhas formas de família e de economia doméstica pesam como um fardo sob seus ombros e as impedem de se tornarem combatentes da revolução e do comunismo. Para muitas, é preciso enfrentar severas condições e traumas psicológicos, como as conseqüentes violências, a experiência do aborto, a exaustão emocional da maternidade.

Outras mulheres ainda são empurradas para outro tipo de exploração: a prostituição. Kollontai aponta para uma sociedade burguesa hipócrita, em que o casamento monogâmico e cristão é inviolável, ao mesmo tempo em que é totalmente exercida a prostituição, numa brutal degenerescência psíquica dos seres envolvidos. Para ela, tanto o casamento e a ideia de posse um do outro quanto a prostituição fazem parte da crise sexual em que se encontra essa sociedade.

Nesse esquema, o casamento é a cara e a prostituição é a coroa. Os homens que não se satisfazem no casamento podem se aventurar em relações de comercialização do corpo das mulheres, porém, à mulher casada, é completamente condenada a traição. Ela não tem, como os homens, uma opção legalizada como é a

prostituição.¹¹ Declarada necessária para a satisfação das necessidades sexuais naturais dos homens, diz Kollontai (1982, p. 32), “a prostituição, desde a formação da sociedade de classes, tornou-se, de uma forma ou de outra, um ‘pára-raios contra a orgia’, a garantia dos princípios familiares e a guardiã da virtude das ‘honestas’ burguesas”. Segundo ela, o impacto da prostituição repercute em toda a sociedade, deixando suas marcas nos homens e nas mulheres, agudizando a crise sexual reinante. Em suas palavras:

A prostituição deforma as ideias normais dos homens, empobrece e envenena o espírito. Rouba o que é mais valioso nos seres humanos, a capacidade de sentir apaixonadamente o amor, essa paixão que enriquece a personalidade pela entrega dos sentimentos vividos. A prostituição deforma todas as noções que nos levam a considerar o ato sexual como um dos fatos essenciais da vida humana, como o acorde final de múltiplas sensações físicas levando-nos a estimá-lo, em troca, como ato vergonhoso, baixo e grosseiramente bestial. A vida psicológica das sensações na compra de carícias tem repercussões que podem produzir

11 Diz Kollontai (1882, p. 107): “Em troca de alimentar e manter a mulher, o homem recebe da mulher [...] servidão e manter uma fidelidade impecável para não obrigar o seu marido a manter o filho de outro homem. Por isso, não havia perdão para a mulher que pecasse contra o código da moralidade sexual. Já a conduta do homem é aceita, a burguesia finge não vê-lo – não prejudica em nada os interesses da economia familiar”. E continua: “Estreitos interesses materiais de classe obrigaram a burguesia a preocupar-se com a ‘pureza’ do leito nupcial e a proceder a caça aos ‘filhos ilegítimos’, isto é, aqueles que não podiam nem deviam herdar, nem sequer uma parcela dos tesouros acumulados pela família” (KOLLONTAI, 1982, p. 16).

consequências muito graves na psicologia masculina. O homem acostumado à prostituição, relação sexual na qual estão ausentes os fatores psíquicos, capazes de enobrecer o verdadeiro êxtase erótico, adquire o hábito de se aproximar da mulher com desejos reduzidos, com uma psicologia simplista e desprovida de tonalidades. Acostumado com as carícias submissas e forçadas, nem sequer tenta compreender a múltipla atividade a que se entrega a mulher amada durante o ato sexual. Esse tipo de homem não pode perceber os sentimentos que desperta na alma da mulher. É incapaz de captar os seus múltiplos matizes. Muitos dos dramas têm como causa essa psicologia simplista com que o homem se aproxima da mulher, que foi engendrada pelas casas de lenocínio. A prostituição estende, inevitavelmente, as suas asas sombrias tanto sobre a cabeça da mulher livremente amada, como sobre a esposa ingênua e amorosa e sobre a amante intuitivamente exigente. A prostituição envenena implacavelmente a felicidade do amor das mulheres que buscam no ato sexual o desfecho de uma paixão correspondida, harmoniosa e onipotente. A mulher normal busca no ato sexual a plenitude e a harmonia. O homem, pelo contrário, formado como está na prostituição, que extermina a múltipla vibração das sensações do amor, entrega-se apenas a um pálido e uniforme desejo físico que dedica em ambas as partes uma insatisfação e fome psíquica. A incompreensão mútua cresce quanto mais desenvolvida está a individualidade da mulher, maiores são as suas exigências psíquicas, o que

traz como resultado uma grave crise sexual. Portanto, a prostituição é perigosa, pois a sua influência estende-se muito além do seu próprio domínio. (KOLLONTAI, 2000, p. 35).

Só que a prostituição não alarma a classe burguesa porque não é essa classe que fornece a contingência dessas mulheres. Tanto a burguesia quanto a Igreja gozam amplamente dos serviços da prostituição e secretamente os mantêm. Ainda assim, perseguem e carregam de desvalorização, condenam mais, mas se beneficiam do comércio do corpo feminino. O que acontece é que a sociedade contemporânea, diz Kollontai (1982, p. 32), ao “substituir a tortura e os assassinatos periódicos das prostitutas pelo assassinato moral com apoio das leis e rigorosos regulamentos, não se diferencia da crueldade medieval”.

De fato, a prostituição, como apêndice obrigatório da sociedade de classes contemporâneas, pesa principalmente sobre as classes despossuídas. Como vimos, no seu texto *Marxismo e revolução sexual*, Kollontai (200, p. 34) aborda as diferenciações de classe entre as mulheres:

Até a prostituição a sociedade capitalista dividiu em duas classes: as ricas e pobres. A polícia persegue a prostituta pobre. Diante das prostitutas ricas, a polícia, assim como os regulamentos, não fazem senão tirar o chapéu [...]. Além disso, as prostitutas desta espécie encontram sempre defensores para livrá-las, ou pelo menos a pagar a fiança por elas. Em todas as cidades predominam as prostitutas de baixa classe. A polícia, a fim de evitar um trabalho suplementar

e aborrecimentos, reprime as pobres e as que “rodam a bolsinha”.

Kollontai (1982, p. 33) chega à conclusão de que, se o governo admite as prostitutas (coloca a polícia para fiscalizá-las e, por isso mesmo, incentiva sua indústria), deve admitir também que vivam em casas, e mesmo – no interesse da ordem e da saúde públicas – que existam casas especiais para exercer sua profissão. Para Kollontai (1982, p. 114), o Estado Soviético deve considerar as prostitutas da mesma maneira que a esposa fiel, como diz:

[...] não interessava saber se uma mulher vendia-se a um só homem ou a vários ao mesmo tempo, se se tratava de uma prostituta profissional ou de uma esposa legal, vivendo, não de um trabalho útil, mas dos meios de existência de um marido a quem se vendera legalmente.

Ao analisar a mentalidade dos homens e mulheres imersos nas regras de comportamento ditadas pela burguesia, “fica claro que o problema da abolição da prostituição, o problema do saneamento das relações entre os sexos, é o próprio problema da classe operária, problema ligado estreitamente às condições de trabalho e de produção”, conclui Kollontai (1982, p. 35). Nesse caminho, Kollontai expôs as contradições da moral que rege as relações mais íntimas e as relações sociais como um todo. Realizou uma reflexão sobre os sentimentos universais de amor, liberdade, companheirismo e compreensão. Nos seus escritos, há uma preocupação com a elevação moral da humanidade, a superação de sentimentos que funcionam como sabotadores do

desenvolvimento de novas relações, livres da posse, do ciúme, da insegurança e da submissão da mulher.

Percebemos que dentro da crise sexual, segundo Kollontai, são as mulheres operárias as únicas capazes de carregar os germens para as novas relações sociais futuras. Por isso, diz: “É difícil, muito difícil para a mulher burguesa perceber que a portadora da nova verdade social e moral não é ela, mas sua irmã proletária, que se acostumou a tratar, inelutavelmente, com ar desdenhoso e protetor” (KOLLONTAI, 1982, p. 50). O que as feministas estão há muito tempo querendo inaugurar como contravenção aos padrões culturais dominantes, as mulheres trabalhadoras já vivem na prática há muito tempo. Diz Kollontai (1982, p. 20): “A mulher trabalhadora contempla como nasce e se fortalece dentro de si a consciência de sua independente individualidade”. E complementa: “Tem fé em suas próprias forças. Gradualmente, de forma inevitável e poderosa, desenvolve-se o processo de acumulação de novos caracteres morais e espirituais”.

A luta do movimento das mulheres trabalhadoras atingiu as bases da estabilidade social da burguesia, provocou uma “revolução nos costumes”. A psicologia da classe também se transforma radicalmente à medida que mudam as condições econômicas, diz Kollontai (1982, p. 49). Nesse esquema, “o proletariado é a única classe capaz de vislumbrar as futuras normas da moral sexual, já que entre os trabalhadores é onde as pessoas se inclinam pelo coração”. A classe trabalhadora e a mulher trabalhadora são, pois, portadoras do esboço das novas relações, sendo geradas nas suas duras condições de vida. Assim afirma Kollontai (1982, p. 50):

Não se pode negar, evidentemente, que a influência nefasta do capitalismo, as insuportáveis condições de vida e de trabalho da classe operária, introduzem muitos elementos anormais e imorais na atmosfera moral que cerca o trabalhador e a trabalhadora, e desfiguram, às vezes de maneira indelével, a face moral do proletariado. A exiguidade e a superlotação das habitações, o salário miserável das mulheres, o trabalho exaustivo e excessivamente longo, as crianças malcuidadas, a ausência de interesses culturais, tudo isso traz consequências extremamente aflitivas, encorajando a prostituição, a depravação das crianças, a bebedeira, a grosseria dos costumes. Mas, mesmo nessa atmosfera envenenada encontramos um terreno mais favorável à elaboração da psicologia do futuro do que no meio burguês; só aqui podem crescer os brotos, ainda amarelados e fracos, das futuras relações sexuais, mais livres.

A autora questionou que tipo de amor seria possível nas condições morais em que ainda se encontrava a sociedade capitalista. Como aflorar o amor se os homens têm pouco tempo livre e as mulheres o dilema em precisar escolher entre o amor e a profissão? Vai adiante, assim considerando:

○ amor livre choca-se com dois obstáculos inevitáveis: a incapacidade para sentir o amor verdadeiro, essência do nosso mundo individualista, e a falta de tempo para se entregar aos verdadeiros prazeres morais. ○ homem atual não tem tempo para amar. A nossa sociedade,

fundada sobre o princípio da concorrência, sobre a luta, cada vez mais dura e implacável, pela subsistência, para conquistar um pedaço de pão, um salário e um ofício, não deixa lugar ao culto do amor. (KOLLONTAI, 2000, p. 37).

Apesar de vislumbrar um tipo de “amor livre”, o “amor camaradagem”,¹² sua tese é de que só uma série de reformas radicais no campo das relações sociais, transferindo-se as obrigações da família para a sociedade e o Estado, criaria um terreno favorável, no qual o princípio do “amor livre” poderia em certa maneira realizar-se (KOLLONTAI, 1982, p. 41). É primordial, segundo a autora, que uma outra moral sexual seja concebida, assim como novas relações sociais e sexuais na sociedade comunista. *O casamento fundado na propriedade privada e na subordinação da mulher ao homem precisa ser completamente destruído, assim como os serviços domésticos, a dependência econômica e emocional da mulher, a prostituição e a visão burguesa da maternidade.* A luta pela condição de igualdade entre homens e mulheres, na visão de Kollontai (1982, p. 41), preconiza a instauração de uma moral única, igualmente obrigatória para ambos: “a ‘união livre’ deve ser fundada em um amor verdadeiro, o princípio do amor livre só

12 Para a construção de um amor baseado na camaradagem, é preciso que a sociedade esteja edificada na base da solidariedade, consciência da comunidade, “desenvolvida em alto grau a capacidade do potencial de amor, isto é, a capacidade de sentir simpatia. Por isso, a ideologia proletária procura educar e reforçar em cada um dos membros da classe operária sentimentos de simpatia diante dos sofrimentos, das necessidades de seus camaradas de classe [...] tende também a compreender as aspirações dos demais, a consciência de união e todas essas sensações derivam do amor no sentido mais amplo da palavra” (KOLLONTAI, 2000, p. 144).

poderá entrar em vigor sem trazer novos sofrimentos à mulher, quando esta estiver livre das cadeias materiais que a tornam hoje duplamente dependente: seu marido e o capital”.

É certo que as mulheres não poderiam continuar responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Elas precisavam contribuir para o desenvolvimento da economia, assumindo plenamente as tarefas produtivas e, além disso, todas as outras, pois

[...] os homens estavam na guerra ou preparando-se para elas, o Estado não podia atender à socialização das funções da família pelas mesmas razões. Então era preciso que, além de produzirem, as mulheres tratassem das tarefas domésticas, educassem os futuros cidadãos soviéticos, e assegurassem o aumento do índice da natalidade. (BARRADAS, 1985, p. 114).

O Estado Soviético levou em consideração as questões femininas porque também precisava da mulher dentro da fábrica e não somente presa à imanência. Como diz Kollontai (1982, p. 92), partia-se “do ponto de vista da tarefa fundamental da república dos trabalhadores: o desenvolvimento das forças produtivas do país, o reerguimento e o impulso da produção”. Isso porque, para o governo, existia um interesse que prevalecia sobre qualquer outro: a necessidade de abastecer o Exército Vermelho e os habitantes das cidades, visto que, no final, eram eles que pode-

riam manter o regime soviético.¹³ Nessa linha, “o Estado Soviético vê a mulher, antes de tudo, como uma força de trabalho, como uma unidade de trabalho viva” (KOLLONTAI, 1982, p. 95). Para isso, era fundamental tornar a maternidade compatível com o trabalho para a coletividade e, assim, eliminar a necessidade do aborto (KOLLONTAI, 1982, p. 100).

Era preciso ainda ressignificar a maternidade. Kollontai (2007, p. 34) considera a função maternal como uma tarefa muito importante, mas complementar. Ao se referir a sua própria experiência, diz: “Eu dei à luz um filho. Embora eu o tenha pessoalmente educado com grande cuidado, a maternidade nunca foi o centro da minha existência” (KOLLONTAI, 2007, p. 34). A maternidade precisava ser encarada por outro ponto de vista:

A palavra de ordem: “seja mãe não apenas para seu filho, mas para todos os filhos dos operários e camponeses”, devem ensinar às mulheres trabalhadoras uma nova forma de ver a maternidade. [...] Só a mulher, membro da coletividade trabalhadora, que amamentou, tem o direito de dizer que cumpriu com o seu dever social. Quanto aos outros cuidados que a nova geração exige, a coletividade pode assumi-los. Evidentemente, o instinto materno é forte, e não devemos deixar que ele se extinga. Mas por que este instinto deveria limitar-se ao amor e aos cuidados transmitidos apenas ao próprio

13 “[...] existia um interesse que prevalecia acima de qualquer outro: a necessidade de abastecer o Exército Vermelho e aos habitantes das cidades, que, definitivamente, eram os que poderiam manter o regime soviético”. (SERRA, 1976, p. 52, tradução nossa).

filho? Por que não dar a esse instinto precioso da humanidade trabalhadora a possibilidade de germinar amplamente e de florescer até seu estágio superior: a preocupação com as crianças que não são próprias, mas que também são frágeis: amor e ternas carícias para os filhos dos outros? Esse pensamento deve ensinar às mulheres trabalhadoras uma nova maneira de ver a maternidade. (KOLLONTAI, 1982, p. 95).

Kollontai defende que o Estado auxilie todas as mulheres grávidas e lactantes com a criação de maternidades, centros de amamentação, jardins de infância, creches. As mulheres devem ser protegidas e encaradas como geradoras de uma descendência. Diz:

A mulher, que carrega em pé de igualdade com o homem o peso do restabelecimento da economia, que participou da guerra civil, tem direito de exigir da república dos trabalhadores que, em uma hora grave de sua vida – no momento que ela vai dar à sociedade um novo membro – a coletividade se encarregue de sua saúde e do futuro de seu cidadãozinho. (KOLLONTAI, 1982, p. 98-99).¹⁴

14 É perceptível a sensibilidade de Kollontai ao se referir à maternidade, tema bastante trabalhado em seus textos. Sendo ela mesma mãe, em um momento sugere algo que dificilmente seria pensado e defendido por um homem. Diz Kollontai (1982, p. 98-99): “A república dos trabalhadores criou, desde os primeiros anos da Revolução, as casas da maternidade, essas casas permitem não apenas à mulher só encontrar um refúgio no período mais difícil de sua vida, mas também às mulheres que têm família, durante os últimos meses de sua gestação e os primeiros da vida do bebê, escapar da casa, da família, das suas inevitáveis e mesquinhas preocupações, para consagrar-se totalmente ao reestabelecimento de suas forças e à observação do bebê nas primeiras semanas – as mais importantes – de sua vida”.

Mas, para que a mulher seja liberada da educação e cuidados com os filhos e a casa e ingresse no mercado de trabalho, era preciso que a sociedade tomasse para si a responsabilidade com as próximas gerações. Esse fator se torna um ponto diferencial da “nova moral”, pois, “como se sabe, a sociedade burguesa não se sente obrigada a cuidar da nova geração” (1982, p. 112). Acerca disso, Kollontai (1982, p. 97) escreve:

No ambiente sadio dos estabelecimentos de educação social – educação que na URSS vai da infância à idade dos 16 anos – sob a direção de pedagogos e de médicos e sob o controle das próprias mães (há a obrigatoriedade nas creches de um plantão materno) as crianças crescem nas condições necessárias à formação do homem novo. Os costumes e o ambiente que reinam nas creches, escolas maternais e jardins de infância incutem na criança os traços de caráter e hábitos necessários aos construtores do comunismo. O homem educado nestes estabelecimentos estará mais apto a viver numa comunidade de trabalhadores do que aquele cuja infância se desenrolou numa esfera fechada dos hábitos egoístas da família.

Em sua perspectiva, a maternidade e o trabalho doméstico precisavam ser reconhecidos como um problema social. Era imprescindível livrar as mulheres do trabalho doméstico e transferir tal obrigação a coletividades especialmente adaptadas. Era preciso defender os interesses da criança e da mãe, promover uma ampla legislação protetora, seguro materno; transferir os

cuidados com a infância e com a família ao Estado e à sociedade (KOLLONTAI, 1982, p. 52). Evidentemente, diz Kollontai (1982, p. 93), estes princípios estão longe de serem totalmente realizados na prática. “Estamos mais atrasados do que nossas intenções”.

A crise sexual é assim insolúvel, sem que haja uma transformação fundamental da psicologia humana. Indo mais profundamente, afirma Kollontai (2000, p. 67) que “a crise sexual só pode ser vencida pela acumulação de potencial de amor”. É preciso que se reconstruam todas as “bases sociais que condicionam o conteúdo moral da Humanidade”. Assim diz que “todas as reformas sociais, condições indispensáveis para as novas relações entre os sexos, serão insuficientes para resolver a crise sexual se, ao mesmo tempo, não se forma uma força criadora poderosa, capaz de aumentar o potencial de amor da humanidade” (KOLLONTAI, 2000, p. 5). A libertação da mulher só pode se realizar por uma transformação radical na vida cotidiana. Continua ela: “E a vida cotidiana, por sua vez, só será transformada por uma reconstrução radical de toda a produção, nas novas bases da economia comunista” (KOLLONTAI, 2000, p. 101).

NA REVOLUÇÃO RUSSA: DA DISSIDÊNCIA À COMPLACÊNCIA

Quais seriam as bases da economia comunista? Qual o destino levaria à revolução? Ou, como seria reconstruída a gestão econômica da sociedade? Também sobre essas questões, Alexandra Kollontai marcou sua atuação política no Partido Comunista. Kollontai contribuiu enormemente na luta das mulheres por igualdade. A Rússia revolucionária tocou em questões que regimes anteriores, não só da Rússia, mas de toda

a Europa, jamais haviam ousado conceber. Porém, como se sabe, as mentalidades percorrem uma velocidade diferente da velocidade dos acontecimentos, um ritmo bem mais lento. Então, mesmo dentro do movimento revolucionário, Kollontai precisou garantir que a presença das mulheres não fosse ignorada.

No interior do Partido Operário Social Democrata Russo, junto aos bolcheviques, ainda em 1905, afirmou que percebia “pela primeira vez quão pouco nosso partido se preocupava com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina” (KOLLONTAI, 2007, p. 37). Kollontai precisou combater o machismo arraigado nos companheiros de luta, mesmo nos ambientes mais revolucionários:¹⁵ “naturalmente, sempre fiz isso de um modo que exigia do partido que ele abraçasse a causa da libertação feminina. Isso nem sempre foi uma tarefa fácil. Muita resistência passiva, pouca compreensão, e ainda menor interesse para esse objetivo se apresentavam (KOLLONTAI, 2007, p. 47). Denunciava que quando se tratava de romper com as velhas estruturas, lutar pela mudança das antigas relações de produção, ser intransigente com a sociedade burguesa, podiam-se encontrar unidos para isso todos os revolucionários. Mas, no momento em que se trata de romper com a velha mentalidade patriarcal, romper com o papel subordinado das mulheres, em particular na vida privada,

15 Sua crítica à incoerência dos revolucionários, quando se tratava da opressão das mulheres, diz Tatau Godinho, na “Introdução” de *A nova mulher e a moral sexual* (KOLLONTAI, 2000, p. 11), indicava, na prática, o enfrentamento de um problema que ainda hoje ocupa as militantes de esquerda: as contradições entre as relações de gênero e as relações de classe, entre os interesses individuais que se alimentam da opressão das mulheres e os objetivos coletivos visando à construção da igualdade em todos os campos da vida social).

então, não é incomum que os revolucionários se unam em defesa dos mais atrasados preconceitos e comportamentos totalmente incompatíveis com as mudanças que defendem (KOLLONTAI, 2000, p. 10). Na sua autobiografia, Kollontai (2000, p. 75) relata as resistências que teve de enfrentar.

Um debate inflamado alastrou-se quando publiquei minha tese sobre a nova moral [...] A ala mais radical do partido foi formada em torno dessa questão. Minhas teses, minhas idéias sobre sexo e moral, foram amargamente combatidas por muitos camaradas do partido de ambos os sexos, assim como ainda com outras diferenças de opinião no partido a respeito dos princípios políticos.¹⁶

Como diz acima, não foi somente contra o machismo que se posicionou nos debates e conferências do Partido bolchevique. Da mesma forma que lutou em defesa da emancipação das mulheres trabalhadoras, Kollontai também se posicionou em defesa da democracia operária, da atividade autônoma das massas e da importância dos sindicatos como órgãos de representação

16 Sobre os ataques que enfrentou, diz Kollontai (2007, p. 69): “Meus esforços de nacionalizar o atendimento materno e infantil desencadearam uma nova onda de ataques insanos contra mim. Mentiras de todo tipo foram ditas sobre a nacionalização das mulheres, sobre minhas propostas legislativas que ordenariam assertivamente que meninas pequenas de doze anos fossem mães. Uma fúria especial dominou os religiosos seguidores do velho regime quando, baseada em minha própria autoridade (os demais membros do governo me criticaram mais tarde por esta ação), transformei o famoso mosteiro de Alexander Nevsky numa casa para inválidos de guerra [...] A Igreja organizou manifestações de rua contra minha ação e me excomungou”.

da classe trabalhadora. Aí se deram as divergências, como ela diz: “Havia diferenças de opiniões dentro do partido, renunciei ao meu cargo como comissária do povo com base em meu total desacordo com a política atual” (KOLLONTAI, 2007, p. 71).

As divergências tiveram início em 1918, mas é em 1919, consolidando-se ao final da guerra civil em 1920, que surge “uma forte corrente de oposição dentro do partido, a chamada Oposição Operária” (SERRA, 1976, p. 54). Segundo Alexandra Kollontai (1977), a Oposição Operária nasceu do proletariado industrial, produto das incoerências e dos desvios da política soviética em relação aos princípios de classe expressos no programa comunista. Também em 1920, Kollontai foi eleita membro do Comitê Executivo no VIII Congresso Soviético e aí uniu-se à Oposição Operária, grupo que representou uma oposição organizada, antes mesmo da tomada do poder, no seio do próprio partido bolchevique (KOLLONTAI, 1977, p. 5).

A Oposição Operária, conforme Paula da Cruz (2011, p. 167), “pugnava pela efetiva participação da massa na recomposição da economia durante o regime de transição. Essa participação deveria ser viabilizada por intermédio de sindicatos dotados de poderes de decisão sobre política geral econômica”.

Em 1917, os trabalhadores haviam criado órgãos (Comitês de Fábrica e Sovietes) que deviam garantir a gestão da sociedade pelos próprios trabalhadores. Essa foi uma das grandes bandeiras da revolução. Ao lado de “pão, paz e terra”, o lema “todo poder aos soviets” gerou em milhares de operários a esperança de participar dos rumos e da gestão da “Rússia dos Trabalhadores”. Mas é bem sabido que não foi isso no que se desdobrou. Os sovie-

tes, que em princípio seriam órgãos de manifestação da vontade popular, haviam se afastado dessa finalidade, distanciando-se da base trabalhadora e passando a ter em sua composição elementos do antigo sistema, como especialistas, técnicos e homens de negócios. Acompanhando o processo de burocratização desde o início, a Oposição Operária mostrou desacordo e denunciou a centralização do poder nas mãos dos técnicos de origem pequeno-burguesa e dos burocratas do partido. Veremos que a Oposição vai atuar, “sem, no entanto atacar frontalmente a estrutura do poder já estabelecido” (KOLLONTAI, 1977, p. 10).

Um dos problemas levantados por Kollontai no seu texto *A Oposição Operária*¹⁷ referia-se à distância dos membros do partido da realidade em que viviam os/as trabalhadores/as. Segundo Maurice Brinton (2014), um pouco dessa distância se remetia ainda à luta do partido no governo czarista. Em suas palavras:

17 Brochura destinada a propagandear as ideias do grupo e seu posicionamento quanto ao molde que deveria ter a revolução. De acordo com Serra (1976, p. 59-60, tradução nossa), a “plataforma da Oposição Operária, redigida por Kollontai, caracterizava os seguintes pontos como reivindicações imediatas: plena igualdade de salários para todos os operários e funcionários sem discriminação dos diferentes trabalhos; livre distribuição de alimentos e artigos de primeira necessidade a todos os operários, e gradual substituição da moeda pelo pagamento em espécie. Posições políticas centrais eram: autonomia total dos sindicatos, do mesmo modo com os soviets; a direção da economia, ora correspondesse ao Congresso de produtores de toda Rússia, em um nível inferior, deveria estar a cargo dos sindicatos, desde onde se organizaria em direção aos órgãos superiores”. Pelas ideias presentes neste texto, no 10º Congresso do Partido, Kollontai (1977, p. 119) denunciou que a difusão de *A Oposição Operária* tinha sido sabotada deliberadamente.

Resultado das condições particulares da luta contra o czarismo e das suas próprias concepções organizativas, os dirigentes do Partido (do Comitê Central aos responsáveis dos grupos locais) encontravam-se numa situação que apenas lhes permitia laços muito pouco estreitos com o movimento operário real. “Um verdadeiro agitador, escrevia Lenin, que demonstre algum talento, ou que pelo menos promete vir a tê-lo, não deve trabalhar na fábrica, consideramos que ele deve viver sustentado pelo Partido... e passar para a clandestinidade”. Não espanta nessas condições que os poucos quadros bolcheviques de origem operária tenham perdido rapidamente qualquer contato real com a sua classe. (BRINTON, 2014, p. 156).

Consideramos que Alexandra Kollontai e o grupo Oposição Operária diagnosticaram um dos problemas cruciais da política do partido bolchevique: o distanciamento dos trabalhadores na condução dos destinos pós-revolução. No seu texto, escrito nos anos 1920-1921, Kollontai (1977, p. 51) aborda o que considera ser a principal controvérsia da oposição e o comitê central do Partido Bolchevique: “quem construirá e como deverá ser construída a economia comunista?”. O problema, para a oposição, não é um desacordo com os bolcheviques sobre a necessidade da “construção econômica”, mas como seria feita essa construção e, sobretudo, quem assumiria a sua direção.

Fundindo-se muito rapidamente com a nova “elite” político-administrativa, de que o próprio Partido formava o núcleo, os setores de origem pequeno-burguesa, mais “esclarecidos”,

técnicos e administradores, retomaram rapidamente posições dominantes nas relações de produção. “Um aparelho de Estado, separado das massas, reconstituiu-se rapidamente”, continua Brinton (2014, p. 158):

[...] os trabalhadores russos não conseguiram criar novas instituições que lhes permitissem gerir tanto a produção como a vida social. Essa tarefa foi, por conseguinte, assumida por outros, por um grupo para quem essa gestão se tornou função específica. A burocracia organizava o processo do trabalho num país no qual ela era igualmente senhora das instituições políticas.

Para Yolanda Serra (1976, p. 59, tradução nossa), o maior acerto da Oposição Operária foi, “talvez, assinalar, pela primeira vez, os perigos da incipiente burocracia, que já estava minando os fundamentos econômicos e políticos da democracia proletária”, pois era o proletariado a “sentir na pele” a gestão tecnocrática da revolução. Continua Serra (1976, p. 59, tradução nossa): “Sem dúvida, o proletariado – a quem deveria corresponder o controle do Estado e da produção – sofria cada dia mais os inconvenientes provocados pela gestão de uma camada burocrática formada por funcionários advindos do antigo regime”.

É sobre esse processo que o grupo do qual Kollontai fez parte posicionou-se ao lado da classe trabalhadora, denunciando o enquadramento das instituições operárias ao partido comunista. Segundo Kollontai (1977, p. 32), em setembro de 1920, “o partido entrava num novo período da sua vida. Nas suas fileiras, os elementos da base pediam liberdade de crítica, proclamavam

em bom som que a burocracia os estrangulava não lhes deixando liberdade de ação nem a de manifestar a sua iniciativa”.

A forma do poder evoluía para a centralização democrática, Trotsky e Lênin defendiam a militarização do proletariado e a obediência incondicional das massas (KOLLONTAI, 1977, p. 99). A preferência de quadros técnicos como gestores das fábricas e a profissionalização dos quadros do partido na gestão política, centralizada no Partido/Estado, começavam a se instaurar e dar rumos à revolução. Em 1918 e 1919 houve uma grande centralização da administração econômica. A esse respeito diz Kollontai (1977, p. 57):

Para todos eles – Lenine, Trotsky, Zinoviev e Bukharine – a produção apresenta-se como uma coisa “extremamente delicada” que é impossível pôr em marcha sem a assistência de “diretores” [...] É significativo que todas as teses redigidas pelos chefes do Partido coincidam num ponto essencial: presentemente, não se deve dar o controle da produção aos sindicatos [...] Diferem entre si nas razões que apresentam para justificar que os operários não devam participar na direção da indústria, mas estão todos de acordo em que, neste momento, a direção da produção deve fazer-se por cima da cabeça dos operários, através de um sistema burocrático herdado do passado.

A defesa da gestão individual da produção entrou em contradição com a promessa de “controle operário” dos soviets. Ao mesmo tempo em que se falava do controle operário, se dava a economia nas mãos dos técnicos especialistas. Kollontai (1977, p. 77) argumentou que o partido, no seu discurso revolucionário,

“fez sempre apelo à atividade autônoma”, só que a sua conduta burocrática tomava rumos contrários, pois a burocracia “é a *negação direta da atividade autônoma das massas*”. Como forma de combate ao burocratismo, a Oposição pediu “períodos regulares de trabalho manual para todos os membros do partido, a fim de ficarem em contato com as condições de vida dos operários” e uma purga “para expulsar os elementos não proletários do partido” (KOLLONTAI, 1977, p. 120). Consideravam, ainda,

(...) que a gestão das fábricas só as coletividades operárias o podem fazer e não as coletividades de funcionários, burocráticas, socialmente heterogêneos, com uma forte mistura de antigos elementos capitalistas, cujo espírito está impregnado pela velha rotina (KOLLONTAI, 1977, p. 55).

Assim, “a democracia proletária estava moribunda” (KOLLONTAI, 1977, p. 118). Além do espírito burocrático, diz Kollontai (1977, p. 86), “uma atmosfera pomposa pesa sobre o partido. Se ainda existe camaradagem no Partido ela só existe na base”. Mas, em nome do desenvolvimento econômico, a base trabalhadora foi afastada e, a partir de então, cada vez mais a administração coletiva foi substituída pela gestão individual nas unidades de produção. Os soviets foram perdendo apoio e base, que passaram para as mãos dos funcionários bolcheviques, tornando-se um grupo social à parte, como diz Serra (1976, p. 53, tradução nossa):

A monopolização dos soviets pelos membros do partido ocorre, em princípio, de forma lógi-

ca: os comunistas expressam os interesses da classe trabalhadora, portanto, não se poderia falar de “substituição” da classe trabalhadora pelo partido. O partido, como defensor dos interesses do proletariado, assume todos os cargos de responsabilidade do Estado em todos os níveis do poder soviético [...] Os antigos “revolucionários profissionais” deixam de ser militantes cujo campo de ação é o partido, se transformaram em líderes militares, administradores e governantes. O Partido Comunista se mistura com o aparelho do Estado.

Em decorrência, os interesses do Estado começaram a pensar mais do que os interesses dos trabalhadores. No IX Congresso, Trotsky defendeu a amplitude do trabalho obrigatório, os salários estimulantes para os operários mais produtivos, a “emulação socialista” e falava ainda da necessidade de adotar a essência progressiva do Taylorismo, que era, nessa época, a forma mais aperfeiçoada de exploração inventada pelo capitalismo.¹⁸ Ainda neste congresso, foi votada uma resolução apelando à luta contra a “vulgar presunção... dos elementos demagógicos... que acreditam que a classe operária pode resolver os seus problemas sem recorrer a especialistas burgueses para os lugares de mais responsabilidade” (SERRA, 1976, p. 53, tradução nossa). Tal resolução permitia a direção pequeno-burguesa da luta de uma revolução institucionalizada, como diz Lênin: “A Revolução [...] exige, no interesse do socialismo, que as massas obedeçam in-

18 E continua: “Relembremos que o estalinismo pôs mais tarde em prática todas as propostas de Trotsky” (KOLLONTAI, 1977, p. 95).

condicionalmente à vontade única dos dirigentes da organização do trabalho" (SERRA, 1976, p. 53, tradução nossa).

A Rússia Soviética acabou por se transformar numa sociedade do trabalho similar às sociedades capitalistas. A diferença é que a economia soviética tornou-se uma expressão institucional de Capitalismo de Estado. O enorme levante de 1917 destruiu a base econômica da burguesia, modificou o sistema existente de relações de propriedade. Mas não houve uma transformação nas relações sociais de produção, assim como não houve a instauração de uma “nova moral” socialista, imbuída pela igualdade entre os sexos, condição fundamental para a revolução, segundo Kollontai.

A degenerescência da revolução foi acompanhada pelos retrocessos da política soviética com relação às mulheres.¹⁹ Diversas das leis aprovadas foram revogadas, e o peso da herança da antiga moral contribuiu enormemente como obstáculo

19 A Constituição de 1936 vem desmoronando todos os avanços atingidos até então. Diz Barradas (1985, p. 95, 120): “Proibiu o aborto nos casos de primeira gravidez, o divórcio continuava livre, mas com algumas restrições, passa a ser punido com pena de prisão o não pagamento da pensão de alimentos. Voltavam a vigorar a disciplina e os métodos educativos tradicionais, era o retorno ao poder paternal e à família autoritária, como resposta à incapacidade do Estado de desempenhar as suas tarefas coletivistas e de socialização. Mais tarde, em julho de 1943, é abolida por decreto a educação mista no ensino secundário [...]. Em 1944 é publicado um novo Código da Família: os pedidos de divórcio podem ser recusados. A ilegitimidade dos filhos é novamente consagrada na lei (só vindo a ser abolida em 1964) e só são reconhecidos como válidos os casamentos registrados. As mães solteiras recebem pensões do Estado, proporcionais ao número de filhos, mas deixam de ter o direito de exigir o reconhecimento da paternidade ou pensão de alimentos (revogado em 1968). O aborto legal é abolido (só virá a ser restabelecido em 1954) e é instituída uma pena de dois anos de prisão a quem ajudar uma mulher a abortar”.

para a instauração de uma nova mentalidade. Assim diz Barradas (1985, p. 114):

Desaparecia a escravatura conjugal, a prostituição e o conceito individualista da maternidade. Procurava-se extinguir a família nuclear, para substituir pela grande família proletária, baseada na união livre, na igualdade de direitos e deveres do homem e da mulher, e na fraternidade universal de todos, ligados ou não por laços de sangue. No entanto, apesar das profundas modificações no campo legislativo, apesar da revolução nos costumes e modo de viver, apesar do notável entusiasmo com que largas camadas populares se empenharam nestas transformações sociais, a experiência soviética fracassou.

O Estado Soviético foi incapaz de arcar com as propostas defendidas por Kollontai; a libertação das mulheres dos afazeres domésticos, improdutivos, não conseguiu se tornar uma realidade, como afirma Barradas (1985, p. 113): “Os problemas sociais avolumaram-se com a instabilidade familiar, o ritmo de instalação de equipamentos sociais de tipo coletivo não era suficiente para dar resposta ao desempenho socializado das tarefas anteriormente entregues à família e à mulher”. Além disso, as condições em que se encontrava a Rússia contribuíram como obstáculo, numa penúria generalizada, altos níveis de desemprego, atingindo, sobretudo, as mulheres. Acerca disso refere Barradas (1985, p. 114):

Havia ainda a pesada herança ideológica do antigo regime, que marcava todas as consciên-

cias, incluindo a vanguarda. As idéias erradas, o atraso nos costumes, um regime patriarcal muito enraizado, sobretudo nos campos, conjugados com a quase total ausência de meios materiais, punham em risco a possibilidade de levar a bom êxito a tarefa da extinção da base econômica da família, que devia começar pela emancipação da mulher. A liberdade sexual foi exercida com brutalidade, dum modo irresponsável, e, sobretudo, em benefício dos homens. A grande massa das mulheres, condicionada por séculos de opressão, por ignorância ou terror de assumir os seus direitos, não estava preparada para a situação (83,4% das mulheres eram analfabetas). Os homens resistiam também a perder os seus privilégios ancestrais [...] la se consolidando entre os dirigentes um núcleo de resistência a alguns aspectos da mudança social, não será certamente estranha ao fato a circunstância de nos anos 1920 apenas 10% dos militantes do Partido serem mulheres. O mesmo se passava em outros órgãos de direção.

Após o X Congresso do Partido bolchevique, mesmo com as suas teses fracassadas, a Oposição Operária seguiu sua luta, no entanto, nesse congresso foram proibidas facções dentro do partido. A. Kollontai e Schliapnikov foram expulsos do Partido. A Oposição Operária e os demais grupos de esquerda, que quiseram continuar suas atividades, tiveram de passar à clandestinidade, em virtude do aumento e rigor da repressão (SERRA, 1976, p. 62). Em reação a tal política, membros da Oposição Operária e de outras

tendências redigiram uma carta à II Internacional, a *Carta dos 22*, que, como diz Yolanda Serra (1976, p. 56, tradução nossa),

Denunciava a desproletarização do partido, causada tanto pela sua composição (tinha 60% de militantes operários), como por sua política ditatorial. Se dizia textualmente: “os órgãos governantes do partido realizam uma luta implacável e desmoralizadora contra os dissidentes e, em particular, contra os proletários que se permitem ter uma opinião pessoal: a expressão dessa opinião é objeto, no seio do partido, de diferentes medidas de repressão.

Em março de 1922, segundo Serra (1976, p. 62, tradução nossa),

Aqueles que formaram a Oposição Operária se dispersaram; Kollontai desligou-se completamente de seus camaradas. O restante do grupo dos que formaram a oposição permaneceu nela de uma maneira ou outra: Schliapnikov e muitos outros foram purgados na década dos 30 por Stalin. Somente Kollontai sobreviveu.

No XI Congresso do Partido, qualquer oposição seria declarada ilegal. Foi este o Congresso que nomeou Stálin como secretário-geral do partido (KOLLONTAI, 1976, p. 122).

O período estalinista confirmou a perda irrecuperável dos avanços que a Revolução trouxe às mulheres, assim como também consolidou a perseguição, repressão e censura à autonomia de ação da classe trabalhadora. Afirma Barradas (1985, p. 19)

que a “partir dos anos 30, e até o fim da guerra, consumou-se aquilo a que se pode chamar a ‘contra revolução sexual’, num processo que, aberrantemente, foi promovido e consentido em nome da edificação do socialismo”.

No começo da década de 1930 Kollontai tornou pública sua posição em favor de Stálin, o que é difícil de compreender, pois como uma “mulher comunista sexualmente emancipada” que dedicara a sua vida à luta pelas mulheres e pela classe trabalhadora pôde compactuar com o regime de Stálin? Não temos uma resposta factível para explicar esse fato. Com Stálin, Alexandra Kollontai derrotou-se em definitivo. Terminará seus dias em Moscou (em 1952) como uma burocrata stalinista aposentada depois de duas décadas como embaixadora soviética em alguns países europeus.

CONCLUSÃO

A participação de Alexandra Kollontai na luta pela emancipação da mulher na Rússia Soviética deve ser lembrada tanto por sua posição libertária nas questões referentes à moral, ao amor e à sexualidade quanto por sua trajetória revolucionária. Sua participação na aprovação das leis soviéticas relacionadas às mulheres significou um avanço profundo na “revolução dos costumes”, assim como se tornou uma grande referência para todo o desenvolvimento do movimento feminista posterior.

Kollontai escreveu textos políticos, panfletos, contos e romances. Com uma escrita militante e direta ousou levantar questões que ainda hoje não deixaram de ser tabu em várias sociedades do mundo. Participou da Revolução Russa anunciando

o potencial das mulheres trabalhadoras, prontas a sair da imatúridade e dispostas a lutar por igualdade, e militou como líder da Oposição Operária em favor da autonomia dos trabalhadores e do controle operário da revolução, práticas essas que tornam ainda mais preciosos os seus legados político-intelectuais.

Criticou o casamento monogâmico como eixo da moral burguesa, e, em seu lugar, sugeriu o “Amor Livre” ou a “União Livre” como alternativas ao casamento indissolúvel e monogâmico. Defendeu a construção de novos valores e sentimentos baseados na camaradagem, na amizade, no respeito à individualidade de cada um/uma na construção das relações afetivas. Percebeu o amor às crianças como sendo um amor coletivo, um sentido de coletividade. A nova moral, que tem como princípios a solidariedade, a compreensão, a igualdade e o amor livre da posse, condiz com uma sociedade em que também os meios de produção sejam geridos coletivamente pelos trabalhadores, como Kollontai defendeu. Nos seus textos afirmou que não apenas as mulheres eram afetadas pelo patriarcado, os homens também eram vítimas das deformações psicológicas causadas pela moral sexual dominante. Questões como estas, mesmo passados cem anos da Revolução, continuam a fazer parte da luta feminista em várias partes do mundo.

Passou-se um século e ainda estamos muito longe de alcançar a igualdade entre homens e mulheres nas sociedades capitalistas. Grande parte das mulheres do mundo ainda vive sob as condições que Kollontai descreveu em seus textos. Infelizmente, a exploração de sua mão de obra, o peso da moral burguesa e da religiosidade ainda as sobrecarregam e desmoralizam como

sujeitos históricos. Grande parte dos serviços domésticos da sociedade burguesa ainda é realizada pelas mulheres pobres, muitas mulheres ainda recebem salários inferiores aos dos homens realizando as mesmas funções. Por fim, temos de conviver com um aumento da violência doméstica e dos casos de feminicídio.

Kollontai mostrou como as mulheres independentes – o “novo tipo” de mulher, que denominou “celibatária” – fornecem exemplos de como ousaram caminhar e decidir seu próprio rumo. Naquele momento, há cem anos, essas mulheres eram raríssimas, “uma camada muito pequena da sociedade, uma gota d’água perto de um oceano” (KOLLONTAI, 1982, p. 39). Porém, os últimos cem anos também testemunharam o aparecimento de milhares de mulheres do “novo tipo”, que não estão mais dispostas a aceitar “a perda dela mesma, a renúncia a seu próprio ‘eu’ sacrificado ao amado, a felicidade do amor” (KOLLONTAI, 1982, p. 77). Derrotada, Alexandra Kollontai morreu em Moscou, em 1952, sem saber ou imaginar que as suas ideias ainda iriam obter o reconhecimento internacional das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ASSAD, Inessa Armand. A operária na Rússia Soviética. *Passa Palavra* [jornal on-line], 20 dez. 2016. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/12/110261#comment-312232>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

BARRADAS, Ana. A família na União Soviética. *Política Operária*, Lisboa, n. 2, p. 95-120, nov.-dez. 1985. Disponível em: <<https://bandeiravermelha123.wordpress.com/2017/02/05/a-familia-na-uniao-sovietica-crise-e-reconstituicao-19171944/>>. Acesso em: jan. 2017.

BRINTON, Maurice. A Revolução Russa. *Marxismo e Autogestão*, ano I, n. 2, jul.-dez. 2014.

CRUZ, Paula Loureiro da. *Alexandra Kollontai: a mulher, o direito e o socialismo*. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

GODINHO, Tatau. Introdução. In: KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografía de una mujer comunista sexualmente emancipada. La juventud y la moral sexual. El comunismo y la familia. Plataforma de la Oposición Obrera*. Barcelona: Fontamara, 1976.

KOLLONTAI, Alexandra. *A oposição operária: 1920-1921*. Porto: Edições Afrontamento, 1977.

KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo: Global, 1982.

KOLLONTAI, Alexandra. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

KOLLONTAI, Alexandra. O comunismo e a família. *Marxists Internet Archive*, 2002. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/kollontai/1920/mes/com_fam.htm>. Acesso em: 4 jan. 2017.

KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada*. São Paulo: Sundermann, 2007.

KOLLONTAI, Alexandra. *Um grande amor*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, s.d.

SERRA, Yolanda. Prefácio. In: KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografía de una mujer comunista sexualmente emancipada. La juventud e la moral sexual. El comunismo y la familia. Plataforma de la Oposición Obrera*. Barcelona: Fontamara, 1976.

TOMÁS, António. *O fazedor de utopias: uma biografia de Amílcar Cabral*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2007.

CAPÍTULO 02

Alexander Bogdanov e a organização política do Proletkult (1917-1923)

TALES DOS SANTOS PINTO

Alexander Alexandrovichi Malinovski, conhecido como Alexander Bogdanov (1873-1928) foi um dos principais teóricos do bolchevismo e do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) na década inicial do século XX. Seus posicionamentos políticos dentro do partido e seus desenvolvimentos teóricos o colocaram em frontal oposição a Lênin, mesmo tendo sido um íntimo colaborador deste até 1908. A ameaça à liderança leninista dentro da fração bolchevique e suas críticas ao processo revolucionário russo após 1917, tendo como ponto de partida o desenvolvimento de uma forma de organização social autônoma dos operários, fez com que ele fosse um dos dissidentes políticos soviéticos que foram silenciados e esquecidos pela historiografia russa e ocidental, sendo objeto de estudos somente a partir da década de 1950. Em decorrência de sua extensa produção teórica (são dezenas de artigos e livros, incluindo duas utopias literárias, *Estrela Vermelha* [1908] e *Engenheiro Menni* [1913]) e de sua longa atuação política os limites deste texto impedem uma análise mais

aprofundada desta personagem histórica. Neste sentido o foco aqui incide em sua contribuição na formação do grupo *Proletkult* (um acrônimo para Organizações Culturais Educacionais Proletárias – *proletarskie kul'turno-prosvetitel'nye organizatsii*, em russo) a partir de 1917 e sua saída da cena pública em 1923.

Com uma formação acadêmica no ramo da medicina e nas ciências naturais, Alexander Bogdanov buscou desde o início de sua militância política, no final do século XIX, aliar as recentes descobertas dos diversos ramos científicos ao marxismo e a um processo de formação e produção do conhecimento pelo proletariado que tivesse como eixo a autonomia dos operários na construção e organização da nova sociedade socialista. Para tanto, trabalhou junto a círculos operários com uma proposta pedagógica que permitisse aos participantes deterem os conhecimentos necessários para entenderem o funcionamento da sociedade capitalista e produzirem uma visão de mundo própria e diferente da visão de mundo burguesa, encontrada no conceito de *cultura proletária*. Isto porque ele entendia que o proletariado deveria desenvolver sua própria arte, filosofia, ciência e política como condição para a tomada do poder e construção da nova sociedade sem depender de elementos burgueses e da intelectualidade nesse processo.

Bogdanov foi um dos fundadores do POSDR e desde o início aderiu às teses da fração bolchevique dentro do partido. Durante a revolução de 1905 participou ativamente das ações em solo russo, sendo um dos delegados do POSDR no soviete de São Petersburgo. Com a derrota da revolução, via que um dos motivos para a vitória czarista estava relacionado à incapacida-

de do proletariado em liderar o processo revolucionário, devido a seu atraso cultural. Para sanar essa deficiência que ele via no operariado russo, defendia que o POSDR e em especial a fração bolchevique, direcionasse seus esforços para um processo de formação política e cultural da classe e que se criasse as condições para que o operariado controlasse o partido, em detrimento dos intelectuais que ocupavam os principais postos diretivos. Tal postura o colocou contra as teses mencheviques e leninistas que viam a participação no parlamento russo, a Duma, como um dos principais meios de propaganda junto aos operários. Nessa época, Bogdanov era uma figura de liderança entre os bolcheviques de mesma importância que Lênin, o que levou o último a atuar para minar sua ação dentro do partido, culminando com sua expulsão dos órgãos diretivos bolcheviques, em 1909, e do próprio POSDR, em 1911 (SCHERRER, 1984).

Foram principalmente dois os motivos que levaram Lênin a romper com Bogdanov e atuar pela sua saída da organização partidária: um político, sobre as características e atuações que deveria ter o partido; e outro filosófico, sobre a possibilidade de renovação do marxismo¹.

1 Um importante debate sobre esse processo é encontrado em um número da revista *The Russian Review* dedicado especialmente a Alexander Bogdanov: *The Russian Review*, vol. 49, n. 3, julho 1990 e *The Russian Review*, vol. 49, n. 4, outubro 1990. O número 3 da revista foi dedicado especialmente a Alexander Bogdanov com os seguintes artigos: MAROT, John. Alexander Bogdanov, Vperiod and the role of the the intellectual in the workers' movement; BIGGART, John. Alexander Bogdanov and the theory of a "new class"; SOCHOR, Zenovia A. On intellectuals and the new class; WALICK, Andrzej. The problem of the socialist intelligentsia; e KELLY, Aileen M. Red queen or white knight? The ambivalences of Bogdanov. No número 4 John Marot publicou uma réplica: The Bogdanov issue: reply to my critics. As referências completas estão indicadas ao final deste capítulo.

O primeiro motivo estava relacionado à oposição de Bogdanov e dos chamados bolcheviques de esquerda à participação na Duma e a alternativa proposta por eles de uma reformulação do partido que visasse um controle operário da organização e também de uma atividade mais focada nas ações conspirativas que nas legais. Mesmo com o paulatino afastamento de Bogdanov foi elaborada a plataforma do grupo *Vperiod* (Avante, em russo) dentro do POSDR e a realização de duas experiências formativas de militantes operários, nas chamadas escolas de Capri (1909) e Bolonha (1910-1911). A plataforma e a realização das experiências tinham por objetivo principal retomar o princípio bolchevique do partidarismo (*partinost*) e a estruturação da organização tendo por base o centralismo democrático e sua estruturação a partir dos círculos local em território russo, fortalecendo a participação operária em todas as instâncias. Pretendiam ainda com as escolas criar as condições pedagógicas para que os operários criassem sua própria visão de mundo, e desenvolvesse as capacidades para a produção e elaboração dos jornais de agitação e propaganda do partido na Rússia, diminuindo assim o papel de liderança que os círculos no estrangeiro e a *intelligentsia* tinham sobre o partido.

O segundo motivo era filosófico e relacionado aos esforços de Bogdanov em reformular o marxismo com as contribuições das recentes descobertas científicas das ciências naturais e da filosofia do conhecimento, como foi desenvolvido em sua obra *Empiriomonismo* (1904-1906). Para tanto foi buscar em Richard Avenarius e Ernest Mach (daí a alcunha de *machista* que o acompanhará pelo resto de sua vida), no empiriocriticismo, a base teórico-metodológica

sobre a produção do conhecimento humano, focada na experiência dos homens sobre o mundo natural e na sociedade. Pretendia Bogdanov aliar tal base à filosofia da práxis do marxismo para desenvolver sua própria proposta teórico-metodológica que garantisse as condições para que o operariado construísse sua própria visão de mundo, uma proposta que possibilitasse que o operariado a partir do coletivismo vivenciado na produção mecanizada capitalista criasse uma nova forma de atuação sobre a natureza e uma nova forma de organização social. Afirmava ainda que a ideologia era um mecanismo e tinha uma função de organização social que era utilizada pelas classes dominantes, e que o proletariado deveria construir a sua própria ideologia. Via ainda o fortalecimento da intelligentsia técnica no capitalismo e o aumento de funções sociais organizativas que este grupo passava a deter, devido ao conhecimento que possuíam, como uma possibilidade de rivalização com a burguesia. E por fim, sua defesa de reformulação do marxismo se dava na afirmação de que esta teoria havia-o ensinado a questionar todas as verdades, e não ver nenhuma delas como absolutas e eternas, nem mesmo as verdades do próprio marxismo. Diante desta proposta Lenin produziu sua única obra filosófica, *Materialismo e Empiriocriticismo* (1908), como uma resposta a Bogdanov, onde afirmava que sua proposta era idealista e em nada contribuía para a luta operária. Seguindo os passos de seu mentor G. Plekhanov, Lenin defendeu os pressupostos do marxismo e afirmou não haver nada a ser reformulado nele, defendendo assim as teses marxistas como uma verdade absoluta (LÊNIN, 1975).

Após o fracasso das experiências de Capri e Bolonha e de sua saída do POSDR, Alexander Bogdanov se dedicou à sua pro-

fissão de médico e à elaboração de sua mais importante obra, a *Tektologia* (1913-1929) ou ciência organizacional universal, que partia do empiriomonismo para propor uma ciência que possibilitasse ao proletariado organizar a sociedade coletivamente e a organizar sua atuação sobre a natureza. Voltou à Rússia em 1913, onde no ano seguinte trabalhou como médico do exército russo na I Guerra Mundial. A partir de 1916 escreveu artigos políticos e de análise das transformações econômicas verificadas nos países beligerantes, principalmente a Alemanha e a Rússia, onde ele vai afirmar o surgimento de um comunismo de guerra/capitalismo de estado no qual as necessidades de consumo da comuna militar, dos quartéis, iria determinar o ritmo e escala da produção, em um processo de planificação centralizado pelo Estado (BIGGART, 1990; BOGDANOV, 2017; PLIUTTO, 1992).

Em 1917, junto aos antigos companheiros do *Vperiod*, ajudou na constituição do Proletkult. O grupo surgiu pouco antes da tomada do poder pelos bolcheviques em outubro de 1917, a partir dos interesses sobre as tarefas culturais que surgiram dos debates e conferências organizadas pelos comitês de fábrica. A necessidade da criação de uma cultura proletária era entendida como uma dos pilares fundamentais do processo revolucionário, ao lado das formas organizacionais políticas, econômicas e sindicais. A ligação com os comitês de fábrica indicavam ainda o interesse do grupo em formar um círculo próprio em cada uma das fábricas da Rússia, se estruturando a partir daí em um movimento nacional, que reproduzia a proposta presente no princípio do centralismo democrático exposta na plataforma do grupo *Vperiod*. Para além dos comitês de fábrica, muitos dos antigos

clubes operários surgidos nos anos anteriores na Rússia, seriam incorporados como oficinas do *Proletkult*, integrando tais organizações em um movimento cultural nacional. A ligação com este antigo grupo fez com que a maioria de seus participantes fosse também da fração bolchevique, excluindo apenas Bogdanov.

O PROLETKULT NA REVOLUÇÃO RUSSA

Logo após a realização do congresso de fundação do *Proletkult* houve a tomada do poder pelos bolcheviques em 25 de outubro de 1917. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a constituição do Conselho de Comissários do Povo, o *Sovnarkom*, tendo sido escolhido A. Lunatcharski² como Comissário do Povo para a Instrução Pública (*Narkompros*). Seguindo aqui o estudo de Lynn Mally, a proximidade de Lunatcharski com o *Proletkult* fez com que os participantes da organização não percebessem inicialmente as consequências dos transtornos que estavam por ocorrer na estrutura organizacional que eles estavam criando. Com a chegada dos bolcheviques ao poder, o *Proletkult* refutou ceder sua autonomia, para grande surpresa dos defensores do estado soviético. Os participantes insistiam que um *Proletkult* independente realçaria as posições proletárias na nova ordem política, pois o novo governo representava também as classes

2 Anatoli Vasilevitch Lunatcharski (1875-1933) foi um dramaturgo, crítico literário e político soviético, membro do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) e da fração bolchevique desde 1903. Foi Comissário do Povo da Instrução Pública (*Narkompros*) após a tomada do poder pelos bolcheviques em 1917 até 1929. Em 1933 foi nomeado embaixador da URSS na Espanha, mas morreu na França a caminho do país onde assumiria sua função diplomática.

não proletárias. A justificativa desta perspectiva foi dada pelo próprio Lunatcharski quando defendeu as quatro formas de organização dos trabalhadores (política, sindical, cooperativa e cultural) sendo que a última não era menos importante que as demais. No mesmo espírito *proletkultista* – combinando sindicatos e cooperativas sob a rubrica “organizações econômicas” – Lunatcharski defendia os três caminhos para o poder dos trabalhadores: a economia, a política e a cultura. Mally afirma ainda que em termos institucionais, as organizações poderiam possuir suas próprias pautas, livre da intervenção do estado, mas, implicitamente, isso também negava ao partido qualquer poder especial sobre o *Proletkult*. Essa autonomia que se pretendia dar às distintas organizações existentes na Rússia revolucionária e os três caminhos para o poder rapidamente tornou-se controverso.

A partir de 1918 até o fim da guerra civil, o *Proletkult* conheceu uma rápida e caótica expansão, sem controle e sucesso em seu monitoramento pela organização central. Os números que apresenta Lynn Mally indicam uma falta de precisão na quantidade de círculos culturais que foram surgindo e que estavam ligados à organização, o que demonstraria uma falta de controle pelo conselho nacional. Durante a Guerra Civil grupos eram abertos e fechados de acordo com as alterações do cenário de guerra, sendo que Zenovia Sochor indica haver entre trezentas e oitocentas organizações ligadas ao *Proletkult*, entre as chamadas “fábricas do *Proletkult*” e outras organizações ligadas a sindicatos e sovietes locais, clubes operários, comitês de fábrica, seções do partido bolchevique e divisões do Narkompros. O apoio de tais organizações ao *Proletkult* garantiu uma enorme popularidade

entre a população russa, e seu rápido crescimento. Os princípios organizacionais do *Proletkult*, como a independência e autonomia em relação ao Estado claramente inspirava e entusiasmava os participantes locais. Mally afirma que em Kostroma o *presidium* do *Proletkult* proclamava que o Narkompros tinha muitos intelectuais e não representava as necessidades de uma organização da classe operária. Nadezhda Krupskaja inclusive via o apoio popular ao *Proletkult* maior que ao Narkompros (MALLY, 1990: 50-54). Mally ainda afirma que um exame mais próximo dessa independência da organização indica que ela era mais contra o estado do que contra o partido. Não havia para os *proletkultistas* uma equalização entre estado e poder do partido. Para a maioria deles, o partido bolchevique era uma expressão dos interesses da classe proletária, enquanto o governo deveria levar em conta os interesses das classes não proletárias (camponeses, pobres da cidade, *intelligentsia* etc.) e essas necessidades faziam do governo soviético um parceiro suspeito para os grupos operários. Edward Hallet Carr (1979) apresenta uma análise semelhante sobre essa equalização em seu estudo sobre a revolução bolchevique, indicando que o controle partidário total sobre o estado soviético somente se consolidou ao fim da guerra civil. Na cabeça dos teóricos do *Proletkult* apenas as instituições puras da classe operária poderiam conduzir o proletariado na construção da sociedade socialista, indicando, assim, haver grandes desconfianças com o governo soviético por necessitar atender as demandas das demais classes sociais.

O financiamento do grupo também o colocava em relação estreita com o governo soviético, sendo que no primeiro semestre de 1918 chegou a receber mais de 9 milhões de rublos para ini-

cialmente executar suas atividades, recebendo ainda um grande e luxuoso prédio para a sede da organização em Petrogrado, renomeado “Palácio da Cultura Proletária”, em uma via que foi denominada “rua Proletkult”. Inclusive, a preparação do primeiro Congresso Nacional do *Proletkult* ocorreu com o auxílio do governo soviético e sua divulgação em diversas províncias. Tais relações com o estado levavam alguns líderes da organização a igualar o Proletkult ao partido bolchevique em seu papel na construção do socialismo, o que conferia uma bravata peculiar nos pronunciamentos destes líderes, pois grande parte dos mesmos era do partido. Mas não eram todos a pensar assim, sendo que alguns viam o *Proletkult* como auxiliar à causa dos bolcheviques, principalmente se se levar em consideração que a organização era apenas um dos três caminhos para a construção de uma nova sociedade, dentro da perspectiva defendida por Lunatcharski. Essa situação indica que havia uma profunda complexidade nas relações estabelecidas entre a organização e os bolcheviques, demonstrando ainda não haver consenso entre as principais lideranças sobre as formas em que se davam as relações. Em Moscou, por exemplo, as propostas de linhas de atuação do *Proletkult* eram extremamente variadas, indo de questões de higiene dos trabalhadores até a constituição de uma universidade proletária para os trabalhadores urbanos. Essa ampla ambição colocava questões sobre o limite da atuação do *Proletkult* e do próprio Estado, principalmente o *Narkompros*. Enquanto os defensores do estado indicavam haver uma duplicidade de ações entre a instituição estatal e a organização autônoma, os defensores do *Proletkult* afirmavam que existia uma diferença de atuação principalmente por defenderem que a

organização deveria servir muito mais como um laboratório para formar uma vanguarda de trabalhadores com uma criatividade cultural operária mais avançada, que seria posteriormente difundida entre a massa operária da sociedade soviética. Os argumentos de autonomia e independência garantiram uma vitória inicial, enfatizando-se que o *Narkompros* e o *Proletkult* constituíam esferas separadas de atuação. Ao se considerar a ligação que existia entre as propostas da plataforma do grupo *Vperiod* dentro do POSDR na década de 1910 é possível encontrar uma continuidade com a formulação da missão do *Proletkult*, principalmente se se considerar, segundo Mally, que o objetivo não era de inicialmente destinar suas ações à totalidade da população proletária, mas à vanguarda da classe, deixando o *Narkompros* se responsabilizar pelo controle dos problemas do mundo educacional, cabendo ao *Proletkult* assumir as funções das condições para a criação cultural (1990: 43). Dessa forma, frente ao crescente controle do estado pelos bolcheviques leninistas, a organização se dedicaria a uma atuação na constituição de uma vanguarda operária mais focada no desenvolvimento de uma visão de mundo operária mais ampla e mais próxima do que era visualizado pelo *Proletkult* como necessária para a construção do socialismo.

A relação com as classes sociais apresentou também um problema à organização devido à perspectiva de se ver exclusivamente no operariado industrial o sujeito revolucionário capaz da construção do socialismo. Principalmente nos círculos locais do *Proletkult*, no interior do território russo, a proximidade com o campesinato ou mesmo nos centros urbanos com a população pobre e trabalhadores não proletários, impunha-se a necessidade

de acolher em seus trabalhos esses setores da sociedade. No que tangia ao campesinato havia menos controvérsia entre a direção nacional e os círculos locais devido à visão que se tinha desta classe, a de ser um perigo à consciência de classe do proletariado, em decorrência de sua defesa da pequena propriedade privada e do trabalho familiar e individual, em contraste com o trabalho coletivo nas indústrias. Por exemplo, para Bogdanov os camponeses não poderiam partilhar uma visão de mundo proletária, independentemente de quão pobres fossem. Por outro lado, vários participantes do *Proletkult* tinham uma posição semelhante à do partido bolchevique, da necessidade da aliança com o campesinato pobre, ao que afirmavam que sob o capitalismo tanto operários e camponeses pobres eram oprimidos e estavam autorizados a se beneficiar da revolução. Essa visão encorajava a criação de círculos da organização em pequenas localidades com poucos operários. Mas em alguns casos a direção nacional pedia que tais círculos com uma preponderância camponesa fossem ligados ao *Narkompros*, resultando com estas medidas o fechamento de vários círculos do *Proletkult* considerados não proletários.

A relação com as classes assalariadas e não proletárias também apresentou uma série de conflitos. Antes de outubro as pobres condições de trabalho de vários empregados assalariados os levaram a formar alianças com artesãos e trabalhadores industriais. Embora ocorressem hostilidades frequentes entre trabalhadores e o pessoal do colarinho branco nas fábricas, durante as revoluções de 1917, tais alianças permaneceram de certo modo fortes. De acordo com Mally, com as nacionalizações

e o crescimento da burocracia as distinções entre estes tipos de trabalhadores passaram a ser menos claras:

As condições dos tempos da guerra criaram novas oportunidades para os trabalhadores saírem de seu trabalho fabril e tornar-se parte da expansão das burocracias no novo estado soviético. Assim, embora uma parte do proletariado era desclassificada, outra parte era reclassificada e promovida dentro das hierarquias dos sindicatos, da indústria e do governo. Aqueles que aceitavam empregos no crescente sistema burocrático não sentiam que estavam abandonando sua classe. Antes, eles estavam servindo ao estado dedicado à vitória do proletariado. Por sua vez, o estado mostrava comprometimento com os trabalhadores ao promovê-los às responsabilidades administrativas e a postos governamentais (1990: 76).³

Essa situação de mudança de função hierárquica nas relações de trabalho acabavam por refletir em todos os níveis da hierarquia do *Proletkult*, havendo uma dificuldade de definição destes trabalhadores não-manuais, sendo tratado indiferentemente como “trabalhadores de colarinho-branco”, “Intelligentsia trabalhadora”, ou “trabalhadores não tão envolvidos na produção”. Com os dados que foram coletados à época chegou-se em alguns locais a uma cifra que indicava constituir os empregados de colarinho-branco metade dos participantes dos círculos locais.

3 Todos os trechos citados cujas obras de onde foram retirados se encontram em francês, inglês e espanhol foram traduzidos pelo autor deste capítulo.

Os conflitos passaram a ocorrer dentro dos círculos, com uma indisposição dos operários com tais trabalhadores não-manuais e também na relação dos círculos locais com as instâncias nacionais. Muitos dos membros da *intelligentsia* utilizavam de sua autoridade técnica para exercer o controle nestes círculos, levando em algumas províncias a denominarem o *Proletkult* de *Intelligentkult*. Neste sentido é possível afirmar que havia uma tensão semelhante à existente nos comitês de fábrica com a participação dos técnicos da produção industrial, que refletia os conflitos de classe presentes no processo revolucionário (BRINTON, 1975; PANKRATOVA, 1974). Por um lado havia o fortalecimento destes técnicos, mas por outro havia resistência e reação dos trabalhadores no que se refere ao poder no controle da instituição. Mas ao mesmo tempo se necessitava dos conhecimentos desses técnicos para que ocorresse uma criação própria dos operários a partir da cultura existente na sociedade. Muitos se recusavam a cooperar quando eram os trabalhadores a dirigir os círculos do *Proletkult*. Entretanto, muitos membros da *intelligentsia* acreditavam que com seu trabalho contribuía para a edificação do socialismo e com o desenvolvimento cultural dos trabalhadores. A teorização e os princípios do *Proletkult* eram de autonomia dos trabalhadores, mas a realidade prática e o desenvolvimento do processo histórico indicavam a grande dificuldade em colocar em prática as ideias de forma pura. Refletia também um nível de dependência dos trabalhadores para com estes técnicos em decorrência do nível de desenvolvimento da consciência e de independência da classe trabalhadora na Rússia. O grande número de operários que foram mobilizados para a guerra civil e o isolamento que o conflito

gerava castrava a possibilidade de crescimento da autonomia na construção de instituições autônomas dos trabalhadores.

Ainda a partir de sua análise da eclosão da revolução russa como resultado da I Guerra Mundial⁴, Bogdanov entendia que para o operariado desenvolver sua tarefa cultural em toda sua amplitude era necessário desenvolver a cultura operária como condição simultânea de construção do socialismo. A ideia de uma cultura proletária era um ultimato histórico à classe, e a questão da criação de uma universidade proletária era uma conclusão inevitável de grande importância. Principalmente devido ao fato de que no primeiro ano da revolução as tarefas culturais estarem muito focadas em aspectos particulares, como o ensino técnico, de caráter prático, e os esforços cívicos de alfabetização, impedindo uma passagem desse caráter particular a um caráter mais geral das tarefas culturais que possibilitariam ao operariado construir autonomamente a sociedade socialista. A formação do *Proletkult* seria uma forma de coordenar essas diversas ações particulares (clubes operários, organizações culturais nos comitês de fábrica, centros culturais nas cidades etc.) e dar outra direção à essa tarefa cultural, de criação de uma nova cultura. E era necessário ainda, segundo Bogdanov, constituir uma formação proletária

4 Bogdanov afirmava que a tomada de poder pelos bolcheviques foi imposta pelas circunstâncias da guerra e não pela ideologia do partido. A incapacidade da burguesia russa em manter o conflito e organização do comunismo de guerra/capitalismo de estado fez com que o partido operário tomasse o poder e mantivesse essa configuração social. Entretanto, para Bogdanov os bolcheviques haviam passado de um partido de operários para um partido de operários-soldados, onde os interesses dos últimos iriam prevalecer, de acordo com sua teoria da organização desenvolvida na Tektologia. Uma apresentação mais aprofundada dessa análise será feita nas páginas seguintes.

de nível superior que garantisse a formação de uma intelligentsia operária que substituiria a intelligentsia burguesa nas tarefas de construção do socialismo. A formação superior do proletariado era condição essencial para a socialização da ciência. No texto *A ciência e a classe operária*, de julho de 1918, Bogdanov (1977) expõe suas considerações de que a ciência poderia ser burguesa ou proletária por sua própria natureza, notadamente por sua origem, seus métodos de estudo e de exposição, o que marcava cada ciência com um caráter de classe. Sendo a natureza da ciência a experiência coletiva organizada dos homens e instrumento de organização da vida em sociedade, na sociedade burguesa ela teria um caráter burguês, baseada principalmente na separação entre o trabalho intelectual e manual, e também marcada por uma grande especialização. A ciência burguesa não tinha as características de uma colaboração fraternal e coletivista, o que indicava uma separação da própria ciência em relação ao trabalho social. Tais características impediam uma real socialização da ciência. A produção mecanizada com a aplicação dos conhecimentos científicos em uma experiência organizativa coletivizada possibilitava ao proletariado desenvolver os conhecimentos, métodos e conteúdos da ciência burguesa em um sentido distinto do que havia ocorrido até aquele momento na humanidade. Somente o proletariado poderia unificar novamente a ciência com o trabalho social, devido à sua experiência organizativa na sociedade, criando assim uma ciência proletária. Entretanto, isso somente seria possível com a abolição das especializações científicas e com a constituição de um método organizativo de conhecimento que unificasse os vários ramos do conhecimento humano, tendo

como eixo aglutinador uma teoria geral da organização baseada nas necessidades do trabalho social.

Após o incipiente projeto em Capri e Bolonha, com a eclosão da revolução russa em 1917 e a constituição do *Proletkult*, parecia ser possível colocar essa proposta em prática em condições mais favoráveis. A Primeira Conferência Panrussa das Organizações Culturais e Educacionais Operárias havia definido como objetivo criar uma universidade operária, como “um sistema global de instituições culturais e educativas construída sobre uma colaboração fraternal entre professores e alunos” que consequentemente conduziria o proletariado à “perfeita posse dos métodos científicos e das realizações superiores da ciência”. Definia ainda que sobre esta atividade universitária seria elaborada uma “Enciclopédia operária que exponha de um ponto de vista proletário e com harmonia, com a maior simplicidade e a maior clareza, os métodos e as realizações da ciência” (BOGDANOV, 1977: 139). Na primavera de 1918, o *Proletkult* inaugurou seu primeiro experimento de educação de nível superior com a criação da Universidade Proletária de Moscou. Compartilhando a direção da universidade com o soviete local e com o Narkompros, ela teve vida curta, sendo apontado por Bogdanov como motivos de seu fracasso uma falta de trabalho conjunto entre os idealizadores e organizadores da proposta, e também pela maioria dos alunos ser composta por não proletários (1977: 154).

Outra tentativa seria realizada em março de 1919, com a Universidade Karl Liebknecht uma homenagem ao revolucionário alemão fuzilado meses antes. Houve uma seleção de estudantes que proporcionou ter nesta nova experiência uma maioria de par-

participantes oriundos da classe operária e do campesinado. Nela seria colocado em prática o programa geral elaborado em sua grande parte por Bogdanov a partir da *Tektologia*, cuja metodologia de ensino visava sobretudo superar o ensino especializado encontrado nas universidades capitalistas. Para superar essa situação, os cursos da Universidade Proletária seriam constituídos de três ciclos: um preparatório, que formataria e sistematizaria os conhecimentos já detidos pelos estudantes, e complementar com os conhecimentos necessários à assimilação do ciclo seguinte; este era o ciclo fundamental, que proporcionaria, segundo uma aproximação estritamente científica, deter as bases de uma compreensão socialista do mundo, transformando o aluno em um socialista consciente e dotado dos métodos fundamentais dos principais domínios da ciência; e, por fim, um ciclo especializado de disciplinas dividido em conformidade com a estrutura do processo social em faculdades técnicas, econômicas e culturais, aprofundando segundo aproximações científicas de cada disciplina, sem se isolar dos outros grupos, ligando-se ainda com eles e com as cátedras onde se ensinaria a economia política. A prática pedagógica proposta visava garantir uma participação ativa dos alunos nos cursos e na instituição, rompendo com uma perspectiva de passividade dos alunos. Com este programa, o aluno deteria um conhecimento metodológico científico sistemático de todos os ramos do conhecimento (física, química, botânica, matemática, literatura, ciências sociais etc.) e também da lógica e da oratória, avançando ao longo dos quatro anos de duração do programa para uma apropriação dos diversos conteúdos das disciplinas e técnicas de trabalho, onde poderia haver

uma especialização, porém sobre uma base muito ampla do conhecimento dos diversos ramos científicos, de acordo com o que ele próprio havia desenvolvido sobre a denominação de “Ciência Organizacional Universal”, preparando os operários-estudantes para assumirem qualquer função produtiva na sociedade.

Esta segunda experiência também não rendeu frutos duradouros, pois em finais de julho de 1919 a Universidade Karl Liebknecht foi sumariamente fechada, com o argumento de que seu currículo e o pessoal que participava do esforço não expressava as necessidades da sociedade soviética naquele momento. Para o presidente da universidade, N. V. Rogzinskii, oriundo da divisão de educação de adultos do Narkompros, com a guerra civil em curso era necessária uma formação mais rápida, principalmente voltada para a formação de agitadores políticos dos soviets e do partido, que se tornariam lideranças na mobilização dos esforços de guerra. Essa era uma proposta baseada nas ideias do dirigente bolchevique Yakov Sverdlov, que após sua morte seria homenageado com a nomeação da instituição como Universidade Comunista Sverdlov, agora controlada pelo Comitê Central do Partido Comunista e pelo Narkompros. A proposta de currículo elaborada por Bogdanov foi abandonada, bem como um projeto de uma universidade proletária nos moldes desenhados pelo *Proletkult* (MALLY, 1990: 167-168).

Os poucos aspectos que até aqui foram expostos permitem perceber que a proposta de autonomia do *Proletkult* em reação ao Partido Comunista e ao estado soviético era complexa e limitada. A participação de pessoas nas mesmas instituições levava necessariamente a uma tentativa de colaboração, bem como a

um interesse comum na construção do processo revolucionário. As dificuldades financeiras para uma existência independente do estado impedia, até certo ponto, que o *Proletkult* exercesse suas atividades sem ter que recorrer à estrutura do nascente estado soviético. Uma defesa de autonomia e independência total, que colocasse o *Proletkult* em rota de colisão com o governo poderia levar a uma situação em que as propostas da organização fossem abortadas no início, em situação semelhante aos grupos que entraram em conflito aberto, como grupos anarquistas, mencheviques e SRs de esquerda. Com essa postura, podiam vislumbrar um contexto diferente ao final da guerra civil, em que suas propostas e ampliação para além de círculos locais fossem realizadas. Mas não foi o que ocorreu. Vários foram os conflitos entre a organização cultural e as instituições partidárias e estatais, e quando a guerra civil estava chegando ao seu fim, com a vitória do Exército Vermelho e com o controle do estado pelo Partido Comunista, as ações se voltariam para os considerados inimigos internos que ainda haviam permanecido em território soviético, e também contra as organizações sindicais e do partido (como o grupo Centralismo Democrático e a Oposição Operária) que buscavam uma maior autonomia em relação às instâncias centrais do PC e do Estado, após o fim das investidas dos exércitos estrangeiros.

As desconfianças em relação à atuação do *Proletkult* existiram desde o início de sua atividade. N. Krupskaya que chefiava a Divisão de Educação de Adultos do Narkompros insistia desde 1918 na subordinação do *Proletkult* às instituições estatais. John Biggart afirma que desde maio de 1919 Lênin participava de uma

campanha contra Bogdanov e o *Proletkult*, demonstrando preocupação com a influência das ideias daquele junto à *intelligentsia* de esquerda que castigava intelectuais burgueses que trabalhavam em instituições educacionais de operários e camponeses, apresentando ideias absurdas como algo novo, como, por exemplo, a arte puramente proletária e a cultura proletária. Lenin censurava também “aqueles que agora estão gritando sobre comunismo dos ‘consumidores’ ou ‘soldados’, que olham para baixo sobre os outros com desprezo e imaginam que são superiores aos comunistas bolcheviques” (Apud BIGGART, 1987: 230-231). Em 1920, Lênin também enquadrou N. Bukharin, um dos grandes teóricos do bolchevismo, pela influência das teorias de Bogdanov em sua obra *Economia do período de transição*. Em outra situação, no mesmo ano, Lênin expôs sua desaprovação com o fato das constantes recusas de membros do governo em republicar as obras do menchevique G. Plekhanov, um dos principais teóricos do marxismo russo, enquanto as obras de Bogdanov eram frequentemente publicadas, o que parecia a Lênin ser uma influência do marxismo “herético” sobre as mentes dos construtores do novo regime. Em agosto de 1920, foi anunciado no *Izvestsiya* a realização de uma reunião entre os participantes do Segundo Congresso do Komintern para a criação do Comitê Provisório Internacional do *Proletkult*, sob presidência de Lunatcharski e como secretário-

-geral V. Lebedev-Polianskii⁵. A proposta era internacionalizar o *Proletkult*, criando o *Kultintern*, e assim ampliando para além das fronteiras russas o princípio de que a revolução socialista necessitaria também de uma revolução cultural proletária. Tal proposta estava ligada à ideia de Bogdanov que mesmo no Ocidente o proletariado ainda estava atrasado culturalmente, sendo necessário o desenvolvimento dessa proposta cultural (BIGGART, 2016). A notícia do *Izvestia* informava ainda que na Rússia o *Proletkult* contava com cerca de 400 mil membros, sendo 80 mil participantes ativos nos estúdios de trabalho, tendo ainda 16 jornais que eram distribuídos com o nome da organização. Diante da informação da dimensão do *Proletkult* e de seu posicionamento de autonomia diante do estado soviético e de sua proposta de internacionalização, Lênin questionou o Deputado Comissário da Educação M. N. Pokrovsky, durante a reunião do Sovnarkom: “1) Qual é o status legal do Proletkult; 2) Quem estava no comando da instituição?; 3) Como ele foi nomeado?; e 4) O que mais é importante a se saber sobre o status e o papel do Proletkult e os resultados de seu trabalho?” (BIGGART, 1987: 232). É perceptível nessa situação que para Lênin havia dois problemas em sua análise da organização: a liderança de Bogdanov no *Proletkult* e a grande dimensão de uma organização que se pretendia autônoma em relação ao estado. A partir desse momento intensificaram-se os esforços

5 Pavel Ivanovich Lebedev-Polianskii (1881-1948) aderiu ao bolchevismo em 1903, participando posteriormente do grupo *Vperiod* no final da década de 1910 e reerguendo-o em 1914. Em 1917 com a revolução retorna ao bolchevismo e após outubro ocupa cargos no nascente estado, principalmente o de comissário de literatura e publicação do *Narkompros*. Entre 1918 e 1920, foi presidente do Proletkult, sendo que após 1921 passou a ocupar outros postos no estado soviético.

para subordinar o *Proletkult* ao Sovnarkom. Inicialmente Lênin realizou a publicação de uma nova edição de seu livro de polêmica filosófica com Bogdanov, *Materialismo e Empiriocriticismo*, encomendando uma nova introdução ao veterano bolchevique V. I. Nevsky que o escreveu com o título *Materialismo Dialético e a Filosofia da Reação Estéril*. No enquadramento institucional, antes da realização do Primeiro Congresso Panruso das Organizações do Proletkult que ocorreria em outubro de 1920, Lênin apresentou no comitê político do PC um projeto de resolução para ser debatido e apresentado neste primeiro congresso que, dentre outras propostas, continha as seguintes:

[...]

3. Toda a experiência da história moderna e, em particular, da luta revolucionária de mais de meio século do proletariado de todos os países do mundo desde a publicação do *Manifesto Comunista* demonstraram indiscutivelmente que só a concepção do mundo do marxismo exprime de modo correto os interesses, o ponto de vista e a cultura do proletariado revolucionário.

4. O marxismo conquistou sua significação histórica universal como ideologia do proletariado revolucionário porque não repudiou de modo algum as mais valiosas conquistas da época burguesa, mas, pelo contrário, assimilou e reelaborou tudo o que houve de valioso em mais de dois mil anos de desenvolvimento do pensamento e da cultura humanos. Só o trabalho efetuado nessa base e nessa mesma direção,

inspirado pela experiência prática da ditadura do proletariado como sua última luta contra toda a exploração, pode ser considerado como o desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente proletária.

5. Mantendo-se firmemente neste ponto de vista de princípio, o Congresso de Toda a Rússia do Proletkult repudia do modo mais enérgico, como incorretas em teoria e prejudiciais na prática, quaisquer tentativas de inventar uma cultura particular própria, de se fechar nas suas próprias organizações isoladas, de delimitar os domínios de trabalho do Commissariado do Povo da Instrução e do Proletkult ou de implantar a “autonomia” do Proletkult dentro das instalações do Commissariado do Povo da Instrução etc. Pelo contrário, o congresso impõe a todas as organizações do Proletkult a obrigação incondicional de se considerarem inteiramente órgãos auxiliares da rede de instituições do Commissariado do Povo da Instrução e de realizarem suas tarefas como parte das tarefas da ditadura do proletariado, sob a direção geral do Poder Soviético (especialmente do Commissariado do Povo da Instrução) e do Partido Comunista da Rússia (LENIN, 1980, vol.3: 398-399).

Na concepção de Lênin, apenas o marxismo poderia exprimir a cultura proletária, excluindo desta formulação uma capacidade criativa própria dos operários. A definição de cultura operária ficaria a cargo do estado soviético e do partido que o controlava, dando ainda um ultimato aos que pretendiam garan-

tir qualquer nível de autonomia diante do aparato centralizado construído após a tomada do poder em outubro de 1917. Não havia espaço ainda para o desenvolvimento da herança cultural burguesa em outro sentido que o indicado pelas lideranças partidárias e do estado, e não havia outra cultura proletária além do marxismo, além de uma ideologia tida como insuperável, e não construída totalmente pela classe operária.

No debate dentro do partido Lênin tentou fazer com que Lunatcharski apresentasse a proposta no Congresso, determinação que ele recusou, além de defender uma conciliação com o *Proletkult*, garantindo um nível de autonomia diante dos órgãos do estado. Lênin pressionou ainda N. Bukharin para apresentar a proposta, como uma forma de teste de lealdade de acordo com John Biggart (1987), já que se suspeitava que Bukharin simpatizava e apoiava a organização. Bukharin também se recusou a ser o porta-voz do projeto, por discordar de suas definições e por acreditar que os membros do partido não tinham um nível teórico adequado sobre cultura proletária para debater com os membros do *Proletkult*. Em seu lugar, quem apresentou o projeto de resolução foi Kretinsky. A proposta de institucionalização e subordinação do *Proletkult* ao Narkompros foi aprovada, acabando assim com a autonomia da organização, e iniciando seu período de declínio, cujo fim se daria em 1932. A institucionalização do *Proletkult* foi uma das primeiras medidas tomadas por parte do estado soviético e do partido comunista para conter as dissensões que surgiram na Rússia ao final da guerra civil, como o massacre da revolta de Kronstadt e proibição de frações dentro do partido, dentre elas a Oposição Operária e o grupo Centralismo

Democrático. Bogdanov, por sua vez, permaneceu ainda por mais um ano no *Proletkult*, abandonando-o no outono de 1921, sendo que sua atuação pública passou a se dar nos trabalhos científicos na Academia Comunista de Moscou, onde estava desde 1918 e a partir de 1921 dedicou-se às pesquisas em hematologia, criando em Moscou o primeiro instituto para a transfusão de sangue, onde foi nomeado diretor em 1926.

BOGDANOV, A NEP E AS OPOSIÇÕES AO ESTADO SOVIÉTICO

Apesar de sair da vida pública, suas teorias e atuação política continuaram a influenciar alguns grupos. O Segundo Congresso Panrusso do *Proletkult* realizou-se no final de 1921, sendo o primeiro sob a subordinação ao Narkompros, onde Bogdanov participou como delegado, mas não foi eleito novamente para o conselho nacional da organização. A Nova Política Econômica (NEP) já havia se iniciado, com a adoção de medidas econômicas clássicas do capitalismo instaurando um período denominado pelo próprio Lênin como de capitalismo de estado, em substituição ao que se convencionou chamar de comunismo de guerra. A oposição dos insurretos de Kronstadt havia sido massacrada em março de 1921, bem como a proibição de criação de tendências no interior do partido comunista, definida no X Congresso do PC, também no mesmo mês. Com essa situação de repressão às oposições ao vitorioso estado soviético, a clandestinidade demonstrava ser o único caminho para os grupos contrários às medidas do governo se organizarem e conseguir expor suas críticas. Uma dessas manifestações de oposição ao estado soviético ocorreu justamente neste Segundo Congresso do *Proletkult*. Foi distribuído por uma

fração do PC o manifesto dos *Coletivistas*, que invocavam explicitamente a autoridade de Bogdanov. Não se conhece a autoria do manifesto, mas John Biggart aponta que as fontes sugerem ter sido os fundadores do grupo Oposição Operária a redigi-lo. O documento nunca foi publicado em sua integralidade, mas os trechos tornados públicos continham uma exposição da teoria organizacional de Bogdanov da qual derivava uma plataforma de oposição à liderança leninista do partido. No manifesto havia a rejeição “ao marxismo religioso de Lênin e Plekhanov”, e os Coletivistas se proclamavam como “marxistas daquela escola da qual o líder intelectual é Bogdanov”, além de serem herdeiros do grupo *Vperiod* (BIGGART, 1990: 277), e dedicavam-se ainda a libertar a ideologia proletária dos “elementos autoritários-religiosos e abstratos-individualistas” (PIRANI, 2008: 128). Para eles a revolução de outubro não apresentou uma solução socialista, mas sim um sistema de capitalismo de estado, e que a NEP realizava uma coalizção de classes na qual operários e camponeses governavam em parceria com a *intelligentsia* tecnoburocrática. Devido a esta situação, o capitalismo de estado poderia vir a ser comandado pela *intelligentsia*, que no século XX estava se transformando em uma classe independente (BIGGART, 1990: 277).

A ligação desta teoria a Bogdanov pode ser encontrada no desenvolvimento de sua análise sobre a natureza da revolução de outubro – que foi referida anteriormente –, mas não de modo tão explícito como foi apresentado na manifesto dos Coletivistas. Em janeiro de 1918, ele afirmava que o comunismo de guerra não havia sido abandonado com a tomada do poder em outubro, sendo que a classe que governava a Rússia não era nem o operariado

nem a intelligentsia, mas sim o campesinato, já que era grande o elemento componente dos soldados, e sendo o partido bolchevique um partido de operários-soldados – e de acordo com sua teoria geral da organização é o ele mais fraco que dita o ritmo do desenvolvimento dos sistemas – eram os soldados, o elo mais fraco, a comandar o novo governo (PLIUTTO, 1992). Era então o interesse militar a ditar os caminhos do novo governo o que o obrigará a manter o comunismo de guerra, e não a ideologia organizativa do partido bolchevique. Ele não definia a tomada do poder como uma revolução socialista, pois ele entendia o socialismo como o coletivismo na produção que precedia a distribuição e o consumo: “socialismo é acima de tudo um novo tipo de cooperação do trabalho (*sotrudnichestvo*) – a organização fraternal da produção. Comunismo de guerra é acima de tudo uma forma especial de consumo socializado – a regulação autoritária da organização do parasitismo e destruição em massa”. O parasitismo e destruição em massa era uma adaptação da vida em grande escala, e tinha uma grande capacidade em sobreviver, pois toda adaptação da vida, “especialmente se isto ocorre em larga escala, busca se perpetuar até mesmo depois de que as condições que causaram sua existência tenham desaparecido” (PLIUTTO, 1992: 50-51). John Biggart analisa as várias mudanças nas análises de Bogdanov para entender se havia uma concepção da intelligentsia como uma nova classe social. Biggart indica que em 1921, Bogdanov considerava que o capitalismo de Estado poderia persistir na Europa Ocidental e Oriental, provando ser uma maior e mais durável forma de capitalismo. Em 1923, ele introduziu em sua teoria uma distinção analítica entre “Capitalismo de Estado

Militar” e “Capitalismo de Estado”, indicando que se o primeiro não se estabilizou, o regime de paz do “Capitalismo de Estado”, tal como um sistema, claramente apelava para o avanço de elementos da burguesia e da intelligentsia burguesa, ficando o conceito como uma possibilidade teórica futura. Os efeitos prolongados do Comunismo de Guerra/Capitalismo de Estado Militar na Rússia levaram Bogdanov a introduzir uma nova categoria para descrever o sistema sócio-econômico desenvolvido durante a revolução e a guerra civil: o “Comunismo de Guerra das Classes Trabalhadoras”. Comparando a revolução russa com a Comuna de Paris, ele afirma que em ambos os casos a burguesia se mostrou incapaz de defender as instituições da propriedade privada. A diferença era que na Rússia houve uma aliança entre operários e o exército de camponeses, enquanto em Paris houve uma aliança entre a classe operária e a pequena-burguesia.

Para John Biggart, nesta análise ele estava longe de considerar a revolução como uma revolução da intelligentsia ascendente. Entretanto, em outros documentos pesquisados, como em uma palestra proferida em 1919 no *Proletkult* de Moscou, Bogdanov especulava que a guerra e a revolução poderia ainda resultar em uma subjugação do proletariado a um qualquer estrato social. E meses depois, na advertência das ideias de Gastev sobre o taylorismo e a organização científica do trabalho, ele apontava que se tais ideias fossem aplicadas poderia resultar na emergência de um grupo social de engenheiros científicos (SOCHOR, 1981; BRYAN, 1992). Essas indicações levam Biggart a afirmar que “a ascensão da intelligentsia como grupo social (Bogdanov não empregava o termo classe) era por isso possível sob o comunis-

mo de guerra”. Após o início da NEP ele teve oportunidade de desenvolver suas análises do regime soviético, principalmente nas novas edições da *Tektologia*, porém o historiador inglês coloca algumas questões que seriam consequências naturais das análises teóricas de Bogdanov, mas que nunca foram publicamente apresentadas, como, por exemplo, a seguinte: se o comunismo de guerra das classes trabalhadoras daria lugar ao surgimento de um “socialismo burocrático” e a uma nova classe dominante? A união Soviética em 1922 seria administrada por uma “hierarquia de oficiais”? Teria o partido comunista uma função de “poder moral-patriarcal”? Tais questões nunca foram feitas ou respondidas, e em 1923 Bogdanov chegou a afirmar na edição desse ano de seu *Curso Prático de Economia Política* que o “estado perseguia sua Nova Política Econômica no interesse das classes trabalhadoras” (BIGGART, 1990: 275-276).

John Biggart defende que o fato de Bogdanov não expor em seus escritos uma crítica tão contundente quanto as que ele fazia em conversas privadas estaria relacionado a uma preocupação com a repressão que poderia recair sobre Bogdanov. O aparecimento do manifesto dos Coletivistas gerou uma investigação incitada por Lênin ao secretariado do partido comunista para descobrir sua autoria e origem, principalmente em relação aos membros do *Proletkult*. Em dezembro de 1921, Bukharin acusava, na *Pravda*, Bogdanov de haver inspirado o manifesto, descrito por ele como uma forma de liquidacionismo menchevique. E o relatório do secretariado do partido enviado ao Politburo em fevereiro de 1922 afirmava que o grupo havia sido dissolvido (BIGGART, 1990).

Porém, Bogdanov se veria envolvido novamente com um grupo de oposição ao PC, nos anos seguintes. No início da NEP houve uma concentração de poderes políticos e econômicos na elite do PC, bem como entre os administradores das empresas que estavam em recuperação após a guerra civil. Essa concentração de poderes resultou no aumento de salário dos administradores políticos e industriais e no acesso a privilégios materiais (melhores casas, automóveis, roupas etc.) dos quais a classe operária estava privada. A situação de baixos salários e de pobreza extrema resultou em uma série de greves que ocorreram nas principais cidades soviéticas após 1922 (PIRANI, 2008; CARR, 1977a). A insatisfação da classe operária com sua situação material e a proibição de oposições internas no PC fez com que surgissem grupos clandestinos contra o governo. Além do grupo Coletivistas, junto ao operariado foram também formados o Grupo Operário, liderado por G. Miasnikov, e A Verdade Operária (*Rabochia Pravda*). Este último foi apontado, à época, como tendo sido liderado e influenciado por Bogdanov. Não há um consenso entre historiadores sobre essa ligação direta entre Bogdanov e A Verdade Operária. Antes da abertura dos arquivos soviéticos, havia uma certeza de ligação entre o teórico da cultura proletária e o grupo, porém com o acesso aos documentos após a década de 1990, os pesquisadores dizem não haver tal ligação. João Bernardo em seu livro *Para uma teoria do Modo de Produção Comunista*, de 1975, diz não conhecer os participantes, as origens e seus destinos. E. H. Carr afirma que o grupo foi o mais antigo dos que apareceram como oposição ao partido por volta do XI Congresso do PC, tendo surgido no outono de 1921, indicando que a maior parte de seus

membros era de intelectuais (1977a). Simon Pirani indica que o grupo surgiu entre os operários que frequentavam as instituições de nível superior, tais como a Universidade Comunista Sverdlov, em Moscou, o Instituto dos Professores Vermelhos e faculdades de operários de outras universidades, que tinham como objetivo formar uma nova “intelligentsia vermelha” (2008). Ainda de acordo com o pesquisador inglês, duas lideranças do grupo eram Polina Ivanovna Lass-Kozlova e Fania Shustskever. A primeira era uma trabalhadora rural que se transformou em operária fabril em Karkhov, na Ucrânia, em 1913. Trabalhou como propagandista no exército vermelho em Voronezh, ingressando após a guerra na Faculdade Técnica de Moscou. Fania Shustskever era estudante do Instituto Politécnico de Karkhov, aderindo ao bolchevismo em 1916. Trabalhou como enfermeira no exército vermelho, sendo presa pelos tchecos brancos em Samara, de onde escapou e trabalhou na clandestinidade da resistência bolchevique. Após a guerra passou a cursar história na Faculdade Técnica de Moscou. A presença das duas líderes nestas instituições de ensino pode indicar alguns dos caminhos que ligam o grupo a Bogdanov, pois ele auxiliou nos esforços de fundar uma universidade proletária, que é o caso da Universidade Comunista Sverdlov, apesar de seguir esta instituição um currículo bem distinto do que ele havia proposto. Outro motivo para a ligação estaria relacionado a Bogdanov centrar grande parte de sua atividade durante a guerra civil na cidade de Moscou. Mas a principal ligação do grupo ao teórico estava, sobretudo na fundamentação das análises e propostas d'A Verdade Operária.

Apenas um documento é conhecido dos pesquisadores, o *Apelo do grupo “A Verdade Operária” ao proletariado revolucionário*, publicado no órgão menchevique *O Mensageiro Socialista*, editado na Alemanha. Houve menção da publicação de dois números de jornais que foram entregues aos comitês de fábrica da Rússia, mas não se encontram exemplares nos arquivos soviéticos (PIRANI, 2008). No *Apelo*⁶... eles indicavam que da formação em 1921 foi produzida uma revista, que também não se tem notícia. Para o grupo a revolução de outubro havia sido necessária, e com a condução do PC superou e aniquilou a classe dominante e resistiu com firmeza ao assalto da reação russa e internacional. Diante disso a revolução era um feito grandioso e vitorioso da luta do proletariado russo, que influenciava o proletariado mundial e abria importantes perspectivas. Contudo, diante das contradições da sociedade soviética nos primeiros anos da NEP eles se levavam a perguntar se o proletariado vivia mesmo sob uma “ditadura do proletariado”, como dizia o partido, ou viviam em um país de capricho e exploração, como dizia a realidade? A situação de penúria da classe operária era contrastada pela vida luxuosa da nova burguesia, que para o grupo era composta pelos funcionários responsáveis, os diretores de fábrica, os dirigentes dos *trusts*, os presidentes dos comitês executivos e os homens da NEP, que recordavam a antiga burguesia aos trabalhadores. A situação na Rússia era decorrente das transformações econômicas e sociais que estavam em curso no

6 A exposição das teorias d'A Verdade Operária presente em seu *Apelo*... bem como as citações do documento foram retirados da versão em espanhol publicado em KOOL, F. e OBERLÄNDER, E. (Org.). *Documentos de la Revolucion Mundial. I Democracia de trabajadores o dictadura de partido*. Madrid: Biblioteca “Promoción del Pueblo, 1971, p. 244-252.

país e na Europa Ocidental desde a I Guerra Mundial. Com o início do conflito as relações econômicas entre os países foram rompidas levando à necessidade de reorganizar a produção dentro das fronteiras nacionais, com uma autonomia econômica nacional. Esta situação levou à “regulação e organização da produção sob o signo da guerra (o capitalismo de guerra)”, e este “não tinha a ver com o socialismo, as relações entre o proletariado e as outras classes, e a repartição do produto nacional permaneceram totalmente como antes do capitalismo de estado”. O fim da guerra levou a uma diminuição do papel regulador e intervencionista do estado na economia, mas não abalou as tendências de centralização da produção, sendo que os sindicatos e *trusts* tiveram seu papel aumentado, recebendo naquele momento a força da concorrência mundial. Na relação entre as classes a burguesia havia perdido sua capacidade de defender seus interesses e dirigir o capitalismo de estado da guerra, bem como para restabelecer o sistema de produção normal no período de paz. Tampouco o proletariado estava apto para organizar a sociedade segundo novos princípios. O que levou a surgir “com maior força, a ‘intelligentsia’ dos técnicos e organizadores, que dirigem toda a organização da produção”. Seus métodos de trabalho e ideologia somente poderiam criar uma nova economia capitalista. A nova classe, a nova burguesia surgia “com a decomposição dos elementos especializados da velha burguesia e da ‘intelligentsia’, que surge do interior com cada vez mais força”. Tal situação demonstrava uma reorganização do capital contra as conquistas dos trabalhadores, que colocava como tarefa a necessidade de uma unificação do proletariado internacional.

O Partido Comunista Bolchevique havia perdido sua conexão com as massas operárias durante os anos de guerra – pelas mortes operárias no conflito – e adotado práticas e princípios capitalistas no aparato do partido e na vida econômica. A perda de conexão também havia sido verificada na burocracia dos sovietes e nos sindicatos, e se manifestava na vida luxuosa que estes dirigentes desfrutavam. “O ser social do partido comunista determina inevitavelmente também a correspondente consciência social, os interesses e ideais que contradizem os interesses do proletariado militante”, o que levou o partido a ser, no momento da análise d’A Verdade Operária, “um partido da ‘intelligentsia’ da organização”. A destruição da economia russa durante os anos de guerra havia levado o país à ruína, e a NEP com o restabelecimento das relações capitalistas fez com que a camada dos kulaks, dos camponeses ricos de fortalecesse consideravelmente. Neste contexto houve ainda o fortalecimento do estado como representante do “interesse nacional total do capital e da ‘intelligentsia’ organizadora que dirige só o aparato de administração estatal e de regulação da economia”. O proletariado não poderia atuar de acordo com seus interesses pela perda de seus membros, sua desarticulação, sua ilusão ideológica e a ascensão social de seus elementos mais ativos. Faltava seu próprio partido operário, suas organizações revolucionárias, contribuindo ainda para este quadro o papel que os sindicatos exerciam para manter as lutas em seus aspectos meramente econômicos, sem uma perspectiva política mais ampla.

Mesmo com a debilidade da classe operária, sua ideologia não muito desenvolvida e os fetiches comunistas, a situação de lutas operárias no início da NEP demonstrava que “entre os tra-

balhadores mais conscientes, não filiados ao partido e com maior consciência dentro do PCR” se criava as condições necessárias para a formação de um novo partido do proletariado russo que deveria dentre outras coisas: apoiar os grupos capitalistas avançados do Ocidente e boicotar os reacionários, apoiando ainda as burguesias dos países colonizados; dentro das fronteiras russas deveria lutar pela liberdade de imprensa e organização dos elementos revolucionários; colocar os recursos da indústria aos interesses dos trabalhadores; cumprimento das determinações do código laboral; lutar contra as tendências pequeno-burguesas e autoritárias dentro da classe operária; apoio às organizações operárias para a realização da ideologia proletária por meio destas organizações; desenvolvimento do trabalho cultural, sobretudo nos locais de trabalho e nas escolas de formação dos operários; limitação da literatura e arte soviética oficial e apoio às atividades operárias nestes campos; organização da juventude operária para o trabalho propagandista e formação de quadros para a luta futura de sua libertação.

Por fim o documento indicava que as relações com os demais partidos deveriam ser estabelecidas considerando o programa do grupo. Tinham ressalvas com os mencheviques, pois apesar de análises acuradas sobre o PC não percebiam o avanço da economia russa com as nacionalizações e demonstravam o medo e a falta de esperança de um partido também da “intelligentsia”. Com o grupo *Oposição Operária* a relação se daria com os elementos que não haviam se tornado reacionários, pois cumpriram um papel importante, mas ao defenderem as medidas do comunismo de guerra se mostravam superados. Conclamavam

todos os operários revolucionários e os elementos ativos e conscientes a se organizarem para superar a situação de exploração que viviam sob a NEP (VERDADE OPERÁRIA, 1971: 244-251; BERNARDO, 1975; BIGGART, 1990; PIRANI, 2008).

Mesmo não havendo uma ligação clara como a existente no manifesto dos Coletivistas, a influência das ideias de Bogdanov é clara no que se refere à análise que A Verdade Operária fez das mudanças econômicas durante e depois da guerra, com a indicação dos esforços econômicos serem direcionados às necessidades bélicas, e com a centralização do planejamento nas mãos do estado, seguindo o conceito de comunismo de guerra/capitalismo de estado por ele desenvolvido. A permanência dessas características no período de paz também foram ideias desenvolvidas pelo fundador do *Proletkult*. A desconexão do partido com a classe operária como é apresentada no documento se aproxima muito do que Bogdanov indicava ter se transformado o partido bolchevique, em ser no momento da tomada do poder e após a revolução de outubro um partido de operários-soldados e continuarem com as medidas capitalistas do comunismo de guerra/capitalismo de estado. Mesmo as propostas de outro rumo no desenvolvimento ideológico do proletariado e das tarefas culturais e de propaganda que deveriam cumprir o novo partido, estavam próximas com as propostas do próprio *Proletkult*. O que parece evitar que os principais pesquisadores façam a ligação entre o grupo e a pessoa, é que Bogdanov não teorizou tão claramente quanto o que está no documento no que se refere ao surgimento de uma nova classe social a partir da guerra, que passou a ser uma nova classe dominante. Mas os termos usados no documen-

to de uma “intelligentsia da organização” que ascendeu socialmente nesse período estavam já expostos no *Empiriomonismo* e na *Tektologia*. A carta escrita por Bogdanov a Lunatcharski, em novembro de 1917 indica que havia uma preocupação com os rumos da revolução conduzida por um partido que não era mais de operários e da necessidade de construção de um novo partido. De acordo com Bogdanov,

[...] a revolução soldadesca-comunista é algo que mais opõe à revolução socialista do que se aproxima dela. A demagógica ditadura militar é instável por princípio: não se pode mantê-la pela baioneta’. O partido trabalhador-soldadesco deve se dissolver e dificilmente fará isso de forma pacífica. Então, um novo partido operário – ou o que restar dele depois das balas e baionetas dos soldados – precisará de *sua própria* ideologia (as anteriores, mesmo se sobreviverem, não vão servir após percorrer a escola da demagogia da ditadura). É para esse futuro que eu trabalho (BOGDANOV, 2017: 132).

Levando em consideração o papel de autonomia e de atuação independente do partido e do Estado que teve o *Proletkult*, e também a perspectiva de um trabalho militante para que os operários desenvolvessem autonomamente suas capacidades organizativas, sua cultura proletária desde à época do *Vperiod*, é possível verificar a existência da influência de Bogdanov na proposta d’A Verdade Operária. A direção do PC havia também percebido essa influência, que na década de 1920 foi denominada de *bogdanovshchina*. Em janeiro de 1923 o líder da Seção

de Imprensa do Departamento de Agitação e Propaganda do Comitê Central do Partido, Iakov A. Iakovlev⁷ publicou um artigo na *Pravda* indicando a influência das ideias de Bogdanov e mencionando A Verdade Operária, alegando que as oposições levariam à formação de um novo partido ou grupo político. Iakovlev mencionava uma palestra de Bogdanov em Moscou, em 1922, em que ele acreditava que a NEP era uma política necessária para o desenvolvimento da economia soviética, mas afirmava que a época histórica em que estavam inseridos era de dominação de uma “nova classe dominante consistindo na ‘intelligentsia-técnica burguesa e burocrática’” (Apud BIGGART, 1990: 280). Bogdanov respondeu às acusações em uma carta enviada dias depois da publicação do artigo aos editores da *Pravda*, em que negava haver convocado qualquer forma de ação política e desafiava a exatidão da exposição de Iakovlev. Ele insistia que não era sua perspectiva que o progresso econômico poderia ser encontrado apenas por meio do capitalismo. De acordo com Biggart, enigmaticamente Bogdanov silenciou sobre a atribuição a ele da teoria da nova classe dominante.

A eclosão das greves em meados de 1923 e a participação do Grupo dos Operários de Miasnikov e A Verdade Operária em sua organização levou a OGPU (polícia política, antiga Tcheca) a iniciar uma repressão a tais grupos sob a alegação de atividades antissoviéticas. Reportou-se a prisão de cerca de quatrocentos membros d'A Verdade Operária, entre membros de comitês de

7 Iakov Arkadievch Iakovlev (1896-1938) aderiu ao bolchevismo em 1913. Em 1929 foi Comissário do Povo da Agricultura durante o período da coletivização das terras. Organizou os expurgos stalinistas na Bielo-Rússia, sendo vítima dos expurgos em 1938, quando morreu.

fábrica e da juventude do partido e estudantes, dentre os presos estavam Lass-Kozlova, Fania Shutskever e Bogdanov (BIGGART, 1990; PIRANI, 2008). O último ficou encarcerado durante cinco semanas, entre outubro e novembro de 1923, sendo interrogado por Felix Dzerzhinski, chefe da OGPU e antigo camarada de Bogdanov no Comitê Central do POSDR eleito em 1906. Bogdanov negou associação formal com A Verdade Operária, mas partilhava de várias das posições do grupo. Mesmo que em setembro as posições d'A Verdade Operária fossem apontadas como idênticas ao do grupo dos Coletivistas, em relatório enviado ao Comitê Central e à Comissão Central de Controle do PCR, Bogdanov não foi acusado de ser líder ou membro daquele grupo, mas indicava uma associação, sugerindo que Bogdanov estava por trás do grupo, e que era conhecido por suas posições antimarxistas e anticomunistas. O CC do PCR após o recebimento do relatório considerou a *bogdanovshchina* como uma tendência hostil ao partido. Segundo Emelian Iaroslaskii – membro da Comissão Central de Controle do PCR – A Verdade Operária em sua interpretação da revolução de outubro se aproximava dos mencheviques, ao afirmar que a tomada do poder foi uma grande oportunidade para iniciar na Rússia um capitalismo mais desenvolvido. Mas para o grupo não seria a burguesia a levar adiante esse processo, e sim o estado soviético e a nova burguesia que surgia, consistindo na intelligentsia da organização. Era, desta forma, um grupo bogdanovista, uma ideologia não marxista que, seguindo a crítica de Bukharin aos Coletivistas, se situava entre o marxismo revolucionário e menchevismo contra-revolucionário. O grupo ainda foi acusado por Iaroslavskii de ser uma agência

dos mencheviques dentro do PCR, “o caminho do Komintern para a Segunda Internacional, de Lênin para Liber-Dan, prosseguido pela via da bogdanovshchina”, caracterizado como socialmente e ideologicamente um inimigo, uma conspiração menchevique para desorganizar o PC. Diante dessa constatação e das prisões efetuadas o A Verdade Operária teve treze de seus membros expulsos do partido. Bogdanov foi identificado apenas como seu mentor (BIGGART, 19990; PIRANI, 2008).

Após a prisão, ele voltou aos seus trabalhos na Academia Comunista de Moscou e no Instituto de Hematologia, onde pesquisou sobretudo técnicas de transfusão de sangue. Morreu em 1928, após realizar um teste de transfusão em si próprio, o que pesquisadores indicam ter sido uma forma por ele encontrada de cometer seu suicídio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo *bogdanovshchina* seria ainda utilizado em alguns debates durante a década de 1920 e 1930, como o da cultura operária, o taylorismo, das oposições internas ao PCR e do realismo soviético. Na imensa maioria das vezes como arma de desqualificação contra um ou outro adversário do momento. Após esse período, as obras de Alexander Bogdanov não foram mais republicadas na União Soviética e raríssimas foram as traduções para outras línguas.

Um interesse sobre seu trabalho voltou a aparecer a partir de finais da década de 1950 com as contribuições que sua Tektologia pode dar aos estudos das teorias dos sistemas e da cibernética, principalmente nos países anglófonos. Passou-se

também a estudar seu papel como opositor de Lênin na história do partido bolchevique e do estado soviético em seus anos iniciais. Ainda na URSS, sua teoria da ciência da organização foi utilizada pelos reformadores do sistema administrativo soviético, a partir de 1960, mas em um contexto conservador.

Esse resgate de sua obra demonstra a profundidade e a extensão de seu trabalho. Por outro lado, o silenciamento desse derrotado da Revolução Russa demonstra também como o regime soviético via como dotada de grande periculosidade sua obra para o controle que exerceram sobre a classe operária. Desde o início de seu trabalho filosófico, científico e político Bogdanov tinha como perspectiva de socialismo uma nova sociedade coletivista e igualitária, organizada pelos trabalhadores envolvidos diretamente no processo de produção material da vida. Desde o início de seu trabalho até os esforços de desenvolvimento do *Proletkult* e da universidade proletária, seu interesse foi o de garantir que fossem criadas as condições, a partir da cultura burguesa, para que o proletariado constituísse de forma autônoma sua própria visão de mundo, sua ciência, sua arte e sua filosofia, sem depender e sem estar subordinado no processo de exploração a outros grupos e classes sociais. Em seu percurso de vida individual e institucional há uma coerência com este interesse, desde a participação nos primeiros círculos operários no final do século XIX, passando pela tentativa de garantir o caráter proletário da fração bolchevique, até a influência sobre os grupos políticos clandestinos do final da guerra civil e início da NEP.

Não foram poucos os conflitos em que se viu envolvido seja filosoficamente, por pretender atualizar o marxismo em uma

perspectiva de participação operária e com a contribuição das recentes descobertas científicas, seja politicamente com uma proposta partidária em que o papel dos operários fosse sempre mais importante que os desempenhados pela *intelligentsia*. Suas análises dos caminhos que trilhavam os bolcheviques sob a liderança de Lênin na estrutura do partido e sobre as características da organização econômica e social do nascente estado soviético, como consequência e continuação das mudanças capitalistas ocorridas durante a I Guerra Mundial, demonstram uma lucidez e clareza em suas análises que poucos compartilharam no período. Bogdanov utilizava um aforismo de Spinoza em vários de seus escritos: “Nem risadas nem lágrimas... mas conhecimento”, que foi complementado em um artigo de 1918, com o seguinte: “No meio do caos dos eventos e no tumulto das emoções, não era fácil prestar atenção ao conselho de nosso grande professor [Spinoza]; mas poderia ser mais fácil para mim, um socialista sem partido, um cientista e trabalhador cultural, que para um político alçado na luta” (PLIUTTO, 1992: 49).

REFERÊNCIAS

BAYLES, Kendall E. Alexei Gastev and the soviet controversy over taylorism, 1918-1924. *Soviet Studies*, vol. XXIX, n. 3, jul. 1977, p. 373-394.

BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIGGART, John. Bukharin and the origins of the “Proletarian Culture” debate. *Soviet Studies*, vol. XXXIX, n. 2, Abril 1987, p. 229-246.

BIGGART, John. Alexander Bogdanov and the theory of a “New Class”. *The Russian Review*, vol. 49, 1990, p. 265-282.

BIGGART, John. Alexander Bogdanov and the short history of the Kulturintern. Versão revisada do original publicado em *Vestnik Mezhdunarodnogo Instituta A. Bogdanova (Bulletin of the International Bogdanov Institute)*, 2001, n.º.3 (7), p.76–87.

BOGDANOV, Alexander. A. *La science, L'art et la Classe Ouvrière*. Paris: François Maspero, 1977.

BOGDANOV, Alexander. Carta a Lunatcharski. In: GOMIDE, Bruno (Org.). *Escritos de Outubro: os intelectuais e a revolução russa, 1917-1924*. São Paulo: Boitempo, 2017 (p. 128-132).

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário, 1917-1921*. Porto: Afrontamento, 1975.

BRYAN, Newton A. Paciulli. Educação, trabalho e tecnologia. *Tese de Doutorado*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

CARR, Edward Hallet. *El Interregno (1923-1924)*. 2ª Edição. Madrid: Alianza Editorial, 1977a.

CARR, Edward Hallet. *A Revolução Bolchevique 1, 1917-1923*. Porto: Afrontamento, 1977b.

CARR, Edward Hallet. *A Revolução Bolchevique 2, 1917-1923*. Porto: Afrontamento, 1979.

KELLY, Aileen M. Rede Queen or White Knight? The Ambivalences of Bogdanov. *The Russian Review*, vol. 49, 1990, p. 305-315.

KOOL, F. e OBERLÄNDER, E. (Orgs.). *Documentos de la Revolucion Mundial. I Democracia de trabajadores o dictadura de partido*. Madrid: Biblioteca Promoción del Pueblo, 1971, p. 244-252.

LECOURT, Dominique. Bogdanov, miroir de l'intelligentsia soviétique. In: BOGDANOV, Alexandr. *La science, l'art et la classe ouvrière*. Paris: François Maspero, 1977, p. 7-41.

LENINE, Vladimir. I. *Materialismo e Empiriocriticismo: notas críticas sobre uma filosofia reacionária*. Lisboa: Estampa, 1975.

LÊNIN. *Obras escolhidas*. Vol. 3. Lisboa: Editora Alfa-Ômega, 1980.

LINHART, Robert. *Lênin, camponeses, Taylor*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

MALLY, Lynn. *Culture of the Future: The Proletkult Movement in Revolutionary Russia*. Berkeley: University of California Press, 1990.

MAROT, John Eric. Alexander Bogdanov, Vpered, and the role of the intellectual in the workers' Movement. *The Russian Review*, vol. 49, 1990, p. 241-64.

PANKRATOVA, Anna. Los comités de fábrica em Rusia em la época de la revolución. In: MANDEL, Ernest. *Control obrero, consejos obreros, autogestión* (Antologia). México, DF: Ediciones Era, 1974, p. 105-119.

PAVLOV, Evgeni V. Nikolai Bukharin on the life of A. A. Bogdanov. *Platypus Review*, n. 57, junho 2013. Disponível em: <<https://platypus1917.org/2013/06/01/bukharin-on-bogdanov/>> Acesso em 02/12/2017.

PIRANI, Simon. The party elite, the industrial managers and the cells: early stages in the formation of the soviet ruling class in Moscow, 1922–23. *Revolutionary Russia*, vol.19 n. 2, 2006, p. 197-228.

PIRANI, Simon. *The Russian revolution in retreat, 1920-1924: Soviet workers and the new Communist elite*. New York: Routledge, 2008.

PLIUTTO, Petr Alexandrovich. Aleksandr Bogdanov on the period of ‘War Communism’. Trad. John Biggart. *Revolutionary Russia*, Vol.5, Nº.1, June 1992, p.46-52.

SCHERRER, JUTTA. Bogdanov e Lênin: o bolchevismo na encruzinhada. In: HOBSBAWN, E. (Org.). *História do Marxismo*. Volume 03. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (p. 189-241).

SOCHOR, Zenovia A. Soviet taylorism revisited. *Soviet Studies*. Vol. XXXIII, nº. 2, Abril 1981, p. 246-264.

SOCHOR, Zenovia. On Intellectual and the New Class. *The Russian Review*, vol. 49, 1990, p. 283-292.

VERDADE OPERÁRIA, A. Llamada del grupo “La verdad de trabajadores” al proletariado revolucionario. In: KOOL, F. e OBERLÄNDER, E. (Orgs.). *Documentos de la Revolucion Mundial. I Democracia de trabajadores o dictadura de partido*. Madrid: Biblioteca “Promoción del Pueblo, 1971, p. 244-252.

WALICKI, Andrzej S. Alexander Bogdanov an the Problem of the Socialist Intelligentsia. *The Russian Review*, vol. 49, 1990, p. 293-304.

CAPÍTULO 03

As derrotas políticas de Nicolai Kondratiev no processo da Revolução Russa

ANTÔNIO GONÇALVES ROCHA JÚNIOR

Neste capítulo discutiremos sobre uma importante luta política e teórica ocorrida no interior dos quadros da tecnocracia dirigente no curso dos primeiros anos da Revolução Russa ao longo da década de 1920 que teve como importante personagem o economista Nicolai Dimitrievitch Kondratiev. Percebido na História Contemporânea como um dos grandes Economistas no Século XX, cabe-nos na presente exposição compreender os motivos que o levaram à derrota teórica e política e ao completo esquecimento do seu nome na ex-União Soviética e entre grande parte dos economistas marxistas ocidentais.

Mesmo com a defesa de Schumpeter (1939) e a sua retomada no seio do pensamento marxista durante a década de 1960 com a célebre tentativa de reconciliação realizada por Ernest Mandel (1982), a aceitação de suas teses não é uma unanimidade até hoje, com a permanência de várias críticas sobre os limites da sua teoria (GARVY, 1943; DAY, 1979; BOSSERELE, 1994).

O russo Nicolai Kondratiev teve o seu nome ligado à *teoria dos ciclos econômicos longos*. Porém, as suas pesquisas não se limitaram apenas a esse âmbito, tendo se dedicado também à questão agrária russa, principal motivo de se tornar um renegado da Revolução de Outubro. Por esse motivo analisaremos os motivos da sua derrota teórica e política, sendo a primeira relacionada com a não comprovação da existência dos Ciclos Econômicos Longos e a segunda por criticar a industrialização intensiva em defesa do gradualismo na coletivização agrícola.

DA INFÂNCIA À FORMAÇÃO ACADÊMICA E POLÍTICA

As origens de Kondratiev aproximaram-no da questão camponesa russa. Nasceu no dia 4 de março de 1892, no final do governo conservador do czar Alexandre III, em Galonievskaja, um pequeno aglomerado populacional na região de Kostroma, que também dá nome a uma importante cidade localizada na beira do rio Volga e a cerca de 300 quilômetros de Moscou. Os seus pais possuíam origem Komi, da etnia Urali, povo do norte da Rússia. A sua família era camponesa e ele o mais velho entre dez irmãos. Talvez sejam essas raízes rurais que o marcarão posteriormente e o farão ser reconhecido como um dos grandes estudiosos da questão agrária russa.

Apesar das limitações na prestação de serviços sociais básicos na maior parte das vilas do interior da Rússia, Kondratiev foi escolarizado em seu próprio distrito. O seu percurso educacional é bastante interessante. Recebeu toda a sua instrução formal na escola da sua vila, mas em 1911, provavelmente com 18 ou 19 anos de idade, foi admitido na Faculdade de Direito de

São Petersburgo. Nesse espaço acadêmico, em que lecionavam destacados intelectuais russos, Kondratiev participou ativamente de alguns prestigiados cursos na universidade, como o do economista Sviatlovski, do jurista Petrajitski, do economista Sviatlovski, do historiador Kovalevski, de Lappo-Danilevski e do economista Tugan-Baranovski, de cujos cursos e seminários Kondratiev participou. A relação entre as teorias dos dois economistas sobre as crises econômicas é algo evidente, apesar da forte influência de Lappo-Danilevski e Kovalevski para a elaboração do seu método (KONDRATIEV, 2014).

Em 1915, em meio à Guerra Mundial, provavelmente com 22 ou 23 anos de idade, Kondratiev concluiu a universidade com a monografia intitulada *O desenvolvimento econômico do Zemstvo de Kinechma da Província de Kostroma*. Como esse estudo foi muito bem recebido no meio universitário de São Petersburgo, Kondratiev também foi convidado a colaborar na área de economia política da universidade.

Em consonância com os seus estudos acadêmicos, em 1916, com 23 ou 24 anos de idade, também se tornou responsável pelo departamento de estatísticas econômicas da União dos Zemstvos de Petrogrado. Segundo Eric R. Wolf (1984), os zemstvos haviam sido criados como uma oposição à centralização do czar Alexandre III. Eram encarregados da administração local e foram idealizados com o suposto objetivo de dar voz aos camponeses. Porém, essa oportunidade nunca foi dada, pois o governo czarista criou uma série de mecanismos burocráticos para impedir as discussões políticas mais amplas.

De fato, os zemstvos não representavam os interesses dos camponeses. Mesmo assim eles foram importantes, pois eram responsáveis por vários serviços sociais, como por exemplo a fundação de escolas. Os zemstvos começaram a atrair uma certa *intelligentsia*, de que faziam parte pessoas que podem ser consideradas “ilhas de autogestão num mar de autocracia, portanto a sua própria existência era uma ameaça àquela autocracia. Inevitavelmente, despertava nos homens a esperança da expansão de um governo representativo” (WOLF, 1984, p. 100). Dessa forma, a escolha do objeto de análise de Kondratiev já o ligava à questão camponesa russa, afinal, além de analisar academicamente o zemstvo de Kostroma, sua região natal, mais à frente, em 1916, passou a trabalhar e colaborar com essa organização, tendo um cargo importante em seu corpo técnico.

A sua vinculação com a questão camponesa é também indicada pela sua filiação política. Desconhecemos a participação política de Kondratiev durante a sua formação universitária. Porém, na época da Revolução de Fevereiro era um militante do Partido Socialista Revolucionário, ocupando neste um destacado papel em sua burocracia, particularmente nas questões vinculadas à estrutura agrária. Isso não é algo irrelevante no seio desse partido, cuja principal questão programática era a mudança na estrutura agrária russa, como principal porta-voz do campesinato até a Revolução de Outubro de 1917. Essa força junto ao campesinato só foi perdida quando o Partido Socialista Revolucionário não conseguiu cumprir o seu programa em sua deplorável participação no Governo Provisório.

Como militante do Partido Socialista Revolucionário, Kondratiev defendia uma reforma agrária que suprimisse a propriedade privada e a terra fosse apropriada pelo trabalhador. Também defendia que as cooperativas de trabalhadores deveriam ser constituídas por meio da adesão voluntária de seus membros e não impostas pelo Estado (FONTEVIELLE, 1992). Depois da Revolução de Fevereiro de 1917, participou da Comissão de Reforma Agrária junto com N. P. Makarov e A. V. Chayanov. Escreveu nesse período sobre “a questão agrária” nas publicações da Liga Interpartidária da Reforma Agrária. Participou, desde o seu início, da comissão para o abastecimento do Soviete de Deputados e Trabalhadores e foi empossado como vice-presidente do Comitê de Estado do Abastecimento. Em 5 de outubro de 1917, foi nomeado vice-ministro do Abastecimento, cargo que teve de abandonar com a eclosão da Revolução de Outubro. Por esse fato e por suas convicções como membro do Partido Socialista Revolucionário, Kondratiev adotou uma postura crítica aos bolcheviques, inclusive publicando um texto intitulado *O caminho da fome*, em que caracteriza o acontecimento instaurador da Revolução de Outubro como um Golpe de Estado.

UM QUADRO TÉCNICO DO NOVO ESTADO

A obra produzida por Nicolai Kondratiev entre o início de 1918 e o ano de 1921 foi marcada por dois momentos. Primeiro, ele se concentrou nas atividades acadêmicas e viveu submetido ao ostracismo social após a Revolução. Em um momento posterior, com as necessidades do ingresso de técnicos no aparelho de Estado, incorporou-se à burocracia, o que lhe possibilitou ter as

condições necessárias para a realização de suas pesquisas científicas, principalmente no Instituto de Conjuntura.

Em época tão conturbada, da Guerra Civil (1918-1921), Kondratiev adotou um caminho diferente dos seus camaradas de partido. Não entrou em nenhuma conspiração contra os bolcheviques, apesar de se posicionar claramente contrário a eles. Vivendo sob ostracismo político, dedicou-se às atividades acadêmicas, mas foi pouco a pouco adentrando na burocracia estatal bolchevique, particularmente por seus conhecimentos técnicos, e subindo paulatinamente na escala administrativa do Estado.

A partir de 1920, Kondratiev entrou em uma nova fase da sua vida, marcando-o definitivamente como um dos que apresentariam um caminho para a sociedade e economia soviética. A década de 1920 foi a época mais criativa do autor, passando a fazer parte dos pensadores do primeiro plano nas discussões sobre os rumos da economia soviética.

Em 1920, aos 28 anos, criou o Instituto de Conjuntura. Esse Instituto começou como um centro de pesquisas, mas acabou se transformando, dada a habilidade de Kondratiev, em um importante órgão estatal, chegando, em 1923, a tornar-se ligado ao Ministério das Finanças e contando com a participação de cerca de 51 respeitados pesquisadores de várias áreas. Era objetivo do instituto analisar a conjuntura da Rússia e dos demais países. A respeitável equipe que Kondratiev montou passou a publicar o *Boletim Econômico do Instituto de Conjuntura* e a revista teórica *Problemas de Conjuntura*, que produzia estatísticas econômicas. O instituto é um marco na vida de Kondratiev e lhe permitiu sob a sua tutela formular a tese dos ciclos longos, à qual o seu nome está ligado.

Como resultado desse período do Comunismo de Guerra (1918-1921), temos um período de grande questionamento da política bolchevique e da própria revolução. A destruição da economia, com o conflito prolongado, levou a graves consequências, ameaçando a existência do recém-criado poder bolchevique. A apropriação dos excedentes camponeses para manter o exército e os operários urbanos quase levou ao fim da aliança entre operários e camponeses. A Rússia vivia um verdadeiro caos, agravado pelos desastres naturais, que resultaram em má colheita. A guerra civil havia destruído a indústria, o sistema de transporte. A crônica escassez de combustível, entre outros fatores, demonstrava como essa situação era caótica.

Nesse contexto, em abril de 1921, estourou a rebelião do Kronstadt, que foi duramente reprimida pelo poder bolchevique. Iniciada uma semana antes do X Congresso, essa revolta forçou a adoção da Nova Política Econômica (NEP). Durante esse período também ocorreram as chamadas sublevações dos Kulaks. A mais famosa delas foi a rebelião de Tambov, na Ucrânia, demonstrando o mal-estar existente com a situação econômica e política do país, mas principalmente as contradições com o campesinato.

Além das revoltas abertas contra o poder bolchevique, surgiu também uma oposição no interior do partido, que pretendia mudanças na forma de gestão realizada durante o Comunismo de Guerra. Após a Revolução de Outubro, inúmeras fábricas passaram a ser geridas por conselhos operários, que pretendiam fazer uma gestão autônoma da produção, sem o rígido controle estatal. Disso resultaram debates sobre os sindicatos (TRAGTENBERG, 2007), cujo conteúdo geral era a forma de gestão da economia:

ela se daria de modo espontâneo, considerando os interesses individualizados das fábricas, ou de maneira centralizada e estatizada? A vitória foi do segundo modelo, o que levou em 1921, com os retrocessos evidentes do Comunismo de Guerra e o fim do próprio conflito, a um segundo debate: abolir-se-iam as leis do mercado, ou se toleraria e estimularia o mercado para a reconstrução da economia nacional? Todas essas discussões precederam a criação da Nova Política Econômica (NEP).

Esses aspectos de crise do Comunismo de Guerra conduziram aos grandes debates entre 1920 e 1921, resolvidos no X Congresso, que ocorreu em março de 1921. Basicamente, surgiram três posicionamentos políticos. De sua parte, Trotsky defendia a militarização dos sindicatos e do trabalho, além da intensificação da industrialização e coletivização das terras. Lênin, por sua vez, defendia a estatização dos sindicatos, mas como escola de comunismo, além das teses centrais que nortearam a NEP. Já a Oposição Operária defendia a autonomia dos trabalhadores por meio dos sindicatos, o que exigia a criação de um novo órgão central de planejamento a ser realizado pelos sindicatos, além da administração das fábricas pelos sindicatos e pelos comitês de fábrica.

A maior parte dos presentes no X Congresso aprovou as teses leninistas, tanto na questão dos sindicatos como no estabelecimento de uma Nova Política Econômica (NEP). As propostas de Trotsky para a militarização do trabalho aos moldes do Comunismo de Guerra foram rechaçadas pela maioria dos presentes, surgindo inclusive uma grande campanha de difamação posterior à sua apresentação no Congresso. As propostas

da Oposição Operária foram rechaçadas também, por serem consideradas anarcossindicalistas.

Com base na proposta de Lênin, que justificava esse recuo como momentâneo em direção ao socialismo, era necessário reconstruir a economia devastada pela guerra com elementos do mercado capitalista. Mais tarde essa concepção foi sintetizada no importante livro de Lênin intitulado *Imposto em espécie*, publicado em maio de 1922.

Com a NEP foi estabelecido o fim da aquisição forçada da produção camponesa, sendo substituída pelo imposto em espécie. O excedente passou a poder ser comercializado pela massa de camponeses, que haviam se tornado proprietários com a Revolução Agrária. Além do mais, foram permitidos investimentos de capitais privados em vários setores e foi restabelecido o mercado capitalista. O objetivo central da NEP era a reconstrução da economia nacional destruída pela guerra.

Nesse contexto de reconstrução nacional, o partido passou a aceitar o ingresso de inúmeros especialistas não filiados em importantes órgãos estatais. Graças aos seus conhecimentos técnicos e às ações desenvolvidas no Instituto de Conjuntura, Kondratiev passou a colaborar cada vez mais estreitamente para o Novo Estado. A confiança do Partido cada vez maior nos técnicos e não nos trabalhadores era vista de maneira crítica pela Oposição Operária. Alguns teóricos afirmam que tal fenômeno permitiu o ingresso de inúmeros quadros técnicos da antiga burocracia czarista, o que acarretou o processo de burocratização do Estado. A respeito disso afirma Davies (1986, p. 87):

O partido tinha muita confiança nos “especialistas não inscritos” e, particularmente, nos dois grupos de pontos de vista conflitantes: os economistas ex-mencheviques, como V. G. Groman, no GOSPLAN, e A. M. Ginzburg, no VESENKHA, e os economistas ex-socialistas revolucionários, como N. D. Kondratiev, assessor tanto do Commissariado para a Agricultura quanto do Commissariado para as Finanças.

Kondratiev trabalhou como assessor no Commissariado para a Agricultura e no Commissariado para as Finanças, o que o colocava em importantes atividades para a própria existência do Novo Estado. Da mesma forma, o economista começou a contribuir para o Conselho Superior da Economia Nacional – VESENKA – e o Comitê Central de Planejamento – GOSPLAN. O VESENKA foi um órgão fundado em dezembro de 1917 com o objetivo de realizar o planejamento econômico, tendo sido fundamental durante todo o período do Comunismo de Guerra. O GOSPLAN foi criado em fevereiro de 1921 com o intuito de fazer um plano global para a economia e seus vários setores e contribuir para a reconstrução econômica do país devastado.

Diante de uma economia devastada pela Guerra Mundial e a Guerra Civil, foi tomando força a necessidade de sua recuperação. Para tanto, estimularam-se elementos capitalistas, indo um passo atrás para avançar à frente. Foram essas condições que deram nascimento à Nova Política Econômica (NEP) e ao fortalecimento dos técnicos nos meios burocráticos.

O VESENKA e o GOSPLAN vão determinar o curso do pensamento de Kondratiev. É a partir da perspectiva institucio-

nal que ele ocupa nesses órgãos que passa a enxergar a economia como um todo e a buscar, por meio da estatística, fundamentar a sua tese sobre a dinâmica da economia mundial.

Mesmo com esse difícil contexto no cenário russo, Kondratiev manteve a sua produtividade teórica e publicou importantes obras no início da década de 1920, continuando, principalmente, os seus estudos agrários. As obras intituladas *A produção e comercialização de sementes oleaginosas no interesse da economia camponesa* (1921); *O mercado de cereais e a regulação durante a Guerra e a Revolução* (1922) e *O mercado mundial de cereais e as perspectivas para nossas exportações cerealíferas* (1923) vinculavam-se ao Conselho de Cooperação Agrícola Unificado.

A necessidade de técnicos no curso da guerra civil e o seu vínculo com os órgãos de planejamento econômico criaram as condições para que nos anos seguintes Kondratiev construísse a sua teoria econômica, como veremos a seguir.

OS CICLOS ECONÔMICOS LONGOS COMO HIPÓTESE E A SUA DEFESA CIENTÍFICA

Os anos que vão de 1922 a 1924 foram marcados pela descoberta da existência de ciclos econômicos longos na economia mundial, uma criação teórica original de Kondratiev. Tal descoberta foi apresentada inicialmente de maneira muito cautelosa, apenas como hipótese e no capítulo final de um trabalho exposto em 1922, tendo em vista a fragilidade de comprovação empírica de sua tese. Nos dois anos seguintes, por causa dos duros ataques dirigidos por importantes economistas do país contra a sua

descoberta, Kondratiev precisou defender a sua hipótese contra a investida dos seus opositores.

Em 1922, Kondratiev publicou um dos seus mais importantes livros, em que procura explicar a crise de 1920-1921 e introduz o conceito de ciclos econômicos longos. Intitulado *A economia mundial e a conjuntura antes e depois da Guerra*, esse livro foi o resultado de suas pesquisas nos anos anteriores e representava a publicação dos resultados científicos obtidos desde que reduziu as suas atividades políticas à atividade teórica. Ele próprio afirma em uma nota de 1927 que “nos anos de 1919-21 cheguei à conclusão de que existiam ciclos longos. Formulei pela primeira vez minha tese geral – concisamente e sem análise – em meu trabalho *A Economia Mundial e sua conjuntura antes e depois da guerra*” (KONDRATIEV, 1979 [1927], p. 67).

A visão de Kondratiev sobre os ciclos econômicos de longa duração confrontava-se com o pensamento marxista russo de então, particularmente da Oposição de Esquerda, e será motivo de intensas polêmicas. As críticas ao economista foram políticas e metodológicas, e delas ele procurou se defender, o que o levou a um maior aprimoramento de sua tese.

Os debates em torno de sua tese fizeram emergir também uma grande polêmica sobre as crises e a dinâmica do capitalismo.

A tese de Kondratiev não foi bem recebida por nenhum grupo, seja da Oposição de Esquerda, como Ossinski e Trotsky, seja de teóricos oficiais, como Falkner.

Para a maioria dos marxistas russos, a crise do capitalismo e a sua queda eram um fato iminente. E mesmo aqueles que propugnavam mudanças táticas, como Trotsky, possuíam uma

posição cautelosa sobre essa nova teoria e viam com reservas a posição do economista.

Os principais economistas que são expoentes do debate sobre a teoria da crise e que se confrontam com Kondratiev eram reconhecidos nos meios comunistas e estatais por terem participado da Revolução. Já Kondratiev era um burocrata recém-ingresso na administração estatal.

A posição de Trotsky foi de crítica à tese de Kondratiev desde o início. Isso, no entanto, não significou que ele não estava pensando na questão das ondas longas, o que pode ser confirmado no informe sobre a situação internacional ao III Congresso do COMITERN, redigido por ele, no qual tratava sobre a questão das ondas longas utilizando o conceito de Curva do Desenvolvimento Capitalista. Nesse documento ele apontou os ciclos de crise e prosperidade da economia mundial a partir de 1781, definindo e descrevendo como dezesseis ciclos de prosperidade e crise. Trotsky, porém, procurou distinguir as flutuações cíclicas do movimento da curva de desenvolvimento do capitalismo, que para ele eram conjunturais (auge, depressão e crise), e a linha de desenvolvimento, um movimento de mais longo prazo, que direcionava a economia para a ascensão ou declínio. Por isso ele procura distinguir os períodos de desenvolvimento da economia do período de crises nessa curva evolutiva. De acordo com seu pensamento, nos períodos ascendentes da curva, os ciclos são de prosperidade prolongada e crises curtas e leves; no ramo descendente da curva de desenvolvimento do capitalismo, os ciclos de prosperidade são mais curtos e as crises mais prolongadas e duras. Dessa forma, por um lado, Trotsky confrontou-se diretamente com a noção de

um caráter cíclico da maneira como havia sido formulada por Kondratiev, expondo o conceito de “curva do desenvolvimento do capitalismo”, em que procura definir a dinâmica econômica de longo prazo.

Outro aspecto fortemente criticado por Trotsky refere-se ao caráter externo na formação dos ciclos econômicos longos. Para ele, Kondratiev rejeitava os aspectos internos na formação do ciclo econômico longo, ou seja, negava como aspectos essenciais a luta de classes, as guerras e as revoluções. Segundo Trotsky, mesmo pensando que os ciclos sejam responsáveis por tudo, eles não são fenômenos econômicos fundamentais, posto que se derivam sobretudo de uma relação subjetiva.

Em 1923, Trotsky publica o artigo intitulado “A curva do desenvolvimento capitalista”, em que procura rebater as ideias esboçadas acima acerca da tese de Kondratiev, e seu posicionamento gerou uma querela interpretativa entre estudiosos do pensamento de Kondratiev.

Para George Garvy, Trotsky olhou o longo prazo e rejeitou a hipótese de Kondratiev. Já Ernst Mandel, crítico dessa posição de Garvy, argumenta que Trotsky não rejeitou a teoria dos ciclos econômicos longos e se adiantou nas críticas posteriores que seriam realizadas contra Kondratiev. Afirma que Trotsky faz uma distinção fundamental: a de que o desenvolvimento dos ciclos longos de acordo com os ciclos curtos é falso e que os ciclos longos são explicados pela sua dinâmica interna e estudados a partir a curva de desenvolvimento do capitalismo.

Criticando Mandel e o seu esforço sistemático em tentar conciliar as teses dos dois autores, Richard B. Day (1979) defen-

de posição oposta. Diz que, mesmo havendo pontos similares nas ideias de Kondratiev e Trotsky – como o reconhecimento da flutuação, a necessidade de estudar o equilíbrio e restauração do capitalismo, que era o objetivo político de Trotsky ao criticar os posicionamentos mecanicistas que defendiam o colapso imediato do capitalismo –, existia uma divergência central: Trotsky acreditava na recuperação do capitalismo nos anos seguintes, confirmando-se a derrota política da classe operária e a recuperação da economia mundial, e se instituiria um período de contrarrevolução. Já Kondratiev, analisa Day (1979), acreditava que, dentro da sua trajetória de ciclos longos, o período de prosperidade seria breve e a crise seria profunda, o que se confirmou em 1929. No fundo dessa diferença teórica entre os autores, aponta Day, estava a questão de que Kondratiev considerava os ciclos longos como resultado dos ciclos curtos e Trotsky afirmava que não podia ser considerada nenhuma periodicidade reguladora dos ciclos longos, tendo em vista seu caráter subjetivo. Trotsky vai manter esse posicionamento até em 1926, quando afirma a importância do caráter subjetivo e do papel da Revolução Mundial.

É preciso enxergar a principal obra de Kondratiev, apresentada em 1923, com base nesse contexto político, ou seja, nas críticas que estavam sendo realizadas contra a sua hipótese formulada em sua tese de 1922. Em *Questões controversas da economia mundial e da crise*, ele tentou dar legitimidade a sua hipótese e combater os seus principais críticos. Em um primeiro momento, vai desconstruir a crítica de que sua teoria defende a eternidade do capitalismo. Acredita que a sua posição não visa eternizar o capitalismo e que os seus críticos, apesar de usarem conceitos supostamente

marxistas, possuem uma visão da crise diferente da que é dada por Marx em sua obra *O capital*. Para isso, ele vai fazer a distinção entre os elementos reversíveis e irreversíveis da economia mundial, afirmando que irreversíveis são as etapas pelas quais atravessava a economia capitalista, entre o artesanato para o capital comercial, do capital industrial para o capital financeiro, e que reversíveis são os ciclos da conjuntura econômica. Com essa diferenciação, Kondratiev busca desqualificar os seus detratores, afirmando que o seu objeto é a conjuntura econômica e que não desconsidera o papel da luta de classes, porém, não são dados objetivos para a análise conjuntural da economia.

Depois de esclarecida essa questão, Kondratiev dedica-se a uma discussão mais profunda sobre a natureza das crises no capitalismo. Para ele, Ossinski, Falkner e outros partem de conceitos gerais das crises, estabelecendo apenas as suas consequências, sem jamais explicar como elas ocorrem. Segundo ele, a crise não é simplesmente resultado das contradições do capitalismo – isso é uma consequência lógica –, ele quer saber o caminho e as causas concretas que determinaram a crise particular de 1920-1921. Para tanto Kondratiev vai dizer que é necessário analisar a especificidade das crises, assinalando de fato o que levou à crise de 1920-1921, dadas suas características particulares.

Nicolai Kondratiev aumentou o seu trabalho burocrático a serviço dos órgãos econômicos estatais. Acerca disso refere Alec Nove (1986, p. 119-120):

Naquele período, grande importância – embora erroneamente subestimada – tiveram os economistas profissionais. Pode-se dizer que

estes homens (que em sua maioria não eram bolcheviques, mas gravitavam na área do marxismo ou o conheciam muito bem) foram os pioneiros da moderna teoria econômica do desenvolvimento. Entre estes encontravam-se, por exemplo, Bazarov, o já citado Iurovski, Maslov, Groman, Bernstein-Kogan, Kondratiev, Feldman, Tchaianov. Não é possível desenvolver aqui um cuidadoso exame do pensamento deles, mas não podemos deixar de insistir em que, ao lado de outros teóricos hábeis e originais, eles debatiam, em um nível de altíssima sofisticação, questões tais como os ritmos da industrialização, os critérios de investimento em um contexto de oferta abundante de força de trabalho, custos e vantagens comparativas no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento, contraposição agricultura-indústria e indústria pesada-indústria leve, capacidade produtiva dos pequenos proprietários camponeses, “equilíbrio da economia nacional” (o antepassado das técnicas modernas de insumo-produto), modelos matemáticos de crescimento; e tudo isso num momento em que os economistas ocidentais não demonstravam nenhum interesse pelo crescimento e pelo desenvolvimento.

Em 1923 Kondratiev ainda escreveu uma série de estudos: “A marcha mundial dos cereais e as perspectivas de nossas exportações cerealíferas”; um artigo sobre Tugan-Baranovski, intitulado “Tougan-Baranovski M. I.”, “Tratado essencial de uma visão científica do mundo”; “A depressão econômica mundial e a marcha dos capitais”; “A marcha mundial dos cereais”; “A queda

relativa dos preços dos cereais e o seu significado”; “A ascensão dos preços”; “O problema das matérias-primas”; e “As condições de formação e do movimento dos preços em 1921-1922”. O citado artigo sobre Tugan-Baranovski merece atenção, pois em um momento em que estava sendo acusado de reproduzir as teorias do autor, Kondratiev vai apresentar a sua especificidade em relação àquele que ele considera um mestre.

A DEFESA POLÍTICA DO CONCEITO DE CICLOS ECONÔMICOS LONGOS

Nos anos de 1925 a 1927, Kondratiev teve um papel muito importante. Primeiro, por suas atividades de planejamento e programação, ajudando na formulação dos planos agrícolas, mas também contribuindo para o planejamento dos investimentos e a expansão da indústria por meio do seu trabalho no GOSPLAN. Foi nesse período que ele fundamentou e apresentou a sua tese sobre os “ciclos econômicos longos”. De 1925 a 1927, tudo contribuía para o seu sucesso.

O grande marco teórico do autor se deu no ano de 1925, quando publicou o seu mais importante estudo, intitulado *Grandes ciclos da conjuntura*, que foi complementado por estudos realizados em 1926, *Sobre a questão dos ciclos longos da conjuntura*, e em 1928, *A dinâmica do preço dos produtos industriais e agrícolas*. Esses três trabalhos representam a síntese da contribuição de Kondratiev sobre a sua hipótese da existência dos ciclos econômicos longos.

A obra de 1925 é a mais sintética e considerada por muitos como a explicação mais resumida da sua teoria e por isso a fun-

damental. As outras duas obras são apenas complementares. A sua exposição sobre os ciclos econômicos longos de 1926 foi feita por meio de um artigo apresentado em uma palestra realizada em Moscou no Instituto de Conjuntura, que contou com a presença de muitos dos seus principais críticos. Naquele artigo formulou e defendeu a sua tese, apesar das críticas de seus adversários e a rejeição dos sábios soviéticos. Nas duas exposições, a de 1926 e a de 1928, não apresentou material novo, apenas acrescentou alguns gráficos e estatísticas, mantendo sua tese central esboçada em 1925. O objetivo desses dois novos estudos era comprovar com mais dados estatísticos a sua teoria sobre as leis ou regras dos ciclos econômicos. Em resumo, conforme Garvy (1943), esses três trabalhos de Kondratiev são as obras básicas para a compreensão de sua teoria sobre os ciclos econômicos longos.

Kondratiev encontrou muita dificuldade para fundamentar e comprovar a existência dos ciclos econômicos longos. Vale assinalar que na época os materiais estatísticos eram escassos e os dados referentes à economia mundial, superficiais. Com os dados estatísticos de que dispunha, Kondratiev, em busca de tratar sobre o movimento cíclico, afirmou que, apesar das irregularidades e dos desvios, a análise da média dos preços se mostrava como uma sucessão de ciclos longos. Assim, em 1925, depois de comparar todos os indicadores, conclui pela existência de vários ciclos longos, sendo dois ascendentes e um descendente. Identifica três ciclos: 1) o ciclo ascendente de 1789 a 1814, que teve a duração de 25 cinco anos, e o descendente de 1814 a 1849, com 35 anos, sendo o circuito completo do movimento dos preços de cerca de 60 anos: 2) o ciclo ascendente de 1848 a 1873, que teve

a duração de 24 anos, e o descendente de 1873 a 1896, de 23 anos, sendo o circuito completo do movimento dos preços de por volta de 47 anos; 3) o ciclo ascendente de 1896 a 1920, de 24 anos, e o descendente que começa a partir de 1920. Segundo o autor, essa é a comprovação de que existem no movimento dos preços três grandes ciclos médios de preços a partir do final da última década do século XVIII até aquela data e que estaria se iniciando um novo ciclo de descenso.

Kondratiev continuou a afirmar em 1926 que a teoria econômica contemporânea só conhece os ciclos de sete a onze anos, mas que existem ciclos longos de quarenta e oito e cinquenta e cinco. Continuou na defesa de que os dados recolhidos e analisados da evolução econômica desde o século XVIII revelam três grandes ciclos e apresenta uma série de conclusões. A primeira e mais polêmica foi a de que esses ciclos não poderiam ser explicados por causas exógenas e aleatórias, e que se deveria buscar a resposta na particularidade do próprio capitalismo e em suas causas endógenas, ou seja, dentro do próprio sistema. Desse modo Kondratiev se colocava em oposição direta à maior parte do pensamento soviético, inclusive o de Trotsky com a sua Curva de Desenvolvimento do Capitalismo, que apresentamos anteriormente. Em resumo, Kondratiev defendia que os ciclos longos refletiam o movimento dos ciclos médios, levando ao seu caráter ascendente ou descendente. Por exemplo, nos períodos ascensionais dos ciclos longos, aparece uma série de fatores fundamentais, como o desenvolvimento tecnológico, que era precedido por novas descobertas e invenções, a incorporação de novos países no mercado mundial, mudanças na circulação do

ouro e na circulação monetária. Também afirma que é durante esse período de ascensão que ocorre a maior parte das guerras e revoluções. Inclusive, apresenta vários fatos históricos que comprovam isso. E que no período de descenso se dá o inverso, mas sempre marcado por uma grave depressão agrícola.

A definição sintética da tese de Kondratiev é a seguinte: ocorrem complicações com a aceleração do ritmo da vida econômica nos ciclos médios industriais do capitalismo, provocando uma exacerbação das lutas sociais, das lutas pelos mercados e dos conflitos de políticas externas. Nesse processo, o ritmo da acumulação do capital e o processo de dispersão do capital disponível se fortalecem. O aumento da ação desses fatores reverte essa situação, que é sentida mais fortemente na indústria, e leva a uma grande depressão agrícola. O abrandamento do ritmo da vida econômica reforça a pesquisa científica e conduz a aperfeiçoamentos técnicos, que renovam o processo de acumulação e reinversão do capital. Todas essas condições são necessárias à nova fase de crescimento de um grande ciclo ou reproduzem mais um novo nível de desenvolvimento das forças produtivas.

É assombrosa a perspectiva quase profética de Kondratiev. Ele conseguiu, por meio de dados estatísticos, evidenciar o movimento dos ciclos longos e previu as condições para uma nova crise do capitalismo nos anos seguintes. Falava de tudo isso ainda no ano de 1925, quando a maior parte dos financistas e teóricos da economia acadêmica ignorava as crises, ainda trabalhando com as concepções estáticas e acreditando na prosperidade constante de um mercado autorregulador, conforme os fundamentos da Lei de Say e a Teoria do Equilíbrio Geral. Assim, antecipou com

sua pesquisa a grande crise que avizinhava a economia mundial e que de fato foi comprovada com o *crack* da Bolsa de Nova York em 1929. Esse erro também abateu o movimento comunista internacional, que havia, inclusive, modificado a orientação da Internacional Comunista, conforme demonstramos com o relatório de Trotsky ao III Congresso.

Para Kondratiev, o exame da economia capitalista conduz a algumas conclusões importantes para o desenvolvimento social e econômico. Segundo ele, as ondas longas se dão no mesmo processo dinâmico, complexo, em que se desenvolvem os ciclos médios da economia capitalista, com as fases principais de prosperidade e depressão. Refere que, durante a fase descendente dos ciclos longos, a agricultura pode experimentar uma depressão muito grande e que durante o descenso dos ciclos longos se dão muitos descobrimentos e novas invenções técnicas. Além disso, assinala que durante o período inicial ascendente pode aumentar a exploração do ouro ou ocorre a ampliação do mercado internacional, com a incorporação de novos países, inclusive coloniais. Por fim, que na fase ascendente se verifica uma alta tensão no crescimento da vida econômica e se dá a maioria das guerras e revoluções. Segundo Garvy (1943), a teoria dos ciclos serve para a construção de um quadro sintético de concessão dos ritmos da longa duração da economia mundial como um todo.

É importante ressaltar que, apesar de reconhecer o processo dinâmico, Kondratiev ainda continua pensando sobre uma base marshaliana e até neoclássica do Equilíbrio Geral, uma variante das teorias estáticas. Dessa forma, Kondratiev defendia que a economia estava sempre em busca de um ponto de equilíbrio,

de primeira, segunda ou de terceira ordem, conforme defendido por Alfred Marshall (1982). Nessa concepção os preços sempre flutuam, mas tendem a se aproximar de um ponto de equilíbrio na curva entre a oferta e a demanda. Temos de ressaltar que a teoria do Equilíbrio Geral de Alfred Marshall, que é uma síntese das concepções neoclássicas, parte de uma pressuposição de que as trocas que os indivíduos realizam no mercado são independentes da forma em que realizam essa produção, não considerando a transformação de bens e serviços, mas simplesmente as trocas em um mercado dado, levando em conta o fator tempo. Essa não é a posição de Kondratiev, para quem cada fase de sucessão do ciclo é resultado de toda a acumulação da fase anterior. Dessa forma Garvy (1942) define que a teoria dos ciclos longos de Kondratiev é uma expressão do equilíbrio de terceira ordem de Marshall. Que esses ciclos longos, apesar de sua flutuação, tendem a encontrar um equilíbrio. Em outras palavras, que os ciclos longos eram o resultado de todo o processo acumulado durante os ciclos médios.

Essa relação com a teoria marshaliana é defendida abertamente por Kondratiev. Por exemplo, em 1926 ele fala sobre a dificuldade de se construir uma teoria sobre o colapso e as crises. Para ele, a duração dos diferentes bens econômicos e das forças produtivas é variada. Os meios de produção essenciais duram mais, mas costumam gastar mais tempo para a sua criação e mobilizam um maior tempo e maior acumulação de capital. Por isso, para o economista, existe uma necessidade de distinguir os diferentes equilíbrios de acordo com cada período de tempo considerado. Segundo Kondratiev, essa é a própria teoria de Marshall, a do equilíbrio de curto período e o equilíbrio de um

longo período. Com base nessa concepção marshalliana, para Kondratiev os ciclos econômicos longos são o restabelecimento do equilíbrio econômico de um longo período, o que reside no mecanismo de acumulação e, depois, na dispersão de um capital suficiente para criar novas forças produtivas. Sendo assim, o início de cada ciclo coincide com o momento em que a acumulação de capital torna possível um rendimento rentável, levando à criação de novas forças produtivas e a uma nova mudança tecnológica, por intermédio da criação de uma técnica mais moderna.

Para superar essa posição marshalliana e demonstrar como os ciclos longos são produtos dos ciclos médios, Kondratiev vai buscar a sua fundamentação na teoria marxista. A relação de Kondratiev com o marxismo visava à legitimação de sua posição diante do contexto político da União Soviética, por causa da dificuldade para todo cientista de defender um posicionamento que não estivesse ancorado no marxismo. Porém, Kondratiev não se aproximou de uma teoria marxista qualquer, ele se apoiou na teoria de equilíbrio dos esquemas de Reprodução de Tugan-Baranovsky, que fez atenta leitura do Livro 2 de *O Capital* para analisar as crises industriais da Inglaterra. Segundo Kondratiev, a partir de Tugan-Baranovsky, os ciclos médios, conforme Marx os havia definido nos esquemas de reprodução, são causados pela reinversão do capital fixo, em uma média de dez anos. Inclusive é bom ressaltar que essa foi a tese de Ernst Mandel, que na década de 1970 procurou conciliar o marxismo com a tese de Kondratiev, demonstrando que o ciclo da produção capitalista é uma forma de expansão e contração de mercadorias e mais-valia na acumulação do capital, de acordo com a tendência da dinâmica da taxa

de lucros. Apresenta, assim, como se dá essa mudança de padrão tecnológico da produção no médio prazo, limitado a algumas indústrias e setores, com a sua difusão no longo prazo das ondas longas. Kondratiev introduz Tugan-Baranovsky com o intuito de descrever que tal processo não é contínuo, uma vez que as crises dos ciclos industriais ocorrem por conta da desproporcionalidade entre os diversos ramos da produção, particularmente entre o investimento, o consumo e a poupança.

Como vemos da síntese apresentada por Garvy, Kondratiev estava em busca do entendimento do ritmo de desenvolvimento dos vários setores da economia em longo prazo, para assim determinar a dinâmica dos seus movimentos – ascendente ou descendente.

As obras citadas de Kondratiev representam, pois, um grande marco para o entendimento do movimento de longo prazo da economia capitalista. O autor não só formulou uma teoria, mas uma metodologia capaz de ajudar no entendimento da dinâmica da economia mundial, antecipando, por exemplo, procedimentos adotados pela História Serial somente na década de 1960, com Fernand Braudel (1970). Por isso, também pode ser considerado o pai de todas as teorias regulacionistas. Porém a sua tese é completamente oposta ao marxismo, particularmente no que diz respeito à “lei da tendência à queda da taxa de lucro”.

Desde o seu artigo de 1925, em que expôs a sua tese de maneira aberta, Kondratiev provocou uma grande contestação na Rússia, suscitando grandes debates e causando muitas polêmicas. Somente na revista *Planovoe Joziaistvo* foram publicados seis artigos críticos ao autor (GARVY, 1942). Da mesma forma,

também seus dois estudos posteriores foram rejeitados por parte dos sábios soviéticos. Suas conclusões foram criticadas por inúmeros economistas e geraram grandes discussões no meio econômico soviético. Em 1926 o debate se agudizou e se intensificaram as críticas sobre a produção de Kondratiev. Exigiam-se uma explicação mais sistemática e uma fundamentação sobre sua teoria, pois para vários de seus críticos não existia uma teoria sólida sobre os ciclos econômicos longos.

Grupos de militantes políticos, como Trotsky e Ossinsky, e de economistas e acadêmicos como Oparin e Bazarov rejeitaram veemente a tese de Kondratiev. Também no Ocidente ocorreu rejeição unânime à tese dos ciclos longos, sendo reabilitada somente pela intervenção e autoridade de Schumpeter (1939).

A crítica de Oparin (1992) é a mais interessante, pois demonstra que a tese dos ciclos econômicos longos não foi rejeitada apenas por uma mera definição de cima para baixo por parte da burocracia estatal, como normalmente é entendida por analistas atuais (MASON, 2017), mas pelos principais especialistas soviéticos em sucessivas ocasiões, quando submetida nas inúmeras sessões públicas. Kondratiev não encontrou nenhum aliado. Para Garvy (1942), a crítica de Oparin foi a mais completa e direcionou todas as demais.

A crítica de Oparin foi sobretudo à metodologia empregada por Kondratiev, argumentando que era inconsistente e levava a erros teóricos. Procurou desmascarar alguns pontos, tais como sobre as séries temporais, com a eliminação da tendência histórica no longo prazo; os resultados apresentados por Kondratiev; a regularidade dos ciclos longos; e a própria hipótese da existência

de ciclos longos. Para Oparin (1992), os ciclos só podiam ser vistos como desvios de uma linha histórica formulada arbitrariamente por Kondratiev. E defendeu que o método de Kondratiev para obter essa tendência anual por meio do método dos mínimos quadrados resulta de uma aproximação insatisfatória dos ciclos médios e que as ondas longas não correspondem à soma dos quadrados de todos os desvios anuais, mas à soma dos quadrados dos desvios máximos. Sendo assim, alega que Kondratiev não fez a redução ao mínimo, e por isso as séries apresentadas são inconsistentes.

Oparin (1992) seguiu a série apresentada por Kondratiev durante os ciclos médios, ajustou a novas séries e o resultado não bateu com o de Kondratiev. Desse modo, procurou demonstrar que o método de Kondratiev dos mínimos quadrados era pouco efetivo para descrever os ciclos longos. Oparin (1992) também acusou Kondratiev de ter concentrado sua análise na variação histórica dos preços e daí ter estabelecido toda a dinâmica econômica apenas por sua variação secular. Além disso, em sua investigação de todas as séries estatísticas utilizadas por Kondratiev, Oparin teria descoberto a omissão daquelas que refutavam a tese de Kondratiev. Por exemplo, diz que este usou uma série inglesa para avaliar a variação do preço do chumbo, mas não usou uma série de variação do preço internacional desse produto.

Após a análise de todas as séries apresentadas por Kondratiev, Oparin determinou os ciclos longos apenas pela variação dos preços das mercadorias e o tipo de investimentos no longo prazo, embora considerasse que isso não era critério capaz de provar e definir a existência de ciclos longos.

Da mesma forma, acerca da tese de Kondratiev de que no ciclo ascendente ocorre a maior parte das Revoluções e Guerras, Oparin (1992) encontrou um movimento que mostra uma distribuição de tais eventos ao longo de todas as fases dos ciclos longos. No entanto, Oparin não negou a tendência de depressão agrícola nos períodos descendentes dos ciclos longos. No geral, Oparin e a maior parte dos críticos de Kondratiev procuram rejeitar que as flutuações e oscilações econômicas possuem um caráter cíclico e muitos insistiam no caráter evolutivo do capitalismo.

A crítica de Oparin representa a derrota teórica de Kondratiev, alegando que ele não conseguiu justificar a sua tese sobre a existência dos ciclos econômicos longos. Agora veremos os motivos que levaram a sua derrota política.

A DERROTA POLÍTICA DE NICOLAI KONDRATIEV

No ano de 1928, quando estava consumada a derrota teórica de Kondratiev, dada a baixa aceitação dos economistas soviéticos sobre a validade da Teoria dos Ciclos Econômicos Longos, esse economista também começou a sofrer derrotas políticas e consequentemente perseguições. A sua defesa à continuidade dos mecanismos de mercado propugnada pela NEP e o incentivo à agricultura camponesa colocaram-no em rota de colisão com a direção do Partido a partir da Crise das Entregas do ano de 1927.

Em 1928 encerra sua contribuição pública para a formulação da teoria dos ciclos econômicos, pois foi afastado do Instituto de Conjuntura e de suas atividades burocráticas, passando a viver em ostracismo até a sua prisão em 1930.

Para o entendimento da derrota política de Kondratiev, expressa em sua prisão, cabe apresentar o pensamento agrário do autor. Vale lembrar que no período de 1925 a 1927 Kondratiev foi um defensor da prioridade ao desenvolvimento agrícola e do equilíbrio entre os setores e departamentos da economia soviética. Para ele, qualquer processo de coletivização devia se dar por meio da adesão voluntária e paulatina do campesinato às formas de cooperação, principalmente mediante investimentos e incentivos materiais que permitiriam que a agricultura em um médio prazo fornecesse os produtos necessários para a industrialização.

Sendo assim, podemos dizer que a posição de Kondratiev aproximava-se do gradualismo bukharinista e seu pedido para que os camponeses enriquecessem. Rejeitava qualquer coletivização forçada do campesinato, para não se correr o risco de aprofundar a crise agrícola. Essa posição era partilhada por Chayanov (1924), que em seu famoso panfleto *Teoria sobre os sistemas econômicos não capitalistas* mostrava as particularidades da economia camponesa. Os dois autores não eram contrários à coletivização, mas acreditavam que essa devia se dar de maneira gradual, em uma transição que seria demorada e baseada principalmente no convencimento.

Em um primeiro momento, essa concepção sobre uma transição gradualista foi motivo de muitos embates e foi a vencedora no confronto com a Oposição de Esquerda. Porém, com o agravamento da crise agrícola e das contradições entre o campo e a cidade, o gradualismo foi substituído por uma defesa da industrialização intensiva (BETTANIN, 1981).

O gradualismo era partilhado pela maioria dos economistas do GOSPLAN e do VESENKHA e pela maioria dos membros do Partido, como é o caso de Bazarov, Guinsburg, Bukharin, Stalin, entre outros, que acreditavam em uma transição gradual para o socialismo. Bukharin chegou a afirmar: “seguiremos a passo de tartaruga”. No entanto, a Oposição Unificada, que contava com Trotsky na cabeça, mas em unidade com Preobrajensky, Kamenev, Zinoviev, entre muitos outros, criticava o ritmo do crescimento industrial, alegando que era lento, e que se tratava de uma política que priorizava a agricultura em detrimento ao desenvolvimento da indústria, levando a um atraso na transição para o socialismo. O programa da Oposição Unificada foi derrotado em dezembro de 1926 no XIV Congresso, por ser considerado aventureiro e irrealista pela maioria dos membros do Partido.

Com a derrota da Oposição Unificada, todos os quadros do Partido e os economistas não membros se esforçaram por desenvolver a agricultura de maneira gradual, sem afetar o ritmo da industrialização, tendo assim um crescimento moderado. Durante a vigência da NEP tentou-se fazer empréstimos externos ou investimentos diretos para atingir esses objetivos, mas nada foi conseguido de grande vulto. A solução adotada foi investir na industrialização, prioritariamente por meio de recursos estatais internos e da redução de restrições para a contratação de trabalhadores assalariados no campo e na cidade, além de aprofundar nas relações de mercado com o campesinato, que foram os eixos centrais da NEP.

Contudo, a NEP sofreu uma grande crise já em 1923, revelada pela contradição básica entre o campo e a cidade. Foi

a chamada Crise das Tesouras, originada das contradições da NEP, cujas bases já estavam assentadas na política agrária do Comunismo de Guerra, que em seu momento final gerou um grande questionamento da política e do poder político bolchevique. A destruição da economia oriunda do conflito prolongado e da apropriação dos excedentes dos camponeses para manter o exército e os operários urbanos quase levou ao fim da aliança entre operários e camponeses (BETELHEIM, 1983). A Rússia vivia um verdadeiro caos, o que foi agravado pelas más colheitas, causadas por desastres naturais.

A vitória da Revolução havia ocorrido em um país eminentemente agrícola. Após a Revolução de Outubro foram formadas cerca de 25 milhões de explorações rurais. Portanto, no curso da Guerra Civil e vigência do Comunismo de Guerra, ocorreu uma redução do proletariado urbano, provocada pelo forte êxodo urbano, apesar das duras medidas adotadas sobre o campesinato, como as requisições obrigatórias de gêneros alimentícios pelo Estado (DOBB, 1988).

As inúmeras contradições acumuladas entre o campesinato e o proletariado urbano comprometiam a continuidade da política de aliança operário-camponesa preconizada pelos bolcheviques. O início da NEP permitiu um alívio na pressão sobre o campesinato e uma redução dessas tensões. O fim das requisições obrigatórias e a permissão de uma série de mecanismos de mercado, como até mesmo a contratação de trabalho assalariado, favoreciam a visão gradualista da industrialização.

O campesinato aumentou a sua produção com a adoção de todas essas medidas, de modo que em 1926 já se revelava uma

grande safra. Porém, era evidente uma desproporção na relação entre produtos agrícolas e urbanos. As manifestações dessa desproporção tinham sido verificadas em vários momentos, como em 1923, na Crise das Tesouras, que se agravou e constituiu em 1927 a Crise das Entregas.

Na base da Crise das Tesouras¹ estava a relação contraditória entre os preços dos produtos agrícolas e dos industriais. Como o preço agrícola era baixo e os industriais eram elevados, houve uma queda no nível do consumo industrial, o que afetou a expansão da indústria soviética. O nível muito baixo da produção industrial impedia que as expectativas dos camponeses fossem atendidas para gerarem as trocas. E o resultado foi uma maior produção agrícola, levando à queda dos preços agrícolas e à elevação dos preços industriais. Segundo Alec Nove (1986, p. 119), “no outono de 1923, a relação entre preços industriais e agrícolas era três vezes superior em comparação com 1913”. Essa crise pressionava a indústria a reduzir os seus preços e diminuía o ritmo do crescimento industrial. Desse modo, a indústria estava capitalizando a agricultura.

A principal consequência da Crise das Tesouras foi a redução real de salários dos trabalhadores, o que provocou uma grande resistência operária, com greves e a organização da Oposição de Esquerda (Trotsky, Preobrajenski), que se posicionava contra a política econômica da chamada Troika (Stalin, Zinoviev e Kamanev). A Oposição de Esquerda, que tinha entre os seus quadros Preobrajenski, Trotsky, o economista Ossinski,

1 O nome Crise das Tesouras foi uma referência a um gráfico apresentado por Trotsky em forma de tesoura em uma reunião econômica do Partido.

entre outros, defendia a rápida industrialização para combater essa tendência. Assim, várias medidas foram adotadas pela Troika para reverter essa crise, como o barateamento dos produtos industriais de primeira necessidade, uma reforma monetária e o pagamento dos salários em dia, o que pouco a pouco foi retrocedendo essa diferenciação dos preços industriais e agrícolas.

Dessa forma, a economia soviética passou a contar com uma polarização cada vez maior entre o desenvolvimento agrícola e o industrial, aprofundada com o desenvolvimento das relações de mercado estimuladas pela NEP. E por conseguinte surgiu uma nova classe de pequenos e médios comerciantes na cidade e no campo que ficaram conhecidos com *nepmen*, além dos elementos *kulaks*, que realmente estavam enriquecendo com todo esse processo. Esses novos capitalistas passaram a especular com os seus produtos, fugindo do controle da planificação e comprometendo até mesmo o ritmo moderado de industrialização.

O Partido tomou algumas medidas administrativas contra essas práticas. Passou a prender especuladores ou violadores da legislação trabalhista e forçou a redução de preços de alguns produtos. Essa política levou a um grande desabastecimento de produtos agrícolas entre outubro e dezembro de 1927, porque os camponeses venderam apenas metade da sua produção para os armazéns estatais. Assim, ficou impossível fornecer alimentos à população urbana e até mesmo continuar com o desenvolvimento industrial moderado, configurando o que se chamou de a Crise das Entregas de 1927. O Estado resolveu o problema apenas de maneira imediata, adotando novamente a política de requisição forçada, tão odiada pelos camponeses e que desmotivava a pro-

dução para o mercado em futuras colheitas. Essa foi a contradição vital que colocou a NEP em xeque e precipitou a coletivização e planificação da economia, com a Grande Virada.

A contradição entre os camponeses e os operários chegou ao seu auge em 1927. Com uma industrialização a um ritmo mais acelerado, que exigia uma planificação de toda a economia e um rígido controle sobre a produção agrícola, não foi possibilitado que essa fosse realizada apenas como uma decisão da livre iniciativa do campesinato em fornecer os produtos necessários para as cidades, de acordo com as suas conveniências e esperando o seu convencimento para a adoção de formas coletivas. Desse modo, se dava o fim da aliança operário-camponesa no início do ano de 1928.

Com essa situação de crise, o poder soviético viveu a sua primeira grande ameaça real e muitos membros do Partido foram mudando de posições. Mas a principal polêmica se deu entre Bukharin e Stalin. Bukharin defendia uma industrialização nos marcos da NEP, reestabelecendo o equilíbrio entre a oferta e a demanda, sendo um marco o seu documento *Notas de um economista*, em que acusa os seus opositores de explorarem os camponeses. Já Stalin e seus seguidores passaram a considerar mais seriamente a planificação total da economia soviética e a centralização no desenvolvimento industrial, o que só podia ocorrer com base em recursos internos, posto que a nova agricultura seria o meio para a acumulação de capital necessária para a industrialização. Essa mudança de posição foi motivo para grande luta política. Os bucharinistas passaram a acusar os stalinistas de terem se submetido à plataforma econômica da Oposição Unificada, e os stalinistas passaram a considerar os

bukharinistas como adeptos do capitalismo por intermédio da teoria do equilíbrio propugnada por Bukharin. Com isso, Stalin passou a defender que ocorria uma intensificação da luta de classes na União Soviética e considerou ser necessário eliminar todos aqueles que contribuíam para o mercado capitalista e entravavam o ritmo de desenvolvimento industrial soviético. Trata-se do que ficou conhecido como *deskulanização*, uma campanha soviética de repressão política contra camponeses ricos ou kulaks e suas famílias. Stalin também atacou a teoria do equilíbrio entre os setores (socialista e capitalista), defendida por Bukharin, dizendo que o setor socialista se desenvolveria pacificamente sobre o capitalista, e passou a defender abertamente o fim da NEP, justificando que Lenin a havia caracterizado apenas como uma etapa transitória e sendo necessário o fortalecimento do setor socialista da economia.

A maior parte dos membros derrotados precisou se submeter aos vitoriosos e às circunstâncias concretas das contradições da NEP. Alguns membros da Oposição Unificada fizeram auto-críticas e foram readmitidos no Partido e no Estado, como foi o emblemático caso de Preobrajenski, Kamenev e Zinoviev. Outra parte derrotada, como os bukharinistas, teve de se calar. Porém, uma parcela dos economistas que não eram filiados ao partido e eram defensores das relações de mercado do campesinato, como é o caso de Kondratiev e Chayanov, foi afastada de seus cargos na burocracia estatal e foram posteriormente presos, principalmente porque suas posições estavam em completa contradição com a nova política agrícola. A esse respeito escreve Davies (1986, p. 92):

Uma das mais importantes escolas de pensamento teve bem pouca influência nos ambientes do Partido. Era o grupo chefiado por Kondratiev, já conhecido pelos seus “ciclos longos”, reunido no Instituto para a Konjunktur do Comissariado do Povo para as Finanças. O grupo, que naquele período foi muito ativo e barulhento, contava com alguns economistas de prestígio. A seu modo de ver, era preciso dar prioridade ao desenvolvimento da agricultura. Kondratiev defendeu tenazmente um maior empenho nos investimentos agrícolas e no incentivo material às economias camponesas individuais. Além disso, pedia uma redução dos impostos pagos pelos camponeses mais ricos. Segundo Kondratiev, a diferenciação econômica entre os camponeses era necessária à eficácia da agricultura.

Em 1928, a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal (1928-1932) coroou a política voltada para o fortalecimento da industrialização. A primeira planificação de toda a economia nacional ainda não era totalizante e geral. Ela já vinha sendo gestada desde 1926, quando o Comitê Central de Planejamento (GOSPLAN)) foi responsável por pensá-la e de criar as condições para a sua execução. O plano foi aprovado em 1929, mas ele foi pensado para os anos de 1928 até 1932. Em 1927 o GOSPLAN e o VESENKA formularam esboços dos planos quinquenais e ainda privilegiavam a estrutura de mercado. Os investimentos seriam feitos com a poupança do setor estatal e acreditava-se que os camponeses iam vender as suas mercadorias. A política adotada mudou, sobretudo por causa da crise agrícola (como analisamos

anteriormente), que levou ao desabastecimento das cidades em 1927 e passou a comprometer a industrialização. O centro da política econômica soviética a partir desse momento passou a ser a industrialização efetiva do país, que conseguiu alcançar esse êxito, transformando a Rússia, em menos de quinze anos, de um país rural e devastado pela guerra, na poderosa União Soviética, uma das maiores potências industriais do século XX.

No curso desse grande debate, as teorias formuladas por figuras como Chayanov e Kondratiev entravam em completa oposição à orientação de Stalin e do Partido, a qual em 1927 já era vitoriosa. Essa nova política enxergava o campo como um subsidiário da indústria. Ou seja, aos camponeses cabia a alimentação das cidades e a prioridade era acelerar a industrialização. Para isso, era preciso superar os métodos arcaicos da agricultura camponesa soviética, mecanizar o campo e acabar com as formas familiares de organização do trabalho. Também era necessário romper com o complexo rural até então existente, no sentido de caminhar para a complementaridade da indústria, industrializando o próprio campo. A solução para esse problema foi pensada nos termos de eliminação dos elementos kulaks e no incentivo aos kolkozos e dos sovkozos. Explica Nove (1986, p. 120): “Foi talvez porque suas teses eram semelhantes às de Bukharin que os economistas profissionais não apenas foram obrigados ao silêncio, mas – com algumas raras exceções – terminaram presos ou fuzilados”.

Nesse debate Kondratiev se posicionou contrariamente à planificação. Como já dissemos, ele argumentava em favor do gradualismo, por não acreditar que toda a economia devesse funcionar no sentido de capitalizar a indústria. Kondratiev havia

participado ativamente do debate sobre a crise econômica das tesouras e apresentando posições semelhantes. Propugnava pela salvaguarda dos princípios da NEP, em defesa dos camponeses, do livre mercado e das formas de cooperação progressiva. Porém, apesar da importância política de Kondratiev e de todos os economistas não filiados ao Partido no corpo do VESENKHA e do GOSPLAN durante os anos de 1925 a 1927, a sua influência não foi decisiva para a mudança de orientação ou para os rumos da política agrária como um todo durante esse período, pois as novas circunstâncias, e particularmente o agravamento da crise agrícola, com a deterioração dos termos de trocas dos produtos agrícolas e industriais, o colapso do abastecimento alimentar e o recuo da industrialização, levaram à completa derrota do gradualismo e possibilitaram o fortalecimento das concepções que priorizavam a industrialização rápida do país.

Esse foi um ponto de colisão de Kondratiev com os bolcheviques e particularmente dos estalinistas à sua política agrária. Considerado como um adepto ideológico dos socialistas revolucionários foi alvo da acusação de sabotagem do plano quinquenal, sob a alegação de que suas ideias eram errôneas. Posteriormente, foi acusado da formação de um Partido Camponês, o que foi a base do seu processo judicial. Kondratiev defendia a agricultura camponesa, o pequeno comércio e a manutenção de alguns princípios da NEP, o que era considerado uma proposta reformista e contrarrevolucionária diante das exigências do momento, em face do aprofundamento cada vez maior da crise agrícola e a necessidade de intensificação da industrialização. Em 1928 o termo “kondratevschina”, em referência ao economista, tornou-se um

termo depreciativo e foi considerado a expressão de uma ideologia que pretendia restaurar o capitalismo na União Soviética. Inclusive, em 1930 e 1932 foram publicados dois livros com o título de *Kondratievschina* para refutar as ideias agrárias de Kondratiev e comprovar que ele estava sabotando o desenvolvimento do campo. O termo *kondratievschina* se tornou um sinônimo pejorativo na União Soviética e sinônimo para restauração capitalista.

Esse conflito político foi o que levou Kondratiev a ser afastado do Instituto de Conjuntura em 1928, sendo destituído do seu posto e colocado no ostracismo profissional.

Todos esses fatos representam a derrota política de Kondratiev. A sua teoria dos ciclos econômicos longos já havia sido rejeitada pela maioria dos economistas e militantes do Partido. E a partir desse momento era o seu posicionamento político que sofria grande contestação e oposição por parte da política oficial. Daí para a frente, as suas ideias como dissidente representavam um perigo. Por isso, em 1930 foi condenado a oito anos de prisão, após ser considerado um dos chefes de um partido secreto chamado Partido Trabalhista Camponês. A partir de janeiro de 1932 ele foi internado na solitária da prisão de Souzdal, no distrito de Vladimir.

Na cadeia ainda tinha planos para continuar produzindo e aprofundando as suas teorias anteriormente expostas, com um projeto de publicação de alguns estudos sobre os ciclos econômicos longos e a questão agrária russa. Mas a simples existência de Kondratiev e o fantasma de sua teoria constituíam um perigo às políticas que estavam sendo adotadas na década de 1930. Provavelmente, na visão do Estado, a sua libertação representa-

ria o apoio aos dissidentes, que seria usado como contrapropaganda às mudanças em curso. Por isso foi julgado novamente em 17 de setembro de 1938 e executado poucas horas depois.

As denúncias contra Kondratiev nunca foram comprovadas.

CONCLUSÃO

O presente texto visou apresentar resumidamente as principais concepções de Kondratiev e explicar as causas da sua derrota teórica e política. Concluímos que o principal motivo para a aniquilação de suas concepções foi o choque direto com as exigências econômicas para uma industrialização acelerada, o que consumou o seu malogro teórico e político.

As suas derrotas tornaram-no um desconhecido na União Soviética e na Rússia atual, com o completo esquecimento do seu nome mesmo para os estudiosos dos ciclos econômicos longos nesse país. Ainda assim, inúmeros pensadores durante o século XX foram influenciados por seu pensamento e foram construindo novas teorias originais a partir do seu legado teórico.

Desse modo, este estudo supre uma lacuna teórica no Brasil. Vale assinalar, nesse sentido, que nem mesmo os estudos de Ignácio Rangel (2004) se tornaram conhecidos, já que inexistem traduções de seus principais trabalhos para a língua portuguesa. Assim, ao se apresentar o pensamento de Kondratiev para os leitores brasileiros, pretende estimular novas pesquisas sobre o pensamento desse eminente economista russo.

REFERÊNCIAS

BETTANIN, Fabio. *A coletivização da terra na URSS: Stalin e a “revolução do alto” (1929-1933)*. Tradução de Luiz Mario Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética: segundo período 1923-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BOSSERELLE, Éric. *Le cycle Kondratieff: mythe ou réalité?* Paris: Masson, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

DAVIES, Robert William. As opções econômicas da URSS. In: HOBBSBAWN, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS: da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DAY, Richard B. La Teoría de los Grandes Ciclos: Kondratieff, Trotsky y Mandel. In: IZQUIERDO, Manuel P. (Org.). *Los Ciclos Económicos Largos: una explicación de la crisis?* Barcelona: AKAL, 1979.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.

ESCUDIER, Jean-Louis. Kondratieff et l’histoire économique française ou la rencontre inachevée. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 48^o année, n. 2, p. 359-383, 1993. Disponível em: <10.3406/ahess.1993.279137 http://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1993_num_48_2_279137>. Acesso em: 16 dez. 2016.

FONTEVIELLE, Louis. Préface. In: KONDRATIEFF, Nicolai Dimitrievitch. *Les Grands Cycles de la Conjoncture*. Paris: Economica, 1992.

GARVY, George. Kondratieff's Theory of Long Cycles. *The Review of Economic Statistics*, Cambridge, Mass., v. 25, n. 4, p. 208-220, Nov. 1943.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KONDRATIEFF, Nicolai. *Les grands cycles de la conjoncture*. Paris: Economica, 1992.

KONDRATIEFF, Nicolai. *Los ciclos económicos largos*. Barcelona: AKAL 74, 1979 [1927].

KONDRATIEFF, Nicolai. *The Long Waves in Economic Life*. Mansfield Centre: Martino Publishing, 2014.

KONDRATIEFF, Nicolai. M. I. Tugan-Baranowski: the main features of his scientific worldview. In: GRININ, Leonid; DEVEZAS, Tessaleno; KOROTAYEV, Andrey (Org.). *Kondratieff Waves*. Volgograd-Rússia: Uchitel Publishing House, 2014.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANSON, Paul. *Pós-capitalismo: um guia para o nosso futuro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARSHALL, Alfred. *Princípios de economia: tratado introdutório*. v. II. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS: da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

OPARIN, D. I. Analyse critique des “grands cycles de la conjoncture”. In: KONDRATIEFF, Nicolai Dimitrievitch. *Les grands cycles de la conjoncture*. Paris: Economica, 1992.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalista process*. New York; Toronto; London: McGraw-Hill Book Company, 1939.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Revolução Russa*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

TROTSKY, Leon. La curva del desarrollo capitalista. In: IZQUIERDO, Manuel P. (Org.). *Los Ciclos Economicos Largos: uma explicación de la crisis?* Barcelona: AKAL, 1979.

WOLF, Eric R. *Guerras camponesas no século XX*. São Paulo: Global, 1984.

CAPÍTULO 04

Nicolai Bukharin: entre o marxismo dissidente e a oposição política a Stálin

ALEXANDRE DE PAULA MEIRELLES

A Revolução Russa de 1917 ao completar o seu centenário mantém inúmeros e importantes debates sobre seus desdobramentos políticos e processos institucionais termo esse que demonstra a sua efetiva importância não só para o espectro político da esquerda mundial, como para o debate historiográfico sobre os significados das revoluções contemporâneas.

Monumentalizada por muitos como uma Revolução Socialista ou Comunista, a sua influência ideológica se alastrou pelo mundo, cristalizando na memória e consciência de muitas pessoas que a partir de 1917 se viveu ali na Rússia uma experiência de fato socialista. Para o pensamento da extrema-direita, torna-se muito fácil aceitar essa concepção, por conta dos subsequentes erros cometidos pelo Regime Bolchevique instaurado após a Revolução, tão quanto é oportuno para uma parte da esquerda que se apoia no aparelho estatal ignorar acontecimentos que foram praticados dentro daquela experiência. Tem-se então acerca dessa pluralidade um debate bastante mais sério: mas

afinal, a Revolução Russa abriu as portas para o socialismo ou para o capitalismo de Estado?

A primeira Revolução Russa de 1905 produziu uma das experiências socialistas mais interessantes em Petrogrado. Trabalhadores em greve, em forma de protesto contra o Regime Tzarista, ocuparam as fábricas e fundaram os Sovietes (Conselhos de Operários). Expropriando seus patrões, tornaram-se totalmente responsáveis pela produção, envolvendo cerca de 200 mil trabalhadores. Logo os Sovietes foram controlados pelos Mencheviques e na maioria pelos Bolcheviques. Todavia, antes da chegada destes, aquela experiência produziria uma das ideias mais fortuitas de autogoverno dos trabalhadores. Já em 1917, essa experiência, que para muitos inspirou e deu fundamentos para a Revolução, seria totalmente esmagada.

Os bolchevistas utilizaram os comitês de fábrica para destruir a resistência econômica e política da burguesia, mas atacaram-nos quando se tratou de edificar uma economia estatal. Se o partido queria impor sua ditadura, tinha de firmar sua autoridade perante a classe trabalhadora e impedi-la de desenvolver o dinamismo social próprio com que ela tinha assegurado a permanência da revolução.

A criação do Conselho Supremo da Economia Nacional, em dezembro de 1917, forneceu um quadro institucional em que a fiscalização operária e, por meio de razão, o controle operário ficaram esvaziados de qualquer substância em que suas funções foram apropriadas pelo governo

soviético. Este Conselho Supremo, que, segundo as palavras de Rykov, seu presidente, “surgiu a partir dos comitês de fábrica de Petrogrado”, tinha já deixado de ser um conselho no outono de 1918 e passara a funcionar para todos os efeitos como um departamento do Estado. A autonomia operária convertera-se no seu exato oposto. Os critérios proletários de organização da economia, mal haviam começado a tomar forma, foram liquidados e substituídos por uma administração de tipo tradicional. Muitos dos antigos gestores e alguns grandes empresários não tardaram a ver de que lado estavam seus interesses e ofereceram habilidades e competências ao Conselho Supremo de Economia para ajudá-lo no esforço de centralização. E o Conselho, sobretudo, a partir de março de 1918, quando passou a ser chefiado por Rykov, Larin e Milyutin, abriu os braços aos especialistas provenientes das velhas classes dominantes, reconhecendo a posição dos gestores técnicos e administrativos, e mesmo ex-proprietários no interior das empresas industriais. Do mesmo modo a corrente majoritária do partido bolchevista prontificou-se a admitir que os antigos diretores dos bancos continuassem a exercer funções de administração e empregou os antigos grandes proprietários rurais como diretores e técnicos nas explorações agrícolas do Estado. Foi nesta ocasião que Lênin, contra a oposição bolchevista de esquerda, procedeu à curiosa descoberta de que o inimigo imediato do socialismo eram os pequenos proprietários e o capital comercial, e não os grandes empresários industriais, o que é

lógico se recordarmos que para ele o socialismo se confundia com o poder dos gestores. Nas teses publicadas em abril de 1918, a oposição de esquerda denunciou a relação entre, por um lado, a entrega da direção das grandes empresas aos antigos capitães de indústria e, por outro lado, a proposta de militarização da força de trabalho, a extinção da autonomia de que haviam gozado os soviets locais e, em geral, a eliminação do poder exercido pela base. (BERNARDO, 2015, p. 650-651).

Os anos de Guerra Civil, e de intervenção estrangeira, desmantelariam completamente a classe trabalhadora convencional – os operários industriais que constituíam o fundamento sólido do socialismo –, e uma grande parte se incorporou ao Exército Vermelho. Outros se viram obrigados a abandonar as cidades por causa da ruína da produção industrial e migraram para o campo, para não morrerem de fome. Enquanto durou a Guerra Civil, a decomposição do operariado foi mais acentuada na área sob controle bolchevique. Dispersa então a base social da alternativa anticapitalista, o leninismo ficou sem impedimentos para restaurar e fortalecer a disciplina de empresa, que é o fundamento das modernas relações de exploração, e a dissolução da classe operária permitiu que a Rússia saísse da Guerra Civil como um país capitalista (BERNARDO, 2017, p.18).

Desestabilizando não só a classe operária, mas também movimentos revolucionários como Makhnovismo, o regime instaurado na Rússia em 1917, tanto antes quanto depois da revolução bolchevique, contava com uma notória oposição de esquerda com

viés socialista, muito pouco notada por conta da cristalização do clássico ideário dominante, dividido entre o leninismo, trotskismo e stalinismo difundidos e propagandeados como alternativas socialistas mundo afora. Essa oposição de esquerda era bastante plural. Alguns sequer chegaram a fazer parte do regime, outros tiveram participação e mesmo outros como Trotsky, antes de serem absorvidos pelo regime, se situavam em um campo de ideias e ações em oposição à do partido bolchevique. Makhaisky, Alexandra Kollontai, Bogdanov, Aleksander Helphand (Parvus), Preobajensky, Osinsky, entre outros muitos nomes, fazem parte desses grupos ora opositores, ora dissidentes da Revolução de 1917. Essa oposição de esquerda russa teve um papel crucial no desenrolar do regime soviético, tanto nas questões políticas, nas questões científicas e principalmente no debate e desenvolvimento do pensamento marxista e da luta de classes no século XX. A difusão do stalinismo para fora do território russo por muitos anos congelou o acesso às informações e produções dessa oposição de esquerda. Com a censura praticada durante anos pelo regime, muitos dos dissidentes e opositores foram perseguidos e mortos durante a ditadura de Stalin. Nikolai Ivanovich Bukharin é um deles.

Em 6 de fevereiro de 1988, o Supremo Tribunal da União Soviética declarou Bukharin inocente das acusações de traição, conspiração, assassinato e outros crimes que o levaram ao banco dos réus no tribunal de Moscou em 1938. Foi condenado à morte, e a sentença executada no mesmo ano. Junto com ele foram reabilitadas outras dezessete pessoas. Em seguida também foram reabilitados Zinoviev, Karmenev, Radek, Patakov e outros réus do processo de 1936.

Em fevereiro de 1956, o secretário-geral da URSS, Nikita Kruchoy, em informe confidencial proferido durante o XX Congresso do PCUS, fez pela primeira vez o relato dos crimes de Stalin. Na época, porém, não mencionou as atrocidades cometidas contra as oposições partidárias e as vítimas dos anos trinta, deixando permanentes até 1988 os réus daqueles processos judiciais (GORENDER, 1990, p. 7). Já Trotsky nunca foi reabilitado.

A trajetória de Bukharin é motivo de grande controvérsia para estudiosos da Revolução Russa, especialmente para os seus monumentalistas, sobretudo quando se trata de considerá-lo um dissidente, opositor ou mesmo um bolchevique fiel ao regime instaurado na Rússia em 1917. Suas diversas fases – crítico de Lênin, colaborador do regime bolchevique, opositor de Stalin, entre outras facetas – compõem a trajetória desse bolchevique morto em 1938.

Dada a fiel postura de muitos partidos comunistas ao regime stalinista, Bukharin caiu no obscurantismo durante décadas, bem como seus escritos. Mas uma autoavaliação dos Partidos Comunistas após a morte de Stalin fez com que muitos desses partidos reconsiderassem suas posições políticas e buscassem novas configurações. Dessa forma, marxistas como Bukharin são trazidos à tona como objeto de estudos, em busca, pelos PCs, de novas alternativas a seus programas. É importante dizer que no Brasil, durante a Ditadura Militar, textos como os de Bukharin foram também estudados pelas dissidências do PCB, despertando interesse de intelectuais como Florestan Fernandes, Jacob Gorender. Mesmo assim, muitos desses estudos não pensaram Bukharin de forma totalizante, pois visavam identificar apenas elementos que reforçassem as suas convicções.

Todavia, a partir da década de 1970 uma gama muito grande de textos e documentos é traduzida para o português, aumentando as possibilidades de estudos sobre Bukharin e as demais dissidências da Revolução de 1917. Despertaria Bukharin também a atenção de Antônio Gramsci e Gyorgy Lukács.

É fácil explicar a historiografia soviética. Durante o longo domínio de Stalin, qualquer idéia de alternativas desse tipo seria descartada como intriga criminosa. Independente das opiniões pessoais, os historiadores oficiais eram obrigados a exaltar os princípios básicos do stalinismo – ou seja, que Stalin e suas políticas representavam o único resultado legítimo da revolução bolchevique e a concretização única da ideia comunista. (COHEN, 1990, p.1).

Nos decorrentes debates acerca da Revolução Russa, Trotsky emergiu como uma alternativa de continuidade do regime soviético e como inspiração internacional para os comunistas mundo afora. Mas alguns também considerariam Bukharin e as soluções apresentadas pela Nova Política Econômica (NEP) uma alternativa eficaz para os mesmos fins.

Assim, dadas as considerações apresentadas até aqui e tendo em vista que o propósito deste texto é apresentar uma análise da trajetória do bolchevique Bukharin, valer-se-á de duas de suas principais obras – *A economia mundial e o imperialismo* e o *Tratado de materialismo histórico* –, para pensar acerca dos limites de sua dissidência do regime e como crítico do partido. Por meio de uma exposição de sua trajetória, procurar-se-á inserir as obras

em seu contexto material, para que elas dialeticamente possam adquirir uma significação maior, bem como dar uma significação também importante à trajetória do intelectual. Esse movimento metodológico é parte do que Lucien Goldmann (1980) conceitua como “visão de mundo”. Por conseguinte, neste capítulo, além de apresentar as ideias e trajetória do intelectual, tratar-se-á também de pensar as variáveis de sua oposição e dissidência do regime soviético. Para tanto, parte-se de dois estudos biográficos: um feito por Jacob Gorender (1990) e o estudo mais contundente produzido por Stephen Cohen (1990).

A FORMAÇÃO DE BUKHARIN: DO MILITANTE PRODÍGIO AO CLÁSSICO BOLCHEVIQUE

O bolchevismo nunca foi ideologicamente uniforme, principalmente antes de 1917, em que o partido era dotado de diversas frações que derivaram do movimento marxista e da social-democracia russa, com disputas acerca de questões básicas principalmente entre Lênin e seus companheiros de liderança. A desunião dos bolcheviques intensificou-se desde o início de 1918, quando a política interna e externa de Lênin passou a sofrer forte oposição. Essa desunião evidenciou-se nas numerosas controvérsias programáticas dos anos 1920, sendo interrompida apenas por curtos interlúdios de coesão, impostos pela vontade de sobreviver.

Mais importante é o fato de os líderes bolcheviques originais – a *intelligentsia* – não se caracterizarem, como geralmente se pensa, pela adesão coletiva ao marxismo. Em parte, pela própria riqueza do pensamento de Marx, seus seguido-

res quase nunca o interpretavam ou aplicavam politicamente da mesma forma. Os bolcheviques não fugiram à regra. Mesmo constituindo uma pequena corrente do marxismo europeu antes de 1917, o bolchevismo russo abrigava escolas intelectuais rivais e tendências políticas próprias. Alguns bolcheviques sofreram a influência de diferentes marxismos europeus, outros foram influenciados por idéias não-marxistas, e outros ainda pelo populismo ou pelo anarquismo russos. Portanto, suas discordâncias políticas posteriores certamente se deveram, em parte, à inesperada vitória, na Rússia agrária e atrasada, de um partido marxista com doutrinas revolucionárias ligadas a sociedades já industrializadas. Mesmo proposições marxistas comumente aceitas – como por exemplo a eficácia do planejamento econômico – não tardaram a gerar ásperas controvérsias. Em suma: por de trás da aparente fachada de unidade política e organizativa conhecida por “centralismo democrático”, não havia em 1917 qualquer consenso bolchevista em termos de filosofia ou ideologia política – e não houve por muitos anos. Bem ao contrário, “os membros do partido demonstravam uma notável variedade de pontos de vista: as diferenças iam de questões de ênfase até sérios conflitos de perspectivas”. (COHEN, 1990, p. 21).

Nikolai Ivanovich Bukharin nasceu em Moscou em 27 de setembro de 1888, filho de Ivan Gavrilovich e Liubov Ivanova Bukharin. Sua mãe era professora primária em Moscou nos anos de 1880. Seu pai era um homem de inclinações tradicionais, de

religião ortodoxa, conservador e às vezes de tendência política liberal em algumas ocasiões. Formou-se na universidade de Moscou e era um matemático e autodidata, tendo sido professor primário em Moscou até o ano de 1893, quando obteve o cargo de inspetor de impostos, mudando-se, então, com a família para a Bessarábia. Os quatro anos em que viveu nessa região foram os únicos em que Bukharin não morou voluntariamente em Moscou, exceto durante a Revolução de 1905, quando residiu em Petrogrado. Em 1897 os Bukharin retornam a Moscou, e o pai de Bukharin ficou desempregado durante dois anos, deixando a família em grandes necessidades. A vida de Ivan Gavrilovich ficaria melhor em 1911, quando se tornaria conselheiro oficial da província, posição de nível sete na escala de quatorze nos níveis de funcionalismo público do sistema czarista. Esse cargo conferia a Ivan o título de nobre não hereditário. O cargo do pai possivelmente não o constrangia, visto que poucos líderes bolcheviques provinham de fato da classe trabalhadora. A carreira de seu pai apresentava uma semelhança inclusive com a do pai de Lênin, que alcançou o nível quatro, onde a nobreza era hereditária. Segundo Bukharin, os pais o educaram segundo o “espírito comum da *intelligentsia*: aos quatro anos e meio já sabia ler e escrever” (COHEN, 1990, p. 22-23).

Parte da instrução de Bukharin deveu-se ao aprendizado não sistemático e aos anos em que leu “praticamente tudo”. Poucos líderes bolcheviques eram de fato intelectuais, a maioria começara a fazer política muito jovem, tendo sua instrução formal ainda limitada. Os que ingressaram na universidade foram logo atraídos pelo movimento estudantil, prejudicando seus estudos,

como foi o caso de Bukharin. Embora articulados politicamente e ideologicamente sofisticados, esses líderes raramente tinham interesses que fossem muito além da doutrina socialista dominante. Quando Bukharin entrou para o partido, aos dezessete anos, já possuía curiosidade intelectual e certa bagagem cultural, o conhecimento de línguas estrangeiras, o que talvez o tenha impedido de encarar o bolchevismo e até o corpo da doutrina mais amplo do pensamento marxista como um sistema fechado. Bukharin teria sido um dos mais versáteis líderes bolcheviques e o líder político que mais conhecia as ideias não marxistas de seu tempo, e o mais influenciado por elas. A dissidência intelectual de Bukharin se manifestou bem cedo. Antes dos quinze anos já era cético em relação à questão religiosa. Como vários garotos de sua geração, Bukharin conheceu no ginásio o radicalismo político. Os ginásios russos, que davam ênfase aos estudos clássicos, tentavam incluir nos alunos o respeito pela sociedade tradicional, o que muitas vezes gerava desconfiança e trilhava os caminhos para a política revolucionária. Às vésperas da Revolução de 1905, Bukharin se tornou membro de um grupo estudantil radical que organizava círculos e debates e fazia circular literatura ilegal.

A desastrosa guerra da Rússia com o Japão, em 1904-5, mostrou de forma dramática o profundo e as frustrantes injustiças da sociedade czarista. Acentuaram-se e disseminaram-se a intranquilidade social e os protestos abertos, que vinham aumentando desde 1900. O campesinato (formado por mais de 80% da população) ressentia-se da opressão semifeudal que sofria; ávido por terra, recorria cada vez mais aos atos de

violência contra os latifundiários e suas propriedades. O proletariado industrial, pequeno mas em expansão, testava suas forças em sucessivas ondas de greves. Nas cidades, expressavam-se mais e com mais ousadia todas as tendências da oposição política instruída. As forças da revolução que se avizinhava faziam-se sentir também no ginásio, onde as ideologias oposicionistas da Rússia oitocentista cediam lugar ao populismo do Partido Socialista Revolucionário e ao marxismo do Partido Operário Social Democrata, já cindido em duas alas rivais – os bolcheviques radicais, liderados por Lênin, e os mencheviques mais moderados. O liberalismo constitucional – fato que era característico da mentalidade estudantil – não contava com muitos simpatizantes no ginásio, apesar de obter grande sucesso nos meios políticos em geral. Bukharin e seus colegas convidaram o professor Mikhail Pekorvski, conhecido marxista, para falar em seu círculo, e impressionaram-se com seu antiliberalismo apaixonado e seu “jacobinismo revolucionário”. (COHEN, 1990, p. 25).

Aos dezesseis anos Bukharin já era um dos líderes do movimento estudantil ilegal vinculado aos social-democratas. O que o atraiu para o movimento marxista não foi tanto o aspecto político, e sim a “harmonia lógica comum” da teoria social marxista. No entanto, as teorias dos socialistas revolucionários pareciam a Bukharin “uma espécie de confusão”. Diante dos acontecimentos turbulentos de 1905, seu comprometimento político aumentou de forma rápida. Os eventos daquele ano levaram vários jovens como

Bukharin a uma posição política revolucionária mais séria. Foi nessa época que se assumiu como “revolucionário marxista-bolchevista”, porém só no ano seguinte entraria formalmente para o partido. Achava os mencheviques mais moderados, mais parecidos com o pensamento de seu pai. No segundo semestre de 1906 Bukharin ingressou no partido bolchevique, participando de atividades ilegais que o partido protegia, cujas tarefas principais seriam a organização e as propagandas do bolchevismo. Nesse período passou então a organizar congressos estudantis, que já atraíam a atenção da polícia do czarismo. Em 1907 Bukharin participaria de uma greve numa grande fábrica de papel de parede. Em meio à militância profissional Bukharin ingressou na Universidade de Moscou no curso de economia até ser exilado. Não assistiu a muitas aulas nem se dedicou ao programa acadêmico.

A ascensão meteórica de Bukharin na organização moscovita prova que ele investiu mais tempo e energia à política do que à atividade acadêmica. Em 1908, dois anos após ter entrado para o partido, Bukharin foi admitido no órgão executivo de sua cidade, o Comitê de Moscou, tornando-se o principal organizador de Zamoskvoreche, distrito grande e importante. No início de 1909, sua cadeira no Comitê de Moscou foi ratificada por eleição. Aos vinte anos, portanto, Bukharin já se destacava como líder bolchevique na maior cidade russa. Isso significava também que a polícia não o deixaria em liberdade por muito tempo. Durante uma incursão contra o Comitê de Moscou, em maio de 1909, Bukharin foi preso pela primeira vez. Meses depois foi solto, mas a detenção marcou o fim de sua atividade revolucionária irrestrita.

Voltou a ser preso no outono, foi novamente solto, mas dessa vez precisou aguardar julgamento (COHEN, 1990, p. 28).

As subseqüentes prisões de Bukharin se tornariam o primeiro motivo de desavenças entre ele e Lênin. O motivo foi Roman Malinovski, alto dirigente bolchevique. Em 1917 os arquivos policiais provariam que este era um agente da polícia. Antes disso, Lênin não havia dado créditos à denúncia de Bukharin. Preso novamente, temendo ir para uma colônia penal, Bukharin se vê obrigado a deixar a Rússia.

A DISSIDÊNCIA PRÉ-REVOLUCIONÁRIA: BUKHARIN CONTRA O CAPITALISMO DE ESTADO E A SOCIAL-DEMOCRACIA

Pouco se conhece acerca da oposição e divergências de Bukharin dentro do partido bolchevique antes da Revolução de 1917. Porém algumas informações podem ser consideradas relevantes no sentido de dar alguma luz às motivações de Bukharin como crítico do bolchevismo. Uma delas refere-se à sua proximidade com Alexander Bogdanov, que foi expulso do partido em 1909, por defender principalmente que as organizações revolucionárias seriam eficazes apenas se trabalhassem dentro da clandestinidade, e que posteriormente fez parte do grupo chamado Verdade Operária, surgido em 1921, movimento que analisava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia e a luta de classes. As teses produzidas pela Verdade Operária se aproximariam muito do estudo feito por Bukharin em *A economia mundial e o imperialismo*, de 1915, em que a guerra, vista como um processo nato do capitalismo, promoveria a regulação econômica à sua maneira, tirando da burguesia ou do proletariado a capacidade de direção

dos processos produtivos. Esse contexto propiciava o controle dos meios de produção pela mão dos gestores, técnicos e burocratas, favorecendo então o capitalismo de Estado.

Antes do surgimento da Verdade Operária de Bogdanov, Bukharin faria parte da tendência dentro do partido bolchevique chamada de “Comunistas de Esquerda”, composto também por Radek, Preobajensky e Smirinov e Osinsky, seus companheiros de movimento estudantil. Esse grupo se antecederia na crítica à política econômica de Lênin e à direção do partido, assim como ao capitalismo de Estado, que estaria privilegiando os técnicos e especialistas, ao invés de promover a base operária para o controle dos processos produtivos. Ambos, Comunistas de Esquerda e Verdade Operária, defendiam a autonomia proletária como a única alternativa para se atingir o socialismo.

A biografia mais contundente de Bukharin feita por Stephen Cohen pouco explora a relação entre Bukharin e Bogdanov, bem como não explora a crítica feita ao capitalismo de Estado. Isso talvez se deva ao fato de o autor romanticamente acreditar na ideia de continuidade do bolchevismo e do regime soviético por meio da NEP e das propostas de Bukharin. Defende, em várias partes de seu texto, que Bukharin foi um bolchevique exemplar, o que em parte se mostra coerente, uma vez que considera Bukharin não como dissidente, mas o maior teórico do partido. Talvez seja esta a única questão que impediu Cohen de ter avançado melhor no pensamento de Bukharin, todavia ainda se encontram algumas informações relevantes.

É interessante ressaltar novamente que, assim como Bogdanov, Bukharin não via o marxismo como um modelo

teórico fechado. Dessa forma, era um grande leitor de obras não marxistas, absorvendo suas influências, principalmente do pensamento posterior a Marx. Tais influências trariam no futuro questionamentos sobre a plenitude do seu marxismo, como muitos fizeram para descaracterizar o marxismo de Bogdanov.

O fato de conhecer novas correntes intelectuais provavelmente contribuiu para o único “desvio” de Bukharin antes de emigrar, “desvio” que se manifestava “numa certa inclinação herética para o empiriocraticismo”, cujo representante na Rússia era o filósofo marxista Aleksandr Bogdanov. Bogdanov, alto dirigente bolchevique, tentara ambiciosamente formular uma síntese filosófica do marxismo e do empiriocraticismo de Mach e Avenarius. Daí resultou um tratado em três volumes: *Empiriocraticismo*, publicado entre 1904 e 1908. Embora as importantes revisões do pensamento de Marx feitas por Bogdanov logo tivessem desencadeado acaloradas controvérsias ideológicas nos círculos marxistas, Lênin se manteve alheio ao debate durante cinco anos, aparentemente não desejando comprometer a colaboração com o filósofo. Por volta de 1908 Bogdanov já despontara como líder político da esquerda bolchevique (“otzovistas” inclusive), ala que irritava Lênin e contra qual ele lançou uma campanha ideológica. No ano seguinte, deu-se o rompimento formal entre Bogdanov, a esquerda e a liderança política de Lênin; este último publicou *Materialismo e empiriocraticismo*, onde atacava implacavelmente a “filosofia reacionária” de Bogdanov. Em Moscou,

Bukharin acompanhou a áspera controvérsia filosófica (Lênin e Bogdanov estavam exilados na Europa). Não espanta que Bukharin tendesse a concordar com Bogdanov. *Materialismo e empiriocraticismo*, apesar de tanto se destacar na filosofia soviética, é uma das obras menos importantes de Lênin; já a obra de Bogdanov, embora questionável quanto ao aspecto da fidelidade a Marx, representava uma reinvestigação instigante e também uma adaptação da teoria marxista. As obras posteriores de Bukharin, em especial *Materialismo Histórico* (1921), revelam a influência de Bogdanov em seu desenvolvimento intelectual. (COHEN, 1990, p. 31).

Bukharin não teria sido discípulo de Bogdanov. Todavia é notória a grande influência deste sobre Bukharin. Já a obra de Lênin *Materialismo e empiriocraticismo* teria um efeito oposto sobre Bukharin, pois o desenvolvimento de seu marxismo rejeitaria qualquer influência do monismo de Plekhanov, o que não é bem o caso do marxismo de Lênin. Em 1928 com a morte de Bogdanov, Bukharin publicou um “comovente tributo” em sua homenagem. A avaliação diferente feita por Bukharin e Lênin sobre Bogdanov seria motivo de mais um atrito entre eles.

Fora da Rússia, Bukharin se tornou uma das principais figuras do partido Bolchevique. Já era conhecido por Lênin e por todos os que já estavam no exterior. Quando voltou ao seu país era notável teórico, e um “dos companheiros de armas de Lênin”. A experiência no exterior também o tornou um dos bolcheviques internacionalistas, em razão do contato que manteve com militantes comunistas e social-democratas nos inúmeros lugares em que esteve. Nesse

período Bukharin inicia sua atividade intelectual literária de forma intensa, preparando os esboços de dois livros importantes: *A teoria econômica da classe ociosa*¹ e *A economia mundial e o imperialismo*. Foi fora da Rússia também que Bukharin conheceu Lênin pessoalmente, iniciando uma relação nos limites do amor e do ódio.

Em 1912, teve o primeiro encontro com Lênin, em Cracóvia. A partir daí, haveria um íntimo intercâmbio entre ambos, e ainda que o estivesse como mestre, Bukharin se envolveu em ásperas polêmicas com Lênin. O que não impediu a este último perceber e sempre valorizar o potencial intelectual do jovem companheiro. (GORENDER, 1990, p. 9).

Esse período de relação harmoniosa com Lênin provavelmente se deu por conta de Bukharin estar muito mais envolvido com a política do partido e menos envolvido com a sua carreira teórica. Mesmo assim, em Viena produziria o texto “A crítica sistemática da economia teórica da nova burguesia”.² Trata-se, como enunciado, de uma crítica às teorias políticas marxistas e não marxistas lançadas nos últimos trinta anos, que se opunham às teorias básicas de Marx, defendendo a teoria marxista ortodoxa. Lançaria seu primeiro livro – *Teoria econômica da classe ociosa* –, em que critica o marginalismo austríaco e as ideias já totalmente antiquadas e atrasadas do liberalismo. Evidencia a eliminação do burguês do processo de produção e aponta a burguesia como

1 Conhecido também como *A economia política do rentista*.

2 Chamado também de “A economia política burguesa depois de Marx”.

um grupo que se tornou parasitário na passagem do capitalismo industrial para o capitalismo monopolista.

Vivendo em Viena, Bukharin teve contato com o marxismo austríaco. Essa fase teria sido uma das mais determinantes em sua formação intelectual. Tivera contato com as obras de Otto Bauer e Rudolf Hilferding, sobre capitalismo monopolista e imperialismo, consideradas as mais refinadas. O livro de Hilferding, *Capital financeiro*, influenciou Bukharin em quase todos os seus escritos subsequentes, fazendo com que mudasse então a sua linha de pesquisa. No lugar de estudar a teoria econômica burguesa, passou a estudar a natureza do capitalismo moderno (neocapitalismo).

O advento da Primeira Guerra deu vazão para novos desentendimentos entre Bukharin e Lênin. No fim de 1914, Bukharin tornou-se amigo de três bolcheviques na Suíça – Nikolai Krylenko, Elena Rozmirovich e Aleksandr Troianovski. Junto a eles resolveu fundar um novo jornal do partido, o *Zveda* (A Estrela), ideia que não fora aprovada por Lênin. Mesmo Bukharin explicando que o jornal não concorreria com o jornal oficial do partido, *Pravda* (A Verdade), os acusou de criar um órgão de oposição ao partido. Era o começo das dissidências entre Lênin e Bukharin.

As primeiras desavenças sérias, mas porém contornáveis, se deram em fevereiro e março, durante a conferência de Berna. Bukharin discordou frontalmente de quatro propostas de Lênin quanto à guerra e ao programa do partido. Primeiro opôs-se ao apelo de Lênin à pequena burguesia européia, alegando que numa contingência revolucionária os pequenos proprietários sem dúvida apoiariam a ordem

capitalista contra o proletariado. Nem mesmo depois de 1917 Bukharin considerou a pequena burguesia, camponesa ou não, uma força revolucionária independente ou um aliado potencial; só mais tarde essa aliança se tornou essencial em sua concepção da revolução socialista. Segundo, diante de algumas teses apresentadas à conferência, Bukharin criticou o fato de Lênin dar mais ênfase às reivindicações democráticas mínimas que a reivindicações especificamente socialistas. Terceiro, mesmo apoiando o apelo de Lênin no sentido de que se transformasse “a guerra imperialista em guerra civil”, Bukharin, Kyrlenko e Rozmirovitch fizeram a objeção não só à exclusão de palavras de ordem que incitassem os sentimentos antibélicos mais amplos, mas também à declaração de que a derrota da Rússia seria um “mal menor” – preferiam condenar por igual todos os beligerantes. Por fim, o trio de Baugy apoiou a conclamação de Lênin por uma nova Internacional socialista, mas sustentou que nessa Internacional deveriam incluir-se todos os social-democratas contrários à guerra, até mesmo os mencheviques da ala esquerda, seguidores de Trotsky, excluídos por Lênin. Bukharin e seus companheiros queriam que a nova organização fosse a mais ampla possível. (COHEN, 1990, p. 39-40).

Bukharin e Lênin saíram da Conferência amistosamente, voltando a sem encontrar apenas em 1917. Lênin, em fase de conciliação, aceitaria a criação de um novo periódico proposto por Bukharin, o *Kommunist*, fazendo inclusive parte do seu corpo

editorial. Depois de várias rodagens pela Europa e mais uma prisão, Bukharin chegaria a Estocolmo, onde terminaria a obra que consideramos aqui a mais importante no desenvolvimento de seu marxismo – *A economia mundial e o imperialismo*, de 1915 –, porém com o texto integral publicado apenas em 1918, que foi motivo de mais alguns desentendimentos e divergências com Lênin.

A ECONOMIA MUNDIAL E O IMPERIALISMO: O MARXISMO DISSIDENTE DE BUKHARIN?

Considerar *A economia mundial e o imperialismo* como uma obra essencial do pensamento Bukharin para muitos pode ser um exagero, talvez pela repercussão maior de outros de seus escritos. Mas, no tocante, é preciso também avaliar o momento em que a obra foi produzida e considerar o fato de, em meio à Guerra, Bukharin conseguir demonstrar com profundidade a evolução do capitalismo após as análises de Marx e conceituar o corrente conflito mundial não apenas como uma consequência, mas como um elemento importante para compreendê-lo.

Uma das maiores influências nesta obra é Hilferding, de quem Bukharin toma como ponto de partida a sua obra *Capital financeiro*, com o intuito de atualizá-la e ir além. Nessa obra temos a dimensão da concepção marxista de Bukharin e a sua sofisticação, com amostras da amplitude filosófica que o marxismo pode atingir, um marxismo que dificilmente seria criticado pelo pensamento pós-moderno, pois já em 1915 se mostrava muito mais amplo que o posterior marxismo de Althusser e seus seguidores. No cerne de sua teoria estavam as reflexões sobre o capitalismo de Estado e a conceituação do imperialismo.

Já no início do livro, Bukharin entra na discussão sobre a formação dos Estados Nacionais e o desenvolvimento de suas economias. Valendo-se claramente do conceito de totalidade em Marx, demonstrava, mesmo falando de economia, que o marxismo não se limitava ao economicismo. Compreendia que o materialismo de Marx levava em consideração a cultura ou o desenvolvimento cultural como uma variável importante. Rebateria antecipadamente os críticos do marxismo da década de 1970, pois via claramente em Marx que as contingências e os desenvolvimentos diferentes entre as nações que forneceram a dinâmica do capitalismo faziam parte do conceito de materialismo histórico. Entender essas dinâmicas era fundamental para entender o mercado mundial, a divisão internacional do trabalho e o crescimento desigual das forças produtivas. Dessa forma Bukharin estabelecia a atualidade do marxismo para pensar o desenvolvimento e complexidade do capitalismo naquele momento.

Segundo Bukharin, o desenvolvimento dos laços econômicos internacionais e, como consequência, o desenvolvimento do sistema das relações de produção, através do mundo, podem se realizar de duas maneiras: os laços internacionais podem expandir-se amplamente, englobar regiões que até então ficavam à margem do ciclo da via capitalista, ou desenvolverem-se em profundidade, multiplicarem-se e concentrarem-se, resultando daí um desenvolvimento intensivo da economia mundial. O desenvolvimento histórico da economia mundial opera nessas duas direções; já seu desenvolvimento extensivo se faz principalmente por meio das políticas coloniais das grandes potências.

A extraordinária rapidez de expansão da economia mundial, no decorrer dos últimos decênios, foi provocada pelo surpreendente desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo internacional. Prova disso é o *progresso técnico*. A principal conquista técnica dessas últimas décadas foram os procedimentos encontrados para produzir energia elétrica e transmiti-la a distância. A transmissão a distância da energia elétrica permitiu, em certa medida, libertar-se do lugar em que é produzida e utilizar suas forças, antes absolutamente inacessíveis. [...] A racionalização da produção assumiu a forma de uma íntima colaboração entre as ciências abstratas e as realizações práticas. As grandes usinas são dotadas de laboratórios especiais, a profissão de “inventor” está em via de formação, organizam-se centenas de sociedades científicas que estudam todas as questões que surgem. (BUKHARIN, 1988, p. 27-28).

Explica Bukharin que paralelamente ao progresso da técnica crescia também o montante dos produtos da indústria extrativa e dos produtos elaborados. Assim, verificava-se uma enorme expansão assumida pela indústria extrativista e pela indústria metalúrgica. Se o desenvolvimento de um país seria avaliado pelo seu grau de industrialização, a importância da indústria pesada explicaria o nível de desenvolvimento nos países industrializados. Por esse motivo o surto das forças econômicas do capitalismo mundial encontrava sua expressão mais nítida na expansão dos ramos industriais.

Outra questão importante abordada pelo autor é o desenvolvimento dos mecanismos de integração do capitalismo,

principalmente no que diz respeito à circulação de produtos. Quanto mais desenvolvidos os meios de transporte, mais rápido e intenso é o movimento das mercadorias, acelerando e intensificando a integração dos mercados locais e nacionais. Esse avanço considerável permitiu interligar organismos econômicos de vários continentes e revolucionar os métodos pré-capitalistas nos rincões mais afastados do planeta, acelerando extraordinariamente a circulação de mercadorias. Denotou também o crescimento da rede telegráfica, que via na estrutura do capitalismo mundial uma elasticidade, cujas peças, em conjunto, reagem incessantemente umas sobre as outras. A menor alteração sobre uma delas tem repercussão sobre as demais.

Bukharin demonstra então os mecanismos pelo qual o capitalismo vai se integrando, se tornando cada vez mais eficiente e amplo. Via nessa integração a sofisticação que o capitalismo tivera após os escritos de Marx, prolongando também a sua permanência. Rebatia a tese de Werner Sombart sobre “os efeitos mortais da internacionalização”, alegando que a expansão dos laços comerciais internacionais passou a ligar-se, em passos rápidos, cada vez mais sólidos, às diferentes partes da economia mundial, unindo os domínios isolados, nacional e economicamente, de modo sempre mais estreito. E desenvolvendo em ritmo sempre mais acelerado a base da produção mundial. Nesse movimento via também o fator mais importante: o deslocamento da força de trabalho, sendo o nivelamento da taxa de salário regulado pelas migrações. “O imenso reservatório do Novo Mundo capitalista absorve o excedente de população da Europa e Ásia, desde os camponeses pauperizados, rejeitados pela economia rural, até

o ‘exército de reserva’ dos desempregados da indústria urbana” (BUKHARIN, 1988, p. 36). Dessa forma se estabeleceria, no mundo inteiro, uma concordância entre a oferta e a procura de mão de obra nas proporções desejadas pelo capital. Começava a mostrar Bukharin o caráter regulatório do capitalismo internacional, em que a circulação da força de trabalho produzia tanto um nivelamento internacional da taxa de salários como um nivelamento internacional da taxa de lucro.

Assim por diferentes canais, os capitais de uma esfera nacional transbordam para outras esferas, cresce a interpenetração dos capitais nacionais, internacionaliza-se o capital. Ele aflui para as fábricas e minas estrangeiras, plantações e ferrovias, companhias marítimas e bancos: amplifica-se, cede ao país de “origem” parte da mais-valia que, aí, poderá circular em forma independente, acumula o que resta desta mais-valia, alarga permanentemente a esfera de seus investimentos, cria uma rede sempre mais estreita de dependência internacional. (BUKHARIN, 1988, p. 38).

Alegava Bukharin que o liberalismo e a livre concorrência estariam limitados, dado o crescimento dos monopólios com o aumento da circulação internacional de mercadorias, pois essa circulação nivelaria as diferenças dos preços mediante o salário dos operários. A internacionalização do capitalismo tinha como organizadores dos monopólios e financiadores das empresas estrangeiras os grandes bancos.

Basta lançar um olhar sobre a atividade desses estabelecimentos de caráter nacional para dar-se conta da potência e de suas ligações internacionais. O Balanço da Société Generale Belgique, para 1913, avalia o montante de seus valores nacionais em 108.332.425 francos e em 77.889.237 francos o de seus valores estrangeiros. Este último capital está investido em empresas, em empréstimos etc., nos mais diversos países: Argentina, Áustria, Canadá, Nova Caled nia, Rússia etc. etc. (BUKHARIN, 1988, p. 44).

Bukharin admite que, com a elimina o da livre concorrência dos sistemas econômicos, nos limites das economias nacionais as crises industriais não desaparecem. Por isso considera a estrutura da economia mundial "anárquica". E a guerra seria apenas uma das formas de concorrência capitalista travada na esfera da economia mundial. Embora anárquico esse processo, acusa progressos que se traduzem no surgimento de sindicatos industriais, cartéis e trustes internacionais, atrás dos quais estariam as empresas que os financiam, em sua maioria bancos. Esse processo provoca uma internacionaliza o muito intensa do capital bancário, que por meio do financiamento de estabelecimentos da indústria se transforma em capital industrial, constituindo, assim, a categoria especial de capital financeiro, a mais penetrante forma de capital.

A expansão do território econômico entrega aos cartéis nacionais regiões agrárias e, por conseguinte, mercados de matérias-primas, aumentando os mercados e a esfera de investimento do capital. A política aduaneira permite esmagar a concorrência

estrangeira, obter mais-valia e pôr em movimento o aríete do *dumping*. Todo conjunto do sistema contribui para o aumento da taxa de lucro dos monopólios. Essa política do capital financeiro para Bukharin é o *Imperialismo*.

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo deu um salto gigantesco no decorrer das últimas décadas. No processo de luta pela concorrência, a grande produção saiu vitoriosa em toda parte, agrupando os “magnatas do capital” numa férrea organização que estendeu seu domínio à totalidade da vida econômica. Uma oligarquia financeira instalou-se no poder e dirige a produção, entrelaçada num feixe único, por meio dos bancos. Esse processo de organização da produção partiu de baixo para consolidar-se nos marcos dos Estados Modernos, transformados em intérpretes fiéis dos interesses do capital financeiro. Cada uma das “economias nacionais” desenvolvidas, no sentido capitalista da palavra, transformou-se em uma espécie de truste nacional de Estado. Por outro lado, o processo de organização das partes economicamente avançadas da economia mundial se faz acompanhar por um agravamento extremo de sua concorrência recíproca. A superprodução de mercadorias, inerente ao desenvolvimento das grandes empresas; a política de exportação dos cartéis e o estreitamento dos mercados, em consequência da política colonial e aduaneira das potências capitalistas; a crescente desproporção entre a indústria, com seu extraordinário desenvolvimento, e agricultura retardatária;

enfim, o alcance imenso da exportação de capital e a dependência econômica de países inteiros para consórcios bancários nacionais, levaram o antagonismo entre os interesses dos grupos nacionais do capital ao paroxismo. Esses grupos vêm buscar seu argumento na força e na potência da organização do Estado – e, em primeiro plano, na luta entre as potências, o trunfo derradeiro. Assim, a capacidade de combate no mercado mundial depende da força e coesão da nação, de seus recursos financeiros e militares. Uma unidade econômica nacional que não baste a si mesma e que entenda infinitamente sua força imensa até governar o mundo num império universal, tal é o ideal sonhado pelo capital financeiro. (BUKHARIN, 1988, p. 99).

Bukharin inovaria ao entender o capitalismo como uma categoria histórica cuja política imperialista só marca sua posição em determinado nível de desenvolvimento histórico. É o momento em que inúmeras contradições do capitalismo “entrelaçam-se num único feixe que se desata”, por intermédio da guerra, para reconstituir-se na fase seguinte, ainda mais sólida. A política e a ideologia das classes dirigentes que surgem nessa fase de desenvolvimento devem ser caracterizadas como um fenômeno específico. A época do capitalismo financeiro seria a sequência histórica do capitalismo industrial, da mesma forma que a última representa a continuidade da fase comercial capitalista. Essa seria a razão por que as contradições fundamentais do capitalismo encontraram naquela época sua expressão particularmente violenta.

Compreende a sociedade capitalista inconcebível sem armamentos, da mesma forma que não pode ser concebida sem guerras. Como não são os preços baixos que produzem a concorrência, mas sim a concorrência que determina a abjeção dos preços, não é também a existência dos exércitos a causa das guerras, mas sim as condições inelutáveis dos conflitos econômicos que fazem surgir os exércitos. Quando os conflitos econômicos atingem os mais altos níveis de tensão é que se assiste à corrida armamentista. O domínio do capital financeiro pressupõe então tanto o imperialismo quanto o militarismo, este último um fenômeno histórico tão típico do capital financeiro. Na medida em que cresce a influência do capital financeiro, o Estado modifica sua estrutura interna, se configurando como o “comitê executivo das classes dominantes. Sem dúvida sempre refletiu o interesse das camadas superiores” (BUKHARIN, 1988, p. 120).

Junto com o fortalecimento dos grupos capitalistas financeiros Bukharin chama a atenção para a intervenção do Estado na vida econômica. Trata-se aí da constituição de monopólios de Estado, organização de empresas mistas em que o Estado é acionista da empresa, ao mesmo tempo que sindicatos privados e trustes, bem como do controle do Estado sobre o sistema de produção das empresas, da organização do consumo nacional entre outros fatores. O Estado estabelece relações estreitas com os meios dirigentes do capital financeiro. Os estabelecimentos estatais e os monopólios privados fundem-se no contexto do truste capitalista nacional, fazendo coincidir os interesses do capital financeiro e do estado nacional. A enorme tensão da concorrência passa a exigir do Estado “um nível máximo de centralização e de poder.

A burguesia nada perde fazendo passar a produção de certas mãos para outras. Pois o Estado Moderno é apenas uma união patronal, tendo em seu leme os mesmos homens que se acham na direção das filiais de sindicatos e bancos. Ela se limita a receber seus dividendos não da caixa dos sindicatos de Bancos, mas da caixa dos bancos do Estado. Teria inclusive muito a ganhar nessa operação, já que só pode esperar sair vitoriosa da sangrenta peleja em curso por meio de uma produção centralizada, militarizada e, em conseqüência, estatizada. (BUKHARIN, 1988, p. 147).

O conjunto de análises feitas de Bukharin sobre os desdobramentos do capitalismo até o período da Primeira Guerra acabara por tocar num assunto que irritava alguns bolcheviques: a questão do Estado como via para se chegar ao socialismo. A posição assumida pelo Estado teria então de ser revista.

Que representa então o quadro “modificado, em princípio”, do moderno “socialismo de Estado”? A resposta é sua decorrência natural: estamos diante de um processo de centralização acelerado, nos quadros do truste capitalista nacional se desenvolve em sua mais alta forma, forma que não é o socialismo de Estado, mas sim o Capitalismo de Estado. Não se trata, em princípio e de forma alguma, de uma nova estrutura de produção, isto é, de uma modificação das relações de classe, que tem ao seu dispor meios de produção de uma amplitude sem precedentes. Assim sendo, não é somente

arriscado, mas também absurdo, aplicar-se ao presente estado de coisas uma terminologia que vai além das relações capitalistas. Socialismo de Guerra e Socialismo de Estado são utilizados com o evidente objetivo de induzir a erro e dissimular, sob uma palavra “bonita”, o verdadeiro fundo das coisas, que está longe de ser belo. O modo de produção capitalista baseia-se no fato de que os meios de produção se acham monopolizados pela classe capitalista sobre as bases da economia mercantil. A esse respeito, pouco importa, em princípio, que o Estado seja a expressão direta dessa monopolização, ou que decorra da iniciativa privada. Num e noutro caso, conservam-se a economia mercantil (em primeiro plano, no mercado mundial) e – o que é ainda mais importante – as *relações de classe entre o proletariado e a burguesia*. (BUKHARIN, 1988, p. 148-149).

Questão central dessas análises em Bukharin era a questão da luta de classes. A questão proletária por conta das circunstâncias merecia muita atenção na obra de Bukharin. Acusava os socialistas de serem servidores do capital financeiro: “A economia política burguesa e depois dela seus adeptos ‘socialistas’ fazem passar por essencial, no domínio social, o que é passageiro e momentâneo, acidental na luta de classes” (BUKHARIN, 1998, p.154). Acusava o movimento socialista de entregar o proletariado a seu patrão, em virtude das boas condições de trabalho e altos salários. Fazia uma crítica então ao pensamento reformista de Karl Kaustky, social-democrata alemão, e seus adeptos:

São numerosos os internacionalistas moderados que crêem que a política colonial nada traz para a classe operária, que só lhe traz prejuízo e, por conseguinte, deve ser repelida. Donde a intenção muito natural de demonstrar que as colônias não acarretaram qualquer proveito e constituem um empreendimento essencialmente oneroso, mesmo no que concerne à burguesia. Essa teoria é sustentada principalmente por Kautsky. (BUKHARIN, 1988, p. 155-156).

Bukharin criticava o “marxismo” oportuno de Kautsky. E com uma concepção mais firme de totalidade em Marx, demonstrou que os altos salários do proletariado europeu se deviam à exploração do capital imperialista nas colônias, que sustentavam a prosperidade industrial. Dessa forma, para ele, o proletariado não deveria apoiar-se na política colonial ou sequer considerá-la, pois reforçava ainda mais o sistema do capital financeiro internacionalista. Segundo o autor, essa psicologia encontrou na literatura socialista sua expressão na tese estatal dos “oportunistas social-democratas”, que constituía um abandono do marxismo revolucionário. E disparava:

Marx e Engels viam no Estado a organização dominante, esmagando, a ferro e sangue, a classe oprimida. Concebiam que, na sociedade futura, não haveria mais classes. É verdade que, no tocante ao período transitório da ditadura do proletariado, quanto este constituiu momentaneamente a classe dominante, eles insistiam, com razão, sobre a necessidade de um aparelho de Estado, de tipo especial, destinado

a subjugar as classes derribadas. Odiavam entretanto o aparelho de Estado, opressor e, sob esse ponto de vista, entregaram-se a uma crítica implacável dos lassaleanos e outros “homens de Estado”. Esse ponto de vista revolucionário tem, evidentemente, relação direta com a tese muito conhecida do *Manifesto do Comunista*, segundo a qual os proletários não têm pátria. (BUKHARIN, 1988, p. 157).

Bukharin, com seu livro, se sagraria então um dissidente teórico do capitalismo de Estado, apesar de Lênin ter usado boa parte dos escritos de Bukharin em seu livro *Imperialismo*. Escrevera um prefácio para o livro de Bukharin, que seria publicado anos depois no *Pravda* em 1927: “o valor científico da obra de Bukharin, reside, particularmente, em que examina os fatos essenciais da economia mundial, no tocante, o imperialismo, considerado em seu conjunto como estágio do capitalismo, em seu mais alto nível de desenvolvimento” (LÊNIN apud BUKHARIN, 1988, p. 10). E reafirmaria as posições teóricas do jovem bolchevique, fazendo uma crítica então a Kautsky e Plekhanov, acusando-os de terem “abandonado o marxismo”.

Porém, a questão do Estado e Nacionalismo seria no futuro motivo de desentendimento entre ambos, o que começou justamente no periódico *Kommunist*. Em defesa de um artigo de Radek, junto a Bosh e Piatakov, atacou Lênin e a questão da autodeterminação. Em 1916, Lênin decidiu publicar uma série de artigos programáticos sob seu próprio controle editorial, esperando de Bukharin um texto sobre economia, mas Bukharin enviou-lhe o texto: “Para uma teoria do Estado imperialista”.

Lênin enfureceu-se com os trechos onde Bukharin expunha a teoria marxista do Estado, incitava à “destruição revolucionária” do Estado Burguês e chegava à provocante conclusão de que a diferença essencial entre os marxistas e os anarquistas referia-se à centralização econômica – “e não significa que os marxistas sejam estatais, ou os anarquistas antiestatais, como afirmam muitos”. A reabilitação do antiestatismo marxista original atendia a dois objetivos de Bukharin. Decorria de seu horror ao Novo Leviatã e ia ao encontro de sua forte tendência libertária; além disso, era o ponto fundamental de sua tentativa de voltar a radicalizar a ideologia marxista, da qual vinham há muito sendo tirados princípios militantes por influências dos reformistas das linhas de Bernstein e Kautsky. (COHEN, 1990, p. 56).

O artigo desagradou totalmente Lênin, que reprovou o texto e durante dois meses não informou a Bukharin de sua decisão. Buscando apoio em Zinoviev, fez uma crítica mais sistemática e reiterou suas posições diferentes desde então na questão do imperialismo.

O Artigo de Bukharin não serve absolutamente, não há nem sombra de uma “teoria do Estado imperialista”. Há um resumo de dados sobre o desenvolvimento do capitalismo de Estado. [...] Não é correto, este é precisamente o erro de Junus, de Radek, dos outros partidários do

desarmamento e dos japoneses³. [...] Nós não estamos de modo algum contra a “defesa da pátria” e não estamos contra as guerras defensivas em geral. Jamais, em nenhuma resolução (nem em nenhum de meus artigos), você encontrará tal disparate. Estamos contra a defesa da pátria e contra uma posição defensiva na *guerra imperialista* de 1914-1916 e em outras guerras imperialistas típicas da época imperialista. Mas na época imperialista também pode haver guerras revolucionárias “justas”, “defensivas” a saber: 1) guerras nacionais; 2) guerras civis; 3) guerras socialistas. (LÊNIN apud BERTELLI, 1989, p. 30).

Com tais desentendimentos, Lênin achou ter perdido Bukharin. Acionava sempre militantes próximos para saber de suas posições em relação aos bolcheviques, até a chegada de uma longa carta na qual Bukharin voltou a rejeitar as acusações de Lênin, reiterando que suas posições eram corretas e marxistas. Todavia a carta terminava do seguinte modo:

Uma coisa lhe peço, caso queira entrar em polêmica, etc., mantenha um nível que não leve à ruptura. Será muito penoso para mim, mais penoso do que eu poderia suportar, se não pudermos trabalhar juntos nem no futuro. Tenho-lhe o maior respeito; considerando-o meu professor revolucionário e lhe quero muito bem. (BUKHARIN apud COHEN, 1990, p. 58).

3 Refere-se ao grupo de Baugy, Piatakov, Bosh e Iugenia como japoneses por terem fugido ao exterior através do Japão, que junto com Bukharin, Radek e Krilenko estavam contra Lênin no tema da guerra imperialista.

A reconciliação entre os dois veio de forma rápida, e junto com isso a mudança de Lênin em relação às posições teóricas de Bukharin. Escreveria reconsiderando sua posição sobre as questões abordadas sobre o Estado e o Imperialismo e envia uma carta a Alexandra Kollontai em que diz: “Bukharin é muito melhor do que Kautsky mas os erros de Bukharin podem destruir esta ‘causa justa’, na luta contra o kautiskismo” (LÊNIN apud BERTELLI, 1989, p. 33). Em 1917 terminou seu famoso ensaio *O Estado e a Revolução*, expondo raciocínios e conclusões idênticos aos de Bukharin e reafirmando que o princípio essencial do marxismo em relação ao Estado era “destruir, esmagar, fazer explodir”. Sugeriu, portanto, o antiestatismo para ideologia ortodoxa do partido bolchevique. Em resumo:

Bukharin se diferencia da análise tanto de Hilferding quanto de Lênin ao insistir nas transformações internas do Estado, sem se limitar à sua redefinição como capitalista coletivo ou a reduzi-lo a instrumento da agressividade internacional do capitalismo imperialista. Em diversas passagens dos escritos de 1915 e 1920, eles se detêm em tal integração do capitalismo financeiro, empresas públicas de Estado; a crise do liberalismo e do Estado do *laissez faire*, juntamente com a dos institutos parlamentares, é relacionada com uma modificação das classes dominantes e Estado: quando o poder econômico da burguesia se configura “como uma massa bastante amorfa”, o aparelho estatal justapuzado à classe (ou às classes) não organizadas cujos interesses encarnava. (TELÓ, 1986, p.167).

A REVOLUÇÃO DE 1917 E O LÍDER BOLCHEVIQUE E O *TRATADO DE MATERIALISMO HISTÓRICO*

Bukharin aceitaria as “teses de abril” de 1917 de Lênin. Passaria os primeiros anos da Revolução ocupando alguns cargos e, como já dito, atuando também na tendência dos Comunistas de Esquerda, reiterando críticas ao capitalismo de Estado, mas por pouco tempo. Isso porque sua inserção no partido e no regime instaurado por Lênin logo o fez deixar a tendência e seguir atuando cada vez mais na burocracia bolchevique e aderir ao “comunismo de guerra”.

Não obstante, o que era de início tão-somente política econômica de emergência logo passou a ser entendido, ao menos no principal, como a própria implementação da política econômica socialista. Bukharin não só esteve entre os ardorosos impulsionadores práticos do comunismo de guerra como fez sobre ele a mais abrangente teorização enquanto via universal de construção da sociedade socialista. Teorização que se concentrou em duas obras: *O programa dos bolcheviques* e *a Teoria econômica do período de transição*. (GORENDER, 1990, p. 26).

Na sua tese, Bukharin forneceu justificativa para o emprego irrestrito da violência estatal no processo da construção da economia socialista, durante o período de transição. Violência contra o resto das antigas classes exploradoras, e contra as tendências antissocialistas dos camponeses, mas também contra a própria classe operária, pois esta carecia de autoeducação e autodisciplina, a fim

de se depurar da corrupção burguesa. Bukharin não vacilou em escrever que os fuzilamentos e o trabalho obrigatório são métodos para a criação de uma nova humanidade. Somente no comunismo é que a coação estatal será dispensada e os procedimentos repressivos desaparecerão. Antes disso, o proletariado não pode deixar de exercer a mais enérgica ditadura, mediante o poder do seu Estado, no que a concepção marxista se coloca em oposição frontal à concepção anarquista (GORENDER, 1990, p. 27).

Porém, apesar de defender a estatização econômica, Bukharin apresentava no livro suas inquietações sobre o Estado soviético, julgando tratar-se de um grande risco para o proletariado. Sobretudo, a partir de um possível distanciamento entre as massas e a vanguarda dirigente temendo o surgimento de uma casta privilegiada. Todavia, devido ao seu genérico otimismo, a necessidade dos quadros do partido e ao fascínio exercido sobre as massas pela revolução na Rússia, o *ABC* (do comunismo) se tornou um de seus livros mais difundidos no mundo. (BERTOCHI, 2005, p. 156).

Mais importante que o *ABC do comunismo*, para a concepção do pensamento “bukharinista”, teria sido a publicação do *Tratado de materialismo histórico*, de 1921. Talvez a obra mais controversa, que recebeu inúmeras críticas. Mesmo com a unanimidade adquirida em 1917 por conta da Revolução, o período do comunismo de guerra trouxe de volta as controvérsias, críticas e heterogeneidade ao partido bolchevique. O livro então serviria para abrir uma nova perspectiva teórica, propondo-se a sistema-

tizar e dar maior precisão a alguns princípios marxistas e ao mesmo tempo apresentar inovações. Dessa forma são importantes as observações de Mário Teló (1986, p. 163-164):

Não se pode explicar a atenção particular que Bukharin concedeu às formas do desenvolvimento social e econômico do capitalismo ocidental sem levar em conta que, em sua formação cultural, a componente russa – na qual tivera um importante papel a recepção por Bogdanov do empiriocraticismo – coexistia e se articulava com um conhecimento direto dos resultados da pesquisa e da teoria social produzidos no âmbito da social-democracia internacional e do mais avançado pensamento burguês. O confronto crítico com as obras de Max Weber, de Hilferding, bem como Rathenau, Keynes, Lederer, Sombart, com os *Grunsborgs Archiv*, etc., que caracteriza as passagens destacadas de seus trabalhos teóricos, é fruto de uma profunda familiaridade e corresponde a um esforço para colocar a própria elaboração no mesmo nível de complexidade; o amadurecimento de Bukharin, mesmo depois da ruptura de 1917, trará a marca dos itinerários percorridos durante o exílio que haviam levado a numerosos países ocidentais, desde a Escandinávia até os Estados Unidos.

O *Tratado de materialismo histórico* tinha a finalidade de conscientizar a massa operária, os camponeses e também os militantes do partido, por essa razão Bukharin procurou escrever de forma simples. Propõe-se estreitar os laços do marxismo com as ciências sociais, pois via nelas um caráter de classe, tendo em

vista que cada classe tem uma existência prática que lhe é peculiar, seus próprios problemas, seus interesses e suas concepções particulares. A burguesia se esforçaria para conservar, consolidar e tornar universal e eterna a dominação do capital. Já a classe proletária se preocupa antes de tudo em destruir o regime capitalista e assegurar a dominação do proletariado para reorganizar o mundo. Portanto a ciência social do proletariado é diferente e também superior à da burguesia:

A classe proletária, tanto quanto a burguesia, tem os seus interesses, suas aspirações sua própria vida prática. Elas são interesseiras uma quanto a outra. O fato de uma classe ser boa, generosa, preocupada com o bem da humanidade, e a outra cúpida, procurando somente o lucro, etc., mudará de alguma maneira essa questão? [...] A burguesia, sendo interessada em conservar o regime capitalista, crê em sua solidez e na sua eternidade. [...] Os comunistas, pelo contrário, representantes da ciência proletária, previram este fenômeno. Isto se explica pelo fato do proletariado, não sendo interessado na conservação da antiga ordem, poder ver mais longe que a burguesia. [...] Ela é superior porque estuda os fenômenos da vida social de forma larga e profunda, porque ela tem uma visão maior e observa coisas que a ciência social burguesa é incapaz de enxergar. (BUKHARIN, 1970, p. 10-13).

É notória a influência da sociologia de Durkheim. A ideia de equilíbrio em suas análises tinha como base a concepção durkheimiana de “corpo vivo”. O sociólogo comparava a sociedade como

um corpo, e cada órgão teria sua função. O mau funcionamento de um órgão acarretaria consequências e desequilíbrio nas demais partes do um corpo. Procura então explicar a dialética marxista em termos de estabelecimento e perturbação do equilíbrio.

O cerne de *Materialismo histórico* é a assertiva bukharinista de que a dialética e, conseqüentemente, a mudança social explicam-se pela teoria do equilíbrio. [...] Para Bukharin, o ponto de vista dialético ou dinâmico mostra que todas as coisas, materiais e sociais, estão em movimento, e que o movimento se origina do conflito ou da contradição interna de um dado sistema. É também verdade que qualquer sistema, seja material, seja social, tende a um estado de equilíbrio. (COHEN, 1990, p. 138).

A teoria do equilíbrio pressupõe dois estados de equilíbrio em um sistema social: o interno e o externo. O interno corresponde à relação entre os vários elementos do sistema; o externo se caracteriza pelo sistema como um todo em sua relação com o meio ambiente natural. Dessa forma é impossível existir um equilíbrio incondicional e durável. Em síntese, pode-se considerar sobre a teoria do equilíbrio que:

Aplicada à sociedade, a teoria de Bukharin pode ser entendida assim: uma sociedade supõe certo equilíbrio entre três elementos sociais mais importantes: coisas, pessoas e idéias. É este o equilíbrio interno. Mas “é impossível imaginar uma sociedade sem o meio”, ou seja, a natureza. A sociedade adapta-se à natureza,

e esforça-se para equilibrar-se em relação a ela, e dela retira a energia mediante o processo de produção social. No processo de adaptação, a sociedade cria “um sistema artificial de órgãos”, que Bukharin denomina tecnologia e que constitui um “indicador material preciso da relação entre sociedade e a natureza”. Identificando tecnologia social com forças produtivas (“as combinações dos instrumentos de trabalho”) e considerando a estrutura interna função do equilíbrio. (COHEN, 1990, p. 139).

A obra de Bukharin recebeu várias críticas, muitas delas à maneira como ele concebe o seu marxismo, acusando-o de ser positivista, ou mesmo de mais se aproximar do modelo de ciência burguesa, afastando-se do marxismo. Todavia, muitas dessas críticas ignoram a totalidade da obra. Para György Lukacs, Bukharin se apoiava, quase sem exceção, a fontes secundárias e ignorava a investigação mais recente. E “foge da verdadeira tradição do materialismo histórico em vários pontos não insignificantes, sem que, por isto, demonstre suas posições ou supere o mais alto nível conseguido por seus predecessores” (LUKÁCS, 1989, p. 44). Porém um dos principais equívocos é a questão metodológica:

A proximidade da teoria de Bukharin com o materialismo natural cientificista burguês deriva do uso de “ciência” (na acepção francesa) como um modelo. Em sua aplicação concreta à sociedade e a história, portanto obscurece com frequência o caráter específico do marxismo: *que todos os fenômenos econômicos ou sociológicos derivam das relações sociais entre homens*. Ênfase

conferida a uma falsa objetividade na teoria leva ao fetichismo. (LUKÁCS, 1989, p. 45).

Para Antônio Gramsci (1989, p. 91), Bukharin teria reduzido a filosofia da práxis a uma sociologia, que representou a crise da tendência vulgar criticada por Engels e que consistia em reduzir uma concepção de mundo a “um formulário mecânico que dá a impressão de colocar a história no bolso”. Considerava também que a obra de Bukharin continha vícios de origem mecanicista, determinista e positivista:

O ensaio carece de qualquer estudo da dialética, a dialética é pressuposta muito superficialmente, não exposta, coisa absurda num manual, que deveria ter elementos essenciais da doutrina examinada e cujas referências bibliográficas teriam que ser dirigidas a estimular o estudo para ampliar o tema e não substituir o próprio manual. A ausência de um estudo da dialética pode ter duas origens: a teoria da história e da política, entendida como sociologia, que deve ser construída segundo os métodos das ciências naturais (experimentais no sentido estritamente positivista), e uma filosofia propriamente dita que seria o materialismo filosófico, metafísico ou mecânico (vulgar). (GRAMSCI, 1989, p. 96).

Muitas das críticas feitas ao materialismo histórico partem, porém, de premissas ortodoxas do marxismo ligadas à posição política dos críticos, que não aceitavam a obra bukharinista abrir portas para a heterodoxia dentro do marxismo. A concepção de luta de classes e de classes sociais em Bukharin pouco foi comen-

tada, e traz consigo uma concepção avançada diferente menos presa à ortodoxia, mas fiel à concepção do materialismo histórico. A questão da luta de classes dá sentido coerente ao restante da obra, atribuindo uma versão muito mais atual sobre a movimentação das classes sociais naquela época. Segundo Bukharin, classes sociais eram compreendidas como um conjunto de pessoas desempenhando um papel análogo na produção, tendo no processo de produção relações idênticas às de outras pessoas, sendo essa relação expressa também nas coisas. Trazia consigo uma avaliação mais dinâmica de classes que deveria ser abordada do mesmo lado como se aborda a sociedade, a partir da produção.

A análise das classes deve partir da produção. Naturalmente as classes se diferenciam uma da outra por terem diferentes aspectos: sobre o plano da produção, sobre o plano da repartição, sobre o plano político, sobre o plano ideológico, sobre o plano psicológico. Um plano depende do outro, todos esses fenômenos são ligados reciprocamente um ao outro: não se podem ligar rebentos burgueses a raízes econômicas do proletariado, o que seria pôr uma sela em uma vaca. Mas, precisamente este laço está condicionado, no fim de contas, pela situação da classe no processo de produção, eis por que deve-se definir uma classe segundo seu índice de produção. (BUKHARIN, 1970, p. 326).

Por meio do conceito de condição social, explicava Bukharin a união dos grupos por sua situação comum na ordem jurídica da sociedade. Os grandes proprietários rurais são de uma classe, os

nobres são uma condição. Os grandes proprietários rurais são assimilados por um índice determinado na economia e produção, o que não seria essa a condição do nobre, que tem direitos jurídicos determinados, fixados pela lei do Estado. Porém esse nobre pode estar empobrecido, o que o coloca na condição de proletário.

Tomemos outro exemplo. Sob o governo do czar, lia-se sobre o passaporte de muitos operários: “Fulano, camponês de tal governo, tal distrito do cantão”. Este camponês nunca trabalhou como camponês; ele nasceu na cidade e tinha desde sua infância trabalhado como operário assalariado. Vê-se aqui claramente a diferença entre classe e condição (isto é no ponto de vista das leis czaristas que dividiam assim os homens segundo suas condições): este homem, pelo seu índice de classe, é um operário, e pelo seu índice de condição é um camponês. Mas aqui apresenta-se desde logo a questão seguinte: nós sabemos que a “política” (nela compreendido o direito) é a “expressão concentrada da economia”. (BUKHARIN, 1970, p. 327).

Buscava Bukharin a profundidade nas relações de classe que iam além da condição jurídica. Diferente das ciências e ideologias burguesas, mostrava que o âmbito da análise marxista era ir mais além. Lembrava que Marx escrevera, na *Miséria da Filosofia*, que a condição de libertação da classe operária era a abolição de todas as classes. Engels endossava que se tratava das “condições no sentido histórico”. E, segundo Bukharin (1970, p. 239), “a revolução burguesa aboliu as condições com todos os

seus privilégios. A sociedade burguesa reconhece só as classes. Eis por que designar o proletariado com nome de ‘quarto estado’ está em contradição absoluta com a história”. Sob a crosta da condição se ocultava a questão fundamental, que era a *realidade de classe*. Tendo em vista o capitalismo concebido na sua forma mais moderna e mais radical à sua época, a diversificação do capitalismo dava às classes também esse caráter diversificado. Dessa forma Bukharin procurou entender como relações sociais a questão do trabalho e da profissão.

Bukharin concebia, portanto, as classes da seguinte maneira: a primeira seriam as classes “fundamentais de uma determinada forma social”, sendo elas a classe dirigente e detentora dos meios de produção, de um lado, e a classe executante privada dos meios de produção e trabalhando para a primeira, do outro lado. A segunda seriam as “classes intermediárias”, agrupamentos econômicos e sociais que aparecem como indispensáveis ao regime em que eles se encontram, ocupando um lugar intermediário entre a classe dirigente e a classe explorada – seriam estes os técnicos e intelectuais. A terceira seriam as “classes de transição”, grupos em decomposição que dão origem a diversas classes com funções opostas na produção – corresponde ao campesinato que se decompõe no capitalismo. A quarta seriam as “classes mistas”, grupos que pertencem a ambas classes, como um professor que em sua residência possui uma secretária doméstica, exercendo a função de operário e de patrão. A quinta compõe-se dos grupos “desclassificados”, correspondendo ao “lumpemproletariado”, mendigos vagabundos e outros. Observando um modelo que

não é abstrato, porém de realidade concreta, é preciso entender a “miscelânea” dos tipos das relações sociais e econômicas.

Reforçava ele que a estrutura econômica de uma sociedade é fixada na sua organização de Estado e reforçada (e não terminada) por uma quantidade infinita de superestrutura, mas o interesse de classe tomava a máscara do interesse político, religioso etc. Contudo, os interesses de classe não se limitam dessa forma e se desenvolvem “abraçando os mais diversos domínios da vida social”.

DA ATUAÇÃO NA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA (NEP) À OPOSIÇÃO A STÁLIN

O objetivo da NEP consistia em restabelecer e intensificar os vínculos entre a cidade e o campo, levando em conta que, na sua estrutura pré-socialista, a relação de valor entre os produtos da agricultura e da indústria era de 63% para 37%, respectivamente. A produção agrícola na Rússia era quase exclusiva e geradora de divisas e crucial para a obtenção de bens importados. A implementação da NEP a partir de 1921 reanimou a economia soviética, defrontando-se com a situação que ficou conhecida como a “crise da tesoura”, em que os preços agrícolas e os preços industriais se abriam excessivamente em favor dos últimos. Essa crise manifestava as dificuldades enfrentadas pela indústria para efetuar o suprimento de bens ao nível da demanda em crescimento (GORENDER, 1990, p. 30).

Em sua análise sobre o funcionamento da NEP, Bukharin e seus seguidores defendiam a existência de dois princípios: o “princípio da espontaneidade”, criado pelo movimento espontâneo de unidades econômicas autônomas do mercado; e o “princípio

da planificação”. Esses princípios se chocavam ou cooperavam no mercado, no quadro da “lei do valor”, que com a progressiva imposição da planificação se transformaria em “lei do emprego de trabalho” (DAVIES, 1986, p. 89).

Mas se é verdade que o conjunto de convicções teóricas e de pesquisas analíticas sobre o capitalismo organizado fazia de Bukharin o mais rigoroso adversário do permanentismo, permanece com um traço característico de toda a sua atividade teórica posterior à morte de Lênin o empenho no sentido de evitar o isolamento da URSS e de não operar reduções burocráticas imediatas da rica multiplicidade de situações nas quais o movimento comunista mundial se punha como sujeito político de alguma significação. A acepção com a qual Bukharin interpreta e desenvolve o “socialismo num só país” adquire assim um particular relevo, inclusive como correção da primeira forma de sua adesão à NEP; ao lado de uma tendência no sentido de formular em chave teórica as opções políticas, há uma efetiva consciência das interdependências internacionais nas quais estão situadas as opções sobre o caminho para o socialismo. A defasagem crescente entre dois problemas políticos e teóricos – o da revolução mundial e o do socialismo na URSS – é combatida por meio de uma pesquisa articulada sobre os diferentes campos no cenário internacional (países capitalistas, países atrasados, URSS), mas na qual as efetivas realizações da URSS constituem não apenas um baluarte para a retomada do proces-

so revolucionário, como também um fator ativo e um elemento de antecipação da meta final e, em particular, da unificação com as zonas rurais do mundo. (TELÓ, 1986, p. 182).

Bukharin publicou entre 1926 e 1928 um ensaio com o título de *Notas de um economista*, em que reavalia o próprio “harmônico” que caracteriza a defesa das leis do mercado na fase anterior. Bukharin aderiu à NEP de um modo que justificava a crítica de Lênin a sua sistematização abstrata das opiniões políticas necessárias numa determinada situação. Provavelmente impressionado com os relativos sucessos alcançados na primeira fase da reconstrução econômica, Bukharin expressa muito mais uma reação abstrata ao anterior voluntarismo estatista do comunismo de guerra do que uma alternativa efetiva às propostas de aceleração dos ritmos de industrialização.

A proposta de um novo “equilíbrio dinâmico de todo o sistema econômico”, formulada em *Notas de um economista*, representa evidentemente um esboço incompleto de política econômica, mas se configura como uma alternativa interna à opção de uma economia planejada: Bukharin supera o que se havia assemelhado a acentos eslavófilos e tolstoianos da polêmica antiestatista e antiindustrialista, e enfrenta a questão de um critério unificador do desenvolvimento, que aceite a prioridade da industrialização. Sua crítica ao “superindustrialista de novo tipo” e à orientação de Stalin se diferencia da oposição de Trotski: ele se propõe a combater um modelo de industrialização que, por seus ritmos, pelas op-

ções de alocação e de prioridades, pela relação de dominação brutal em face dos demais setores econômicos (agricultura, pequena produção etc.), reproduziria – com uma acentuada gestão política autoritária – o mecanismo capitalista. [...] A investigação estratégica de Bukharin, no Partido Russo e na IC, configura-se assim como uma densa mediação entre as primeiras crises da unidade do grupo dirigente bolchevique e a vitória do Stalinismo. (TELÓ, 1986, p. 193).

Com uma nova “crise da tesoura” em 1927, o que mais uma vez provocou a retenção de estoques em mãos dos camponeses ricos e médios, Bukharin conseguiu impor a aplicação do “remédio” da elevação dos preços agrícolas pagos pelo Estado e da destinação de parte das divisas à importação de cereais. Mas, no Comitê Central, a balança pendia cada vez mais a favor dos “superindustrializadores”. A reincidência da dificuldade do reabastecimento de gêneros agrícolas em 1928 levou Stalin a deflagrar uma campanha de requisições extraordinárias. Sem abrir mão do esquema básico da NEP, Bukharin e Rykov admitiram concessões parciais em relação à aceleração da industrialização, à restrição de direitos dos *kulaks* e ao avanço da coletivização agrícola. Isso fica patenteado claramente nas *Notas de um economista*, em que Bukharin escarnece os superindustrializadores, ataca o ritmo frenético das novas construções de base e considera as dificuldades de abastecimento fenômenos passageiros e sanáveis sem alteração da política econômica (GORENDER, 1990, p. 34).

Essa perspectiva levou Bukharin à derrota em 1929 e também à derrota da NEP quando foi aprovado o I Plano Quinquenal.

O fantasma da “segunda revolução”, temida por Bukharin pela coação que esmagaria as próprias massas trabalhadoras, se encarnava na campanha de coletivização forçada e total. As migrações massivas e o extermínio físico de cerca de dois milhões de camponeses, a liquidação de grande parte do rebanho bovino, abatido pelos próprios camponeses, a destruição de instalações e equipamentos, a desorganização dos processos produtivos, tudo isso impôs o racionamento penoso e prolongado de alimentos básicos aos trabalhadores das cidades, cuja massa aumentava rapidamente em função dos investimentos industrializantes (GORENDER, 1990, p. 35).

O fim da NEP representou o declínio do ideário de Bukharin dentro do partido bolchevique e também seu declínio político. A concepção teórica de Stalin para promover a “revolução pelo alto”, com forte influência de Plekhanov, era deveras o oposto das concepções marxistas de Bukharin. Na fase stalinista, o próprio partido seria o mais atingido – em 1934, dos dois milhões e oitocentos mil membros do partido, pelo menos um milhão foi preso, e depois executado (stalinistas e antistalinistas). Em 1940 Stalin passou a ser o único membro ainda vivo do grupo dirigente leniniano. No período stalinista, apenas três por cento dos membros haviam aderido ao partido antes de 1917.

Depois de ser o principal líder da NEP, e tendo ascendido ao Komintern, como seu presidente executivo, Bukharin reconheceria que Stalin era um gênio da conspiração e da articulação. O assassinato de Sergey Kirov daria início ao episódio chamado de “Grande Expurgo”, após o julgamento de Kamenev, Zinoviev, e mais quatorze outros, alguns acusados obrigados à força por

seus acusadores deram testemunhos de que Bukharin, Tomski e Rykov teriam cometido “crimes contrarrevolucionários”. Em 1937 foi a vez do julgamento de Piatakov, Sokolnikov e Radek, e mais uma vez os acusados foram obrigados a acusar Radek e Bukharin.

A prisão de Bukharin era vista não só como um lamento pela vida do bolchevique, mas também por representar e desfigurar o colapso então da última significação do leninismo. Bukharin teria sido o escolhido por Lênin em uma carta, e não Stalin, para ser o seu sucessor. Com essa noção, Bukharin tentaria mobilizar o Kommitern a seu favor para evitar sua morte e a de Rykov depois que Stalin apresentou denúncias policiais contra ele e seu companheiro bolchevique. No dia 27 de fevereiro a comissão apresentaria seu veredicto: prisão, julgamento e execução”, recebendo o endosso da maioria dos componentes do Comitê Central, que nos anos seguintes seriam também mortos quase todos.

Bukharin teria “confessado” seus crimes mediante tortura e para proteger sua família, porém adotando seu julgamento sob a forma de um “contrajulgamento” stalinista. Seria acusado de conspirar contra o regime articulando a resistência camponesa, de ser um espião do fascismo, da morte de Kirov, de conspirar para matar Lênin, entre outras acusações. Negaria todas publicamente. Quando Bukharin terminou de ser interrogado por Vyshinsky, um correspondente americano respondeu:

O Sr. Bukharin, que em suas últimas palavras mostrou com clareza a consciência de que iria morrer, foi o único a se manter viril, brioso e quase desafiador. Dos 54 réus dos três últimos julgamentos públicos por traição foi o único a não se humilhar nas últimas horas do julgamento.

No discurso do Sr. Bukharin não havia menor vestígio de pretensão, truculência ou oratória barata. Foi um posicionamento brilhante, feito em tom prático e extremamente convincente. Era a última vez que apareceria e eram suas últimas palavras no palco do mundo, onde já desempenhara papéis importantes; ele dava uma impressão simples e intensa de ser um homem grave, sem medo nenhum, simplesmente tentando contar ao mundo sua verdadeira história. (NEW YORK TIMES, 1938, p. 30 apud COHEN, 1990, p. 27).

Em 13 de março de 1938, é convocada a corte para leitura das sentenças. Bukharin, Rykov e dezesseis outros seriam fuzilados. Em 15 de março de 1938 o governo soviético anuncia que as execuções foram efetuadas.

Nem sempre a história recorda de forma adequada seus atores mais importantes. Depois da morte de Bukharin, durante muitos anos a imaginação política ocidental representou-o exclusivamente pelo seu julgamento em 1938, e não por sua atuação no partido bolchevique ou pelo que significara na história soviética. Compreende-se que a condenação e a execução de um ilustre fundador, acusado de ser “inimigo raivoso” da República Soviética, possam exercer uma certa fascinação mórbida. Porém esta fascinação redobra devido a uma concepção equivocada bastante difundida – a de que Bukharin confessou voluntariamente crimes abomináveis e absurdos, no intuito de repudiar o que ele

próprio representara, arrependeu-se de sua oposição a Stalin e assim prestar um “último serviço” ao partido e ao mito de sua infalibilidade. Tal noção, nascida de uma interpretação errônea do comportamento de Bukharin no tribunal, popularizou-se graças ao famoso romance *O zero e o infinito*, de Arthur Koestler, escrito em 1940. No livro, o personagem vítima do expurgo é Rubashov, um velho bolchevique basicamente inspirado em Bukharin. Rubashov é persuadido pelo policial que o interroga (e também por si mesmo) da necessidade e da conveniência de prestar este “último serviço”. A arte de Koestler fez prevalecer durante gerações esta imagem de Bukharin-Rubashov, bolchevique arrependido e intelectual moralmente alquebrado. Mas na verdade Bukharin não confessou em absoluto os crimes de que era acusado. Mesmo na época houve quem percebesse o fato; mais tarde, outros vieram a perceber. (COHEN, 1990, p. 421).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bukharin certamente não se destacou como o maior dissidente ou opositor do regime soviético se formos compará-lo a Trotsky. Sua fase mais radical obviamente é durante a juventude. Porém podemos dizer o contrário sobre a influência do seu marxismo e do de Trotsky. Não se trata de considerar a ideia de uma continuidade do regime soviético sobre a via bukarinista, ou mesmo sobre como proceder num outro período revolucionário. Trata-se dos avanços que Bukharin engendra sobre o “capitalismo de Estado” e o “capitalismo financeiro”.

A dificuldade de aceção do conjunto de ideias de Bukharin situava-se na sua linha tênue entre a ortodoxia e a heterodoxia dentro do marxismo, e também sob a influência política de Lênin e intelectual de Bogdanov. Certamente uma investigação mais profunda da relação entre Bogdanov e Bukharin pode trazer muito mais riqueza no debate sobre o marxismo pré-revolucionário de 1917. De qualquer forma é muito fácil entender na obra de Bukharin como um todo que o capitalismo de certa forma precisava de atualizações científicas, que mesmo marxistas precisavam desenvolver as aberturas e desdobramentos deixados por Marx e Engels. E desse modo Bukharin encontra em Bogdanov uma inspiração não apenas teórica, mas filosófica, permitindo que o marxismo se debruce sobre as outras ciências, num diálogo que reforçaria as próprias convicções do marxismo.

Por conseguinte, Bukharin, mesmo que ainda de forma limitada, consegue antecipar certos fenômenos que seriam desenvolvidos de modo mais contundente por outros marxistas, como a questão da dissipação da propriedade privada, da perda de controle da burguesia sobre a propriedade, e do anacronismo do *laissez-faire* no século XX, lançando um rico conceito de imperialismo relacionando as guerras aos monopólios e examinando como se dá a concorrência do capitalismo em sua forma moderna e, o mais importante, como o capitalismo se integra.

Vê-se no marxismo de Bukharin um modelo não fechado, como diriam os críticos do marxismo na década de 1970 a 1990, mas um modelo dinâmico que consegue, por exemplo, não limitar as classes a estruturas fechadas. Por meio da sociologia concebe dentro do marxismo um modelo aberto capaz de enxergar as

classes em movimento, porém sem nunca se esquecer da sua relação com a produção.

O mais importante é compreender que o essencial do marxismo bucharinista, que o fez chegar a ser por um tempo antiestatista, é o seu combate às ideias reformistas, etapistas e conformistas. Cabe assinalar que da juventude à morte Bukharin foi contrário às ideias de Plekhanov, Kautisky e demais reformistas. Ao manter essas concepções Bukharin tentava engendrar as soluções revolucionárias, até mesmo trabalhando no regime soviético. E por essas concepções conseguiu mais amplitude científica em seu marxismo.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta* (2ª. Ed.), Edição eletrônica do Autor, 2015. Disponível em: <<https://colectivolibertarioevora.files.wordpress.com/2015/05/labirintos-do-fascismo-nova-versc3a3o.pdf>>. (Consultada em: 28 set. 2017).

BERNARDO, João. *Crise da economia soviética*. (2ª. Ed.) Aparecida de Goiânia, GO: Escultura, 2017.

BERTELLI, Antônio Roberto. *Bukharin, teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

BERTOCHI, Aparecido Francisco. *A formação teórica de Bukharin e a transição na URSS: 1906-1921*. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, SP, 2005.

BUKHARIN, Nicolai. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.

BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política, 1888-1938*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DAVIES, Robert William. As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWM, Eric. J. *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GORENDER, Jacob. *Bukharin*. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antônio. Notas críticas sobre uma tentativa de “ensaio de sociologia popular”. In: BERTELLI, Antônio Roberto. *Bukharin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

LUKÁCS, Gyorgy. Tecnologia e relações sociais. In: BERTELLI, Antônio Roberto. *Bukharin: teórico marxista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

TELÓ, Mário. Bukharin: economia e política na construção do socialismo. In: HOBBSAWM, Eric. J. *História do marxismo: o marxismo na época da terceira internacional: a URSS, da construção do socialismo ao stalinismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAPÍTULO 05

Victor Serge: Agente revolucionário e testemunha da derrota

ANDRÉ VARGAS

Importante a quem se interessa pela Revolução Russa, pela construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e por outros eventos relacionados aos movimentos operário e anarquista na Europa – sobretudo França – do início do século XX, Victor Serge não é totalmente desconhecido, mas também não é dos mais lembrados. Por inúmeros fatores que seriam estímulo a investigações mais aprofundadas, indico uma suspeita para o esquecimento seletivo: a heterodoxia, a praticidade e objetividade do pensamento e ação e, portanto, o trânsito constante à dissidência fazem de Serge uma figura perigosa às mitologias construídas em torno dos eventos, das ideias e dos grandes chefes revolucionários.

Descrito por João Bernardo (2013) como um exemplo de moral que era “sinónimo de uma impiedosa lucidez”, Victor Serge incomodou militantes anarquistas quando aderiu aos bolcheviques em sua chegada à Rússia e incomodou os próprios bolcheviques quando tomou consciência crítica dos desdobramentos da

revolução. Como escritor, transitou por alguns campos como a literatura, escrevendo romances, novelas e poesia; redigiu panfletos e textos para jornais; fez análises da revolução e do regime soviético, tendo no Brasil pelo menos duas obras mais divulgadas: *Memórias de um revolucionário*, uma autobiografia, e *O ano I da Revolução Russa*, de pretensão científica, como um historiador.

Personagem real, humano, e por isso mesmo complexo e em constante luta contra as próprias contradições enquanto interpretava e agia sobre os difíceis e delicados momentos que viveu, Serge, que parecia incansável na atividade revolucionária desde a juventude e que tentou sempre demonstrar nada mais que o sincero interesse na transformação radical das relações sociais, oferece desafios a cientistas e militantes contemporâneos com questões que ainda nos fazem – ou deveriam fazer – entrar na difícil busca por caminhos interpretativos sobre a luta de classes.

Nascido na Bélgica em 1890 e cujo nome indica sua origem familiar, Viktor Lvovitch Kibaltchitch era filho de dois emigrantes russos, exilados políticos, envolvidos em movimentos de luta contra a ainda aristocracia czarista. Diz em suas *Memórias* (SERGE, 2012) que desde muito cedo se indignara com as injustiças do mundo, por conta da fome e dificuldades financeiras enfrentadas por sua família, e refere a educação vinda de pais militantes. Assinala que teve contato com leituras do anarquista Piotr Kropotkin ainda na adolescência, quando também desistiu de ser formalmente um estudante escolar (SERGE, 2012).

Sua atividade militante iniciou-se por volta dos 15 anos de idade, quando ingressou na Jeune Garde, de tendência socialista e de um sindicalismo agressivo de inspiração francesa (SERGE,

2012). Conflitou com socialistas de tendência mais legalista, surgindo disso sua desilusão com o socialismo reformista e doutrinário (SERGE, 2012). A partir daí, procurava a razão da ação revolucionária por outras vias. Tendo contato com o anarquista belga Émile Chapelier, que lhe apresentou os princípios da liberdade e luta de classes, interessou-se pelo anarquismo.

Partiu então em direção à França, onde conheceu o anarquista Jean-Charles Fortuné Henry,¹ o qual fora também fundador de uma colônia anarquista, que Serge visitou aos 18 anos de idade, deslumbrando-se com a liberdade experimental de uma pequena comunidade sem classes.

Na França, trabalhou como mineiro em uma pequena vila na região de Lille, recebendo um péssimo ordenado. Ali se interessa pela vertente individualista do anarquismo, sobretudo pela admiração por Albert Libertad, militante-herói dessa juventude libertária francesa. Nessa tendência, Serge (2012, p. 22) assume a postura de que o anarquismo deve pressupor a harmonia entre as palavras e os atos, como um modo de vida, e não como o que denominou “anarquismo acadêmico”. Assim como muitos de sua geração, Serge adere ao individualismo libertário na constatação de que a mais intensa realidade é o indivíduo (“seja você mesmo”) – ainda que em contradição com a realidade social mais dura (como ser você mesmo tendo de vender a própria força de trabalho para sobreviver?) (SERGE, 2012).

Já em Paris, conheceu Émile Armand, que seria seu amigo por muito tempo, e Rirette Maîtrejean, que se tornaria sua

1 Irmão do célebre anarco-ilegalista Émile Henry, ambos filhos do *communard* Fortuné Henry.

companheira. Lá trabalharia, de 1911 a 1912, como redator do semanário *L'Anarchie*,² fundado por Libertad, e assinaria como Le Rétif,³ mesmo pseudônimo com que assinara quando escrevia para o *Le Révolté* e *Le Communiste* em Bruxelas. Ainda que, em suas *Memórias*, Serge (2012, p. 28) afirmasse que os ilegalistas, os “racionalistas religiosos” e os “idealistas hegelianos à moda de Stirner”⁴ o inspirassem fascínio e repulsa, preferindo o idealismo dos revolucionários russos, Le Rétif era extremamente polêmico em seus artigos, por exemplo, na defesa do banditismo como reação natural e justificável de oprimidos e explorados na sociedade capitalista (SERGE, 1909, 1912a, 1912b, 1912c), com a variação da consciente “rebeldia econômica” dos anarquistas que recorrem ao ilegalismo (SERGE, 1908); ou na defesa do egoísmo como instância primitiva natural e totalmente justificável (SERGE, 1913) e do individualismo como reação contra as restrições do contrato social e das leis (SERGE, 1911b, 1912d).

Além de atuar como jornalista nos periódicos libertários, Serge ensinava francês a russos, já que também esteve em contato com esses imigrantes socialista-revolucionários e também maximalistas, apresentados a essas comunidades por um tal Patrick, militante posteriormente descoberto por Serge como infiltrado da polícia política czarista. Também foi desenhista mecânico, profissão que o fez conhecer melhor como a bruta-

2 Em Paris também escreveu para *Les Temps Nouveaux*, *La Guerre Sociale*, *Le Libertaire*, e *Les Réfractaires*. (RIÈRE, 1976).

3 Em português, “O Rebelde”.

4 Max Stirner, filósofo alemão e nome mais proeminente do assim chamado anarquismo individualista.

lização do trabalho pode atrapalhar ou mesmo interromper as atividades intelectuais de alguém.

Outro contato que faz é com Edouard Ferral, libertário e teórico do sindicalismo, também defensor do banditismo. Com ele, Serge conheceu a extrema pobreza de Paris, o que lhe permitiu acompanhar melhor as organizações proletárias: as atividades “amorfas” dos anarquistas (SERGE, 2012, p. 32) – em referência à aversão dos individualistas e ilegalistas à organização – e o sindicalismo revolucionário da CGT.⁵ Em relação ao sindicalismo, Le Rétif polemizava nas suas críticas aos métodos empregados, à docilização dos trabalhadores sob as lideranças e à “ilusão parlamentar” (SERGE, 1910a, 1910b).

O período que Serge passou na França era particularmente marcado por revoltas e pela perseguição constante ao movimento operário, sobretudo em resposta a ações terroristas que resultavam no endurecimento das leis, na criminalização das lutas – independentemente do método empregado – e nas execuções em guilhotina. No cenário internacional, movimentos revolucionários no México (1910), China (1911) e Rússia (1917). Como exemplos de repressão à luta na Europa, em 1909 o pedagogo anarquista catalão Francisco Ferrer Guardia foi executado em Barcelona, gerando ondas de protestos pelo mundo, incluindo em vários pontos de Paris, o que mostra a internacionalização de solidariedade; e em 1917 o antimilitarista Miguel Almeréyda morria na prisão, provavelmente executado. A modernização e o progresso capitalista deste período, que abrangia a 1ª Guerra Mundial, não

5 Confédération Générale du Travail – central sindical francesa ainda existente, ainda que não mais como revolucionária.

contemplavam a grande massa de trabalhadores e desempregados da Europa. Serge e os outros tantos trabalhadores de então reconheciam essa contradição e mantinham-se lutando, ainda que no enfrentamento direto a um aparelho de repressão cada vez mais organizado.

Sendo cada vez mais frequentes os atentados empreendidos por anarquistas de tendências ilegalistas, insurrecionais ou individualistas, priorizando a propaganda pela ação violenta, um grupo se destaca na França realizando ações a partir de 1911: o então chamado Bando Bonnot.⁶ Serge, que assinando Le Rétif apoiava ações criminosas vindas de miseráveis e explorados, viu a polícia entrar na sede do *L'Anarchie* dando voz de prisão a seus integrantes – incluindo ele mesmo e sua companheira Rirette. A seguir, os principais acusados de ações terroristas foram julgados e muitos condenados à morte sob as rígidas *lois scélérates*,⁷ em eventos de execução penal pela guilhotina, como espetáculos públicos sangrentos, marcando um pesado período de repressão na França.

Victor Serge, preso e enviado em 1912 à prisão de La Santé (onde conheceria bem de perto a opressiva e desumana realidade prisional com sua lógica de punição, ao contrário de reabilitação), foi sentenciado a cumprir cinco anos recluso e mais cinco de desterro por se negar a entregar nomes (RIÈRE, 1976). Já o movimento anarquista francês entrou em declínio, ou em colapso, tendo vários integrantes presos, assassinados ou exilados. O movimento

6 Nome atribuído ao grupo ilegalista pela imprensa francesa, que pretendia dar a entender que a liderança era exercida pelo anarquista Jules Bonnot, um de seus integrantes.

7 Conjunto de duras leis que tinham como objetivo reprimir o movimento anarquista, como resposta aos atentados dos ilegalistas.

operário, fosse lá de qual tendência ou filiação, passou a ser mais vigiado. Em suas *Memórias*, Serge (2012) avalia que o extremo individualismo dos anarquistas franceses resultara em desastre.

A guerra inicia-se em 1914, enquanto Serge ainda se encontrava encarcerado. A situação era complexa entre as organizações de esquerda que, diante do calor dos fatos e da ideia da “nação em perigo”, viu socialistas, social-democratas, sindicalistas revolucionários e mesmo anarquistas⁸ defenderem a participação na guerra. Victor Serge, analisando tudo de dentro da cela, mantém-se coerente contra a guerra e o militarismo. Já sobre a Rússia, percebe que o conflito mundial é a oportunidade em que o tsar não se seguraria, abrindo a esperança aos revolucionários russos em constante confronto com o império desde meados do século XIX.

Libertado da prisão, e em face dos problemas de uma França palco de guerra, Serge vai a Barcelona em 1917. Por lá as coisas correm bem, afinal as companhias instaladas na cidade produziam para os dois lados do conflito e o cotidiano corria normalmente, o que pesava na consciência de Le Rétif.

Continuando em sua atividade como jornalista, colabora para os periódicos *Solidaridad Obrera* e *Tierra y Libertad*, nos quais

8 Piotr Kropotkin, grande expoente do pensamento anarquista, foi um dos que defenderam a necessidade da entrada na guerra, argumentando que derrotar o império alemão era urgente. Emma Goldman e Errico Malatesta, outros dois bem conhecidos anarquistas, mantiveram o posicionamento da maioria dos libertários: postura antimilitarista e antiguerra, defendendo que os anarquistas deveriam insistir na propaganda de que o conflito dizia respeito a interesses da classe dominante e aonde grande número de jovens trabalhadores seriam enviados para a morte. Com a decepção compreensível, discordaram e criticaram o posicionamento de Kropotkin.

usará pela primeira vez o codinome “Victor Serge”, assinando um texto em defesa de Friedrich Adler⁹ (SERGE, 2012). O artigo seguinte foi sobre o movimento revolucionário na Rússia, sobre a qual sempre se mantinha informado. As notícias da revolução o animavam, assim como animavam os companheiros que fez em Espanha, levando-o a analisar mais criticamente o posicionamento individualista dos camaradas franceses de outrora. Uma das razões que vê para o ânimo dos trabalhadores e militantes catalães em relação à revolução em curso na Rússia estava na similaridade das tradições revolucionárias e mesmo das configurações socioeconômicas dos países, de base predominantemente agrárias (SERGE, 2012). Ainda em Barcelona, vê a CNT¹⁰ ganhar força e conhece o anarcossindicalista catalão Salvador Seguí, com quem mantém amizade.

Assim como em vários lugares do mundo, o sucesso da revolução russa inspirava revoltas e tentativas revolucionárias. Em Barcelona, forma-se o Comitê Obrero que pretendia, como tática típica da ideologia anarcossindicalista, deflagrar uma greve geral que daria início a uma revolução. Serge integra a luta, porém discorda da ideia em se aliar à burguesia liberal catalã para derrubar a monarquia (SERGE, 2012, p. 64). Em face da reação repressiva do Estado, com a Guarda Civil avançando sobre os insurrectos, a tentativa revolucionária falha em Barcelona.

9 Social-democrata austríaco preso por assassinar o primeiro-ministro Karl von Stürgkh em 1916.

10 Confederación Nacional del Trabajo – confederação anarcossindical ainda existente e atuante em todo o Estado espanhol.

Decepcionado, Serge deixou a capital da Catalunha e voltou à França, de onde tentaria servir, valendo-se de sua naturalidade, nas trincheiras onde lutavam as tropas russas, para assim conseguir uma repatriação e enfim juntar-se à revolução na terra de seus pais. Fracassada essa tentativa, e praticamente clandestino em Paris, foi abordado por policiais e detido sem nenhuma acusação fundamentada, sendo então enviado ao campo de concentração de Présingé. Lá conheceu outros presos russos, com os quais desenvolveu laços de camaradagem e compartilhou esperanças com a revolução. Com eles, formou um pequeno grupo de revolucionários dentro do campo (SERGE, 2012). Na França sob Clemenceau, a classe operária passou a preocupar-se mais com a guerra e, na mesma medida, a revolução russa foi tornando-se impopular (SERGE, 2012), portanto a situação estava ainda mais arriscada para Serge.

Em janeiro de 1919 Serge foi um dos prisioneiros “bolcheviques” trocados por antibolcheviques feitos prisioneiros na Rússia. Dessa maneira, por essa negociação com a missão francesa na Rússia, e acompanhado de outros, conseguiu cumprir seu objetivo de chegar a Petrogrado, o que ocorreu já em fevereiro (RIÉRE, 1976). Por lá, pôs-se ao serviço da revolução ingressando no Partido Comunista e logo foi incorporado à executiva da Comintern, auxiliando Zinoviev de perto, além de ter sido também oficial de milícia. Outro importante trabalho de Serge ao se recrutar com os bolcheviques foi o de organizar os arquivos da Okhrana, a antiga polícia política do antigo regime czarista. Por essa função, compreendeu melhor os funcionamentos da polícia

e da repressão política, resultando em sua obra *O que todo revolucionário precisa saber sobre a repressão*, de 1925.

Nesse período, em virtude de seu trabalho na Internacional Comunista, pôde colaborar como jornalista para periódicos franceses como a *L'Internationale Communiste*, *L'Humanité*, *Le Monde*, *Clarté*, *La Lutte de Classes*, *Bulletin Communiste*, *La Vie Ouvrière* e a versão francófona de *International Correspondence*, além de tradutor de obras de Lênin, Trotsky, Zinoviev e outros (RIÉRE, 1976). Em alguns desses, como o *Clarté* e *La Vie Ouvrière*, já escrevia como opositorista, visto que em 1923 – o ano da derrota da revolução na Alemanha, de grande preocupação para os revolucionários russos – Serge ingressou na Oposição de Esquerda.¹¹

Em 1923, Serge foi destacado pela Comintern em missão para acompanhar em Berlim os desdobramentos da derrota da revolução alemã, seguindo para Viena, onde conheceria intelectuais marxistas como Antonio Gramsci e Georg Lukács (WEISSMAN, 2012). Retornado a URSS, ingressou na Oposição de Esquerda, ao ver o crescimento de uma burocracia mais opressiva, sendo convencido de que era necessário descentralizar o poder para as comunidades e locais de trabalho (HOCHSCHILD apud SERGE, 2012). Por causa dessa tomada de posicionamento, foi expulso do partido em 1928 a mando de Stalin e preso. Solto, Serge vê gradativamente vários veteranos revolucionários cometerem suicídio, por conta da implacável perseguição política (HOCHSCHILD apud SERGE, 2012).

11 Fração interna ao partido liderada por Trotsky e crítica à burocratização dominante no partido.

Novamente, em virtude de sua oposição, Serge foi preso em 1933 pela GPU¹² e deportado com sua família a Oremburgo, nos Urais. Por lá, esteve preso junto a vários outros presos políticos, entre mencheviques, anarquistas, SRs e sionistas, passando pela fome, frio (o terrível inverno de 1934 que quase o matou) e dependendo sobretudo de sua companheira Liuba Russakova para sobreviver – ela que também tinha de sustentar os filhos Vlady e Jeaninne, nessa situação de pobreza (WEISSMAN, 2012). Em contato com os outros presos políticos, Serge compartilhou comidas e ideias (HOCHSCHILD apud SERGE, 2012) que lhe valeriam na criação literária, inclusive interrogatórios da GPU sobre, por exemplo, a obra *O Ano I da Revolução Russa* (WEISSMAN, 2012).

Em 1936, ano em que a Grande Purga stalinista funcionava em força, campanhas de solidariedade puxadas por intelectuais franceses e belgas ganhavam expressão e ajudaram Serge a ser liberado da prisão, tendo todos seus manuscritos confiscados¹³ sem nenhuma acusação ou legalidade por parte da polícia política (RIÉRE, 1976). Dali foi deportado com a família, tendo cassada sua nacionalidade soviética. Primeiramente negado na França por seu passado, Serge passa pela Bélgica antes.

Chega à França como um dissidente, um *outsider*, visto que nem os jornais comerciais nem os jornais comunistas o aceitavam, por causa principalmente das suas ideias que o colocavam em conflito com alguns partidos comunistas – como críticas ao stalinismo, defesa da república na Espanha e críticas aos países

12 Diretório Político do Estado, polícia política que sucedeu a Cheka.

13 Há notícias de dois manuscritos perdidos nesse processo, cuja busca foi empreendida posteriormente pelo seu filho Vlady já adulto (WEISSMAN, 2012).

europeus que pareciam muito inertes perante a presença de Hitler (HOCHSCHILD apud SERGE, 2012). Ainda assim, conseguiu emprego como tipógrafo e revisor de jornal, e contribuiu para o belga *La Wallonie* e os franceses *La Révolution Proletarienne*, *Le Peuple* e *Le Populaire* entre outros, militando também em comitês como o de inquéritos sobre os processos de Moscou e pela liberdade de opinião e no de defesa da revolução espanhola (RIÈRE, 1976).

Enquanto seguia a vida, recebia notícias da perseguição stalinista na URSS que fez desaparecer em *gulags* sua sogra, dois cunhados e duas cunhadas; além disso, agentes também perseguiam e mesmo matavam opositores em outros países, como a França. Liuba Russakova, que desde a URSS sofria de crises psicóticas desencadeadas pelo terror stalinista, teve de ser internada em um hospital psiquiátrico francês, onde ficaria até sua morte física.

Nessa década de 1930, sobretudo a partir de 1936, estreitou laços com Trotsky e iniciou uma rica troca de correspondências,¹⁴ além de encontros da Oposição de Esquerda exilada. Um desses encontros deu-se em Amsterdã no ano de 1937, a Conferência Internacional da IV Internacional, onde Serge fez uma defesa do POUM.¹⁵ Aderindo a este no mesmo ano, contribuiu com seu jornal *La Batalla*.

Por divergências de ideias, Serge distanciou-se dos trotskystas, rompendo com o próprio Trotsky em 1939. Pelo lado desses, enfrentou também uma série de críticas e calúnias, encontrando

14 Ver Serge; Trotsky, 1977.

15 Partit Obrer d'Unificació Marxista (Partido Obrero de Unificación Marxista), em atividade àquela altura durante a Guerra Civil em Espanha.

apoio em alguns poucos militantes independentes. Ainda em Paris, dada a invasão nazi em 1940, Serge deixou o país e seguiu para outro exílio: tendo o visto negado para os Estados Unidos, chega ao México em 1941, onde viveria o resto de sua vida com o filho Vlady e a nova companheira Laurette Séjourné. Lá, obviamente, Serge não cessou de conviver tanto com as calúnias dos trotskistas quanto com a vigilância dos agentes stalinistas.

VICTOR SERGE E OS ANARQUISTAS

Uma das mais marcantes polêmicas de Victor Serge foi a de seu posicionamento em relação ao anarquismo. Rompido com a tradição individualista, e aderido aos bolcheviques, defenderá a participação dos libertários no processo revolucionário capitaneado pelo partido, levando em conta sua interpretação dos eventos e na urgência que os fatos demonstravam. Obviamente, criou-se uma contenda entre ele e militantes anarquistas, cuja grande parte desprezava seu ingresso no Partido Comunista.

Em março de 1917, portanto quando saía da prisão em direção a Barcelona, e enquanto a revolução de Fevereiro acontecia na Rússia, escreveu uma carta a seu antigo amigo anarcoindividualista Émile Armand, também destinada a outros camaradas e assinada como “V.S. Le Rétif” – assim como nos velhos tempos. Nela diz que está partindo, porém previne que nada se deve a divergências de ideias. E sobre essas divergências afirma:

Perdi a intransigência sectária do passado. Agora atribuo menos importância a palavras que a ideias, a ideias que a sentimentos – e muito menos importância a casuística que à boa vontade.

Sinto-me capaz de trabalhar com todos aqueles que, animados pelo desejo por uma vida melhor, mais clara e mais inteligente, avançam em direção ao seu futuro, mesmo que por diferentes caminhos que o meu e mesmo que deem ao nosso objetivo comum na realidade nomes diferentes que eu não conheço. (SERGE, 1917).

Trata-se de uma nova tomada de posicionamento: um rompimento com a primazia dos princípios ideológicos cristalizados, tendo em vista que é preferível lutar ao lado de quem tem interesses em comum (derrotar os inimigos; a revolução social), mesmo que por diferentes concepções e vias. Dessa forma, prioriza a organização em detrimento da doutrina, ou a organização da luta acima das ideologias professadas pelos camaradas. Logo, por essa questão mais prática que ideológica, justificava sua adesão aos bolcheviques.

Outro fato que fez Serge se indispor com os anarquistas foi a publicação da *Confissão*, de Mikhail Bakunin, carta datada de 1851, de quando o anarquista russo estava preso, destinada ao czar Nicolau I. O documento esteve nas mãos de Victor Serge em função de seu trabalho investigando os arquivos da Okhrana, já em 1919 a serviço da revolução. Escrevendo um artigo sobre o achado, no mesmo ano, Serge (1919) expõe um Bakunin desgostoso, depressivo e aparentemente resignado à derrota. Como demonstração de arrependimento, o “pai espiritual” do anarquismo prostra-se ao

monarca, “pai espiritual”¹⁶ do povo russo. Humilhado, fracassado, mas em momento algum trai qualquer companheiro.

Tendo conhecimento satisfatório de como atuam os anarquistas russos, Serge afirma que estes, em sua maioria, são contrários ao Partido e estão em constantes conflitos contra os bolcheviques, porém são “sovietistas”, quer dizer, apoiam os *soviets* enquanto instituições proletárias, enquanto conselhos autônomos de trabalhadores que tomam as decisões. Já sobre o caso da Ucrânia, realça que o embate entre anarquistas e bolcheviques foi realmente sangrento, mas lembra que a própria *makhnovitchina* recorreu a métodos violentos, abusivos e autoritários em suas ações. Em sua avaliação, que diz não poder escapar ao interesse superior da revolução, os anarquistas ucranianos não evitaram os erros que lhes aproximavam dos bolcheviques e, ainda que fossem vitoriosos e daí trouxessem bons frutos, naquela situação Trotsky era um melhor organizador que Makhno, e o Exército Vermelho superior como força armada. Também avalia que os *partisans* *makhnovistas* especularam pouco sobre o espírito de pequena propriedade dos camponeses, sobre seu nacionalismo e antisemitismo cujas consequências foram bem aflitivas (SERGE, 1920a) – nesse sentido, Serge está de acordo com Lênin em relação ao campesinato.

Em seu diagnóstico sobre a situação dos anarquistas, afirma que, “em geral, parece-me que a falta de um programa de ação prática – o utopismo – e a falta de organização mataram, na Rússia, o movimento anarquista que dispendeu na revolução uma soma de energia prodigiosa” (SERGE, 1920a); e que, naquele momento,

16 Como autoridade máxima da Igreja Ortodoxa, o czar era mais que um chefe de Estado.

não vislumbrava no país a possibilidade de um vasto movimento libertário. Contudo, não deixa de ser otimista ao apostar que é possível que as tendências libertárias ganhem forças, inclusive entre comunistas, após o turbulento período da guerra civil.

Reconhece que os libertários fizeram um bom papel, por exemplo, citando a visita de Emma Goldman e Alexander Berkman à Rússia revolucionária. Ou que as publicações enviadas por camaradas franceses tinham boas análises, que seriam porém mais aproveitadas se as tivessem feito antes de 1912 – e por isso conclui que os anarquistas na França ainda não procederam a uma revisão necessária às suas ideias perante as novas experiências históricas e que se limitam a conservar as tradições libertárias (SERGE, 1920a). Por isso mesmo, na continuação dessa análise, a falta de visão clara sobre este problema pode levar com que anarquistas se tornem comunistas ou, o que seria pior, algo como Gustave Hervé.¹⁷

A intenção dessa carta de Victor Serge é clara como um convite. Pede sinceramente aos anarquistas que acompanhem melhor a situação na Rússia e que mandem os melhores militantes libertários. Julga que não se pode mais, na França, ignorar o que acontece, de fato, no seio da revolução. A inatividade e o preciosismo ideológico são nocivos e, continua Serge, enquanto os revolucionários estrangeiros se mantiverem inativos, o sangue correrá na Rússia. Acima de tudo, esse chamado de Victor Serge é um clamor pelo elemento básico da solidariedade internacio-

17 Antigo socialista francês que, por sua atividade antimilitarista, foi preso e depois de libertado tornou-se um ferrenho nacionalista; um dos maiores nomes do fascismo francês.

nal, pela sobrevivência da revolução na Rússia e, quem sabe, pelo seu espalhamento pela Europa.

Nessa carta, Serge indica que escreveu um estudo sobre anarquistas na Rússia e faz um convite para que os camaradas o leiam. A síntese desse estudo é o documento *Les anarchistes et l'expérience de la révolution russe* (“Os anarquistas e a experiência da revolução russa”), redigido um mês antes.

Do prefácio de 1921 diz constatar um fato geral: anarquistas estrangeiros que chegam à Rússia subscrevem à ditadura revolucionária e aceitam suas consequências. Neste país vive-se então o que chama de “primeira experiência revolucionária dos tempos modernos” que se desenvolve com uma lógica inflexível. Apesar disso, a experiência revolucionária conta com uma certa inércia de povos da Europa em face da presença de uma reação inteligente e bem armada. Também, a revolução passa pelo problema de estar confinada às fronteiras cercadas por inimigos (SERGE, 1920b).

Victor Serge assume que erros foram cometidos, o que atesta verdades preciosas do ponto de vista libertário. Seguindo sua linha intencional em interlocução com os anarquistas, afirma que essa nova experiência pode fortalecer o pensamento libertário, desde que seja feita uma revisão das ideias tradicionais sob o aspecto do realismo histórico; e desde que tenha em conta as necessidades das massas, os grandes fatores da vida econômica e psicológica internacionais, cujo curso depende muito mais dos eventos que das aspirações e sonhos (SERGE, 1920b). Além do convite para que os anarquistas lutem na Rússia, Serge chama-os para a necessidade de reforma do próprio anarquismo:

Tal é, em definitivo, a reforma do anarquismo a qual me permito defender: em vez de ser uma doutrina subjetiva, muito absoluta e em grande parte utópica, que seja restaurada – sem perder nada (bem ao contrário!) de seu valor ético e filosófico para o indivíduo como para o movimento social na realidade da luta de classes, às suas necessidades práticas. Que deixe de ser privilégio de pequenos grupos sectários para adicionar à amplitude e à riqueza do movimento operário convocado a realizar a transformação social passando pela etapa necessária do comunismo. (SERGE, 1920b).

No encerramento desse prefácio, é reforçado o pedido para que os anarquistas não mais hostilizem a ditadura do proletariado em curso na Rússia. Em vez disso, o “novo anarquismo” nas próximas lutas revolucionárias deverá não mais complicar e agravar as convulsões internas à revolução, mas contribuir na elevação, enobrecimento do comunismo futuro: “Trata-se enfim de pedir a todos os anarquistas de boa vontade discutir com calma, sem partido tomado e sem dogmatismo a experiência da Revolução russa” (SERGE 1920b). Portanto, de se abandonar o sectarismo.

Assumindo-se como anarquista falando a outros iguais, pelo seu uso na primeira pessoa do plural, o documento inicia-se com o tópico que aponta a já introduzida necessidade de revisão de concepções. Aqui diz que, passadas as experiências da guerra e da revolução, a ideologia revolucionária (seja anarquista, sindicalista, socialista) não pode mais prender-se a velhas fórmulas, mas acompanhar o desenvolvimento histórico – pois mesmo as palavras do vocabulário revolucionário podem adquirir novos significados

(“ação direta” e “greve geral”, por exemplo). Basicamente, os revolucionários que se fecham nas tradições não aprendem com as experiências e não sabem como agir diante das novas demandas históricas. A revisão completa e metódica das ideias é, portanto, um dever que se impõe à cabeça de todo militante.

A revolução de 1917 na Rússia é um fato histórico novo, insiste Serge, como primeira grande transformação social de então. A classe possuidora foi expropriada, o Estado burguês derrotado, as antigas hierarquias sociais colapsadas. Uma nova ordem foi instaurada nos princípios de propriedade coletiva dos meios de produção, obrigação do trabalho a todos os cidadãos e eliminação da concorrência industrial do seio da sociedade (SERGE, 1920b). Os países ditos civilizados, como interdependentes, são o cenário ideal para que essa revolução se espalhe pela Europa – e aqui Serge constata de maneira bem lúcida que a internacionalização do capital traz em si a contradição de também poder ser terreno para a internacionalização da luta dos trabalhadores. Para ele, a revolução russa seria certamente a abertura de uma nova era.

Ainda que não se devam esquecer as históricas e importantes atuações dos socialistas-revolucionários, dos anarquistas ou mesmo dos mencheviques, foram os bolcheviques, para Serge, que venceram e afinal tomaram o poder. Até a revolução, os anarquistas mantinham-se como os únicos que se opunham ao Estado, à democracia burguesa e à pátria, ao contrário de vários propagandistas socialistas que se esqueceram dos perigos do Estado preconizados por Marx e Engels. Já Lenin, Zinoviev e Bukharin, segundo Serge, perceberam a incompatibilidade entre Estado e comunismo – pelo menos nos anos iniciais. Os

anarquistas, contudo, desde sempre preconizam uma revolução sem tomada do Estado, com a expropriação imediata da classe dominante, e mesmo com recurso à violência. Exemplificando que entre a Revolução de Fevereiro e a de Outubro os anarquistas e bolcheviques lutavam lado a lado, Victor Serge tenta convencer que não se deve ter tanta hostilidade nem contradições fatais na aliança entre as duas concepções revolucionárias, que em alguns aspectos táticos podem até se aproximar.

Quanto aos ensinamentos teóricos da revolução, são elencados cinco. O primeiro deles é sobre a ditadura do proletariado, da qual Serge presume que é preciso violência para se expropriar a classe possuidora – tarefa que fica a cargo de uma minoria mais avançada da classe trabalhadora, uma elite do proletariado composta pelos revolucionários com consciência de classe. Sob pena da derrota da revolução, é preciso, segundo Serge em acordo com o bolchevismo, que os revolucionários assumam imediatamente a ditadura. O segundo ensinamento refere-se aos *soviets* ou *conselhos operários*, como a única maneira de se opor à organização da classe dominante ou ao parlamentarismo burguês – ainda que Serge desconsidere aqui a perda de poder dos *soviets* ao se subordinarem à direção do partido. O terceiro diz respeito ao *terror*, fase terrível, porém necessária no desenvolvimento da ditadura do proletariado. Compara com a experiência do terror jacobino de 1791-1792, no sentido de ser uma contrarreação, e justifica que o terror Branco na Rússia seria bem pior que o Vermelho. O quarto ensinamento é sobre a *inevitabilidade da guerra revolucionária de defesa*, relacionada com a ditadura do proletariado e com o terror, e que diz respeito à

constatação de que é direito e dever dos revolucionários preparar a defesa da revolução em curso, nem que seja à pena de morte. E o quinto ensinamento é sobre a *necessidade de poderosas organizações revolucionárias*, o quer dizer que, para se destruir o Estado capitalista, é preciso criar fortes organizações de combate ou aparelhos institucionais de luta (SERGE, 1920b).

Sobre os anarquistas russos, Serge informa que há os que são inimigos mortais do partido bolchevique e os que se aliaram, ao ponto de aderir – como ele mesmo. Anarquistas andaram lado a lado com bolcheviques à altura do governo provisório, nos motins de julho e nas batalhas decisivas de outubro. Controlaram várias cidades, o *soviet* de Kronstadt, palácios e quartéis, além da simpatia de grande parte da população. Porém não dispunham de clareza ideológica e eram ruins de organização: os bolcheviques tiveram de intervir de maneira armada para desarmar as cidadelas anarquistas (SERGE, 1920b). E no momento em que escreve, afirmando que os anarquistas encontravam-se já sem organização e sem programa, identifica três tendências: 1) os anarquistas clandestinos, ou subterrâneos, que são contra os *soviets* e que fizeram um atentado em 1919 contra a sede do Partido Comunista em Moscou; 2) o “centro”, sendo a maioria dos anarquistas de então, alguns pró e outros contra os bolcheviques, de muitas palavras e nenhuma solução (utopismo), à exceção da organização ucraniana Nabat e do anarquista Volin, porém com mais influência regional na Ucrânia; 3) os anarquistas soviéticos que, como Serge e os anarcossindicalistas do *Goloss Truda*, aceitaram combater junto aos bolcheviques ou mesmo aderirem ao partido, e que aceitaram o princípio da ditadura do proletariado

em um período de transição desde que não se configure na ditadura de partido. Em geral, os anarquistas tiveram mais espaço e êxito na Ucrânia, já que na Rússia perderam influência: para Serge, é a inevitabilidade do papel dos bolcheviques no processo em curso que deve ser considerada.

O centralismo, em oposição ao federalismo advogado pelos anarquistas, foi a forma de organização possível no momento. Ainda apostando que o período em transição seria porta aos tempos de maior “libertarização”, Serge considera que a centralização pode ser defendida por necessidade e não por princípio, avaliando que por si só não é autoritária, já que o poder deve vir das massas e que certas funções exigem o centralismo. Porém, ao contrário de dar total confiança aos desígnios bolcheviques, e alertando aos perigos de que o partido se torne “jacobino”, a questão prática de Serge é aceitar o que se tem no momento para, internamente, conservar o espírito libertário, quem sabe no sentido de dar nova direção aos acontecimentos.

Dos perigos que essa forma de organização carrega está que a revolução leva “irresistivelmente ao socialismo (ao capitalismo) de Estado” (SERGE, 1920b). Segundo julga, ainda otimista, os bolcheviques têm, apesar de formarem um Estado, força e vontade para destruí-lo. O Estado morreria de morte natural e seria substituído pelas associações livres entre trabalhadores (Lenin e Bukharin se debruçaram sobre este problema): “A realização integral do programa comunista bolchevique levar-nos-ia ao comunismo libertário, à anarquia”, afirma Victor Serge em 1920 na tentativa de convencimento.

O Estado tem tendência a se manter e é isso que os autoritários pretendem, tendo a burocracia e as classes dirigentes o esforço pela manutenção de privilégios. Continuando nessa constatação, assim considera: “Todo governo revolucionário é, por natureza, conservador e, por consequência, retrógrado. O poder exerce sobre os que o detêm uma influência nefasta que muitas vezes se traduz em deploráveis deformações profissionais” (SERGE, 1920). Mesmo que defensor das práticas bolcheviques no momento, Serge não perde de vista os perigos da cristalização do Estado como uma situação de risco no interior da própria revolução. Ainda que o Estado cumpra sua função nos primórdios da revolução, era tarefa dos comunistas libertários lutar pelo seu fim e para que não se prolongue mais do que deveria.

Na experiência da revolução social russa, o estatismo é uma questão fundamental que divide anarquistas e demais socialistas. Serge considera o Estado como um “formidável aparelho de coerção”, tendo de se lutar depois para destruí-lo. O papel do Estado é matar, seja um inimigo externo ou interno. Por ser uma “máquina de matar”, Serge considera o Estado como incapaz de gerir a produção, já que essa exigiria interesse, iniciativa, dedicação e disciplina consentida dos produtores; o Estado serve nos momentos difíceis da transição, mas não pode durar e não seria capaz de manter a produção em tempos de paz. Um erro da revolução, em sua análise, foi militarizar em demasia a produção e assim mantê-la. Houve a tentativa de passar a tarefa da organização produtiva aos sindicatos, porém eram poucos, e por causa da guerra a organização de trabalhadores estava escassa. Sobre a incompatibilidade entre guerra e produção, diz: “A confusão entre a defesa interior

e exterior da revolução e organização da produção, resultado da subordinação do aparelho criador (a indústria) ao aparelho destruidor e mortal (o Estado), parece-me hoje tão grave no domínio das ideias quando no dos fatos” (SERGE, 1920b). Conclui que a palavra de ordem revolucionária para o futuro deveria ser “a produção aos produtores, ou seja, aos sindicatos” (SERGE, 1920b), ainda que não fosse mais aos *soviets*...

Se a revolução, como os anarquistas viram acontecer, não tem nada de idílico e trata-se de um sacrifício do presente ao futuro (SERGE 1920b), o autor encerra o estudo de forma a consolidar seus argumentos em vista ao convencimento de que os camaradas libertários se juntem à revolução, nem que seja em apoio internacional.

Sobre o papel que devem desempenhar os anarquistas no movimento comunista, diz: “No movimento revolucionário, os anarquistas representam o espírito de liberdade, o espírito crítico, o individualismo, a eterna procura, em uma palavra, um temperamento e uma concepção da vida. São revolucionários” (SERGE, 1920b). Devem deixar de conservar o utopismo e atem-se às necessidades e possibilidades que a revolução real exige, ainda que não abdicuem de seus princípios. Quer dizer que “pela sua simples presença nas organizações eles podem contribuir grandemente a remover os oportunistas” (SERGE, 1920b).

Em questões táticas e de doutrina, os anarquistas podem contribuir no combate às ilusões de poder e da cristalização do Estado; de lembrar que a ditadura é uma arma, um meio, um mal necessário e jamais um objetivo. Os anarquistas têm um papel fundamental no sentido de revolucionar os costumes e a moral,

coisa que os marxistas não dispõem (SERGE, 1920b). E para o futuro da revolução, o importante papel que Serge atribui aos anarquistas seria:

Portanto os anarquistas deverão avançar, estimular a perpétua procura dos melhores e mais valentes, assegurar a defesa do indivíduo contra certas coletividades intolerantes ou tirânicas, perseguir nos costumes e do pensamento a eterna ação revolucionária geradora de todo progresso. (SERGE, 1920b).

VICTOR SERGE E A REVOLTA DE KRONSTADT

No início de 1921, trabalhadores da base naval de Kronstadt, no golfo da Finlândia a poucos quilômetros de Petrogrado, sublevaram-se em uma revolta contra o governo bolchevique que impunha restrições típicas da estratégia de *comunismo de guerra* então implementada. O período era de guerra civil, logo após a revolução, e, portanto, a produção encontrava uma organização planejada praticamente para fins de abastecimento logístico da guerra contra inimigos externos e internos à revolução. A população convivia com racionamento e escassez, piorados pelos invernos rigorosos, com grandes parcelas sofrendo da histórica fome que marcou os anos de 1921-1922. A fome era sentida nos centros urbanos e também no campo, onde camponeses ainda passavam pela requisição obrigatória de grãos imposta como política do comunismo de guerra. Situação quase impossível de se viver para as massas, não para os administradores, afirma Serge em suas *Memórias* (2012, p. 135). As greves e protestos em

grandes cidades como Moscou e Petrogrado, e a revolta camponesa de Tambov, derrotada em 1921 por intervenção do Exército Vermelho, foram exemplos de reações populares desses anos iniciais de carestia e medo da contrarrevolução.

Os marinheiros da estratégica base de Kronstadt organizaram-se e requisitaram quinze pontos que fundamentariam a insurreição contra o regime bolchevique. Entre essas requisições da pauta dos marinheiros, estavam: o pedido de novas eleições para os *soviets*; a liberdade de expressão e imprensa a trabalhadores, camponeses, anarquistas e socialistas de esquerda; liberdade de reunião a sindicatos e organizações camponesas; liberdade aos trabalhadores e camponeses presos políticos; fim do privilégio de propaganda apenas ao partido bolchevique; abolição das unidades militares de requisição de grãos; e igualdade na razão dos que trabalham – à exceção dos que trabalham em condições perigosas.¹⁸

Eclodida a revolta, que durou cerca de duas semanas, o governo bolchevique envia tropas do Exército Vermelho para reprimir os insurrectos. Por essa ação repressiva a demandas elaboradas por trabalhadores, muitos apoiantes do regime revolucionário, sobretudo os de tendências mais libertárias ou mais à esquerda, criticaram a postura do governo e muitos se tornaram

18 Vários documentos sobre a revolta de Kronstadt podem ser conferidos em inglês em: < <https://www.marxists.org/history/ussr/events/kronstadt/index.htm>>. Em alguns destes, como os escritos por Emma Goldman, Alexander Berkman, Ida Mett ou Ante Ciliga, são reproduzidos os quinze pontos da pauta reivindicatória dos revoltosos. Do último autor, há traduções em português de *A Revolta de Kronstadt* (1938) disponíveis em: <<http://passapalavra.info/2017/06/112594>>; <<https://libcom.org/library/revolta-de-kronstadt-ante-ciliga>>.

dissidentes. Já membros do governo justificaram a ação como resposta a uma tentativa de desestabilização da revolução por forças contrarrevolucionárias.

Lênin, chefe de governo da república soviética, pronunciou-se sobre o evento recorrendo aos perigos da contrarrevolução naquele momento específico, dizendo que só acreditava serem possíveis na Rússia dois tipos de governo: pelos *soviets* ou pelo tsar (LENIN, 1921). Disse que em Kronstadt havia alguns traidores falando em Assembleia Constituinte, algo perigoso ao momento, e que o próprio levante de marinheiros seria um incidente (LENIN, 1921). “Se pessoas no exterior exageram na importância à insurreição de Kronstadt e lhe dão apoio, é porque o mundo está partido em dois campos: o capitalismo fora e a Rússia Comunista” (LENIN, 1921).

Leon Trotsky, comissário de guerra e organizador e comandante do Exército Vermelho, que à altura também respondia pelas campanhas contra o Exército Negro anarquista na Ucrânia, foi um dos principais alvos de críticas dos que se opuseram à campanha de repressão contra Kronstadt. Como principal responsável pela operação militar, de início já acusou a revolta de acontecer especificamente para atrapalhar os tratados de paz com a Polônia e de comércio com a Inglaterra, como conspiração de russos emigrados em vários países, com o apoio da imprensa imperialista (TROTSKY, 1921). Contra as críticas que diziam que os bolcheviques massacraram marinheiros que em 1917 lutaram pela revolução, Trotsky diz que a maioria destes não mais fazia parte da base naval, sendo relocados em outros postos de trabalho e substituídos por marinheiros de outras nacionalidades e linhas

políticas, facilitando o trabalho de conspiradores (TROTSKY, 1921). Acusa também os SRs (socialistas-revolucionários) e mencheviques pela organização do motim – tendo generais contrarrevolucionários por trás de tudo – e cujas extensões iam da Finlândia e Estônia a outros centros imperialistas. O evento, portanto, seria um episódio que se tornaria comum: tentativas de contrarrevolução levadas a cabo por agentes do imperialismo para derrubar a república dos trabalhadores (TROTSKY, 1921).

Ainda que outros comunistas de grande renome entre os bolcheviques, como Karl Radek, tenham reiterado a tese de que a revolta fora uma tentativa de contrarrevolução, surgiam as análises dissidentes acerca do evento. O anarquista ucraniano Nestor Makhno, por exemplo, não se furtou à crítica ao papel repressor do governo vermelho e o monopólio da força pelo Partido Comunista.¹⁹ O casal de anarquistas lituanos e emigrados nos Estados Unidos, Emma Goldman e Alexandre Berkman, dirigiu-se à Rússia revolucionária inicialmente como pró-bolcheviques, mas, acompanhando de perto os acontecimentos de Kronstadt, romperam em dissidência, inclusive deixando escritos sobre suas análises acerca do motim.²⁰

19 “In memory of Kronstadt Revolt”, de 1926, publicado na *Dielo Truda* (Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/makhno-nes-tor/works/1926/03/kronstadt.htm>).

20 De Berkman, *The Kronstadt Rebellion*, de 1922 (Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/berkman/1922/kronstadt-rebellion/index.htm>), e *The bolchevik Myth*, de 1925 (Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/berkman/1925/bolshevik-myth/38.htm>). De Goldman, *My further disillusionment in Russia*, de 1924 (Disponível em: http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/goldman/further/further_toc.html).

Victor Serge, em suas *Memórias*, narra que em 1921 recebeu um telefonema dizendo que os Brancos haviam controlado Kronstadt e que nas ruas essa era a ideia – além da qual diziam ser os mencheviques e SRs organizadores da greve – que se passava pelos cartazes de propaganda afixados pelos bolcheviques. E mesmo que houvesse o risco da contrarrevolução no período, com o perigo de se caírem os bolcheviques, Serge assume que o programa de Kronstadt era uma renovação da revolução ou, como alguns anarquistas ingenuamente proclamavam, a “terceira revolução”, combatida pela demagogia do próprio partido (SERGE, 2012, p. 145-149).

O ano de 1938 trouxe muitos debates sobre a questão de Kronstadt. Nesse décimo sétimo ano, Ida Mett e Ante Ciliga (1938) denunciam a repressão bolchevique em seus estudos; Trotsky publica suas explicações desde seu exílio mexicano; e Victor Serge não fica de fora do debate.

Publicando na *New International* que nesse ano teve espaço para o debate sobre Kronstadt, incluindo a participação de Serge, Trotsky (1938a) contribui com uma análise sobre o conteúdo político e social da revolta e de seus atores. Mantendo a mesma postura de interpretar a revolta como um evento contrarrevolucionário e a repressão como uma atitude necessária para se salvar a revolução, identifica a raiz dos problemas no antagonismo entre o operariado consumidor e o campesinato produtor de alimentos, sendo o levantamento de Kronstadt somente mais um episódio na história das relações entre a cidade proletária e a aldeia pequeno-burguesa (TROTSKY, 1938a). Os marinheiros, para Trotsky, não seriam os mesmos de 1917; o posicionamento

de Emma Goldman, Alexandre Berkman e seus “imitadores” não passaria de “lamento sentimental de tipo pacifista” (TROTSKY, 1938a). Os críticos da ação repressiva aos marinheiros, para Trotsky, tomaram ao pé da letra o que leram sobre, sem nenhum método ou critério científico, pois, segundo Marx, seria impossível julgar partidos ou povos pelo que dizem sobre si mesmos²¹ especialmente em períodos de guerra civil, devendo ater-se sempre a suas composições políticas e sociais (TROTSKY, 1938a).

Nessa lógica, Trotsky prossegue na concepção de que esses tipos de convulsão social da “pequena-burguesia campesina” desejavam liberar-se do capital, porém também da ditadura do proletariado – e Kronstadt seria portanto mais uma expressão dessa reação pequeno-burguesa. O papel dos soviets de composição anarquista e SR, nesse caso, é o da contrarrevolução, e a derrota dos amotinados seria consequência da falta de apoio de trabalhadores que, para Trotsky, apoiavam os “soviéticos” (TROTSKY, 1938a).

Ainda neste documento, Trotsky faz uma crítica direta e nominal a Victor Serge, seu antigo amigo. Diz que Serge, como um dos “advogados anarquistas” de Kronstadt, que parece querer elaborar “uma síntese entre anarquismo, poumismo e marxismo”, intervém “desgraçadamente” nesta polêmica (TROTSKY, 1938a). O que mais irrita Trotsky na análise e postura de Serge é o fato deste ter afirmado que, se a NEP tivesse sido implantada um ano antes, o massacre teria sido evitado.

21 Essa crítica recebeu a réplica de Emma Goldman (1938), que defendeu ser necessária também a aplicação deste método aos próprios bolcheviques em referência à verdade que eles dizem sobre si mesmos.

Em prosseguimento ao debate, Trotsky se posiciona novamente em função de sua imagem estar atrelada à responsabilidade pela repressão à revolta. Em um texto curto, faz referência ao texto anterior como uma tentativa de compreensão da operação pelo viés político, porém justifica este novo pela insistência de alguns críticos em tentarem compreender pelo viés pessoal. Assim, assume que não esteve pessoalmente presente ou participativo na questão de Kronstadt, apesar de ser comandante do Exército Vermelho. Atribui a responsabilidade dos eventos a Zinoviev e sobretudo a Dzerzhinsky,²² porém provoca e assume:

Se houve vítimas desnecessárias, não sei. Neste ponto, confio em Dzerzhinsky mais do que seus críticos retardatários. Por falta de dados, não posso me comprometer a decidir agora, *a posteriori*, quem deveria ter sido punido e como. As conclusões de Victor Serge nesse ponto – vindas de terceiros – não têm valor a meu ver. Mas estou pronto para reconhecer que a guerra civil não é escola de humanismo. Idealistas e pacifistas sempre acusaram a revolução dos “excessos”. Mas o ponto principal é que os “excessos” decorrem da própria natureza da revolução, que em si é apenas um “excesso” da história. Quem quiser assim pode, nesta base, rejeitar (em pequenos artigos) a revolução em geral. Não a rejeito. Neste sentido, carrego plena e completa responsabilidade pela supressão da rebelião de Kronstadt. (TROTSKY, 1938b).

22 Félix Dzerzhinsky, organizador da Chêka e chefe deste órgão de polícia durante a revolta de Kronstadt.

Na mesma *New International*, Serge responde colocando perguntas críticas às atitudes bolcheviques no caso Kronstadt. Inicia questionando se, como defendem os bolcheviques no poder, a revolta fora contrarrevolucionária e se as atitudes de Lênin, Trotsky e todo o Comitê Central do partido estavam corretas, o que quer dizer que os próprios atos de revolta (Kronstadt, Tambov, greves etc.) significam a impossibilidade de se perseverar no caminho do comunismo de guerra (SERGE, 1938a):

O país estava morrendo em um amargo fim de estatificação. Então quem estava certo? O Comitê Central que se agarrava a um caminho infrutífero ou as massas levadas a extremidades pela fome? Parece-me inegável que Lênin naquela altura cometeu o maior erro de sua vida. (SERGE, 1938a).

E prosseguindo seus questionamentos em tom de denúncia:

Uma vez que Kronstadt se rebelou, teve que ser subjugado, sem dúvida. Mas o que foi feito para prevenir a insurreição? Por que a mediação dos anarquistas de Petrogrado foi rejeitada? Alguém pode finalmente justificar o insensato e, eu repito, o abominável massacre dos vencidos de Kronstadt, que ainda foram fuzilados aos montes na prisão de Petrogrado três meses após o fim do levante? (SERGE, 1938a).

Enfatizando o significado político da revolta e da repressão, Serge critica os rumos tomados pelo partido na condução do próprio processo revolucionário. Concorda com Trotsky quanto ao

fato de que os marinheiros de 1918 não eram os mesmos de 1921, contudo ainda provoca: “Mas o partido de 1921 era o mesmo que o de 1918? Não estava já sofrendo da sujeira burocrática que frequentemente o separou das massas tornando-se desumano para com elas?” (SERGE, 1938a). A partir daí, recomenda que é preciso reler as críticas da Oposição Operária à burocracia, e como essa tentou silenciar essa Oposição e os trotskistas de Petrogrado.

Exilado em fuga da repressão stalinista e crítico ferrenho da burocratização no seio da revolução, assim como Trotsky, o interlocutor-alvo de críticas do documento, Serge (1938a) coloca a questão principal que norteia seu raciocínio acerca dos eventos em Kronstadt:

A questão que hoje domina toda a discussão é, em substância, esta: quando e como o bolchevismo começou a se degenerar? [...] Quando e como começou a empregar às massas trabalhadoras, cuja energia e maior consciência expressou, métodos não-socialistas que devem ser condenados porque acabaram assegurando a vitória da burocracia sobre o proletariado?

Fechando esse texto, Serge aponta a necessidade de auto-crítica no bolchevismo. A supressão dos amotinados de Kronstadt seria mais um episódio de oposição entre o partido e o proletariado e as massas, assim como havia a oposição entre o partido e as tendências internas mais à esquerda (como a Oposição Operária), ou a falta de uma ética socialista, que fazia com que os bolcheviques espalhassem calúnias e difamações – como a de que os Brancos organizaram o motim de marinheiros (SERGE, 1938a).

Quanto à discussão entre acusações políticas e pessoais, trazida por Trotsky, Serge responde em outro artigo. Primeiramente em favor da distinção, provocando mesmo os anarquistas e citando como exemplo a participação da CNT na institucionalidade do governo republicano, burguês, na Espanha – a culpa seria coletiva, política, ou dever-se-ia julgar indivíduos? Assim, posiciona-se favorável à distinção entre responsabilidades políticas gerais e imediatas responsabilidades pessoais (SERGE, 1938b). E encerrando com sua tese antiburocrática, Serge acusa a degeneração não apenas na chegada de Stalin ao poder, mas quando a revolução ainda estava no início (naquele início quando ele mesmo defendia atitudes polêmicas dos bolcheviques ou de suas lideranças mais célebres):

O único fato de que um Trotsky, no auge do poder, não sentiu a necessidade de se informar com precisão sobre essa repressão a um movimento insurrecional de trabalhadores, o único fato de que Trotsky não sabia o que todos os comunistas de escalão sabiam: que acabaram de cometer por desumanidade um *crime sem sentido* contra o proletariado e os camponeses – este único fato, digo, é gravemente significativo. É, na verdade, no domínio da repressão que o Comitê Central do Partido Bolchevique cometeu, desde o início da revolução, os erros mais graves, os que contribuiram mais perigosamente, por um lado, para a burocratização do partido e do Estado e, por outro, desarmar as massas e, mais particularmente, os revolucionários. Chegou a hora de percebermos isso. (SERGE, 1938b).

SOBRE A DEGENERAÇÃO DA REVOLUÇÃO E O TOTALITARISMO STALINISTA

Crítico dos rumos do regime e acusando uma degeneração dos valores revolucionários, Serge colidiu diretamente com Stalin e foi uma de suas vítimas políticas. Retomando os fatos de 1917 vinte anos depois, Serge (1937d) deixa implícita sua comparação do então regime do PCUS liderado por Stalin com a autocracia czarista, dizendo que o antigo regime que gozava há séculos de força, belos uniformes, fachadas e propaganda caiu em menos de uma semana pela força espontânea das massas organizadas.

Se há alguns anos Serge apostava que era possível uma guinada da revolução à liberdade, sendo o período de centralização e terror apenas necessidade passageira, na década de 1930 o que via eram somente o crescimento autocrático da burocracia e o endurecimento da ditadura do partido sobre os trabalhadores. Não apenas trabalhadores sofriam o peso da repressão, mas também membros do próprio partido. Um exemplo dado por Serge é o de Antonov-Ovseyenko, antigo funcionário que assim como outros foi morto ou desaparecido, e cujo escândalo e derrota da revolução pela burocracia foram abafados pela “fraqueza, miopia ou covardia política” que sempre procuraram no patriotismo soviético as justificativas para tais atos (SERGE, 1937c).

Essa derrota da revolução é, para Serge, um retrocesso, o qual seria definido como barbárie (SERGE, 1937a). A barbárie, como exemplo, estaria exposta pela execução penal stalinista, que impunha penas como morte ou trabalho forçado, além do aumento de pena máxima – pior do que era inclusive nos tempos do terror da guerra civil (SERGE, 1937a). Serge acusa existir

pena de morte inclusive para vadiagem. E não só: o único país do mundo a impor pena de morte a menores de idade, a quem pratica roubos, a quem cruza fronteira sem passaporte; deportação a familiares de quem praticou crimes pesados; e prisão para homossexuais (SERGE, 1937a).

Da sua obra concluída em 1928, *L'an I de la révolution russe*, Victor Serge escreve em Paris um prefácio inédito com crítica aberta ao regime stalinista. Toma como marco a passagem dos anos 1925-1926, de exigência de alargamento da produção que traz consigo uma transformação inquietante no partido e no Estado: o poder escapa das mãos dos revolucionários e passa para outras mãos – como as de Stalin ou do “triumvirato” Stalin-Rykov-Bukharin (SERGE, 1971, p. 7). A ideologia oficial é modificada, a industrialização é tida como prioridade e muitos – como o próprio Serge ou Trotsky – são presos ou deportados.²³ A coletivização forçada da agricultura resultou no esbulho e deportação de milhões de camponeses, destruição do gado e fome generalizada no período de 1930-1934 (SERGE, 1971).

Nessa nova fase do regime o terror contra camponeses, técnicos e operários (ainda que em grau menor) seria marca, além das surdas lutas nos círculos dirigentes que não cessavam de proclamar a unanimidade “monolítica”, fazendo com que pouco a pouco a perseguição às oposições se instituísse em permanência no partido (SERGE, 1971). A república dos *soviets* teria se transformado em um Estado totalitário, onde a polícia é o principal meio de governo do

23 “Os anos 1926-1928 foram aqueles de uma crise política extremamente grave. Eles viram a burocracia, ainda longe de tomar consciência dela mesma, tirar do poder os revolucionários que haviam construído o Estado soviético” (SERGE, 1971, p. 8).

birô político (SERGE, 1971). Seria esse o resultado de uma revolução socialista dirigida por um proletariado fraco em um imenso país agrícola e cercado de países capitalistas (SERGE, 1971).

Já em 1937, Serge escreve *Destin d'une révolution*, um ano após Trotsky escrever *A revolução traída*. As duas obras encontram similaridades (SALVADORI, 1986, p. 322), como ao rechaçar a ideia de que os germes da degeneração stalinista vinham desde o leninismo, contudo também se afastam. O que Serge escreve é uma sociedade soviética desassociada dos valores da revolução de Outubro de 1917, na qual os burocratas triunfaram e onde o Estado esmaga as massas, colocando-as sob controle, pobreza e configurando-se como *totalitário* (SALVADORI, 1986).

Em relação a condições do trabalho assalariado, Serge diz que nesses dezenove anos desde a revolução a condição do trabalhador varia segundo o grau de instrução profissional, a qualidade política, a empresa ou região, refletindo-se em extrema desigualdade de salários (SERGE, 1937b). Já os artistas do regime, jornalistas, economistas, diretores de usina, cientistas e membros do partido ganham bem e gozam de privilégios. Em contraste, a imensa maioria dos trabalhadores, vivendo de baixos salários, convive em miséria (SERGE, 1937b). Dessa forma, Serge aponta uma contradição gritante: se estamos falando de um regime socialista, como é possível que haja tal desigualdade de rendimentos em uma sociedade claramente dividida em classes?

Os baixos salários dos trabalhadores ainda enfrentam impostos, taxas, empréstimos obrigatórios e cotizações que fazem com que a diminuição real seja entre 15% e 20%. Além disso há o baixo poder de compra dos salários, muito inferior aos ordenados

de trabalhadores franceses ou belgas, somado a problemas como dificuldade em se obter certos produtos e a supressão da gratuidade de medicamentos (SERGE, 1937b). Já sobre o regime laboral, uma rígida disciplina que inclui um sistema de multas a trabalhadores (SERGE, 1937b).

Como problema social grave do proletariado soviético está o alcoolismo. Dadas as condições praticamente indigentes e sem muitas distrações, o que sobra são as bebidas alcoólicas, que estariam nas causas da subnutrição e outros dramas vividos pela classe trabalhadora mais mal remunerada (SERGE, 1937b). Outros problemas sociais também são presentes: a constatação da desvantagem do trabalho formal, que leva à criminalidade; as condições precárias no inverno, com poucas vestimentas e péssimas condições de aquecimento (SERGE, 1937b). E o desemprego, problema social mascarado pela propaganda oficial, mas que afeta milhões de pessoas pelo país (SERGE, 1937b).

Em comparação de condições, Serge (1937b, p. 23) afirma que “o regime burocrático prefere acentuar a diferenciação social criando diversas categorias privilegiadas em detrimento das massas deserdadas”, em que os técnicos gozam de situação claramente privilegiada. A direção das empresas seria dos comunistas, ou seja, dos membros do partido, que não fariam mais que executar as ordens dos organismos centrais. Não obstante, o pessoal técnico está sempre constantemente vigiado e sofrendo ameaças políticas (SERGE, 1937b).

Entre os trabalhadores também haveria a diferenciação salarial. Enquanto os menos qualificados recebem os salários

de miséria, os trabalhadores stakhanovistas²⁴ formariam uma “aristocracia operária” mais bem paga e em contato direto com os técnicos e dirigentes – e em conflito com os menos qualificados, que enfrentavam um aumento das normas de produção sem aumento proporcional de salário (SERGE, 1937b). Nessa desigualdade, não seria constatada nenhuma melhora nas condições materiais dos trabalhadores. O que houve constatado foi o afastamento destes da gestão das empresas e a atitude de diretores em se manter isso aí (SERGE, 1937b).

Na condição desigual de salários e condições, as mulheres encontram-se em situação mais agravada. Os salários das mulheres trabalhadores seriam ainda inferiores aos dos homens, sendo que a maioria delas recebe salários de miséria. Assim, o Estado-empregador considera na realidade o salário feminino como apenas um extra no orçamento familiar (SERGE, 1937b). Já o casal trabalhador passa pela situação de escassez de creches e lavanderias, não acessíveis a todos (SERGE, 1937b), portanto uma derrota de direitos conquistados na revolução.

Serge continua dizendo, sobre a condição das mulheres, que a igualdade de direitos não impede a desigualdade psicológica e suas consequências lamentáveis para as mulheres submetidas à indigência generalizada. Como exemplos, Serge (1937b) cita os alojamentos superlotados, onde proliferam doenças advindas

24 Em referência ao movimento de propaganda criado em torno de Alexei Stakhanov, mineiro soviético que em 1935 extraiu mais de cem toneladas de minério em um dia. Por esse fato, criou-se um mito em torno de Stakhanov como operário-padrão, com propaganda oficial em incentivo ao aumento de produtividade individual dos trabalhadores. Assim, na URSS primou-se pelo regime de mais-valia relativa com caráter taylorista, tendo um mineiro como herói.

da promiscuidade forçada, sendo que os homens se livram mais facilmente desta situação.

Em virtude dos baixos salários da maioria das mulheres jovens, estas são obrigadas a procurar maridos que ganham bem, como militares ou membros do partido. Já o divórcio era dificultado com multas (SERGE, 1937b). Comparável ao matrimônio por motivações econômicas, a prostituição existe na maior parte das cidades, ainda que em menor grau que nas cidades de países ocidentais. A profissão é miserável, sem regulamentação ou direitos, e sempre sob vigilância, pois há épocas específicas em que prostitutas são presas e deportadas sob medidas administrativas. Como a prática é ilegal, muitas mulheres que se prostituem correm riscos por levarem seus clientes a lugares precários (SERGE, 1937b).

A liberdade para o aborto, uma das conquistas da revolução, não existe mais depois de 1935. No lugar, o que houve foi o estímulo a famílias numerosas e punição a mulheres e cirurgiões que realizassem o procedimento. Para Serge (1937b, p. 36), esse retorno da “maternidade obrigatória”, fruto de políticas estatais que visavam ao aumento de efetivo militar ou de força de trabalho, só agravaria ainda mais a indigência feminina. Tendo que recorrer ao aborto clandestino, muitas mulheres pobres correriam maiores riscos.

Os direitos adquiridos na revolução foram perdidos na ditadura, afirma Serge (1937b). As condições materiais e os direitos são bem discrepantes, se forem comparadas as mulheres das mais ricas às mais pobres. Portanto:

A conquista da revolução seria imensa nos costumes se a pobreza e a falta de liberdade não a comprometessem. Para a mulher como para seu

companheiro, todo problema a se resolver consiste em duas propostas: recuperação dos salários, restituição dos direitos. (SERGE, 1937b, p. 38).

No âmbito político, Serge aponta mais derrotas da revolução, ao insistir que os valores de 1917 não foram continuados. Por exemplo, diz, seria novidade stalinista a fórmula de que a ditadura do proletariado seria naturalmente exercida pelo partido (SERGE, 1937b). Nesse sentido, Serge sai em defesa de Lênin ao lembrar que este teorizava o Estado-comuna, proletário, inspirado no exemplo da Comuna de Paris (1871), cujo poder emanava das bases, a polícia e exército eram substituídos por milícias populares e os funcionários substituídos pelo povo eleito em mandatos revogáveis (SERGE, 1937b).

Seria na guerra civil, segundo Victor Serge, que as liberdades democráticas começariam a desaparecer, como por exemplo, a implantação do terror pelo medo da contrarrevolução e a consequente perseguição a reacionários ou a revolucionários de outras tendências. Porém a supressão dos partidos no regime dos *soviets* não seria completa como foi no “advento da burocracia”, ou seja, na subida de Stalin ao poder, afinal ainda haveria revolucionários de outras tendências compondo os *soviets* e o Comitê Executivo Central durante os anos de “grande perigo” – a guerra civil (SERGE, 1937b, p. 165).

Desde 1920 o “mal burocrático” era sentido, portanto o fracasso do Estado-comuna (SERGE, 1937b, p. 167). Serge, que aponta a falha de Lênin pelo comunismo de guerra, diz que ele – já com a NEP – preocupava-se com a “deformação burocrática” pela qual passava a revolução, inclusive com o alerta a Trotsky

para se combater o núcleo burocrático já cristalizado em Stalin desde os anos 20 (SERGE, 1937b).

Seria com Stalin, enfatiza Serge, a pior e mais característica perseguição política a representantes de todas as nuances de opinião revolucionária, gerando deportações e prisões após longos anos de perseguição (SERGE, 1937b). SRs de esquerda, mencheviques e anarquistas eram mandados à prisão, sendo ainda mais grave para os próprios dissidentes comunistas, que sofriam perseguições mais duras (SERGE, 1937b). Em comparação aos anos iniciais da revolução, Serge afirma que em geral os bolcheviques não confundiam os dissidentes com contrarrevolucionários e que essa concepção aumentava à medida que a burocratização ia tomando conta do regime até formar um sistema (SERGE, 1937b). Durante a guerra civil, prossegue o autor, os bolcheviques impediam sabotagens em períodos de ameaças externas como reação a ações que “faziam o jogo” do inimigo e não como censura ou prisões por opinião. Ainda: “Se é verdade afirmar que as dissidências e divergências de pontos de vista em tempo de revolução fazem o jogo do inimigo, é também justo constatar que os erros dos dirigentes e das majorias não fazem menos o jogo do inimigo” (SERGE, 1937b, p. 109).

Para Serge, o que acontece é que o Estado-comuna de Lênin se torna o Estado-prisão de Stalin. Não tendo nada em comum entre as duas organizações de Estado, o stalinista seria a “obra de burocratas triunfantes, forçados, para impor a usurpação, de romper com os princípios essenciais do socialismo e de recusar toda liberdade aos trabalhadores” (SERGE, 1937b, p. 111). Sendo assim, perante a força de um Estado totalitário,

Victor Serge julga que somente o proletariado ocidental poderia oferecer remédio contra o stalinismo (SERGE, 1937b).

Mesmo que no *Déstin* concordasse com Trotsky na interpretação de que o regime stalinista só poderia ser derrubado por um movimento revolucionário, e que o caráter de base socialista não foi modificado por conta da nacionalização dos meios de produção com planejamento econômico, Serge diverge daquele quanto à análise sobre aonde levaria a tendência burocrática da ditadura. Se Trotsky apostava que a “traição” levada ao extremo traria consigo a contrarrevolução no regime de propriedade, Serge já estava convicto de que seria mais possível que a burocracia utilizasse a nacionalização “como meio de um novo tipo permanente de exploração” (SALVADORI, 1986, p. 323), ainda que não considerasse isso como capitalismo de Estado – que também é uma tese de outros autores e militantes mais à esquerda do bolchevismo.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sob comando de Stalin, já interpretaria Serge nos anos 1940 em seu exílio mexicano, estaria distante de sua natureza socialista e muito mais próxima do fascismo, já que se configuraria como um regime totalitário. A *Tcheka*, polícia política que mereceu crédito de Serge quando escreveu *O que todo revolucionário precisa saber sobre a repressão*, agora seria interpretada como um dos germes do stalinismo, pois seria o início de uma inquisição, piorada com a estatização de espaços de luta dos trabalhadores – como os sindicatos – e o desarmamento das massas (SALVADORI, 1986, p. 325). Victor Serge, que mantinha sua defesa de Lênin e Trotsky apesar de todas as divergências, considerava, portanto, que não apenas o Estado Operário, mas a revolução havia se degenerado

pelo totalitarismo – resultado do afastamento dos trabalhadores das decisões, que seriam monopolizadas pela burocracia.

Victor Serge morreu apátrida (em coerência com o internacionalista que era) em 1947 na Cidade do México, vítima de uma saúde deteriorada por toda repressão que sofreu, das celas francesas às celas soviéticas. Pobre, até mesmo seu funeral teve de ser financiado pela solidariedade de camaradas. Escreveu o quanto pôde, mantendo sua característica lucidez e sobriedade na leitura dos eventos e deixando-nos problemas dos quais apenas poderíamos escapar pelo viés da mitologia política ou pela deliberada ignorância.

Libertário, aderiu à ala bolchevique não por convicção ideológica, mas por decisão prática – assim como defendeu os revoltosos de Kronstadt ou os anarquistas por decisão ideológica, porém acatando a hegemonia bolchevique por convicção prática. Transitando do anarquismo individualista ao bolchevismo, e daí aliado ao trotskismo e posteriormente ao marxismo heterodoxo, sua essência libertária que parecia abafada nos primeiros anos de revolução consolidou-se na constatação de que a derrota ou degeneração da luta encontrava-se no momento em que o proletariado era alienado da direção de seu rumo histórico na medida em que a burocracia vermelha, enquanto elite ou classe dominante, tomava e monopolizava o comando.

Defensor do caráter, da seriedade revolucionária e mesmo de atitudes de homens como Trotsky e Lênin, Serge pode por isso causar espanto ou repulsa em muitos militantes libertários que preferem o julgamento baseado em princípios férreos – um perigo que alertava aos anarquistas europeus ocidentais nos primeiros

anos de revolução – ao exercício da compreensão. É certo que muitos outros libertários, como Goldman e Berkman, preferiram a oposição aos bolcheviques, porém é certo que Serge era humano assim como Bakunin ou os militantes de hoje. Nesse sentido, o estudo de sua obra e trajetória e todo seu esforço de interpretação e ação na delicada situação em que viveu na Rússia, destacando-se as polêmicas contradições, torna-se inevitavelmente uma questão praticamente impossível de se responder com grande certeza em nossa realidade: e se fôssemos nós chegando a Petrogrado em 1919, em que fileira ingressaríamos?

REFERÊNCIAS

BERNARDO, João. Excerto de uma mensagem que não enviei. 2013. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/02/72230>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CILIGA, Ante. A Revolta de Kronstadt. 1938. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/06/112594>; <<https://libcom.org/library/revolta-de-kronstadt-ante-ciliga>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GOLDMAN, Emma. My further disillusionment in Russia. 1924. Disponível em: <http://dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/goldman/further/further_toc.html>. Acesso em: 18 jul. 2017.

GOLDMAN, Emma. Trotsky protests too much. 1938. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/goldman/works/1938/trotsky-protests.htm>>.

LENIN, Vladimir I. On the Kronstadt Revolt. 1921. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/mar/15.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

METT, Ida. *La commune de Cronstadt: crépuscule sanglant des soviets*. Paris: Spartakus, 1938.

RIÈRE, Jean. Victor Serge: biographical note. 1976. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/biog/biog.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SALVADORI, Massimo. A crítica marxista ao stalinismo. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo: o marxismo na época da Terceira Internacional: a URSS da construção do socialismo ao stalinismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1986. v. VII, p. 285-337.

SERGE, Victor. The illegals. 1908. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1908/06/illegals.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. Anarchists-bandits. 1909. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1909/02/anarchist-bandits.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. Our anti-syndicalism. 1910a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1910/02/anti-syndicalism.htm>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

SERGE, Victor. The revolutionary illusion. 1910b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1910/04/revolutionary-illusion.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SERGE, Victor. An honest gentleman. 1911a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1911/06/retif.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. The individualist and society. 1911b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1911/06/individual-society.htm>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SERGE, Victor. Anarchists and criminals. 1912a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1912/02/anarchists-criminals.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. Expedients. 1912b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1912/01/expedients.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. The bandits. 1912c. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1912/01/bandits.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SERGE, Victor. The individual against society; bandits. 1912d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1912/01/bonnot-talks.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

SERGE, Victor. Egoism. 1913. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1913/01/egoism.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

SERGE, Victor. Letter to Émile Armand. 1917. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1917/03/letter-armand.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SERGE, Victor. La confession de Bakounine. 1919. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/serge/works/1919/11/confession.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2017.

SERGE, Victor. Les anarchistes en Russie: Aux Camarades du «Libertaire», de la Fédération Anarchiste, aux Militants Anarchistes des diverses tendances. 1920a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/serge/works/1920/08/anarchistes.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

SERGE, Victor. Les anarchistes et l'expérience de la révolution russe. 1920b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/francais/serge/works/1920/08/exprevrusse.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SERGE, Victor. Five years struggle. 1923. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/serge/1923/04/five_years_struggle.htm>. Acesso em: 26 jun. 2017.

SERGE, Victor. O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão. 1926. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/serge/1926/repressao_ga/index.htm>. Acesso em: 28 maio 2017.

SERGE, Victor. November. 1936. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1936/11/november.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SERGE, Victor. Bureaucracy adopts barbaric penal code to punish smallest offenses in Russia. 1937a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1937/10/barbaric.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SERGE, Victor. *Déstin d'une révolution*. Paris: Grasset, 1937b.

SERGE, Victor. Stalin's terror continues with envoy's recall. 1937c. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1937/10/envoy.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SERGE, Victor. Twenty years ago. 1937d. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1937/03/twenty-years.htm>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

SERGE, Victor. Once more – Kronstadt. 1938a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1938/04/kronstadt.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SERGE, Victor. Trotsky's defence. Response to Trotsky. 1938b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/serge/1938/10/25.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

SERGE, Victor. *L'an I de la révolution russe*. v. I. Paris: François Maspero, 1971.

SERGE, Victor. *Memoirs of a revolutionary*. New York: NYRB, 2012.

SERGE, Victor; TROTSKY, Léon. *La lutte contre le stalinisme: textes 1936-1939 présentés par Michel Dreyfus*. Paris: François Maspero, 1977.

TROTSKY, Léon D. On the events of Kronstadt. 1921. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1921/military/ch61.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

TROTSKY, Léon D. Alarma por Kronstadt. 1938a. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/escritos/libro5/T09V138.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

TROTSKY, Léon D. More on the supression of Kronsadt. 1938b. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/trotsky/1938/07/kronstadt2.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

WEISSMAN, Susan. *Victor Serge: a political biography*. Londres; Nova Iorque: Verso, 2012.

CAPÍTULO 06

Pequena história de uma grande derrota: o triunfo dos gestores bolcheviques e a derrota dos trabalhadores no Capitalismo de Estado Soviético (1917-1938)I

JOÃO ALBERTO DA COSTA PINTO

Em 1980 o historiador russo Avraham Shifrin publicou em Londres um importante livro, um guia da URSS acerca das prisões e campos de concentração.² Nesse livro, Shifrin descreve que havia só em Moscou dezessete instituições psiquiátricas (hospitais

-
- 1 Este capítulo resulta de duas palestras que apresentei em 2017 em eventos sobre o Centenário da Revolução Russa realizados em Aracaju, Sergipe, no XVI Encontro Sergipano de História – 100 anos da Revolução Russa – promovido pela ANPUH/SE e Departamento de História da UFS, e em Florianópolis, Santa Catarina, no Seminário 100 anos da Revolução Russa: Uma Anticomemoração, evento promovido pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho e pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.
 - 2 O livro recolhe uma massa documental impressionante sobre o universo das instituições de repressão psiquiátrica às oposições ao regime soviético, mapeando e descrevendo em pormenores tanto as instituições nas principais cidades como os campos de concentração também chamados de “campos da morte” (SHIFRIN, 1980, p. 32).

tais e clínicas e uma prisão) com a função de “internamento de pacientes para recuperação social”, além de outras vinte e quatro instalações penais convencionais e dezoito campos prisionais no entorno da cidade (SHIFRIN, 1980). Na antiga Petrogrado (chamada de Leningrado na década de 1970), que viu o nascimento da revolução de 1917 nas lutas anticapitalistas dos trabalhadores russos contra o tzarismo, o Governo Provisório³ e também contra o governo bolchevique, o registro apresentado pelo autor é o de dez instituições psiquiátricas (hospitais e prisões) e dois campos de prisioneiros em trabalhos agrícolas (um deles para menores de idade), além da “Casa Grande” (Bol’shoi Dom), a famosa prisão da KGB. O autor divide os “pacientes para recuperação social” tanto da cidade de Moscou e Leningrado como das demais cidades e campos prisionais fundamentalmente em quatro categorias (SHIFRIN, 1980): 1) Ativistas defensores dos direitos humanos e da democratização (cerca da metade dos casos documentados pelo autor estavam nesse grupo). Esses “pacientes” agiam mediante a elaboração de petições, apelos e manifestações pacíficas, solicitando ao governo soviético que respeitasse o direito legal dos cidadãos. Agiam dentro dos limites da lei soviética; 2) Ativistas nacionalistas-dissidentes, que procuravam maiores direitos para

3 Com a abdicação do trono pelo último tzar, Nicolau II, em março de 1917, formou-se em São Petersburgo um Governo Provisório composto por representantes civis das principais agremiações políticas presentes na Rússia. John Reed (2010), nas páginas introdutórias do seu livro clássico, faz uma excelente descrição da composição política do Governo Provisório (ver também Fitzpatrick, 2017). Composto majoritariamente por membros da burguesia liberal e socialistas moderados, o Governo Provisório, por sua inoperância social-transformadora (ver adiante), caiu em 25 de outubro de 1917 na ação comandada pelo Partido Bolchevique.

seus grupos étnicos, porque, de acordo com a Constituição Soviética, estava formalmente garantida a autonomia para cada uma das quinze repúblicas constituintes da URSS;⁴ 3) Indivíduos que eram hospitalizados por suas crenças religiosas, internados principalmente por distribuir literatura religiosa, formando grupos não autorizados etc. 4) E, sobretudo, indivíduos que denunciavam a burocracia, aqueles que eram tidos como inconvenientes a funcionários do governo ou do partido, e que quando insistiam em queixas contra abusos dos atos da burocracia eram internados ou nos hospitais ou na prisões psiquiátricas.

A pergunta que fica é esta: que tipo de sociedade era aquela que no começo da década de 1980 demandava para a sua capital, para o país, a realidade de dezenas de instituições psiquiátricas? Era o mundo esquizofrênico do Capitalismo de Estado Soviético a caminho dos seus estertores, um mundo iniciado já em outubro de 1917 e que décadas depois entrava em colapso definitivo, arrebatado por incontornáveis contradições sustentadas draconianamente como uma gigantesca experiência política bastante similar às experiências institucionais do fascismo (especialmente nos anos Stálin [1928-1953] e nos anos Brejnev [1964-1982]). A Moscou industrial dos hospitais psiquiátricos era resultado da revolução capitalista de Lênin e Stálin, o triunfo máximo de um regime capitalista corporativista estatal de mais-valia absoluta que se arrastou por décadas em becos sem saída, até o seu apodrecimento com a Glasnost e a Perestroika

4 Em 1979, momento em que o autor termina de escrever o seu livro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estava composta por quinze repúblicas controladas pelo Partido Comunista Russo. A cidade de Moscou era a capital da URSS desde março de 1918.

de Gorbachev (1985-1990). Lênin (1917-1924), Josef Stálin/ Lev Kamenev/Grigori Zinoviev (1924-1926), Josef Stálin/Nicolai Bukharin (1926-1928), Josef Stálin (1928-1953), Nikita Kruchev (1956-1964), Leonid Brejnev (1964-1982), Iuri Andropov (1982-1984), Konstantin Tchernenko (1984-1985), Mikhail Gorbachev (1985-1990), nominalmente, foram os chefes do Capitalismo de Estado Soviético de 1917 a 1990. A efeméride do centenário, sobre a qual agora estamos a refletir, não é a de uma revolução socialista vitoriosa, muito ao contrário. A efeméride do centenário russo deveria tratar de resgatar a experiência histórica da colossal derrota das lutas sociais dos trabalhadores russos (especialmente aquelas acontecidas em Petrogrado), quando, no dia 25 de outubro de 1917, os bolcheviques com Lênin e Sverdlov assumiram o controle político da revolução proletária em curso, derrotando-a definitivamente nas semanas seguintes. O propósito geral deste capítulo é o de oferecer uma breve notícia da Revolução Russa sob a perspectiva da derrota política dos trabalhadores.

A conquista do poder pelos bolcheviques anunciou a derrota de uma efetiva revolução comunista que estava em curso no ano de 1917. Lênin é a representação institucional da derrota do processo revolucionário anticapitalista que estava em curso na Rússia desde fevereiro/março de 1917, processo materializado nas práticas autogestionárias dos Comitês de Fábrica e de alguns Sovietes. Travestidos em imensas ambiguidades oportunistas, os bolcheviques inauguraram a partir de outubro de 1917 institucionalidades capitalistas de novo tipo; formas de gestão produtiva medularmente capitalistas controladas pelo Estado dito revolucionário, demonstrando-se nessa prática institucional que não

havia nenhuma perspectiva anticapitalista na visão de mundo política de Lênin ou na dos principais chefes bolcheviques desde as primeiras horas do seu governo após a queda do Governo Provisório de Alexandre Kerenski.

Cem anos de uma derrota. Cem anos de uma experiência de Capitalismo de Estado, iniciada com Lênin ainda em 1917 e cristalizada em definitivo, na sua expressão institucional mais coerente, no governo de Stálin a partir de 1928, quando da organização do primeiro Plano Quinquenal, que foi a marca emblemática do regime produtivo bolchevique de capitalismo de mais-valia absoluta, estrutura institucional que assim se manteve ao longo das décadas seguintes, até ser pulverizada e destruída definitivamente em 1991, no governo do etílico Boris Yeltsin.

A REVOLUÇÃO RUSSA DE FEVEREIRO A OUTUBRO DE 1917.

De fevereiro a outubro de 1917 registrou-se grande crescimento na organização dos Comitês de Fábrica (em Petrogrado, Moscou, Kiev e em outras importantes cidades que já vinham sofrendo um expressivo processo de industrialização). A tendência dos trabalhadores era a da disseminação das práticas da autogestão e controle do trabalho. Lênin, em movimento tático de grande oportunismo político, endossava em julho: *Todo o poder aos comitês e aos sovietes*; mas depois de outubro a sua assertiva para a revolução passou a ser: *Todo o poder aos sindicatos*. A Revolução Russa apresentada pela historiografia canônica do bolchevismo e pela historiografia acadêmica, em poucos exemplos, coloca a pesquisa histórica nos seus devidos lugares. São raros os trabalhos que apresentam o processo revolucionário na

descrição e reflexão das práticas daqueles que de fato faziam a revolução: os trabalhadores. O mais comum é considerar a história da revolução como a história de uma elite política centrada nas práticas institucionais do Partido Comunista Bolchevique.⁵

-
- 5 Edward Hallet Carr (1977, 1979, 1981) é ainda um dos poucos historiadores da revolução que percebeu a centralidade histórica das lutas dos trabalhadores nos Comitês de Fábrica pelo controle da gestão produtiva industrial. Maurice Brinton (1975) vai adiante e apresenta em seu livro, além da descrição factual minuciosa, referências documentais importantíssimas, mas sob outra perspectiva ideológica (Brinton é um comunista autogestionário e o realismo analítico de Carr era o de um historiador liberal). Apesar de seus trabalhos terem sido publicados originalmente nas décadas de 1950-1970, são ainda autores fundamentais para a historiografia da Revolução Russa, mas que, infelizmente, nenhuma editora brasileira, especialmente aquelas que se dizem de “esquerda”, teve interesse em traduzi-los. Para descrever a centralidade dos Comitês de Fábrica na Revolução Russa, além dessas duas referências clássicas também farei uso do opúsculo de M. R. Jones (2016). A historiografia acadêmica mais recente ou ignora por completo a historicidade dos Comitês de Fábrica ou faz apenas breves menções a eles, circunstanciando-os àquilo que se convencionou chamar, a partir de março de 1917, de “poder dual” (Governo Provisório *versus* Soviéticos), o princípio da “coexistência” de uma “revolução de elite” e de uma “revolução popular” (FITZPATRICK, 2017, p. 63-64). Ressalve-se que o livro de Sheila Fitzpatrick apresenta uma excelente introdução historiográfica à revolução e está organizado em extensa pesquisa bibliográfica. Um dos mais destacados historiadores da revolução na atualidade, Alexander Rabinowitch (2017), dá pouca ênfase à ação institucional dos trabalhadores junto aos Comitês de Fábrica. Em ambas as referências, a perspectiva historiográfica é a de se perceber a revolução como resultado da ação política das grandes personalidades, dos chefes políticos nas lutas pelo poder e controle do Estado, uma perspectiva ideológica de corte liberal. São referências muito úteis porque apresentam, com extensa pesquisa, o que há de mais recente na investigação histórica sobre a Rússia revolucionária. O pequeno livro de Steve Smith (2013) segue a mesma perspectiva ideológica e é uma excepcional introdução factual à história da Revolução de 1917 a 1928. Um breve texto de referência de Peter Rachleff (2017) também será muito útil aqui na descrição da organização dos comitês de fábrica.

De fevereiro a dezembro de 1917 a Rússia assistiu a um efetivo processo revolucionário anticapitalista: a revolução dos trabalhadores na direção e controle do processo produtivo industrial por intermédio dos Comitês de Fábrica. Os Comitês de Fábrica eram o poder institucional de novo tipo originado da revolução autogestionária dos trabalhadores russos. Os Comitês de Fábrica divergiam com as suas práticas daqueles poderes institucionalizados verticalmente por instrumentos de controle burocrático-partidário dos Sindicatos e da maioria dos Sovietes. A revolução bolchevique de Lênin em outubro de 1917 foi um golpe de Estado contra o Governo Provisório e uma contrarrevolução capitalista de novo tipo contra os trabalhadores nos Comitês de Fábrica. A revolução bolchevique realizou, no processo que se seguiu a outubro de 1917 (do Comunismo de Guerra aos Planos Quinquenais), aquilo que acertadamente poucos analistas desse processo histórico definiram como uma experiência exitosa de Capitalismo de Estado.⁶ Esse é o meu principal argumento neste capítulo.

Vamos a uma sucinta descrição de fatos e tentar demonstrar a factibilidade desse argumento.

Em 1917 a Rússia estava com 165 milhões de habitantes, desses, 2,7 milhões viviam em Petrogrado (então capital do Império). Petrogrado tinha 390 mil trabalhadores fabris (mais ou

6 Ao longo deste capítulo inspiro-me diretamente na perspectiva analítica de Maurice Brinton (1975), de Pierre Chaulieu (pseudônimo de Cornelius Castoriadis) (s.d.) e de João Bernardo (1975, 1990) na descrição historiográfica e caracterização conceitual do processo da Revolução Russa como uma experiência de Capitalismo de Estado. Os trabalhos de Fitzpatrick (2017), Broué (2014) e Bettelheim (1976), entre mais alguns, complementam essa perspectiva apenas como referências descritivas de dados sobre o processo histórico indicado.

menos 100 mil mulheres), 300 mil soldados de guarnição e 30 mil marinheiros/soldados/operários estacionados em Kronstadt, no Golfo da Finlândia, a trinta quilômetros de Petrogrado. Foram as mulheres, as operárias e inúmeras outras categorias de trabalhadoras assalariadas de Petrogrado as grandes responsáveis por desencadear os acontecimentos do que se chamou posteriormente de Revolução em Fevereiro.⁷ Depois de semanas de greves com ataques policiais às fábricas, a parte mais oprimida da classe trabalhadora – as mulheres trabalhadoras têxteis – tomou a iniciativa da paralisação geral do trabalho.⁸ Em 24 de fevereiro metade de Petrogrado estava em greve (BRINTON, 1975; CARR, 1979). As trabalhadoras ocuparam as fábricas, mas não para trabalhar e sim para manter as reuniões, aprovar resoluções e

7 Os problemas que a população russa enfrentava no começo de 1917 eram muito graves. “Sete milhões de homens estavam em combate [na Grande Guerra Mundial que a Rússia, ao lado da Inglaterra e França, travava contra a Alemanha, Império Austro-Húngaro e Império Otomano] no início de 1917, com dois milhões na reserva” (FITZPATRICK, 2017, p. 80). “A inflação e a escassez de suprimentos alimentícios atingiram proporções de crise. A produção despencou”. A crise da Guerra “levou a uma escassez de mão de obra especializada na indústria e a uma escassez de trabalhadores agrícolas. O combustível se tornou cada vez mais difícil de obter, tanto para uso pessoal (aquecimento) como para a produção industrial” (RACHLEFF, 2017, p. 3).

8 “Na última semana de fevereiro, escassez de pão, greves, locautes e por fim uma manifestação em homenagem ao Dia Internacional da Mulher realizada por operárias do Distrito de Viborg levaram às ruas de Petrogrado uma multidão que as autoridades não conseguiram dispersar” (FITZPATRICK, 2017, p. 68-69).

sair para manifestarem-se nas ruas. M. R. Jones⁹ informa que o comitê bolchevique do complexo industrial do distrito de Viborg (Petrogrado) se opôs às greves: “Como o comitê pensava que o momento estava imaturo para a ação militante – o partido não era suficientemente forte e os trabalhadores haviam tido também poucos contatos com os soldados – optaram por não convocar greves [...]” (JONES, 2016a, p. 2).

Das greves de fevereiro nasceram os Comitês de Fábrica, que se generalizam em Petrogrado em março de 1917. Um dos primeiros começou a funcionar em 2 de março, na Companhia Elétrica de Petrogrado, quando foi eleito um conselho de 24 membros (dez eram bolcheviques). No final do mês existiam comitês e conselhos similares em quase todas as fábricas de Petrogrado e Moscou: “eram especialmente fortes os do ramo metalúrgico” (JONES, 2016a, p. 3).

Afirma M. R. Jones que o Governo Provisório, os Sindicatos e os Sovietes (sob o controle de socialistas moderados) não tinham simpatias pelos Comitês de Fábrica. Os trabalhadores inicialmente haviam se identificado com o Soviete de Petrogrado, mas a sua debilidade e a sua incapacidade em assumir as suas

9 Em um opúsculo muito bem documentado e sustentado em excelentes referências bibliográficas, o autor expõe de modo objetivo e contundente o processo histórico de organização dos Comitês de Fábrica, especialmente em Petrogrado (publicado em três partes no periódico eletrônico *Passa Palavra*: parte I, 12 abr. 2016a; parte II, 22 abr. 2016b; parte III, 3 maio 2016c. Tradução: Pablo Polese. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/04/107952>>; <<http://passapalavra.info/2016/05/108182>>; <<http://passapalavra.info/2016/06/111042>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

demandas cotidianas é que reforçaram os comitês.¹⁰ Escreve o autor que, à medida que os Comitês se coordenavam em nível nacional, entravam em crescente conflito com os Sindicatos, o que queria dizer que começavam a atuar politicamente confrontando-se com os Sovietes “socialistas”. Um desdobramento institucional dos Comitês de Fábrica deu-se com os Comitês Distritais, instalados em toda Petrogrado para defender melhorias nas condições infraestruturais da cidade. Sua autoridade e sua efetividade foram tais que as pessoas recorriam a eles para fazer as coisas mais prosaicas do cotidiano. “Estabeleceram cantinas, viveiros de plantas, centros culturais; lutaram contra o alcoolismo e os jogos de apostas; ocuparam casas vazias e organizavam o fornecimento de comida” (JONES, 2016a, p. 4-5).

Carr (1979, p. 70) escreve que as “primeiras reivindicações dos trabalhadores” na organização dos Comitês de Fábrica centraram-se “nas oito horas de trabalho diário e aumentos de salários”, e que desse conjunto de reivindicações gradativamente os trabalhadores passaram às intervenções e ao controle das fábricas. Os patrões muitas vezes cediam e negociavam salários

10 A manutenção da Rússia na Grande Guerra era a questão crucial que afastava os comitês de base tanto do Governo Provisório como do Soviete de Petrogrado. Sheila Fitzpatrick (2017, p. 75) afirma que o Governo Provisório defendia a manutenção da Rússia na Guerra e com uma política de expansão (sobre Constantinopla); o Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado “tomou a posição ‘defensivista’ concordando com a continuação da guerra enquanto o território russo estivesse sob ataque, mas opondo-se a objetivos bélicos anexionistas”. Peter Rachleff (2017, p. 5), comentando as origens dos comitês de fábrica, afirma: “Muitas vezes os trabalhadores ou camponeses entraram em conflito com os seus Sovietes. Nem este órgão nem o governo provisório podem ser considerados como instrumentos de poder da classe trabalhadora”.

e as jornadas de trabalho, mas o fato comum era a “vingança”, isto é, os patrões vingavam-se das demandas dos trabalhadores com *lockouts* e fábricas fechadas. Carr (1919, p. 73) noticia que 568 empresas que empregavam um total de mais de cem mil operários em Petrogrado fecharam as suas portas entre março e agosto de 1917, e que esse “número aumentava de mês a mês”.

Os Comitês de Fábrica atuavam com independência, sem solicitar qualquer aprovação hierárquica superior, para realizar suas atividades de organização, e essa era uma característica fundamental que os colocava como antípodas institucionais dos Sindicatos.¹¹ Como dito acima, era comum se fundirem ao nível local do distrito. Os Comitês Distritais resolviam problemas econômicos, políticos e sociais: a comida, a moradia, a justiça e a cultura, tudo estava dentro de sua órbita. Mantinham sua autonomia local, mas preparados para se conectar, se unir em redes, e para isso mantinham uma conferência interdistrital em Petrogrado. Nessa relação interinstitucional dos Comitês de Fábrica com os Comitês Distritais, é possível perceber a efetividade prática do princípio comunista da autogestão em nova rea-

11 Paul Avrich descreve que em 4 de março de 1917 foi organizada na Fábrica Radiotelegráfica de Petrogrado uma comissão de trabalhadores para “trabalhar fora das regras e normas da vida interna da fábrica”, princípio de um “controle operário” incipiente, mas já de grande eficácia social. Avrich diz que nos primeiros meses de 1917 inúmeras comissões de fábrica foram organizadas “para controlar as atividades dos diretores, engenheiros e capatazes” (apud RACHLEFF, 2017, p. 6).

lidade institucional.¹² Afirma M. R. Jones (2016a, p. 7) que essa organização interdistrital “os fez entrar em conflito com o comitê executivo do Soviete da cidade”.¹³

Note o leitor que as práticas dos Comitês se disseminavam em formas de organização de base que se espalhavam gradativamente por todo o tecido social, assim, os Comitês de Fábrica jamais podem ser compreendidos como simples instituições corporativistas, muito ao contrário. Corporativistas eram os Sindicatos controlados pelos mencheviques e em grande medida também os Sovietes¹⁴ que, após Outubro, como veremos adiante, se colocaram como aparelhos “rebocados” ao Estado Nacional bolchevique. E ressalve-se que os Sindicatos “não tiveram qualquer participação na preparação da revolução de Outubro; alguns deles chegaram mesmo a denunciá-la” (CARR, 1979,

12 A realidade institucional das práticas de gestão comunistas nas práticas do controle dos trabalhadores não só do processo produtivo, mas também do processo social do cotidiano, diz respeito a circunstâncias que colocavam os trabalhadores nas antípodas da Lei do Valor, constituindo o que João Bernardo (1975, p. 73) definiu como Lei do Institucional: “A classe operária é capaz de inverter a sua situação no processo de produção, isto é, de passar, de subordinada das condições materiais, a subordinante dessas condições. Neste mesmo gesto, ela destrói os grupos humanos que extraíam a sua razão de ser do fato de representarem tal sujeição do trabalho vivo pelo trabalho morto e destrói em geral toda a formação reproduzida como idêntica de grupos humanos no processo de produção. Ou seja, elimina as classes e a si própria enquanto classe”.

13 Escreveu Rachleff (2017, p. 4): “O mais famoso de todos os Sovietes foi o Soviete de Petrogrado. Esta organização foi formada de cima para baixo por um grupo de intelectuais liberais e radicais que se uniram em 27 de fevereiro e constituíram-se como ‘Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado’”.

14 “Os Sovietes tinham em si uma tendência vincadamente sindicalista” (CARR, 1979, p. 73).

p. 76). Temos, em síntese, um processo político-institucional revolucionário que se articulava nestes termos: os Comitês de Fábrica com forte presença anarcossindicalista e taticamente apoiados (com participação delegada, inclusive) pelos bolcheviques. Os Sindicatos, controlados pelos mencheviques até fins de 1917, só obtiveram algum protagonismo político em 1918, quando os bolcheviques os “aparelharam” para derrotar os Comitês de Fábrica. O Governo Provisório estava composto por Socialistas-Revolucionários¹⁵, Mencheviques e os Democratas Constitucionais do Partido Kadet. Os bolcheviques mantinham, por meio do Partido Comunista, uma unidade programática bastante difícil na sua articulação interna (Lênin só passa a ter um protagonismo como intelectual dirigente após agosto de 1917), apoiam os trabalhadores na organização dos Comitês, mas são ideologicamente contrários às práticas autogestionárias dos Comitês. Os bolcheviques circunstanciaram a sua trajetória de março a outubro de 1917 em táticas políticas oportunistas (vistas, muitas vezes, como expressão da genialidade política de Lênin), e efetivamente a sua diretriz maior sempre foi a tomada do poder, como aconteceu em Outubro.

Afirma João Bernardo (1975, p. 74) que, ao “contrário da forma sindical de organização, que tem por fim unicamente a luta no mercado da força de trabalho por um salário mais elevado”, os “conselhos [comitês] de fábrica são a organização que une as massas em função da prática de luta e não em função de objetivos programáticos mais ou menos limitados”. São, portanto, a constituição do “quadro institucional que permite a ascensão

15 Conhecidos por SRs (ou “esseerres”).

crescente das massas operárias nele integradas [...] unindo os operários não em função de objetivos limitados, mas em função da prática da luta” (BERNARDO, 1975, p. 75). O processo do controle operário das fábricas demonstrava aos trabalhadores nos Comitês de Fábrica que nenhuma fábrica por si conseguiria se manter funcionando sem o acesso às matérias-primas necessárias para a manutenção da fábrica ocupada e/ou controlada. Com razão afirma Rachleff (2017, p. 7) que muitos comitês passaram a “competir com os comitês de outras fábricas, tanto para a aquisição de matérias-primas quanto para a distribuição de seus produtos”, e que, complementa o autor, ainda assim nem todas as fábricas conseguiam obter seus insumos básicos. Dessa situação resultou a seguinte perspectiva institucional: a criação de uma federação, “pois os trabalhadores perceberam que teriam que desenvolver um meio de cooperação e coordenação com os trabalhadores de outras fábricas e regiões”, uma rede federada de interesses e soluções globais que mobilizasse tanto os trabalhadores envolvidos com o “fornecimento de matérias-primas, [como] outros que produziram os produtos e aqueles que precisavam de seus produtos” (RACHLEFF, 2017, p. 7). Como se percebe, as contingências do processo revolucionário em curso já criavam as possibilidades para outras relações sociais de produção, as práticas capitalistas em extinção com as práticas comunistas em afirmação. Complementa Rachleff (2017, p. 7): “O isolamento de trabalhadores dentro de suas próprias fábricas teria que ser superado, e os trabalhadores viraram-se para os seus comitês de fábrica para criar métodos para operação de uma rede industrial e coordenação regional”.

De 30 de maio a 5 de junho de 1917 foi realizada a Primeira Conferência Plenária dos Comitês de Fábrica de Petrogrado.¹⁶ Lênin esteve presente nessa Conferência, assim como o Ministro do Trabalho do Governo Provisório, o menchevique Matey Skobelev,¹⁷ que nessa ocasião apresentou e defendeu esta tese: “A planificação e controle da indústria eram uma tarefa do Estado. A responsabilidade de ajudar o Estado no seu trabalho organizativo recai sobre uma classe específica, essencialmente a classe trabalhadora” (apud BRINTON, 1975, p. 47). E complementou: “A transferência das empresas para as mãos do povo, nesta altura, não ajudaria a Revolução” (apud BRINTON, 1975, p. 47). Finalizou a sua intervenção com este chamado: “Os Comitês serviriam melhor a causa dos trabalhadores tornando-se unidades duma rede de sindicatos subordinados ao Estado” (apud BRINTON, 1975, p. 47).¹⁸ Afirma Brinton (1975, p. 47)

16 “A Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado em Maio de 1917 foi a primeira de quatro conferências reunidas entre Maio e Outubro. A última foi seguida por uma Assembleia mais ampla e mais representativa que, reunindo-se durante uma semana nas vésperas da revolução de Outubro, se declarou a ‘Primeira Conferência Panrussa dos Comitês de Fábrica’, e se empenhou na criação de uma organização central para os Comitês” (CARR, 1979, p. 76). Os Comitês de Fábrica eram a expressão gradual de uma revolução controlada por e para os trabalhadores. Com a tomada do Estado em Outubro de 1917, os bolcheviques com Lênin passaram a defender a questão do controle operário dos Comitês de Fábrica como uma questão de controle estatal.

17 Matey Skobelev era um militante menchevique no Governo Provisório. Em 1908 trabalhou com Trotski no jornal *Pravda*, principal órgão da imprensa bolchevique, que era editado em Viena, Áustria, onde estavam exilados. Skobelev tornou-se anos mais tarde um importante quadro stalinista (ver TROTSKI, 1969, p. 191, 243-244).

18 Atas da Conferência.

que os termos de Skobelev antecipavam em muito aquilo que os bolcheviques no poder “viriam a dizer antes mesmo que o ano acabasse”. Os bolcheviques não só disseram como endossaram e colocaram em prática a perspectiva que Skobelev apontava naquela ocasião. A Resolução final dessa Conferência que foi apoiada por 336 dos 461 delegados definiu que os Comitês de Fábrica eram organizações de luta, eleitas com base no princípio da democracia mais completa e com uma direção coletiva. Os seus objetivos seriam a criação de novas condições de trabalho, “a organização de um controle completo pelos trabalhadores sobre a distribuição [...] e criação de condições para a existência de uma maioria proletária em todas as instituições com poder executivo” (apud BRINTON, 1975, p. 48).

De 7 a 12 de agosto foi realizada a Segunda Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado, Subúrbios e Províncias Vizinhas (no Instituto Smolny). Nessa ocasião determinou-se que 0,25% dos salários dos trabalhadores seriam usados para a criação de um Soviete Central dos Comitês de Fábrica. No mesmo período, em reação direta contra as práticas dos Comitês de Fábrica, foi criada a União das Associações Patronais, com um propósito: eliminar a interferência dos Comitês de Fábrica das funções diretivas nas fábricas. Petrogrado assistia a inúmeros *lockouts* patronais contra os comitês, fechando as fábricas e comércio.

Diante do que se considerava como inoperância do Governo Provisório, o General Kornilov avançara em fins de agosto sobre Petrogrado numa fracassada tentativa de golpe de estado contra o Governo Provisório. Os trabalhadores lutaram em defesa da cidade. A tentativa de golpe de Kornilov tinha explícitas feições fascistas.

Kerensky, como dirigente máximo do Governo Provisório com apoio dos trabalhadores de Petrogrado, e esses sob o comando tático dos bolcheviques, conseguiu derrotar Kornilov. A população ficou com as armas. Kornilov tinha sido nomeado comandante-chefe do exército russo em julho por Kerenski, justamente para combater as organizações militares paralelas montadas pelos Comitês de Fábrica e de alguns Sovietes.¹⁹

A Terceira Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado realizou-se em 10 de setembro (em duas sessões). Numa dessas sessões um operário de nome Afinogenev afirmou: “Todos os partidos, sem exclusão dos bolcheviques, aliciam os operários com a promessa do Reino dos Céus na Terra daqui a cem anos... Nós não necessitamos de melhorias daqui a cem anos, mas já, imediatamente” (apud BRINTON, 1975, p. 59). Nessa ocasião o Ministro Skobelev voltou ao ataque contra os Comitês de Fábrica com a publicação da Circular nº 421, instrução normativa que proibia as reuniões dos Comitês no interior das fábricas. Letra morta.

Na Quarta Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado e Subúrbios (iniciada em 10 de outubro de 1917) foi aprovada a criação da Conferência Panrusa dos Comitês de Fábrica. Na semana seguinte foi realizada a Primeira Conferência

19 O golpe malogrado de Kornilov, com a sua ameaça de um governo parafacista, deu unidade às esquerdas quando da defesa de Petrogrado e um consequente e expressivo protagonismo político aos bolcheviques. Sobre a tentativa de Golpe de Kornilov, ver Carr (1977, p. 111-113), Fitzpatrick (2017, p. 90-92) e a detalhada descrição factual apresentada por Rabinowitch (2017, p. 129-150).

Panrussa dos Comitês de Fábrica (de 17 a 22 de Outubro).²⁰ Estiveram presentes 137 delegados, divididos em 86 bolcheviques, 22 Socialistas-Revolucionários [SRs], 11 anarcossindicalistas, 8 mencheviques e os demais como delegados independentes. Consumou-se nessa Conferência um paradoxo do oportunismo político: a ampliação institucional da autogestão dos trabalhadores, sendo taticamente apoiada pelos bolcheviques (que, no entanto, sempre foram centralistas),²¹ fortaleceu o oportunismo de circunstância para que, dias depois, os bolcheviques derrubassem o Governo Provisório e na sequência das semanas seguintes derrotassem também os Comitês de Fábrica.

De julho a outubro de 1917 houve violenta repressão aos trabalhadores, com os capitalistas e o Governo Provisório exigindo o fim da “anarquia” nas fábricas. O Comitê da União das

20 Rachleff (2017, p. 10) afirma que os comitês de fábrica e suas organizações regionais existiam àquela altura em várias regiões da Rússia: Região “Noroeste: Petrogrado, Pskov, Nevel; Região Central Industrial: Moscou, Ivanovo-Vosnesenk; Províncias do Volga: Saratob, Kazan, Tsaritsin; Ucrânia: (Distrito de Mineração Meridional): Karhov, Kiev, Odessa, Iuzovka; Sudoeste e Cáucaso: Rostov, Nakhichevan-Dan, Ekaterinodar; Urais e da Sibéria: Irkutsk”.

21 Escreve Rachleff (2017, p. 8) que nenhum outro partido havia se colocado abertamente a “favor das ações e demandas das massas russas. Assim, em face de tentativas por parte do Governo Provisório para minar suas realizações e as tentativas de ampliar o próprio poder, muitos trabalhadores” envolvidos diretamente na organização dos Comitês de Fábrica “viram o Partido Bolchevique como um aliado bem-vindo”. Perspectiva essa que era reforçada pelo fato de os Sovietes serem majoritariamente controlados pelos mencheviques.

Associações Patronais²² “propôs que os membros desses comitês de fábrica não recebessem pagamento pelo tempo gasto em reuniões” (JONES, 2016b, p. 3). Alguns patrões não pagavam aos trabalhadores as horas que foram gastas nas tarefas das milícias de defesa dos bairros; outros passaram a impedir que os Comitês de Fábrica se reunissem na empresa. Muitas fábricas fecharam definitivamente, em parte pela política deliberada dos donos, mas também pela falta de combustível e a escassez de outros produtos, decorrentes da rede ferroviária do país ter chegado a um ponto limite (JONES, 2016b).

O movimento pela autogestão e controle da produção pelos trabalhadores também era expressivo no campo. Jones (2016b) afirma que os camponeses russos²³ de fevereiro a outubro levaram adiante sua própria reforma agrária ignorando o Governo Provisório, que era contrário à ocupação de terras. Formaram-se no período inúmeros Comitês de camponeses nos níveis da *volost* (vila), *uezd* (distrito) e *guberniya* (regional). As decisões tendiam a fluir da base para cima, e a base só obedecia posteriormente se estivesse de acordo com as deliberações finais.

22 Como afirmado antes, essa entidade foi organizada em Petrogrado no mês de julho. Trata-se de um exemplo claro de como a burguesia se organizava como classe em reação às demandas dos trabalhadores.

23 O universo social do campesinato russo era dividido em três grupos: o dos camponeses pobres, sem terras ou com lotes muito pequenos, que não lhes davam condições de sobrevivência; os camponeses médios, que possuíam uma pequena propriedade centrada na mão de obra familiar e que lhes garantia a subsistência e ainda dispor de excedentes comercializáveis; e o camponês rico ou o kulak, definido socialmente por empregar mão de obra assalariada, usar cavalos de tração para arar as terras e outros recursos mecânicos, como ter um moinho (MARIE, 2017).

As discussões no seio dos Socialistas-Revolucionários (SRs), o partido que representava politicamente os camponeses, não iam ao encontro das reais preocupações dos camponeses. O que importava aos camponeses era que as decisões que eles mesmos estavam tomando e as regulações que eles mesmos estavam adotando diante da questão da terra tinham de ser defendidas a todo custo. A imagem dos camponeses como uma massa de ignorantes antissocialistas, diz Jones (2016b, p. 1), “em um mar em que os operários da Rússia se afogariam”, era bastante equivocada, por uma razão simples: os camponeses articulavam os seus próprios assuntos e interesses com grande entusiasmo, e o analfabetismo não era nenhuma barreira para a construção dessas habilidades. Jones (2016b) apresenta este exemplo: os 45 membros eleitos do Comitê Camponês do *uezd* (distrito) de Novochastky disseram que eles “organizariam a nova sociedade”. A Convenção Campesina de Penza em 15 de maio era composta por camponeses analfabetos com um só mestre instruído para anotar suas resoluções. Os camponeses pediam terras aos donos e “que aplicassem suas decisões e que voluntariamente cedessem as suas propriedades ao comitê da terra (do *volost*) (vila) para evitar a ocupação ilegal por camponeses individuais” (JONES, 2016b, p. 1). Nessa Convenção de Penza, conforme a descrição de M.R. Jones, estabeleceu-se um controle das rendas, organizaram-se as quantidades de terra que cada pessoa ou unidade familiar poderia ter e supervisionaram as colheitas, tentando assegurar a utilização eficaz da terra. A Assembleia de Camponeses de Samara, noutro exemplo indicado pelo autor, mostrou a grande impaciência dos camponeses com os políticos sobre a questão

da terra. Naquela assembleia, descreve Jones (2016b, p. 1), um camponês gritou a um menchevique: “Nós sempre temos que esperar, você é um asno, não pense que somos idiotas”.

Os camponeses pouco se preocupavam com a legalidade das suas ações. “Esse novo monte de advogados”, transcreve M.R. Jones (2016b, p. 1), “dizem que estão do nosso lado, mas nós sabemos que é diferente; eles nos traíram”. Enfim, diante do descrito, a conclusão de M.R. Jones reitera a seguinte assertiva: as medidas tomadas por Lênin em fins de 1917, como o Decreto sobre a Terra, nada mais fizeram do que reconhecer o fato de que, após Outubro, como resultado das lutas de auto-organização dos camponeses nos meses seguintes à queda do Tzarismo, sessenta e cinco de setenta Sovietes camponeses já haviam dividido a terra, e que, portanto, Lênin protocolava um fato consumado, mas que fora organizado sob outras perspectivas, que nada tinham com o centralismo bolchevique (JONES, 2016b, p. 1).

Na noite de 25 de Outubro de 1917, data da vitória dos bolcheviques na queda do Governo Provisório, apesar de uma massa de trabalhadores e soldados abarrotar o Congresso soviético, o Presidium do novo governo que foi eleito já tinha feições amplamente favoráveis à burocracia: foram escolhidos catorze bolcheviques, sete Esserres (Social-Revolucionários), três Mencheviques e um independente. Os bolcheviques emplacaram como “candidatos operários” Lênin, Trotsky, Kamenev, Zinoviev, Sverdlov. Quando foi formado o governo, Lev Kamenev apresentou uma proposta no Comitê Central Bolchevique para a criação de um Soviete de Comissários do Povo, por meio do qual se exerceria “o controle sobre as atividades do governo”. Sete bolche-

viques do comitê central do partido foram eleitos (assim nasceu o Sovnarkom²⁴) e desse modo Lênin e os demais chegaram à direção central do novo governo sem nunca terem realizado uma jornada de trabalho em suas vidas tal como as que realizavam as centenas de trabalhadores presentes naquele ato fundacional. “O governo dos trabalhadores estava agora composto por revolucionários profissionais de classe média” (JONES, 2016b, p. 5-6). E tal fato foi um golpe mortal na revolução proletária dos Comitês de Fábrica.

Temos, com esta sucinta descrição factual, os bolcheviques no poder derrotando a revolução comunista dos trabalhadores. Com o que foi sumariamente apresentado, historicamente o governo bolchevique foi uma expressão institucional contrarrevolucionária à revolução proletária em curso. Assim, para melhor caracterizar essa assertiva, apresento mais alguns fatos sobre o confronto político dos Comitês de Fábrica com o governo bolchevique.

Em fins do mês de novembro, o Conselho Central de Comitês de Fábrica distribuiu em Petrogrado e Moscou o *Manual*

24 Bettelheim (1976) apresenta uma precisa descrição das instituições de controle do governo bolchevique, a saber, os órgãos efetivos do poder soviético: o Sovnarkom – Conselho dos Comissários do Povo; o VTsIK – Comitê Central Executivo dos Sovietes de Toda a Rússia. Tecnicamente o Sovnarkom estava subordinado ao VTsIK, mas quem comandava de fato era o Sovnarkom (composto por membros escolhidos pelo Partido e não dos órgãos soviéticos de representação como os originados do VTsIK – soviets e sindicatos; o VTsIK foi extinto em 1921). O golpe de Lênin e dos bolcheviques estava consolidado por meio dessas instituições. Mas o órgão fundamental do capitalismo bolchevique foi o VESENKHA: Conselho Supremo da Economia Nacional da União Soviética. Funcionou de 1917 a 1932, com a atribuição de supervisionar e controlar as empresas estatizadas. Seus gestores tinham plenos poderes de confisco e de expropriação.

Prático para a Implementação do Controle Operário. Nesse documento, defendia-se que cada fábrica deveria ter comitês para organizar a produção, para manejar a conversão da produção industrial voltada para a guerra para tempos de paz; comitês para obtenção de suplementos de combustível e matérias-primas etc. Esses comitês usariam o conhecimento e as habilidades de técnicos e especialistas, mas esses não teriam todo o poder de decisão. Para Maurice Brinton (1975, p. 85), o *Manual* formulava um “determinado número de questões concretas aos comitês de fábrica”, por exemplo, a exigência de cada comitê estabelecer quatro comissões de controle “autorizadas a convidar técnicos e outros elementos não proletários podendo participar dos seus trabalhos”, mas apenas com voto consultivo. O autor conclui que essa tese indicada pelo *Manual* queria dizer que os comitês de fábrica estavam preparados para associar técnicos ou especialistas ao seu trabalho (BRINTON, 1975, p. 85). Afirma M. R. Jones (2016b) que o programa político de gestão e controle da produção sugerido pelo *Manual* estava em marcante contraste com o esquema de Lênin. A tese-síntese do *Manual* era a de que os Comitês de Fábrica deveriam se unir em federações locais, regionais e nacionais, criando assim um desafio direto ao Estado bolchevique. O *Manual* concebia que os comitês seriam integrados em um sistema econômico de conselhos, com Conselhos Econômicos do Povo em cada distrito, cidade e região. Esses conselhos seriam eleitos nas Conferências dos Comitês de Fábrica, sendo que todos os seus membros teriam de pertencer a um Comitê de Fábrica. Esse plano amplamente desenvolvido e aprovado em dezembro reiterava, portanto, a tradição de organi-

zação autogestionária que já se desenvolvia desde março de 1917. Aos conselhos locais distritais ou de bairros se uniriam os Comitês de Fábrica, dos Trabalhadores do Transporte e os do Comércio e Agricultura. Os conselhos regionais elegeriam a cada ano um Conselho Econômico Supremo. Cada Conselho Econômico do Povo se ocuparia de toda a atividade econômica em sua localidade. Esses planos de organização produtiva, especialmente os dos trabalhadores nas fábricas, mostravam com clareza contundente que os trabalhadores sabiam que o “socialismo estaria esvaziado de sentido se apresentasse outra coisa diferente dessas atividades propostas” (JONES, 2016b, p. 6). Os trabalhadores junto aos Comitês de Fábrica promoviam uma tentativa concreta para enfrentar os problemas enormes que a Rússia enfrentava. Faziam o mesmo que os bolcheviques, mas sob um ponto de vista de classe radicalmente distinto (JONES, 2016b).

Com os bolcheviques introduziu-se uma versão de administração geral da produção material muito diferente daquela apontada pelos Comitês de Fábrica. Tão diferente que os debilitou institucionalmente, estabelecendo-se em pouco tempo o predomínio do controle centralizado de cima para baixo, estrangulando irreversivelmente essas iniciativas locais de base (JONES, 2016b). A seguir, a resposta bolchevique.

No dia 13 de dezembro o governo bolchevique publicou um documento intitulado: “Instruções Gerais sobre o Controle Operário”. Diz Brinton (1975) que essas instruções ficaram conhecidas como o “Contra-Manual”. O documento é emblemático na tradução do conflito de classes entre os trabalhadores em regime de autogestão contra a organização do capitalismo de Estado

dos gestores bolcheviques. Brinton (1975, p. 58) resume assim o documento bolchevique: “As primeiras quatro normas tratam da organização do controle operário nas fábricas e da eleição das comissões de controle”. Outras “cinco normas decretam os deveres e os direitos que devem exercer e as que devem continuar como prerrogativas dos proprietários-gerentes” (BRINTON, 1975, p. 88). A norma cinco, por exemplo, sublinhava que sempre que as comissões eleitas pelos Comitês desempenhassem um papel real na gestão das empresas, esse papel deveria confinar-se à supervisão da execução das diretrizes originadas das repartições do Governo Central, pois eram essas as diretrizes que padronizavam a regulação da atividade econômica em escala nacional. A norma sete, diz Brinton (1975, p. 88), afirmava que o “direito de formular ordens relacionadas com a gestão, manutenção e funcionamento das empresas caberia apenas ao proprietário”, isto é, sentenciava o documento bolchevique: a comissão de controle dos trabalhadores não participaria mais da gestão das empresas e não teria qualquer responsabilidade quanto ao funcionamento da empresa, pois essa “responsabilidade” manter-se-ia na posse exclusiva do proprietário. Na décima quarta norma explicitava-se o combate bolchevique aos comitês de fábrica: “Os comitês de fábrica deveriam integrar-se aos sindicatos!” (BRINTON, 1975, p. 88).

O controle operário sugerido pelo *Manual* formulado pelos Comitês de Fábrica implicava não apenas contabilizar as reservas de matérias-primas e combustíveis, mas saber acerca da totalidade do processo produtivo, o que significava um princípio de transformação radical das relações sociais de produção das mercadorias, termo esse politicamente bastante diferente da-

quilo que endossaria Lênin num discurso de 4 de novembro de 1917 junto ao Soviete dos Operários e Soldados de Petrogrado, quando afirmou que o “socialismo era o cálculo de *stocks*”; cada vez que um trabalhador fazia um cálculo do *stock* de barras de ferro ou de peças de pano, diz Lênin, “isso era socialismo” (apud BRINTON, 1975, p. 85-86).

Para melhor caracterizar o capitalismo defendido por Lênin²⁵ (1918-1919) como marca ideológica da revolução bolchevique, cito estas passagens do seu texto-decreto *As tarefas fundamentais da ditadura do proletariado e do partido comunista da Rússia* (1918). No seu artigo 5º, no item “Tarefas Políticas”, Lênin afirma:

[...] Sob o poder revolucionário, a circunscrição eleitoral de base, a célula fundamental do Estado, não é territorial, mas econômica, industrial (indústrias, fábricas). Esta ligação mais estreita entre o aparelho de Estado e as massas de proletariados adiantados, reunidos pelo capitalismo, produz, além de uma democracia superior, a possibilidade de realizar profundas transformações socialistas. (Apud FERNANDES, 1978, p. 157).

Na passagem acima é notável o fato de que Lênin defendia explicitamente uma tese clássica ao espectro ideológico nacional-corporativista que lhe era globalmente coetâneo.

25 Maciel (2007, p. 227-266) apresenta uma excelente descrição e análise crítica da obra, pensamento e trajetória política de Lênin no capítulo “Sobre Lênin”. Uma análise historiográfica que cristaliza a catilinária ortodoxa do chefe maior dos bolcheviques na condução da revolução está apresentada pelo historiador marxista britânico Christopher Hill (1977).

No artigo 3º, item “Domínio econômico”, que transcrevo na íntegra, afirma Lênin:

O aumento da produtividade do trabalho é uma de nossas tarefas fundamentais, caso contrário é inconcebível a passagem definitiva para o comunismo. Para esse fim, além de um longo trabalho de instrução das massas e de elevação do seu nível cultural, é preciso utilizar, imediatamente, amplamente e em todos os domínios, *os especialistas da ciência e da técnica* que o capitalismo nos legou e que estão, naturalmente, alimentados com concepções e hábitos burgueses. Em cooperação estreita com os sindicatos, o Partido deve continuar a seguir sua linha de sempre: de um lado, não fazer a concessão política a essa camada burguesa e esmagar impiedosamente qualquer veia contrarrevolucionária; de outro lado, lutar de maneira também impiedosa contra o radicalismo operário de base (os esquerdistas), já que se trata *de grosseira presunção pretender-se que os trabalhadores sejam capazes de chegar ao fim do capitalismo e do regime burguês sem aprender com os especialistas burgueses, sem utilizá-los, sem terem seguido um longo aprendizado de gestão do trabalho a seu lado.* [...] Embora tenhamos por objetivo uma igualdade completa na retribuição do trabalho para a construção do comunismo integral, é-nos absolutamente impossível, neste instante, visar à realização dessa igualdade, pois estamos ainda nos primeiros passos da transição do capitalismo para o comunismo. *Por essa razão é que é necessário manter, durante certo tempo, salários mais elevados para os especialistas,*

para que possam trabalhar não pior, mas melhor que antes. Com o mesmo propósito não devemos rejeitar o sistema de prêmios para um trabalho melhor e, particularmente, para o trabalho de organização [...]. É preciso fazer tudo para que os especialistas burgueses se sintam cercados por um ambiente fraternal de trabalho coletivo, de mãos dadas com a massa dos operários, sob a direção de comunistas conscientes. (Apud FERNANDES, 1978, p. 157, p. 160-161, grifo nosso).

Do pragmatismo dos termos do chefe bolchevique assevera-se a realidade dos gestores-especialistas perspectivada ideologicamente como uma nova “classe dominante”. Se para uma definição de classe social deve-se considerar a sua função na produção, as suas relações sociais com as outras classes e, fundamental, a sua visão de mundo que consolida institucionalmente as demais práticas, seguindo aqui uma definição clássica de Lucien Goldmann²⁶ só é possível interpretar a argumentação e o programa de Lênin como marca ideológica dos novos gestores capitalistas (e Lênin nunca negou esse princípio tecnocrático-capitalista para a revolução) submetidos a uma lógica institucional de remunerações com altos salários diante da submissão taylorista dos trabalhadores assalariados à lógica predatória da produção estimulada por prêmios. Assim se definiam progra-

26 Ver, entre outros títulos do conjunto da sua importante obra, *Ciências humanas e filosofia* (1980, p. 86-90).

maticamente e de modo irreversível o Capitalismo de Estado de Lênin e a configuração social da nova classe dominante.²⁷

Se a intervenção teórico-política de Lênin foi a que melhor verbalizou a ideologia (a consciência-possível) gestorial-tecnocrática do Capitalismo de Estado em constituição nos primeiros meses da revolução, a intervenção ideológica de Jan Waclav Makhaiski parece-nos a mais bem-elaborada resposta crítica ao chefe bolchevique e às suas diretrizes como dirigente maior da revolução capitalista organizada pelos bolcheviques. A intervenção de Makhaiski, entre várias outras,²⁸ representava a defesa ideológica dos Comitês de Fábrica.

27 Só por ingenuidade ou por absoluta má fé é que se pode manter a hipótese histórica de uma suposta transição ao socialismo sob os critérios descritos por Lênin. Tal modelo é o da irreversibilidade institucional do domínio de classe dos gestores, pois estes passam a controlar o processo político e administrativo de um sistema produtivo que lhes favorece amplamente. A suposta factibilidade de uma transição do capitalismo (de Estado) para o socialismo controlada pelos gestores é um dos grandes mitos políticos do século XX.

28 Uma excelente descrição do quadro geral da esquerda anticapitalista que foi destroçada politicamente logo ao início da organização do Capitalismo de Estado bolchevique (de 1917 a 1923) está apresentada por Nildo Viana no capítulo: “A esquerda dissidente e a Revolução Russa (1900-1923)”, publicado em Maciel et al. (2007, p. 127-156).

Makhaiski é personagem pouco conhecido na história da Revolução Russa.²⁹ No ensaio “A revolução operária”³⁰ (publicado no mês de julho de 1918) ataca duramente o capitalismo dos gestores bolcheviques. Crítico permanente do gradualismo socialista das teses social-democratas da Segunda Internacional que reiteravam o fim do capitalismo sempre para um futuro

29 Exceto pela tradução de quatro ensaios organizada por Maurício Tragtenberg no livro *Marxismo heterodoxo* (1981, p. 84-170), não há mais nenhum texto do pensador russo-polonês disponível em português. As poucas informações disponíveis sobre a trajetória de Makhaiski limitam-se à apresentação de Tragtenberg feita no mesmo livro (p. 77-83), que resume brevemente a também apresentação feita por Alexandre Skirda a um livro que reúne a tradução ao francês de sete ensaios de Makhaiski (SKIRDA, 1979, p. 7-91). Para informações sobre o percurso desse que foi um dos grandes dissidentes da cultura política marxista (na tradição da Segunda Internacional) e da cultura política anarquista, consultar o ensaio de Flewers: “Socialism and the intelligentsia: the ideas of Jan Machajski in historical retrospect” (2012). No livro de Max Nomad (1965, p. 185-188), o leitor encontra uma sucinta informação biográfica e análise do espectro ideológico de Makhaiski como um autor que andou ideologicamente no limite entre (e para além) Marx e Bakunin. No site do periódico *Passa Palavra* encontra-se a tradução de um excelente artigo de Paul Avrich: “O que é ‘Makhaevismo?’”. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/04/111586>> Acesso em: 20 abr. 2017.

30 Esse ensaio de trinta páginas veio a público como o primeiro número de uma revista com o mesmo título. O volume da revista estava composto apenas por esse ensaio. A revista não teve sequência. Não era a primeira vez que Makhaiski malograva em projetos editoriais de revistas. Em 1908, publicou em Genebra, Suíça, também um primeiro e único número da revista *Conspiração Operária* (SKIRDA, 1979). Max Nomad (1959, p. 7), no capítulo cinco do seu livro *Aspects of revolt*, diz que no início do ano de 1918 as autoridades bolcheviques não se viram incomodadas com a intervenção de Makhaiski e dos seus poucos “admiradores” por encontrar neles simples “sectários isolados”, sem qualquer influência política. Contudo, na sequência do processo viram-se atingidos pelas críticas ao caráter “neoburguês” de sua administração, por isso, a obra de Makhaiski foi proibida de circular ou de ser reeditada (Disponível em: <www.ditext.com/nomade/revolt/5.html>).

distante, gradualismo que também encontrava nas teses do governo bolchevique, Makhaiski foi um dos primeiros a formular a tese de que com esse expediente político de se prepararem as intermináveis condições futuras para a realização do socialismo os gestores socialistas acabavam por se constituir como uma classe dominante exploradora. Os administradores do suposto socialismo foram caracterizados por Makhaiski como uma nova classe dominante capitalista. O socialismo dos bolcheviques reiterava a manutenção das estruturas sociais da exploração capitalista, tratava-se de um “socialismo dos intelectuais” que se mantinha institucionalmente como formação social capitalista. A insurreição bolchevique, afirma Makhaiski, não fora nada mais que “uma contrarrevolução dos intelectuais” e que os trabalhadores é quem deveriam ter liderado a sua própria revolução (SKIRDA, 1979, p. 31; NOMAD, 1965, p. 187). Leitor de Marx, Makhaiski sustenta em seu modelo teórico as teorias da mais-valia, mas também era um crítico sistemático de Marx, por encontrar na obra marxiana a estrutura argumentativa de uma nova classe dominante capitalista (na questão dos salários de direção que Marx apresenta no Livro Terceiro de *O Capital*) no universo da *intelligentsia* socialista (SKIRDA, 1979, p. 17-18).

A trajetória de Makhaiski se fez à margem dos grandes partidos socialistas e dos grandes movimentos de luta popular. A influência política dos seus escritos restringia-se a pequenos

grupos de militantes de tendência anarcossindicalista.³¹ Nasceu em 1866, em Kielce, uma província da Polônia russa. Contrário ao movimento nacionalista, quando se formou em Medicina na Universidade de Varsóvia já militava nos meios clandestinos de grupos socialistas. Sofreu várias prisões e por isso teve uma trajetória marcada por exílios em várias cidades europeias. Estava em Paris quando se deram os levantes populares em Petrogrado no mês de fevereiro. Apoiou o golpe de Estado de Lênin, mas nos meses seguintes já se apresentava como um renhido opositor ideológico ao Estado bolchevique. Estabeleceu-se em Moscou em meados de 1917 e ali viveu com um trabalho de revisor técnico de uma revista do governo. Morreu de enfarte em 19 de fevereiro de 1926 (SKIRDA, 1979).

Quais os termos fundamentais da crítica de Makhaiski ao bolchevismo?

Afirma Makhaiski (1981) que com os bolcheviques demonstrou-se que a conquista política do Estado não se fazia pela luta pacífica: “O poder não pode ser conquistado pela via pacífica, mas pela violência, por meio de insurreições gerais do povo. Eis o que tem demonstrado o bolchevismo face aos socialistas” (MAKHAISKI, 1981, p. 141). Mas, ressalva criticamente que a tese

31 Na sua autobiografia, Trotski noticia a influência de alguns escritos de Makhaiski junto a militantes socialistas exilados na Sibéria em 1903. O próprio Trotski chegou a debater e a criticar as teses de Makhaiski quando exilado na Sibéria e depois com Lênin em Londres (ver TROTSKI, 1969, p. 118-119, 131). Paul Flewers (2012) afirma que Makhaiski sempre teve dificuldades para organizar qualquer movimento em torno da sua militância e teses anticapitalistas porque era incapaz de ir além dos ataques à *intelligentsia*, além do diagnóstico teórico do problema da nova classe de gestores capitalistas, e tampouco tinha uma teoria sobre o desenvolvimento futuro do socialismo.

dos bolcheviques apresentando a sua conquista do poder como a ditadura do proletariado, como a dominação da classe operária, isso nada mais era “do que uma das numerosas fábulas que o socialismo inventou ao longo da sua História” (MAKHAISKI, 1981, p. 141). E complementa com uma crítica ao bolchevismo: “Tendo obtido sua ditadura e decidido realizar um regime socialista, o marxismo bolchevista não se desfez do velho costume marxista de sufocar a ‘economia’ operária pela ‘política’”, prática essa que implicava diretamente “distrair os operários da luta econômica e subordinar os problemas econômicos às questões políticas” (MAKHAISKI, 1981, p. 142).

Segue no seu ensaio ironizando a ciência comunista-marxista, por afirmar que a história não conhecia outro meio de emancipação: a conquista do Estado. Afinal fora “assim que a burguesia obteve sua hegemonia na época da Revolução francesa” (MAKHAISKI, 1981, p. 142). Na sequência da argumentação apresenta esta ressalva:

Os eruditos comunistas negligenciaram um pequeno detalhe: todas as classes que foram libertadas na história eram as classes possuidoras, enquanto a revolução operária deveria garantir a hegemonia de uma classe não-possuidora. A burguesia não ocupou o poder do Estado senão depois de ter acumulado, no decurso dos séculos, as riquezas cuja amplitude nada deixava a desejar com relação à de seus opressores, a nobreza; é somente por esta razão que a conquista direta do poder aparecia-lhe como a instituição efetiva de sua dominação, como

o fortalecimento de seu império. (MAKHAISKI, 1981, p. 142-143).

E sendo assim conclui que a “classe operária não pode seguir o caminho que tem percorrido a burguesia. Para ela, a acumulação de riquezas é impensável; nesse aspecto, ela não pode superar a força da burguesia” (MAKHAISKI, 1981, p. 143). Como corolário dessa realidade estrutural, Makhaiski (1981, p. 143) argumentou dizendo que:

A classe operária não pode converter-se em proprietária de riquezas antes de cumprir com a sua revolução. É por isso que a conquista do poder de Estado, conduzida por qualquer partido, tão revolucionário e arquicomunista como possa ser, não pode dar nada por si mesma aos operários, fora do poder fictício, da dominação ilusória, que a ditadura bolchevista não deixou de simbolizar até agora.

Diagnosticando a conjuntura política dos meses que se seguiram ao golpe de Outubro, Makhaiski afirma que a decepção das massas operárias afastava-as da ditadura bolchevique porque lhes ficava claro que aquele poder não era o da classe operária, porque esse poder não defendia senão os interesses da “democracia” das camadas inferiores da sociedade burguesa: “da pequena burguesia urbana e rural, da intelligentsia, qualificada de ‘popular’, assim como dos desclassificados da burguesia e do meio operário, chamados pela república soviética à direção do Estado, da produção e de toda a vida do país” (MAKHAISKI, 1981, p. 143). O que o autor descreve é a evidenciada presença

política dos gestores-tecnocratas no controle das instituições do governo bolchevique. E sua argumentação ainda é mais pessimista com as perspectivas da “revolução” bolchevique quando constata que até aquele momento (julho de 1918) tudo o que restava da revolução bolchevique não diferia em quase nada “dos modestos planos elaborados pelos bolcheviques dois ou três meses antes do golpe de Estado de Outubro”, quando Lênin, num de seus textos programáticos de título *As lições da revolução*, “declarou que a tarefa dos bolcheviques consiste em realizar o que querem, mas não sabem pôr em prática, os ministros socialistas-revolucionários: salvar a Rússia do desastre” (MAKHAISKI, 1981, p. 144).

Atrás das novas posições políticas adquiridas, os bolcheviques nada mais faziam que reiterar historicamente “o papel dos democratas burgueses franceses dos tempos da grande revolução” (MAKHAISKI, 1981, p. 144), os bolcheviques como os novos jacobinos, em carreiras de direção política que chegavam “ao ponto de não serem contrários a imitá-los, seja em suas pessoas, seja em suas instituições”. Para Makhaiski (1981), os bolcheviques eram os novos jacobinos.

Tudo o que eles realizaram até aqui não é senão um trabalho de jacobinos: o reforço do Estado democrático, a tentativa de impor às massas a grande mentira segundo a qual depois de Outubro se teria posto fim à dominação dos exploradores e que todas as riquezas pertenceriam de agora em diante ao povo trabalhador. (MAKHAISKI, 1981, p. 145).

Diz Makhaiski (1981, p. 146) que “uma classe *não-possuidora* e ao mesmo tempo *dirigente*” era “um absurdo total” (grifo do autor). A efetiva revolução socialista para Makhaiski que de fato transformasse as relações sociais sob outro regime produtivo deveria levar a classe operária a “suprimir, de uma vez por todas, a burguesia, privá-la de um só golpe da fonte de seu domínio, de suas fábricas e empresas, de todos os bens acumulados, levando os ricos à situação de pessoas obrigadas a trabalhar para viver” (MAKHAISKI, 1981, p. 147). A expropriação dos ricos é termo central para a hegemonia da classe operária. “A revolução operária obrigará o poder de Estado a expropriar a grande e média burguesia e a legitimar a conquista, pelos operários, das fábricas, empresas e de todas as riquezas acumuladas” (MAKHAISKI, 1981, p. 147). Para Makhaiski, portanto, os bolcheviques falhavam na condução do Estado. Se a ação do Estado é quem garantiria a revolução, essa conclusão do opositor ideológico de Lênin o distanciava de uma expressão anarquista pura, mas reiterava a ação do poder social do novo Estado em constituição pelas práticas dos Comitês de Fábrica. O autor indaga: “Por que os bolcheviques não são resolutos para realizar uma expropriação geral e simultânea da burguesia?” (MAKHAISKI, 1981, p. 167). A resposta possível: porque os limites do máximo de consciência possível dos bolcheviques, em que a obra de Lênin era a expressão ideológica mais bem-elaborada, eram os da gestão nacional do capital e jamais a afirmação do controle social da produção pela classe operária. O que Lênin e os bolcheviques construíram nos primeiros anos após o Golpe de Outubro determinou institucio-

nalmente a irreversibilidade do poder dos gestores-tecnocratas contra a classe operária soviética.

O COMUNISMO DE GUERRA E A REVOLTA DO KRONSTADT (1918-1921)

Sigo com a descrição factual apresentando agora, muito sucintamente, o período conhecido como Comunismo de Guerra (1918-1921), para continuar a reiterar a perspectiva historiográfica aqui adotada de a revolução bolchevique ter se construído como uma experiência histórica de Capitalismo de Estado que derrotou os trabalhadores russo-soviéticos.

O Comunismo de Guerra não resultou de um plano predefinido (NOVE, 1986), ao contrário, definiu-se em grande parte por um processo de organização econômica reativa à guerra civil (1918-1920) que tomou o país. No Comunismo de Guerra o Estado bolchevique mobilizou-se pelas práticas de nacionalização (estatização) de grande parte da economia; centralização e controle da produção crescentemente controlada pelos gestores bolcheviques; confiscos do Estado com uso da força policial e militar para atenderem às demandas estruturais de organização de uma economia nacional de guerra. O Comunismo de Guerra deu centralidade à

ação do Exército Vermelho,³² sendo esse organizado por Trotski sob os princípios do taylorismo. O Comunismo de Guerra mudou por completo a configuração social da velha Rússia com o nascimento de um novo proletariado-militar originado de bases camponesas. O Comunismo de Guerra marcou-se por alianças táticas entre bolcheviques (Exército Vermelho) e anarquistas (Exércitos Verdes³³)

32 “Em 20 de fevereiro (1918), o Conselho dos Comissários do Povo cria oficialmente, por decreto, o ‘Exército Vermelho’ e o Conselho Superior de Guerra (rebatizado mais tarde de Conselho Militar da República e coordenado por Trotski, nomeado Comissário do Povo para a Guerra e para a Marinha). Na falta de quadros militares comunistas competentes, Trotski forma o esqueleto do Exército Vermelho com o corpo dos oficiais do exército czarista. Como o governo soviético confia pouco neles, ficam subordinados a comissários políticos bolcheviques que se encarregam de verificar a validade de suas ordens” (MARIE, 2017, p. 42).

33 Vários grupos anarquistas formaram divisões armadas. Além da liderança mais conhecida, a de Nestor Makhno na Ucrânia, divisões de milícias anarquistas foram formadas em Tambov e lideradas por Antonov (que chegou a ter 40 mil homens), assim como os destacamentos liderados pelo anarquista Grigoriev, que reuniu cerca de 15 mil homens (MARIE, 2017). A literatura de Isaac Bábel documenta de modo formidável parte do universo social ucraniano (especialmente no livro *Contos de Odessa*, 2015) assim como as práticas, quase sempre bestiais, das milícias de Makhno (entre outros, consultar o conto “Com o nosso velho Makhno”, em Bábel, 2015, p. 93-95).

no combate ao Exército Branco³⁴ e às tropas das grandes potências do capitalismo europeu. Os bolcheviques ganharam os conflitos militares da guerra civil e trataram de derrotar imediatamente o anarquismo de Nestor Makhno na Ucrânia, quando ali se desenvolviam com o Exército Verde (Makhno chegou a liderar cerca de 50 mil soldados) práticas de guerrilha vitoriosa mobilizadas num comunismo agrário de dispersão. Os bolcheviques chamavam os Verdes de Makhno de “bandidos da Ucrânia” ou “anarcokulaks” (MARIE, 2017, p. 18-19).³⁵

34 O Exército Branco reunia forças militares lideradas por generais que declararam, ainda em 1917, guerra imediata ao governo bolchevique, em nomes como o dos generais Alexeiev, Denikin, Wrangel e o indefectível Kornilov. O Exército Branco representava a reação aos bolcheviques, em grande parte pela defesa de uma monarquia constitucional, contando com apoio logístico, armas e soldados de exércitos estrangeiros. Os Brancos enfrentaram, além do Exército Vermelho, os vários Exércitos Verdes. Foram derrotados e grande parte das suas lideranças máximas foi fuzilada pelos bolcheviques. Mas ressalve-se que, em maio de 1919, os Brancos quase conseguiram derrotar os bolcheviques em Petrogrado. Lênin, na ocasião, já considerava a cidade perdida, militarmente derrotada. Contudo, a cidade foi defendida com êxito pelos bolcheviques, graças à aliança (incomum) desses dois “gêmeos” bolcheviques: Trotski e Stálin. Foram eles que organizaram juntos e de maneira extraordinária a defesa da cidade (ver MARIE, 2017, p. 137).

35 Trotski considerava particularmente a presença e as tropas de Makhno como uma influência desagregadora na luta do Exército Vermelho contra o Exército Branco. Se Trotski organizava os combates com tropas submetidas a eficiente norma taylorista, Makhno utilizava-se de táticas de guerrilha. Tornou-se lendário o uso pelas tropas Verdes de Makhno da *tatchanka*: uma pequena carroça puxada por um cavalo com uma metralhadora instalada. Foi um instrumento de combate imbatível, porque podia ser escondido com palha ou qualquer outro carregamento de insumos agrícolas. Isaac Bábel descreveu o uso da *tatchanka* num dos seus notáveis contos no livro *O Exército de Cavalaria* (2006, p. 73-76): “Teoria da *tatchanka*”.

Numa definição lapidar, Victor Serge (1987), no livro *Memórias de um revolucionário*, definiu o Comunismo de Guerra como um período marcado por: 1) requisições (confiscos) no campo; 2) racionamento implacável da população das cidades, dividido esse racionamento em categorias de pessoas (primeiro os soldados, depois os civis); 3) controle estatal completo da produção e do trabalho; 4) distribuição burocrática bastante complicada dos últimos estoques de artigos; 5) monopólio do poder com tendência ao partido único e à extinção de todas as dissidências; e 6) imposição do Estado de Sítio e o funcionamento da TCHEKA.³⁶

36 A TCHEKA mereceria um item à parte. Sigla da Comissão Extraordinária de Repressão à Contrarrevolução, à Especulação e à Deserção, a TCHEKA, criada em 20 de dezembro de 1917, foi a marca emblemática do terror policial do governo bolchevique contra seus supostos inimigos e opositores políticos. Ser “tchekista” era ter poderes absolutos de prisão; os tchekistas foram a expressão da violenta repressão que o Estado bolchevique impôs contra a população. No seu livro de memórias, Victor Serge afirma ter sido a criação da TCHEKA o maior erro dos bolcheviques na tumultuada conjuntura dos primeiros meses de 1918: “Considero a criação das Tchekas como um dos erros mais graves, mais inconcebíveis cometidos pelos governantes bolcheviques em 1918, quando os complôs, o bloqueio militar e as intervenções estrangeiras fizeram-nos perder a cabeça” (SERGE, 1987, p. 100). A TCHEKA foi organizada por Félix Djerjinski, polonês de origem, militante de extrema confiança dos gestores bolcheviques e que era conhecido como o “Incorruptível” (“o homem com um coração de pomba”). Por funcionar como uma polícia política civil, os tchekistas logo perceberam o poder discricionário que tinham em mãos, e o abuso de autoridade e a violenta repressão passaram a ser marcas da sua ação. Com a TCHEKA foi restaurada a pena de morte. Penso que Jean Marabini (1989, p. 197) erra quando diz que “Djerjinski preparou sem saber e sem querer a degeneração da revolução stalinista”. A ação dos tchekistas “degenerava” o capitalismo de Estado dos bolcheviques logo na primeira hora. O escritor Isaac Bábel foi um tchekista. Teve participação nos violentos serviços de confisco de cereais na Ucrânia. Afirma-se que foi fuzilado em 1940 por causa do seu envolvimento amoroso com a esposa de Nicolai Iejov, seu amigo e diretor-presidente da TCHEKA.

Na sequência dos fatos políticos do processo revolucionário em curso, indago agora a sublevação do Kronstadt em 1921 e os preparativos do 10º Congresso do PC bolchevique.

A guerra civil consolidou a derrota integral do comunismo autonomista: derrotados o Proletkult, a Oposição Operária (Alexandra Kollontai – gestão colegiada contra a gestão unipessoal) e o grupo Verdade Operária (Bogdanov), o anarcosindicalismo dos Comitês de Fábrica, enfim, a derrota política da esquerda anticapitalista diante da força institucional do capitalismo de estado bolchevique. O exemplo que melhor traduz essa contradição de uma revolução dita socialista que esmagava os trabalhadores foi a Revolta do Kronstadt, ocorrida no ano de 1921, que demonstrou com todas as letras a incompatibilidade entre a ditadura do Partido Comunista bolchevique e a Revolução proletária propriamente dita.

O Kronstadt era uma base naval a trinta quilômetros de Petrogrado, no golfo da Finlândia, cujas águas congelam no inverno, uma pequena ilha habitada por marinheiros e alguns milhares de trabalhadores ligados ao arsenal da base militar. Os marinheiros de Kronstadt tinham desempenhado um papel de vanguarda nos acontecimentos revolucionários de 1917. Dizia Trotski que tinham sido “o orgulho e a glória da Revolução russa” (apud GUÉRIN, s.d.). A população civil de Kronstadt formava uma comuna livre, relativamente independente do poder central. Dentro da fortaleza, havia uma imensa praça pública, autêntico fórum popular, onde cabiam mais de 30.000 pessoas. Em 1921, o Kronstadt revolta-se contra o governo bolchevique. Marinheiros, soldados e trabalhadores ali estabelecidos se manifestam em insurreição declarada

contra o governo bolchevique, propondo e defendendo outra condução política para a revolução em curso (GUÉRIN, s.d.).

Como resultado direto dos anos do Comunismo de Guerra, os trabalhadores nos principais centros urbanos, especialmente em Petrogrado, estavam submetidos a péssimas condições materiais provocadas pela grande escassez de alimentos e outros insumos básicos à vida cotidiana, como roupas, combustíveis, meios de transportes, escassez generalizada coadjuvada com a ação de um regime cada vez mais autoritário, que esmagava com grande violência qualquer manifestação de protesto. Em fins de fevereiro de 1921 Petrogrado assistiu a várias greves de trabalhadores. O mesmo aconteceu em Moscou e em outros importantes centros industriais. Os trabalhadores nas ruas paralisando fábricas e reclamando contra a fome e defendendo uma democracia política efetiva. A revolta dos trabalhadores em 1921 visava atacar o “monopólio político do partido dirigente”, um monopólio que os rebeldes de Kronstadt em apoio direto às greves de Petrogrado e às das outras cidades não hesitaram em qualificar como um poder político de “usurpação”. O Partido Comunista bolchevique manifestava, segundo eles, um único cuidado: conservar o poder por todos e quaisquer meios. Estava afastado das reais demandas dos trabalhadores e revelava-se incapaz de tirar o país de um estado de derrocada geral. O Politburo, como organismo supremo do Estado-Partido bolchevique, governava a Rússia sem a confiança dos trabalhadores. Burocratizara-se, governava escorado na violência da TCHEKA e do Exército Vermelho.

Os protestos de Kronstadt tornaram-se insuportáveis para Lênin ou Trotski. Os chefes bolcheviques que já tinham

identificado a Revolução com o Partido Comunista reiteravam que tudo que combatia esse princípio era considerado ação contrarrevolucionária. Com o levante de Kronstadt, os chefes comunistas sabiam que, mesmo governando supostamente em nome do proletariado, o seu poder estava sendo contestado por um movimento autenticamente proletário. Lênin apegava-se à tese da permanente ameaça da restauração czarista, o que provocava como única alternativa a ditadura de seu Partido. Os trabalhadores do campo e da cidade já tinham provado (e reiteravam naquela ocasião os mesmos termos), com as suas práticas de autogestão, o sofisma desse argumento.

Segundo Daniel Guérin (s.d.), um antigo oficial czarista e futuro marechal bolchevique chamado Mikhail Tukhatchevsky foi o encarregado de comandar um corpo expedicionário, composto de tropas recrutadas especificamente para o contra-ataque à fortaleza do Kronstadt, já que um grande número de soldados vermelhos se recusava a atirar sobre os seus companheiros de armas. Em 7 de março, começou o bombardeio da fortaleza de Kronstadt. Os sitiados lançaram um último apelo, que teve por título “Que o mundo o saiba!”, no qual afirmavam: “O sangue dos inocentes cairá sobre a cabeça dos comunistas sedentos de poder. Viva o poder dos soviets!” (GUÉRIN, s.d.). Deslocando-se sobre o gelo do golfo da Finlândia, as tropas governamentais eliminaram a rebelião, a 18 de março, “numa orgia de sangue” (GUERIN, s.d.).

Escrevendo sobre as consequências do levante do Kronstadt, Ante Ciliga (2017) apresenta a seguinte conclusão: “É comum acreditar que Kronstadt forçou a introdução da Nova Política Econômica (NEP)”, mas tal avaliação era “um erro pro-

fundo”, conclui. Reitera esse importante autor e militante comunista croata que “as resoluções de Kronstadt se posicionavam em defesa dos trabalhadores, não apenas contra o capitalismo de Estado, mas também contra a restauração do capitalismo privado”. A restauração do capitalismo privado com a NEP que viu nas semanas seguintes “foi demandada, em oposição a Kronstadt”. E acrescenta Ciliga dizendo que Lênin e Bukharin, em grande medida, organizaram o retorno à iniciativa privada (nas regras da NEP), mas sem com isso apresentar ao menos uma democracia política formal. Ciliga (2017) justifica sua argumentação dizendo que “as resoluções de Kronstadt se declaravam opostas a isso já que se opunham ao emprego de trabalho assalariado na agricultura e nas pequenas indústrias”. E Ciliga (2017) vai adiante nas suas conclusões: as resoluções apresentadas pelos insurretos do Kronstadt originaram-se como demanda do movimento social que lhe servia de base, com elas buscavam “uma aliança revolucionária do proletariado e dos camponeses trabalhadores com o estrato mais pobre dos trabalhadores rurais, para que a revolução pudesse se desenvolver rumo ao socialismo”. Por outro lado, a proposta da NEP “era a união dos burocratas com as camadas superiores das aldeias contra o proletariado; era a aliança do capitalismo de Estado e do capitalismo privado contra o socialismo” (CILIGA, 2017).

A NEP (1921-1928)

O historiador Edward Hallet Carr (1981) diz que, como resultado geral, a Nova Política Econômica (NEP) teve poucos impactos positivos sobre a indústria, menores do que aqueles atingidos sobre

a agricultura. O primeiro efeito da NEP “foi estimular a recuperação das indústrias rurais e artesanais, que haviam sofrido menos do que a indústria fabril na guerra civil, e que por isso poderiam voltar mais facilmente a produzir” (CARR, 1981, p. 53), o que se deve a uma razão evidente: “eram as principais fornecedoras dos bens de consumo simples que o camponês desejava comprar com os recursos obtidos da venda de seus produtos agrícolas” (CARR, 1981, p. 53). Foi suspensa a nacionalização da indústria e foram feitas muitas “devoluções” (por arrendamento) de empresas estatizadas ao capital privado original. A indústria de grande escala permaneceu nas mãos do Estado. A indústria estatal foi dividida em três categorias: “União”, “republicana” e “municipal”. A indústria da “União” era supervisionada pelo VESENKHA da URSS, a “republicana” pelos VESENKHAS das repúblicas constituintes e, dentro dessas, as províncias e regiões criaram seus próprios Conselhos de Economia Nacional (SOVNARKHOZY), que passaram a se responsabilizar pela supervisão da produção da indústria local. Havia “uma grande margem de autonomia” entre esses níveis, ainda que práticas de supervisão intrainstitucionais estivessem presentes. Carr (1981) informa que nos níveis inferiores de produção, os da produção em pequena escala, a indústria privada foi estimulada. Empresas que empregassem menos de vinte trabalhadores estavam isentas de nacionalização. “As indústrias foram organizadas em trustes, que operavam um grupo de empresas como uma única entidade: o número médio de empresas num truste era de dez” (CARR, 1981, p. 53). Os maiores trustes estavam situados nas indústrias têxtil e metalúrgica, “o maior truste têxtil empregava mais de 50 mil trabalhadores” (CARR, 1981, p. 54). Um detalhe importante. Descreve

Carr (1981, p. 54) que os trustes não eram mais financiados pelo “orçamento estatal porque passaram a funcionar segundo os princípios da contabilidade comercial (*khozraschet*) e conseguir lucros que seriam entregues, sujeitos a certos descontos, ao Estado, como dono do capital fixo das empresas”. Algumas indústrias essenciais ainda eram obrigadas a entregar uma parte de sua produção às instituições do Estado, mas, em linhas gerais, com a NEP tanto o industrial como o camponês tinham a liberdade de vender seus produtos no mercado, a qualquer preço que obtivessem. Essas disposições estavam de acordo com o espírito da NEP, mas foram criticadas em certos círculos partidários. A instrução do VESENKHA que foi encaminhada aos trustes em 1923 para que obtivessem os “preços máximos” provocou muitas críticas desfavoráveis ao governo bolchevique (CARR, 1981).

Diz Carr (1981) que o descontentamento entre os trabalhadores no período foi estimulado pela posição e pela influência crescente dos chamados “gerentes vermelhos”. Na guerra civil, os antigos oficiais czaristas tinham sido empregados para reconstruir e comandar o Exército Vermelho. E a fim de reanimar as indústrias essenciais, antigos gerentes de fábricas, e ocasionalmente mesmo seus proprietários, foram chamados a prestar serviços, sob o rótulo de “especialistas”, como administradores das empresas nacionalizadas, por vezes sob a supervisão de membros do partido comunista ou pelos trabalhadores. O sistema dos gerentes vermelhos atendia à necessidade de conhecimentos administrativos e foi padronizado e ampliado sob a NEP. Afirma o autor que os “gerentes vermelhos”, apesar de suas opiniões e ligações predominantemente burguesas, adqui-

riram um lugar reconhecido e respeitado na hierarquia soviética: alguns deles foram admitidos como membros do partido – uma recompensa por serviços importantes prestados. Recebiam taxas especiais de remuneração, fora das escalas normais de salários e muito superiores a elas. Tinham uma voz cada vez mais poderosa na administração e na política industriais. Esses gerentes eram frequentemente acusados pelas suas atitudes brutais e ditatoriais para com os trabalhadores. Com eles retornaram os métodos repressivos do velho regime czarista. Na revolução bolchevique esses gerentes vermelhos acabaram por ter a oportunidade de expressar o seu ressentimento provocado pelas evidentes modificações que a revolução autogestionária dos trabalhadores já apresentava nas fábricas (CARR, 1981).

João Bernardo (1990, p. 6) argumenta que, após a Guerra Civil e afastada a hipótese da intervenção estrangeira, “os bolcheviques, política e militarmente vitoriosos, encontravam-se à frente de uma economia em plena desagregação e cujas capacidades industriais haviam de tal modo declinado que o produto industrial bruto em 1921 era menos de um terço do que fora em 1913”. O historiador português segue dizendo que “em escassos quatro ou cinco anos a NEP conseguiu em geral restabelecer os antigos níveis médios de atividade econômica, tanto nas cidades como no campo”, mas ressalva que a eficácia da NEP logo se esgotou nessa “reativação da capacidade produtiva existente”, isso porque a “acumulação de capital possível no quadro da nova política” só permitia a “reparação das instalações e a reposição em funcionamento dos meios de produção” (BERNARDO, 1990, p. 6). Para continuar com as taxas de crescimento atingidas entre 1922

e 1925, “seriam necessários investimentos em linhas de produção inteiramente novas, o que era impossível aos pequenos e médios capitalistas em que a NEP se apoiava” (BERNARDO, 1990, p. 6). Enfim, a NEP não permitiu que as condições da organização produtiva centrada na pequena propriedade dessem condições para o necessário “arranque industrial”, não desenvolveu um mercado rural que fornecesse sustentação ao aumento da produção industrial, que assegurasse um abastecimento regular das cidades com a produção camponesa (BERNARDO, 1990, p. 6).

Lênin morreu em 21 de janeiro de 1924. Seguiram-se disputas no centro da burocracia do Partido Comunista pelo controle do Politburo. Em arranjo que se manteve de 1924 a 1926, Stálin governou com Kamenev e Zinoviev (centro). Trotsky, liderando a Oposição de Esquerda, defendia uma rápida industrialização e a adoção de planos quinquenais para a URSS. Nicolai Bukharin, na Oposição de Direita, defendia as diretrizes da NEP e o fortalecimento econômico do camponês. De 1926 a 1928 as disputas no interior da tecnocracia do Partido já eram outras. Stálin manobra e fecha com o grupo do Bukharin e liquida o grupo de Trotski, que passou a ter o apoio de Kamenev e Zinoviev. Depois, em 1927, Stálin destruiu a liderança de Bukharin, derrotando a Direita do Partido, usando o programa econômico da Esquerda (o programa econômico de Trotsky de 1921), com o anúncio do primeiro Plano Quinquenal em 1º de outubro de 1928.³⁷ Para muitos historiadores estas disputas no interior do Partido/Estado marca-

37 O leitor já encontrou nos capítulos precedentes (especialmente nos capítulos três e quatro) uma discussão bastante suficiente sobre esses processos políticos internos ao Politburo/Partido Comunista Bolchevique.

ram-se como uma verdadeira expressão socialista da Revolução Russa. Ora, é evidente que não. Mais importante do que uma descrição das lutas “socialistas” dos chefes do Capitalismo de Estado soviético talvez fosse apresentar aqui as lutas ideológicas entre os bolcheviques contra os trabalhadores descrevendo a literatura de Vladimir Maiakovski e Andrei Platónov, que foram, ao lado de Evgueni Zamiatin, Mikhail Bulgakóv e Isaac Babel, os que melhor documentaram e traduziram historicamente o máximo de consciência possível (na terminologia de Lucien Goldmann) da degeneração burocrática (para usar uma expressão clássica) da revolução gestores bolcheviques. A literatura foi que melhor documentou historicamente a Revolução Russa no período de 1917 a 1938. Ainda que analisar o conjunto da produção literária nos primeiros anos da Revolução Russa seja uma tarefa muito distante dos propósitos deste capítulo, como um exemplo-síntese, permita-me o leitor a seguinte e sumarássima digressão com a literatura de Andrei Platónov, comentando o seu extraordinário conto, uma das obras-primas da imaginação literária do século XX – “Makar, o Duvidador”³⁸ –, publicado originalmente em 1929. Com isso penso poder descrever uma síntese dos resultados da NEP e a organização dos Planos Quinquenais no período de

38 O conto está publicado em Gomide (2016, p. 489-506, com tradução de Denise Sales). Andrei Platónov (1899-1951) era metalúrgico aos 15 anos e depois estudou numa Escola Técnica para a formação de maquinistas de trem. Apoiou os bolcheviques desde a primeira hora, esteve na Guerra Civil como correspondente de guerra, e na década de 1920 tornou-se conhecido pelos contos que publicava. Por não seguir os cânones literários do Realismo Soviético, na década de 1930 acabou por ser mais um dos escritores dissidentes no regime. Seus romances e contos levam-no a ser considerado por muitos como um dos maiores escritores do século XX.

1928-1929: a proletarização do mujique (camponês) e a consolidação do Capitalismo de Estado Soviético.

Makar era um mujique criativo, alguém que punha as coisas para funcionar intuitivamente, saber prático sem teoria alguma. Contudo, em certa ocasião foi multado por não conseguir fazer funcionar um brinquedo público na aldeia em que vivia. Tinha prometido que o brinquedo no parque funcionaria, mas não o fez funcionar. Foi multado pelo chefe do Partido Comunista local por essa falha. Makar foi trabalhar na capital para pagar a multa que lhe foi imposta por Tchumovói, o gestor do partido que comandava politicamente a aldeia. Makar se dizia um “cabeça oca de mãos inteligentes” e definia Tchumovói como um “cabeça inteligente, mas de mãos nulas”. Na viagem para a capital, Andrei Platónov descreve um Makar em pensamentos surrealistas quando esse, por exemplo, se compadecia dentro do trem pelas “rodas que sofriam” carregando todo aquele peso sobre os trilhos. Numa estação antes da capital, Makar viu um leiteiro carregando latões de leite e logo teve a ideia de construir canos como uma alternativa mais eficiente para a distribuição do leite dali para a cidade. Na cidade (Moscou) depara-se com a obra do grande prédio da revolução, o “prédio eterno, de aço, concreto e vidros brilhantes”, mas ao ver trabalhadores carregando sacos de cimento-concreto às costas logo sugere a invenção de uma “tripa para despejar o concreto e liberar os trabalhadores de carregá-lo às costas”. Deseja trabalhar na construção, mas logo soube por outros pedreiros que para isso deveria antes passar pela inspeção técnica de classe da obra para obter essa autorização. Diante da sua sugestão da “tripa” para distribuição

do concreto recomendam-lhe que fosse ao escritório técnico para falar dessa “invenção e poder trabalhar na construção”. No escritório ganha um rublo pela sugestão da invenção da “tripa” e um documento de recomendação para levar ao sindicato e receber ajuda como “homem da massa” para construir a “tripa”. “Vagou por duas horas nos desfiladeiros do prédio do sindicato” à procura do “chefe das pessoas das massas”. No sindicato deram-lhe outro rublo e outro documento endereçado ao camarada Copim, para que esse o ajudasse a construir a “tripa” na “linha de produção”. No dia seguinte saiu à procura da “linha de produção” e do tal camarada Copim, que ninguém sabia quem era, como tampouco ninguém sabia o que era a tal linha de produção. Nas ruas Makar lia em cartazes pregados nas paredes (certamente que muitos deles escritos por Maiakovski) que “o proletariado deveria permanecer firme na linha de desenvolvimento da produção”. Makar entendeu a mensagem: primeiro seria preciso encontrar o proletariado e junto a ele encontraria a linha de produção. Na rua quase o dia inteiro, Makar pergunta a um policial: “Mostre-me o caminho até o proletariado”. O policial consulta a sua caderneta e encontra o endereço do proletariado. Makar, depois de mais algumas horas, chega, enfim, ao “proletariado”: “um abrigo noturno para pobres”. No abrigo pergunta pelo proletariado e ganha um talão que o autorizava a pernoitar ali. Quando o “proletariado” estava deitado nas camas estatais do abrigo, Makar põe-se a discursar sobre os latões de leite e sobre a invenção da “tripa” que queria dar de graça, para o socialismo chegar mais depressa. Um dos que ali tentava dormir gritou a Makar: “Dê a nós uma alma, já que é inventor!”. Makar deitou-se

desanimado, “ele inventava todo o tipo de coisa, mas alma não era negócio seu”. Acordou com Piotr ao seu lado, um homem com uma cara “bexiguenta” lavando-se com a água de um pires. Estavam sozinhos, todos tinham saído para trabalhar. Makar e Piotr andam pelas ruas. Makar pensa consigo: “As pessoas aqui estão saciadas, de rosto limpo, vivem na abundância, então deviam multiplicar-se, mas criança não se vê”. Piotr diz: “Aqui vivem e comem sem a produção do trabalho; um escreve uma ideia e ganha um recibo, com isso ele e a família se alimentam por meio ano... Enquanto outro não escreve nada e simplesmente vive para a edificação dos outros”. Após essa realista observação sobre as classes sociais na capital do socialismo, Piotr sugere a Makar que fossem à polícia almoçar. Almoçar na polícia? Sim, Piotr tinha um plano. Diante do policial, Piotr disse: “Camarada chefe, eu trouxe para vocês um doido que encontrei na rua e arrastei pela mão”, “ele só andava agitado, mas depois vai que pega matar... A melhor luta contra o crime é a prevenção”. O policial concorda com Piotr e assina-lhe um pedido de encaminhamento para Makar ser internado no “instituto dos psicopatas”. Uma hora depois Makar e Piotr entregavam o documento no instituto de doentes mentais. Piotr pede comida para ele e para Makar, para evitar assim que esse tivesse com a sua loucura e fome um ataque de fúria. A trama deu certo e logo saciaram a fome, almoçando no instituto de doentes mentais. Um médico diz que Makar deveria ficar no hospital para observação. Piotr o acompanha nessa estadia. Numa das salas de leitura do hospital, Piotr lê para Makar alguns livrinhos de Lênin. Platónov, àquela altura (1929), encontrava Lênin num hospício. “Nossas instituições são uma merda – lia Piotr as

palavras de Lênin”. “Precisamos de mais operários e camponeses em nossas instituições – continuava lendo Piotr bexiguento. É preciso construir o socialismo com as mãos do homem das massas, e não com papezinhos dos funcionários das nossas instituições”. Entusiasmado com as palavras de Lênin, Piotr exclama para um Makar estupefato: “Vou roubar este livro, porque isso aqui é uma instituição, e amanhã iremos nós dois a algum escritório e diremos que somos operários e camponeses. Sentaremos na instituição e pensaremos para o Estado”. No dia seguinte Makar e Piotr foram para a RKI porque lá poderiam ajudar a construir o socialismo que Lênin desejou. Makar encontrou numa das salas da RKI,³⁹ administrando alguma coisa, o camarada Tchumovói que deixara a aldeia. Por designação superior, depois de terem dito que acumulavam inteligência, Makar e Piotr, sentados diante de Tchumovói, atendem gente pobre resolvendo todas as causas com inteligência e compaixão. Logo o povo deixou de aparecer no instituto, “os trabalhadores começaram a pensar por si sós, em suas casas”. Foi nomeada uma comissão para a liquidação do Estado, Tchumovói trabalhou nela por quarenta e quatro anos e morreu “em meio ao esquecimento e aos negócios burocráticos” (PLATÓNOV, 2016, p. 489-506).

Neste magnífico conto, aqui palidamente descrito, tem-se um documento que registra criticamente as transformações que o capitalismo de estado soviético impunha aos trabalhadores russos. Makar é um arquétipo do camponês migrado para a cidade e a cidade que o recebe é o arquétipo literário dos labirintos do

39 RKI era a sigla da Inspeção Operário-Camponesa, órgão que existiu de 1920 a 1934. Nota da tradutora Denise Sales (GOMIDE, 2016, p. 505).

mundo dos gestores soviéticos. Com Makar e Tchumovói tem-se a expressão literária do mundo “socialista” dos “capitalistas do saber”, na expressão que Makhaiski usava para definir os chefes bolcheviques. Makar era apenas um entre os milhões de “Makars” que Stálin começava a produzir com os resultados do capitalismo dos planos quinquenais.

O CAPITALISMO DE ESTADO DOS PLANOS QUINQUENAIS OU A COERÊNCIA DOS GESTORES-STALINISTAS COMO O LEGADO MAIS IMPORTANTE DA REVOLUÇÃO BOLCHEVIQUE DE 1917

O número de trabalhadores assalariados na Rússia, que em 1913 era de aproximadamente onze milhões, reduziu-se a 6,5 milhões em 1921-1922, como resultado do Comunismo de Guerra. Os operários industriais, de 2,6 milhões em 1917, reduziram-se a 1,2 milhões em 1920-1921. No período da Guerra Civil, “a decomposição do operariado foi mais acentuada na área sob o controle bolchevique” (BERNARDO, 1990, p. 9). Nesse período já estava dispersa aquela força de trabalho “que havia sido a base social da alternativa anticapitalista”, isto é, conforme Bernardo (1990, p. 9), com o desaparecimento da base social autogestionária dos Comitês de Fábrica, “o leninismo pôde à vontade restaurar e fortalecer a disciplina de empresa, que é o fundamento das modernas relações de exploração. A dissolução da classe operária permitiu que a Rússia saísse da guerra civil (1918-1921) como um país capitalista”. Após a NEP e com a eliminação social e física dos kulaks, desagregaram-se “os sistemas tradicionais de inter-relacionamento nas aldeias, onde os camponeses mais abastados constituíam o vértice e a principal peça de articulação”

social (BERNARDO, 1990, p. 9). A estatização da agricultura encarregou-se, principalmente com os kolkhozes, da “liquidação final das velhas estruturas e dependências rurais” (BERNARDO, 1990, p. 9). Vimos acima que muitas das cidades criadas após o Primeiro Plano Quinquenal eram absolutamente novas. Diz João Bernardo que, enquanto a população total crescia em 16% entre 1926 e 1939, a população urbana aumentava em 113%, à custa de uma queda de 5% na população rural. Tais dados descrevem o fato de que os habitantes das cidades, que em 1926 constituíam 18% da população total, passavam, em 1939, a representar 33%. Cerca de 90% do acréscimo populacional nas cidades verificado durante o Primeiro e o Segundo Plano Quinquenal resultaram da imigração camponesa. Conclui o autor: “O 1º Plano Quinquenal criou na União Soviética uma nova e vasta classe operária” (BERNARDO, 1990, p. 9-10). Uma conclusão óbvia desprende-se desse quadro social: o rápido aumento do proletariado industrial “exigia a multiplicação do número de elementos da classe dominante, necessário para controlar e organizar os processos econômicos em expansão” (BERNARDO, 1990, p. 10), especialmente no “período do 2º Plano Quinquenal, entre 1933 e 1937”, quando “generalizaram-se os cursos intensivos de qualificação técnica da força de trabalho, de tal modo que entre 1928 e 1940 o número de engenheiros multiplicou-se por seis, o mesmo se sucedendo com os técnicos” (BERNARDO, 1990, p. 10). Diante desse processo, Bernardo (1990, p. 11) afirma com toda a razão que “os dois primeiros planos quinquenais não se limitaram a criar uma nova classe operária, mas deram origem, ao mesmo

tempo e no mesmo processo, a uma nova classe dominante”. Os gestores stalinistas!

O financiamento do Estado no 1º Plano Quinquenal⁴⁰ exigiu um total de 85 bilhões de rublos, com 44 bilhões obtidos do orçamento geral mediante impostos, lucros de empresas estatais reservados obrigatoriamente ao orçamento do Estado. Cerca de 19 bilhões originaram-se da contribuição direta das empresas estatais em todos os setores (indústria, comércio e bancos). Outros 16 bilhões foram obtidos de cotizações de seguros sociais e contribuições sindicais. Percebe-se nessa sumaríssima descrição de dados o quanto já era complexa a máquina administrativa. Se em 1928 o setor privado controlava ainda 4% do total dos negócios e 30% no comércio varejista, em 1933 a indústria soviética estava plenamente estatizada (BRUHAT, 1961).

Os problemas de abastecimento nas cidades eram resolvidos em parte pelos restaurantes estatais⁴¹ com refeições a preços módicos. Cerca de um milhão de operários fazia uso desse recurso em 1928, mas em 1933 já eram 19 milhões e 800 mil de usuários. As cidades recebiam milhões de “Makars”. Se em 1928 eram 11 milhões

40 Previsto para o período de 1º de outubro de 1928 a 1º de outubro de 1933, mas teve seus resultados antecipados em nove meses e foi concluído em dezembro de 1932.

41 Na novela de Iuri Oliécha (2017, p. 62, 141) – *Inveja* –, publicada originalmente em 1927, já se encontram referências a tais restaurantes estatais. Oliécha apresentou com a ação do personagem Andriéi Bábitchev, o “comissário gorducho”, que era o Diretor do Departamento da Indústria Alimentícia responsável pela construção do prédio “O Vinte e Cinco”, o restaurante coletivo que representaria a industrialização da cozinha com refeições a 25 copeques, um arquétipo dos novos gestores-burocratas que a URSS passava a celebrar no seu cotidiano.

e 599 mil em 1932 já eram 22 milhões e 942 mil os operários urbanos da URSS (BRUHAT, 1961). E no período registrou-se também o triunfo dos Kolkozoes (cooperativas). O número de camponeses vinculados a eles, entre 1929 e 1933, passou de 24 milhões para 73 milhões (BRUHAT, 1961). O número de tratores nos Kolkozoes e Sovkozoes em 1930 era de um pouco mais de 58 mil e em 1933 esse número passou para 204 mil tratores. Os Kolkhozoes estavam associados às Estações de Máquinas e Tratores (MTS), para fornecimento de insumos tecnológicos, facilitando a obtenção de resultados espetaculares em hectares plantados. Em 1928 eram um milhão e 390 mil de hectares plantados, em 1929 eram 4 milhões e 262 mil, e em 1930 eram 15 milhões, para em 1933 registraram-se 75 milhões de hectares plantados.

Aspecto de grande importância para o sucesso produtivo do Capitalismo de Estado soviético no Primeiro Plano Quinquenal foi a decisiva presença de engenheiros e técnicos estrangeiros na organização das condições gerais de produção. Por exemplo, o engenheiro estadunidense K.J. Clader, de Detroit, chefou a construção da fábrica de tratores de Stalingrado. Engenheiros estadunidenses da empresa Austin Company e das empresas Ford organizaram a montagem da fábrica de automóveis na cidade de Nijni-Novogorod (atual Gorki). Outros onze engenheiros dos Estados Unidos organizaram a montagem do complexo urbano-siderúrgico de Magnitogorsk (que tinha um complexo industrial com doze quilômetros de extensão em galpões construídos) (BRUHAT, 1961; REIS FILHO, 2001). O metrô de Moscou foi inaugurado em 1935, com dezenas de quilômetros de trilhos e estações subterrâneas.

Dentro desse colossal movimento econômico que enterrava em definitivo as estruturas do feudalismo czarista, além dos engenheiros estrangeiros os gestores-tecnocratas do Partido estabeleceram-se em definitivo como a classe dominante do capitalismo soviético. Em 1934 21% dos delegados presentes no XVII Congresso do Partido Comunista eram gestores-tecnocratas. No Congresso de 1938 já representavam 54% dos participantes. Em 1941, às vésperas da entrada na Guerra, o Partido Comunista bolchevique tinha apenas 6% dos seus filiados como operários (REIS FILHO, 2002). E essa realidade não se fazia presente apenas no âmbito do Partido-Estado. Segundo dados apresentados por Pierre Broué (2014, p. 322), no ano de 1934, “a fábrica de vagões de Moscou tinha 3.832 operários e 601 administradores, isto é, a proporção de burocratas sobre a base operária chegava a 16%”.

Para os trabalhadores as condições de trabalho e existência social eram as piores possíveis. No Capitalismo de Estado de mais-valia absoluta a repressão aos trabalhadores é que poderia garantir o avanço das condições gerais de produção. Por exemplo, um Decreto do Conselho de Comissários do Povo de 6 de setembro de 1930 equiparava a rescisão trabalhista a uma ruptura unilateral do trabalhador, isto é, uma infração disciplinar. Uma Circular de 23 de setembro do mesmo ano normatizou para os trabalhadores que a ocorrência dessas rescisões implicaria a retirada definitiva de qualquer auxílio-desemprego e, em caso de reincidência, a retenção da caderneta de racionamento. Um Decreto de 15 de novembro de 1932 obrigava o diretor da empresa a despedir um operário por um só dia de ausência não justificada, além da retenção da caderneta de racionamento e a expulsão da moradia se essa pertencesse à

empresa (BROUÉ, 2014). Stálin impunha à URSS formas administrativas de repressão similares às do colonialismo europeu na África. Alexandre Skirda (1979) registra que de 1936 a 1939 vários engenheiros dirigentes foram assassinados por trabalhadores.

O quadro salarial mostra, de modo efetivo, as distorções de classe patrocinadas pelo Capitalismo de Estado soviético. Um informe apresentado à Comissão de Planificação em janeiro de 1935 indicava que o salário médio em geral era de 149 rublos e 3 kopeks. No entanto, afirma o historiador Pierre Broué (2014), o salário mensal da mulher operária ficava entre 70 e 90 rublos, o dos operários entre 100 e 120 rublos; o dos especialistas entre 150 e 200 rublos; o dos engenheiros entre 400 e 800 rublos e o dos altos funcionários ou administradores entre 5.000 e 10.000 rublos. Makhaiski percebera nos primeiros meses após o Outubro de 1917 o quão importante e estratégica era a questão da luta dos trabalhadores pela elevação e equiparação salarial com os gestores dirigentes, pois sabia que tal distorção salarial tinha evidentes implicações de classe que o processo histórico acabou por demonstrar de modo contundente.⁴² Em paralelo aos baixos

42 Em julho de 1918, como apresentado anteriormente, Makhaiski ainda apostava numa revolução operária no interior (e contra) do capitalismo de Estado bolchevique, reiterando a fundamental importância da luta por uma maior remuneração dos trabalhadores, porque supunha que, quando essa remuneração fosse “igual à do trabalho intelectual, a servidão secular do povo operário, então, será [seria] superada. Desta maneira, ao final desta revolução operária, as famílias proletárias e intelectuais possuirão meios quase idênticos para educar seus filhos; não mais se encontrarão, na nova geração, milhões de homens condenados, antes de nascer, à exploração e à servidão, homens que são atualmente despojados de todo saber e aptos somente para o trabalho manual [...]” (MAKHAISKI, 1981, p. 169). Lênin, os bolcheviques e Stálin provaram aos “Makars” de Makhaiski a não efetividade histórica dessa proposição.

níveis salariais estava a realidade do trabalho nos Gulags, que atingia, na década de 1930, cerca de sete milhões de prisioneiros submetidos a regime de escravidão (MCNEAL, 1986).⁴³

Arthur Rosenberg (1989), no seu estudo clássico sobre a História do bolchevismo, descreve a realidade de classe dos gestores-tecnocratas, com a apresentação de importantes dados obtidos de um levantamento estatístico oficial do governo soviético datado de 1930. Diz que no montante das aplicações

43 A obra literária de Varlam Chalámov é um excepcional documento sobre o universo concentracionário soviético imposto às oposições políticas e demais dissidências do regime, assim como ao criminoso comum. Os seis volumes que compõem os *Contos de Kolimá* documentam com visceral realismo crítico as estruturas internas de um regime prisional que, herdadas do antigo regime e muito bem-preservedas pelo regime soviético, transformava os indivíduos de oposição política conjuntamente com aqueles do universo do crime comum em força de trabalho explorada sob condições de extrema precariedade. O segundo capítulo, “Sangue vigarista”, do volume quatro da série *Contos de Kolimá*, além de ser uma aguda peça literária e de memorialística, é um tratado sobre a sociologia do crime organizado dos *blatares* (base das máfias russas modernas). Segundo Chalámov (2016), só ele conseguiu captar na descrição dos *blatares* a verdadeira sociologia do criminoso russo, nem Dostoiévski conseguira fazê-lo como ele o fez. Chalámov esteve preso nos campos de Kolima, entre outros, por quase vinte anos, sendo reabilitado em 1955. Fez sua obra, composta por dezenas de contos que descrevem em detalhes o cotidiano de um processo prisional de um regime asfixiado em inoperâncias tecnológicas. Sua obra, escrita ao longo de duas décadas, tornou-se um libelo contra o regime soviético. E como tinha grande repercussão internacional, a obra de Chalámov foi incorporada como um manifesto liberal anticomunista, especialmente depois do Prêmio da Liberdade, concedido pela seção francesa do Pen Club, essa conhecida instituição reacionária que patrocinava com seus prêmios campanhas anticomunistas (anti-URSS) no mundo inteiro. Mas, ressalve-se que a literatura de Chalámov ultrapassava o simples anticomunismo ideológico. Morreu em 1982 internado numa instituição de doentes mentais crônicos, uma daquelas centenas de instituições de “tratamento social” que Avraham Shifrim descreveu no livro já citado.

nas caixas econômicas (aplicações em poupança) russas havia depósitos de cerca de 722 milhões de rublos, e que desse total somente 90 milhões pertenciam a operários. Os funcionários estatais tinham depósitos de 205 milhões; outros 135 milhões pertenciam a “vários”, ou seja, a profissionais liberais, artesãos etc. Os camponeses aparecem com 46 milhões. Pessoas “jurídicas” (consórcios estatais e sindicatos urbanos e agrícolas) detinham o depósito de 246 milhões de rublos (ROSENBERG, 1989, p. 273).

Daquele que foi um dos primeiros textos a enquadrar a burocracia soviética como uma classe dominante capitalista – *As relações de produção na URSS*⁴⁴ –, subtraio alguns dados e análise de Pierre Chaulieu (Cornelius Castoriadis) que serão aqui mencionados à guisa de conclusão.

Afirma Pierre Chaulieu (s.d.) que a burocracia na URSS stalinista, além de controlar os meios de produção, dispunha também do controle dos fundos de consumo da sociedade. A consequência social imediata disso era que o operário, como parte da fábrica, estava mais ligado a ela do que antes quando o servo era ligado à terra do senhor (CHAULIEU, s.d.).⁴⁵ Aspecto

44 Publicado por Chaulieu (Castoriadis) em 1948 na revista *Socialismo ou Barbárie*. O ensaio foi republicado depois em livro. Utilizo-me de uma tradução portuguesa (CHAULIEU, s.d.).

45 Em 1938 os trabalhadores soviéticos foram submetidos globalmente por lei ao controle da “caderneta de trabalho”. McNeal (1986, p. 261) descreve assim a situação dos trabalhadores corroborando a situação que Chaulieu analisa acima: “[Com a caderneta de trabalho] tentava-se ligar o operário à empresa que o empregava; a caderneta era emitida pela empresa e retida durante o período de emprego. Para mudar de trabalho, exigia-se que o operário recebesse a caderneta, atestado de um desempenho satisfatório no emprego anterior”.

social bastante evidente como consequência dessa situação institucional hipertrofiada era a indiferença dos trabalhadores na luta pela “mais-valia”. Com a espessa burocratização das relações de produção, a luta de classes na URSS stalinista estava limitada à passividade, aos pequenos roubos e às poucas tentativas de sabotagem para reduzir o tempo de trabalho (CHAULIEU, s.d.). Chaulieu afirma que 60% do produto nacional eram consumidos pela burocracia estatal e esse era um aspecto estrutural que impedia que as novas gerações se qualificassem noutros patamares tecnológicos. A manutenção institucional da existência econômica dos gestores-tecnocratas impossibilitava a capacidade de reinvestimentos tecnológicos. Enfim, uma formação social capitalista atrofica, estagnada pela sua própria lógica institucional interna. Paradoxalmente à lógica do próprio sistema capitalista, os gestores-tecnocratas soviéticos reproduziam-se em relações sociais capitalistas, mantendo ritmos de produção tecnologicamente obsoletos, pois assim podiam manter-se e reproduzir-se como classe dominante através de gerações sem a exigência de qualquer reconfiguração social da força de trabalho. Esse modelo de uma economia política de mais-valia absoluta (na comparação com os mercados globais capitalistas) só oferecia mesmo uma única saída à população em geral: os hospitais psiquiátricos.

SEM O “ROBINSON CRUSOÉ SOVIÉTICO”, MAKAR FOI DEFINITIVAMENTE DERROTADO

Em 1933, já com o Primeiro Plano Quinquenal encerrado com êxito nos seus objetivos e numa estrutura institucional que começava a definir a ortodoxia do realismo cultural soviético, os

escritores Ilf e Petrov publicaram um pequeno conto que documenta da melhor maneira possível a circunstância ideológico-institucional do Capitalismo de Estado Soviético. O conto tem cinco páginas e descreve um diálogo do editor da revista *Tema de Aventuras* com um escritor de nome Moldavántsev, que tinha sido convidado pelo editor da revista para elaborar uma história de aventuras que pudesse se tornar um clássico soviético na literatura do gênero. Para isso pediu-lhe que escrevesse sobre o *Robinson Crusóé soviético*. Permita-me o leitor o brevíssimo resumo e interpretação do conto que faço a seguir, com o propósito de encerrar com ele este capítulo.⁴⁶

O escritor: Senhor Editor, apresento-lhe aqui o meu Robinson Crusóé Soviético, isolado numa ilha com um papagaio que foi encontrado três anos depois do seu naufrágio por uma expedição soviética.

O editor: Mas onde está o Comitê Regional do Partido?

O escritor responde: Mas que comitê, se a ilha é desabitada?

O editor insiste: Sim, você tem razão, é desabitada, mas tem que ter um comitê regional do partido, tem que ter um elemento soviético.

46 Ilf; Petrov (2016, p. 519-523, tradução de Lucas Simone). Ilf era o pseudônimo do escritor Iliá Fáinzilberg (1897-1937) e Petrov era o pseudônimo de levguêni Kataiev (1903-1942). Eram escritores famosos pelo seu humor satírico na descrição da burocracia soviética. Ambos desapareceram nos expurgos stalinistas.

O *escritor* estupefato recua: Sim, é claro, vamos lá, dois sobreviveram no naufrágio, o nosso Robinson Crusóé e o Presidente do Comitê Local...

O *editor* emenda: E também dois membros do Comitê... Dois membros e uma coletora de contribuição partidária.

O *escritor* indaga: Mas para que uma coletora? De quem ela vai recolher as contribuições?

O *editor* impassível: Ora, do Robinson Crusóé!

O *escritor* recua mais uma vez: Sim, podemos colocar também a coletora, ela vai se casar com o presidente ou com o Robinson, a leitura ficará mais agradável.

O *editor*: Melhor não, não vamos recair num erotismo barato, deixe que ela colete as contribuições e coloque tudo num cofre.

O *escritor*: Perdão, mas não pode haver um cofre numa ilha desabitada...

O *editor* sugere: Na cena inicial escreva que a maré trouxe à praia vários objetos.

O *escritor*: Sim, um machado, uma bússola, um barril de rum...

O *editor* complementa: E um cofre... E tire o rum!

O *escritor*: Mas você só fala nesse cofre, quem roubaria as contribuições na ilha?

O *editor* levanta a voz: Como assim quem? E o Robinson Crusóé? E o presidente do comitê? E a comissão de aquisição de materiais?

O *escritor* já derrotado: Então essa comissão também se salvou no naufrágio?

O *editor* em tom arrogante: Sim, se salvou...

O *escritor* arriscando uma ironia: Será que uma mesa de reuniões também não foi trazida pelas ondas até a praia?

O *editor* entusiasmado: Sim, é impreterível, afinal é preciso criar condições para as pessoas trabalharem, ah, e uma toalha de mesa... De qualquer cor, não vou limitar a liberdade artística. E, fundamental, é preciso também mostrar as massas, as camadas populares e os trabalhadores...

O *escritor* em evidente irritação: As ondas não podem trazer massas de trabalhadores!

O *editor* sentencia: Ora, existe uma ilha, uma península onde ocorrem aventuras com um trabalho sindical insatisfatório, com uma militante denunciando irregularidades...

O *Escritor*: E o Robinson Crusóé?

O *editor*: Bem lembrado. Esse Robinson Crusoé está me incomodando, tire-o de uma vez, uma figura despropositada, um choramingão.

O *escritor* concorda e vai-se embora dizendo: Amanhã o texto estará pronto.

O *editor*, sozinho, mas contente consigo mesmo, pensa alto: Finalmente, agora terei uma verdadeira obra de aventuras e ainda plenamente artística... (ILF; PETROV, 2017, p. 519-523. Versão livremente adaptada por mim).

Assim era o “realismo mágico” da burocracia soviética. Inventavam com palavras as suas realidades *plenamente artísticas*. Essa era a realidade fabricada pelos gestores da mais-valia absoluta, uma realidade que se queria *plenamente artística* junto às estatísticas dos recordes produtivos que a marcha do socialismo apresentava ao mundo enquanto encarcerava escritores como Varlam Chalámov nos Gulags de Kolimá.

Mas se a autofagia corporativista burocrática do capitalismo soviético abjurava o seu “Robinson Crusoé”, forjou em 1957 uma mascote, uma heroína do novo mundo soviético: a cadelinha Laika, que foi mandada para o espaço nesse ano transformando-se num monumental acontecimento – um ato *plenamente artístico* da produção industrial soviética, uma expressiva vitória tecnológica do capitalismo da URSS sobre o Ocidente. As notícias da Laika flanando ao redor da terra em uivos inaudíveis espantaram as donas de casa norte-americanas que souberam da notícia na programação dos telejornais apresentada nos

seus televisores já com imagens coloridas, enquanto aqueciam a sua comida em moderníssimos fornos de micro-ondas, antes de saírem para trabalhar nos muito bem-equipados escritórios da mais-valia relativa. E essas notícias também encheram de orgulho nacionalista as donas de casa soviéticas que perdiam o tempo das suas vidas subindo e descendo as intermináveis escadas dos prédios residenciais stalinistas, carregando às costas madeiras para acenderem os fornos a lenha nos pequenos apartamentos da mais-valia absoluta.

REFERÊNCIAS

AVRICH, Paul. O que é “Makhaevismo”? Disponível em: <<http://pas-sapalavra.info/2017/04/111586>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BÁBEL, Isaac. *O Exército de Cavalaria*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

BÁBEL, Isaac. *Contos de Odessa*. São Paulo: Penguin; Companhia das Letras, 2015.

BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.

BERNARDO, João. *Crise da economia soviética*. Coimbra: Fora do Texto, 1990.

BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário, 1917-1921*. Porto: Afrontamento, 1975.

BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique*. São Paulo: Sundermann, 2014.

- BRUHAT, Jean. *História da URSS*. São Paulo: Difel, 1961.
- CARR, Edward Hallet. *A revolução bolchevique 1917-1923*. v. I. Porto: Afrontamento, 1977.
- CARR, Edward Hallet. *A revolução bolchevique 1917-1923*. v. II. Porto: Afrontamento, 1979.
- CARR, Edward Hallet. *A revolução russa de Lênin a Stálin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- CHALÁMOV, Varlam. *Ensaio sobre o mundo do crime: contos de Kolimá*. v. 4. São Paulo: Editora 34, 2016.
- CHAULIEU, Pierre. *As relações de produção na URSS*. Lisboa: Editorial Presença, [s.d.].
- CLÁSSICOS DO CONTO RUSSO. São Paulo: Editora 34, 2015.
- CILIGA, Ante. A revolta de Kronstadt. *Passa Palavra*, 14 jun. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/06/112594>>. Acesso em: 16 jun. 2017.
- FERNANDES, Florestan (Org.). *Lênin: política*. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- FITZPATRICK, Sheila. *A revolução russa*. São Paulo: Todavia, 2017.
- FLEWERS, Paul. Socialism and the intelligentsia: the ideas of Jan Machajski in historical retrospect. Disponível em: <<https://libcom.org/library/socialism-intelligentsia-ideas-jan-machajski-historical-retrospect-paul-flewers>>. Acesso em: 17 maio 2017.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: Difel, 1980.

GOMIDE, Bruno Barreto (Org.). *Nova Antologia do Conto Russo (1792-1998)*. São Paulo: Editora 34, 2016.

GUÉRIN, Daniel. O anarquismo na Revolução Russa. [S.d.]. Disponível em: <<https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/o-anarquismo-na-revolucao-russa-por-daniel-guerin/kronstadt/>>. Acesso em: 2 out. 2017.

HILL, Christopher. *Lênine e a revolução russa*. Tradução: Geir de Campos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo*. v. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ILF, Ylia; PETROV, Stalislav. Como o Robinson foi criado (1933). In: GOMIDE, Bruno Barreto (Org.). *Nova antologia do conto russo*. Editora 34, 2016. p. 519-523.

JONES, M. R. A experiência dos Comitês de Fábrica na Revolução Russa. Tradução: Pablo Polese. Publicado em três partes no periódico eletrônico *Passa Palavra*: parte I, 12 abr. 2016a; parte II, 22 abr. 2016b; parte III, 3 maio 2016c. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2016/04/107952>>; <<http://passapalavra.info/2016/05/108182>>; <<http://passapalavra.info/2016/06/111042>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

MACIEL, David et al. *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007.

MACIEL, David. Sobre Lênin. In: MACIEL, David et al. *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007. p. 227-266.

MAKHAISKI, Jan Waclav. A revolução operária. In: TRAGTENBERG, Maurício (Org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 140-170.

MAKHAISKI, Jan Waclav. *Le socialisme des intellectuels*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

MARABINI, Jean. *A Rússia durante a revolução de outubro*. São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do Livro, 1989.

MARIE, Jean-Jacques. *História da guerra civil russa 1917-1922*. São Paulo: Contexto, 2017.

MCNEAL, Robert. As instituições da Rússia de Stálin. In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo*. v. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 241-272.

NOMAD, Max. *Heréticos da política*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

NOMAD, Max. *Aspects of revolt*. New York: The Nooday Press, 1959. Disponível em: <www.ditext.com/nomade/revolt/5.html>. Acesso em: 6 fev. 2017.

NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBSBAWM, Eric J. (Org.). *História do marxismo*. v. 7. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 105-136.

OLIÉCHA, Iuri. *Inveja*. São Paulo: Editora 34, 2017.

PLATÓNOV, Andrei. Makar, o duvidador (1929). In: GOMIDE, Bruno Barreto (Org.). *Nova antologia do conto russo*. Editora 34, 2016. p. 487-506.

RABINOWITCH, Alexander. *The bolsheviks como to Power: the revolution of 1917 in Petrograd*. Chicago, Illinois: Hamarket Books, 2017.

RACHLEFF, Peter. Sovietes e Comitês de Fábrica na Revolução Russa. 9 mar. 2017. Disponível em: <www.passapalavra.info/2017/03/110903>. Acesso em: 17 maio 2017.

REED, John. *Dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *Manifestos vermelhos e outros textos históricos da Revolução Russa*. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2017.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ROSENBERG, Arthur. *História do bolchevismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário: 1901-1941*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SHIFRIN, Avraham. *Guia da URSS das prisões e campos de concentração classificado por cidades e regiões*. Sintra: Publicações Europa-América, 1980.

SKIRDA, Alexandre. Présentation: le contempteur des “capitalistes du savoir”. In: MAKHAISKI, Jan Waclav. *Le socialisme des intellectuels*. Paris: Éditions du Seuil, 1979. p. 7-91.

SMITH, Steve. *Revolução Russa*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

TRAGTENBERG, Mauricio (Org.). *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TROTSKI, Leon. *Minha vida: ensaio autobiográfico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIANA, Nildo. A esquerda dissidente e a revolução russa (1900-1923). In: MACIEL, David et al. *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC, 2007. p. 127-156.

OS AUTORES

Alexandre de Paula Meirelles

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História onde desenvolve uma pesquisa sobre a trajetória política e o pensamento tecnocrático de Benedicto Silva. É bolsista CAPES e autor de vários capítulos de livros e artigos publicados em revistas especializadas.

Email: *professorspiga@yahoo.com.br*

André Vargas

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás onde desenvolve uma pesquisa sobre a trajetória e o pensamento político do colonialista português Henrique Galvão. É bolsista CAPES e autor de vários artigos publicados em revistas especializadas.

Email: *andreluiz_vargas@hotmail.com*

Antônio Gonçalves Rocha Júnior

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade de Goiás onde desenvolve uma pesquisa sobre a trajetória política e o pensamento

econômico de Nicolai Kondratiev. É autor do livro *Contrarreformas educacionais e o pacto pela educação* (2012) e de vários artigos.

Email: antoniomepr@yahoo.com.br

Danúbia Mendes Abadia

Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás onde desenvolve uma pesquisa sobre a trajetória política de Amílcar Cabral junto ao processo de independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau. É bolsista do CNPq, cineasta e autora de vários artigos.

Email: awamojuba@gmail.com

João Alberto da Costa Pinto

Doutor em História pela UFF (2005). Professor no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Contemporânea (NEPHC/FH/UFG) e do Grupo de Pesquisa: Capitalismo e História (CNPq/UFG). Autor de vários artigos e dos livros: *A greve dos professores nas universidades federais em 2012* (2012); e *O nacionalismo corporativista de Caio Prado Júnior* (2013).

Email: joaoacpinto@yahoo.com.br

Tales dos Santos Pinto

Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás onde desenvolve uma pesquisa sobre as lutas sociais do

trabalhadores em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978). É bolsista do CAPES, autor de vários artigos e dos livros: *Gestão operária na revolução portuguesa: auto-organização e hetero-organização no jornal Combate* (2016) e *Revolução, política e cultura em Alexander Bogdanov* (2018).

Email: talessantospinto@gmail.com

Título: Intelectuais dissidentes na Revolução Russa (1917-1938)

Direção-Geral: Antón Corbacho Quintela
Assessoria Editorial e Gráfica: Igor Kopcak
José Vanderley Gouveia
Revalino Antonio de Freitas
Sigeo Kitatani Júnior
Divisão Administrativa: José Luiz Rocha
Divisão de Revisão: Maria Lucia Kons
Divisão de Editoração: Julyana Aleixo Fragoso
Divisão de Impressão e Acabamento: Daniel Ancelmo da Silva

SOBRE O LIVRO

Tipologia: Mrs Eaves Mod e Mrs Eaves OT
Número da publicação: 43



Câmpus Samambaia, Goiânia, Goiás, Brasil - 74690-900
Fone: (62) 3521 - 1107
direcaocegrafufg@yahoo.com
www.cegraf.ufg.br